



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Brasília/DF
MARÇO/2017



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº 72/2013 e, Decisões Normativas do TCU, nº 154/2016 e 059/2017.

Brasília/DF
MARÇO/2017

Secretário da Secretaria do Patrimônio da União
Sidrack de Oliveira Correia Neto

Secretário-adjunto da Secretaria do Patrimônio da União
Reinaldo Magalhães Redorat

Diretor de Programa da Secretaria do Patrimônio da União
Claudson Santos

Chefe de Gabinete
Augusto Drumond de Andrade

Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais
Diretor: Edimilson Gama da Silva

Departamento de Destinação do Patrimônio
Diretor: André Luis Pereira Nunes

Departamento de Caracterização e Incorporação de Imóveis
Diretor: Dinarte Vaz

Coordenação-Geral de Gestão Estratégica
Coordenador-Geral: João Carlos Barboza Carneiro

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	12
2. VISÃO GERAL	14
2.1 <i>Finalidade e Competências</i>	14
2.2 <i>Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade</i>	17
2.3 <i>Ambiente de Atuação</i>	18
2.4 <i>Organograma</i>	21
2.5 <i>Macroprocessos Finalísticos.....</i>	24
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	29
3.1 <i>Planejamento Organizacional.....</i>	29
3.1.1 <i>Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....</i>	29
3.1.2 <i>Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico.....</i>	33
3.1.3 <i>Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos.....</i>	33
3.2 <i>Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos.....</i>	34
3.3 <i>Desempenho Orçamentário.....</i>	35
3.3.1 <i>Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados</i>	35
3.3.2 <i>Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade</i>	35
3.3.3 <i>Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário.....</i>	40
3.3.4 <i>Execução Descentralizada com Transferência de Recursos</i>	41
3.3.5 <i>Informações sobre a Execução das Despesas.....</i>	43
3.3.6 <i>Desempenho Operacional</i>	47
3.4 – <i>Informações sobre o Plano Nacional de Caracterização (PNC).....</i>	73
3.5 <i>Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho</i>	74
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	86
4.1 <i>Descrição das Estruturas de Governança.....</i>	86
4.2 <i>Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....</i>	88
4.3 <i>Gestão de Riscos e Controles Internos.....</i>	88
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	90
5.1 <i>Gestão de Pessoas</i>	90
5.1.1 <i>Estrutura de Pessoal da Unidade.....</i>	95
5.1.2 <i>Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....</i>	98
5.1.3 <i>Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.....</i>	99
5.1.4 <i>Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários.....</i>	99
5.2 <i>Gestão do Patrimônio e Infraestrutura</i>	100
5.2.1 <i>Gestão do Patrimônio Imobiliário da União</i>	100

5.2.2 – Demonstração da situação dos imóveis da União	104
5.3 Gestão da Tecnologia da Informação	105
5.3.1 Principais Sistemas de Informações	114
5.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	115
5.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade	116
5.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras	116
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	117
6.1 – Canais de acesso ao cidadão.....	117
6.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	117
6.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários.....	117
6.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade	117
6.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	118
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	119
7.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	119
7.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	119
7.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas	120
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	122
8.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	122
8.2 Tratamento de Recomendação do Órgão de Controle Interno	133
8.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário.....	161
8.4 Informações sobre o cronograma de substituição de trabalhadores terceirizados irregulares no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional.....	161
8.5 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	162
8.6 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento.....	162
8.7 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda	162
9. ANEXOS E APÊNDICES.....	162

Lista de siglas e abreviações

ADGV – Aquisição de Dados Geográficos Vetoriais
AECI – Assessoria Especial de Controle Interno
APF – Administração Pública Federal
ASI – Sistema de Controle Patrimonial
BACEN – Banco Central
BDG – Banco de Dados Geográficos
BGU – Balanço Geral da União
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIM – *Building Information Modeling*
BTS – *Built to Suit*
CADÚNICO – Cadastro Único do Programa Bolsa Família
CDRU – Concessão de Direito Real de Uso
CEBAS – Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na Área de Educação
CEP – Código de Endereçamento Postal
CGADM - Coordenação-Geral de Administração
CGAPU - Coordenação-Geral de Gestão de Bens de Uso da Administração Pública
CGARC - Coordenação-Geral de Arrecadação
CGCAV - Coordenação-Geral de Avaliação e Contabilidade do Patrimônio
CGCIG - Coordenação-Geral de Gestão de Cadastro e Informação Geoespacial
CGCOB - Coordenação-Geral de Cobrança
CGCUP – Coordenação-Geral de Controle de Utilização do Patrimônio
CGDIN - Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Infraestrutura
CGEOR – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGEPO - Coordenação-Geral de Edificações, Projetos e Obras
CGIPA – Coordenação-Geral de Incorporação do Patrimônio
CGFIS - Coordenação-Geral de Fiscalização e Controle de Utilização do Patrimônio
CGGEA - Coordenação-Geral de Gestão Econômica de Ativos
CGGES - Coordenação-Geral de Gestão Estratégica
CGIPA - Coordenação-Geral de Incorporação do Patrimônio
CGOFI - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGREF - Coordenação-Geral de Habitação e Regularização Fundiária
CGTEC - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria-Geral da União
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
COGEP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CONJUR – Consultoria Jurídica
CUEM – Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia
DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DAS – Direção e Assessoramento Superior

DAU – Dívida Ativa da União
DEC – Departamento de Engenharia e Construções
DECIP - Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio
DEDES - Departamento de Destinação Patrimonial –
DEREP - Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais
DIRAD – Diretoria de Administração
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
DW – *Data warehouse*
EDGV – Estrutura de Dados Geográficos Vetoriais
e-MAG – Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico
e-PWG – Padrões Web em Governo Eletrônico
FCPE – Função Comissionada do Poder Executivo
FIGEST – Ferramentas Integradas de Gestão
GABIN - Gabinete
GIAPU - Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União
GPS – *Global Positioning System*
IN – Instrução normativa
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LMEO – Linha Média das Enchentes Ordinárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
LPM – Linha Preamar Média
LSIE – Laboratório de Sistemas de Informações Espaciais (LSIE)
MCMV – Minha Casa, Minha Vida
MP – Medida Provisória
MP – Medida Provisória
MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
PAC – programa de Aceleração do Crescimento
PAF – Plano Anual de Fiscalizações
PCPR – Prestação de Contas da Presidência da República
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PE – Planejamento Estratégico
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PGFN – Procuradoria-geral da Fazenda Nacional
PMGPU – Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
PNAV – Plano Nacional de Avaliação de Imóveis
PNC – Plano Nacional de Caracterização
PNGPU – Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União
PPA – Plano Plurianual

PVG – Planta de Valores Genéricos
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
REDARF – Retificação de DARF
RENAVAM – Registro Nacional de Veículos Automotores
RFB – Receita Federal do Brasil
RFFSA – Rede Ferroviária Federal – Sociedade Anônima
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RTK – *Real Time Kinematic*
SAMF – Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda
SAMP – Superintendência Regionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
SARP – Sistema de Arrecadação de Receitas Patrimoniais
SE – Secretaria Executiva
SEI – Sistema Eletrônico de Informação
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPA – Sistema Integrado de Administração Patrimonial
SIOP – Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento
SISOB – Sistema de Controle de Óbitos
SPIUNET – Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TAUS – Termo de Autorização de Uso Sustentável
TCU – Tribunal de Contas da União
TED – Termo de Execução descentralizada
TI – Tecnologia da Informação
UC – Unidade Central
UCP – Unidade Central do Programa
UD – Unidade Descentralizada
UF – Unidade da Federação
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UnB – Universidade de Brasília
UPC – Unidade Prestadora de Contas

Lista de quadros e tabelas

Quadro 1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Quadro 2 – Macroprocessos Finalísticos

Quadro 3 – Iniciativas e Entregas da SPU no Planejamento Estratégico do MPDG

Quadro 4 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro 5 – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Quadro 6 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Quadro 7 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres

Quadro 8 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Quadro 9 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Quadro 10 – Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 11 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 12: Quadro Geral de vagas - Edital MP/ENAP nº 01, de 12 de junho de 2015

Quadro 13 – Força de Trabalho da UPC

Quadro 14 – Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro 15 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro 16 – Despesas do pessoal

Quadro 17 - Distribuição geográfica dos imóveis da União ocupados pela SPU

Tabela 1 –Valores executados pelo Programa de Modernização no período de 2016 acumulado, por fonte, categoria de investimento e Componente

Tabela 2: Arrecadação de receitas patrimoniais 2015 e 2016

Tabela 3 – Execução das metas GIAPU durante o ano de 2016

Tabela 4 - Índice Geral Anualizado - GIAPU 2016

Gráfico 1 – Nível de Escolaridade dos servidores da SPU

Gráfico 2 – Distribuição dos servidores da SPU, por unidade

Gráfico 3 – Servidores com função ou cargo comissionado, por unidade da SPU

Gráfico 4 e 5 – Egressos na SPU por tipo de cargo e função

Figura 1 – Evolução dos valores acumulados por fonte e semestre

Figura 2 - Mapa de concentração das fiscalizações para 2017

Figura 3 – Painel de prioridades – Programa de Instalações Eficientes

Figura 4 – Evolução da Arrecadação de receitas patrimoniais 2002-2016

Figura 5 - Índice Geral GIAPU 2016

Anexo I – Normas relacionadas à Unidade Prestadora de Contas.

Anexo II – Organograma

Anexo III – Declaração de integridade das informações contidas no PPA

Anexo IV – Demonstração da situação dos imóveis da União

Anexo V – PETIC e PDTI 2016

Anexo VI – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório de gestão integra o processo de prestação de contas do exercício 2016, por meio do qual a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) exhibirá um panorama acerca de sua gestão, incluindo aspectos de seu planejamento, principais ações e programas desenvolvidos, os resultados alcançados, bem como as informações da administração financeira e orçamentária dos recursos sob sua administração.

Também serão objeto de análise a estrutura de governança que permeia as atividades de administração do patrimônio imobiliário da União, as formas e mecanismos do relacionamento com a sociedade, bem como a estrutura de recursos humanos, físicos e logísticos utilizados pela SPU no desempenho de seus deveres e prerrogativas.

Outros tópicos deste relatório versarão sobre a utilização e gestão da tecnologia da informação e a contabilidade dos atos e fatos que alteram a situação patrimonial da União. Estão ainda presentes neste relatório análises sobre a natureza e formas de execução dos macroprocessos da SPU, incluindo análise sobre sua execução físico-financeira, e avaliação acerca dos resultados alcançados

Importante registrar os fatos e conjunturas que afetaram a gestão, norteados algumas das ações da Secretaria no exercício 2016.

A alteração da legislação patrimonial que ocorreu a partir de junho de 2015 (Lei 13.139/2015, Lei 13.240/2015, MP 732/2016 e MP 759/2016, impactou os principais macroprocessos da SPU – caracterização, destinação e gestão de receitas patrimoniais, o que demandou uma série de ajustes nos normativos, procedimentos internos e sistemas, ações se estenderam até o ano de 2016.

No âmbito do Programa de Modernização, houve o lançamento do Portal de Serviços da SPU na internet, colocando à disposição dos interessados, em um único sítio, um grande conjunto de serviços eletrônicos. Desta forma, pessoas físicas e jurídicas passam a dispor de um canal virtual para encaminhamento e acompanhamento de suas demandas. Ainda no âmbito deste programa houve um avanço significativo no desenvolvimento do novo Sistema Integrado de Gestão do Patrimônio da União. Este sistema unificará as bases de dados existentes e está sendo construído em um ambiente tecnológico que permitirá o georreferenciamento dos imóveis da União e a introdução da inteligência geográfica na gestão do patrimônio imobiliário público federal. O sistema é desenvolvido em plataforma web, o que ampliará as possibilidades de atendimento ao público e a transparência dos resultados da gestão dos bens da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

No âmbito da reforma administrativa implementada pelo governo federal, houve uma reengenharia na estrutura organizacional da SPU, levando a impactos no cronograma das ações em curso, tanto na Unidade Central quanto na Superintendências. Entretanto, no bojo destas alterações ocorreram também mudanças na estrutura que visam à melhoria dos processos de gestão dos imóveis da União, como a criação da Coordenação-Geral de Gestão de Cadastro e Informação Geoespacial (CGCIG) e da Coordenação-Geral de Gestão Econômica de Ativos (CGGEA).

Também merece ser mencionado o fato de 2016 ter sido ano de eleições municipais, o que sempre provoca um conjunto de restrições legais nos processos de destinação de áreas da União, por força da lei eleitoral.

2. VISÃO GERAL

2.1 Finalidade e Competências

A SPU é legalmente responsável por administrar, regularizar, lavrar contratos de diferentes tipos em nome da União fiscalizar e outorgar a utilização, nos regimes e condições permitidos em lei, dos imóveis da União.

No âmbito de sua competência, a SPU destina imóveis para execução de programas prioritários do governo federal, provisão de serviços públicos e a garantia de direitos individuais, coletivos e difusos. Além disso, cabe à SPU manter a regularidade dominial dos imóveis sob sua administração e estabelecer diretrizes e políticas acerca da utilização do patrimônio público federal.

Para o desenvolvimento de suas atividades, a SPU dispõe de três macroprocessos: caracterização e incorporação, destinação e gestão das receitas patrimoniais, que estão estruturadas em três Departamentos: Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio; Departamento de Destinação Patrimonial e Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais.

A gestão do patrimônio ocorre de forma descentralizada nas Superintendências do Patrimônio da União existentes em todas as Unidades da Federação. As Superintendências possuem estrutura organizacional análoga à Unidade Central, variando de acordo com o porte de cada uma delas.

A Unidade Central tem as funções normativas, de definição de políticas, de estabelecimento de diretrizes, de planejamento com escopo nacional, de coordenação da execução, de monitoramento, de controle da execução, de avaliação das políticas de gestão do patrimônio e de avaliação de desempenho.

As unidades descentralizadas desempenham as funções relativas ao planejamento local (compatível com as ações de planejamento da unidade central), e a execução das atividades operacionais de gestão do patrimônio da União, englobando a programação de ações regionais, execução e prestação de contas à unidade central e distribuição interna de competências entre os setores.

No que se refere aos aspectos legais, a competências da administração patrimonial é do Ministério do Planejamento, conforme Anexo I, Artigo 1º do Decreto Nº 8.578, de 26 de novembro de 2015:

Art. 1º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

...

IX - administração patrimonial;

...

O referido Anexo I, art. 41 a 44 especifica as competências da SPU como estrutura de administração patrimonial, subordinada ao MPDG.

Art. 41. À Secretaria do Patrimônio da União compete:

I - administrar o patrimônio imobiliário da União e zelar por sua conservação;

II - adotar as providências necessárias à regularidade dominial dos bens da União;

III - lavrar, com força de escritura pública, os contratos de aquisição, alienação, locação, arrendamento, aforamento, cessão e demais atos relativos a imóveis da União e providenciar os registros e as averbações junto aos cartórios competentes;

IV - promover o controle, a fiscalização e a manutenção dos imóveis da União utilizados em serviço público;

V - proceder à incorporação de bens imóveis ao patrimônio da União;

VI - formular, propor, acompanhar e avaliar a política nacional de gestão do patrimônio da União, e os instrumentos necessários à sua implementação;

VII - formular e propor a política de gestão do patrimônio das autarquias e das fundações públicas federais; e

VIII - integrar a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Art. 42. Ao Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais compete coordenar, controlar e orientar as atividades relativas aos processos de arrecadação e cobrança de créditos patrimoniais.

Art. 43. Ao Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio compete coordenar, controlar e orientar as atividades relacionadas à identificação, ao cadastramento e à fiscalização dos imóveis da União e à incorporação imobiliária ao Patrimônio da União, nas modalidades de aquisição por compra e venda, por doação em pagamento, doação, usucapião, administrativa, e de imóveis oriundos da extinção de órgãos da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, liquidação de empresa pública ou sociedade de economia mista.

Parágrafo único. Compete, ainda, ao Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio o levantamento e a verificação no próprio local dos imóveis a serem incorporados, a preservação e regularização dominial desses imóveis e a articulação com entidades e instituições envolvidas.

Art. 44. Ao Departamento de Destinação Patrimonial compete coordenar, controlar e orientar as atividades relacionadas com o desenvolvimento de ações e projetos voltados à destinação, à regularização fundiária, à normatização de uso e à análise vocacional dos imóveis da União.

O Decreto nº 8.818, de 21/07/2016, que revogou o Decreto 8.578/2015, em seus Artigos 30 a 31 manteve as mesmas competências da SPU e de seus Departamentos.

2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm) foi o primeiro regime jurídico aplicável às terras públicas. Sua aplicação levou à criação da “Repartição-Geral de Terras Públicas”, prevista em seu artigo 21 e regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D1318.htm).

Já após a promulgação da República, pela Lei nº 2.083, de 30 de julho de 1909, (<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-2083-30-julho-1909-580344-publicacaooriginal-103291-pl.html>) criou-se novo órgão, para cuidar das terras públicas, denominado Diretoria do Patrimônio Nacional.

No curso do tempo, passou-se a denominar o Órgão: Diretoria do Domínio da União (Decreto nº 22.250/32), Serviço do Patrimônio da União (Decreto-lei nº 6.871/44), recebendo, por força do Decreto nº 96.911, de 3 de outubro de 1988, sua atual denominação, Secretaria do Patrimônio da União, quando ainda integrava a estrutura do Ministério da Fazenda.

Atualmente a SPU integra a estrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), tendo em vista a alteração em lei ocorrida em 1999, que dispõe sobre a estrutura da Presidência da República e seus Ministérios.

As atribuições conferidas à Secretaria do Patrimônio da União durante o ano 2016 constam do art. 41 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015 e do Decreto nº 8.818 de 21 de julho de 2016, que revoga o anterior e define a atual estrutura regimental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Pela extensão do arquivo, optou-se por colocar este item como ANEXO I - Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada.

2.3 Ambiente de Atuação

A missão da SPU expressa suas responsabilidades nos seguintes termos: "*Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação*". A missão e atuação da SPU se regem pelos preceitos constitucionais, diretrizes e leis do Governo Federal e pela Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União - PNGPU, que estabelecem as prioridades para as Ações da SPU, com foco no apoio às políticas públicas, programas e projetos de inclusão socioterritorial do Governo Federal, Estados e Municípios.

Incluem-se entres estas prioridades i) a Regularização Fundiária, com identificação e demarcação de todas as áreas prioritárias para regularização e a emissão de títulos; ii) o Desenvolvimento Local, por meio da adequada destinação de bens públicos para apoio a projetos desta natureza; iii) a Provisão Habitacional, com a destinação de áreas da União para habitação de interesse social; iv) Apoio a Políticas e Programas de Inclusão Social, em especial os voltados para projetos que reconhecem direitos e garantem a inserção territorial de comunidades tradicionais como as dos Quilombolas, Ribeirinhos e Indígenas; v) a Preservação Cultural e a Preservação Ambiental, esta última privilegiando o Plano Amazônia Sustentável e o Projeto Orla em parceria com o Ministério do Meio Ambiente cujo objetivo é o ordenamento dos espaços da orla sob domínio da União, aproximando as políticas patrimonial, urbanística e ambiental, com ampla articulação entre os três níveis de governo e a sociedade civil; vi) o Ordenamento Territorial, com destaque para a regularização de portos e a revitalização de centros urbanos; vii) a Reforma Agrária, por meio de ações articuladas com o INCRA; viii) o apoio aos Projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em áreas da União e; ix) a Ampliação da Capacidade de Gestão das Receitas Patrimoniais; x) atendimento aos órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta por meio de áreas da União para instalação de suas sedes administrativas e para o desempenho de suas políticas; xi) racionalização do uso dos imóveis de uso especial, incluindo reformas e novas construções em Brasília, bem como a alienação dos imóveis inservíveis; xii) alienação de bens de uso dominial, por exemplo, terrenos de marinha.

Os produtos ou entregas principais resultantes da atuação da SPU no cumprimento de suas atribuições são: bens imóveis da União administrados; áreas da União caracterizadas (demarcadas, cadastradas, registradas, avaliadas); áreas da União destinadas, com prioridade para programas sociais e os de desenvolvimento econômico de interesse nacional; imóveis adquiridos/incorporados para a União, com ênfase na gestão do patrimônio oriundo de entidades extintas; imóveis da União alienados, com foco na desmobilização de bens inservíveis à administração pública; bens da União fiscalizados – controle de uso e ocupação; receitas patrimoniais geridas e receitas auferidas com alienação de imóveis; entrega de Imóveis para uso da administração pública federal; Imóveis reformados e construídos em Brasília.

No desenvolvimento de suas atividades, a SPU tem como foco de sua atuação: atendimento de famílias de baixa renda em projetos de provisão habitacional e regularização fundiária urbana e rural em áreas da União; Apoio a Estados e municípios em projetos de desenvolvimento local por meio de áreas da União para projetos de interesse local; descentralização da gestão de praias, a ser realizada pelos municípios; comunidades tradicionais, por meio de reconhecimento de direitos com titulação ou autorização de uso de áreas da União; órgão da administração pública federal direta e indireta atendidos com áreas da União para instalação de suas sedes administrativas e para o desempenho de suas funções, a exemplo das áreas de meio ambiente, ciência, tecnologia e inovação, cultura, justiça,

desenvolvimento agrário, infraestrutura de transporte, energia e outras; sociedade civil em geral – pessoas físicas e jurídicas – ocupantes das faixas de terrenos de marinha e terrenos marginais; Tem ainda a SPU como desafio, a alienação de patrimônio sem interesse para a administração pública, incluindo imóveis de uso especial e bens dominiais, para os quais já foram publicadas Portarias autorizativas de venda de imóveis pelo MP.

Para aumentar sua capacidade de lidar com os desafios inerentes à gestão do patrimônio, por meio do processo de modernização da gestão do patrimônio imobiliário da União, a SPU vem implementando um conjunto de ações estruturantes que englobam tanto a adequação de seu modelo organizacional e revisão de seus processos, como o desenvolvimento de um Programa de Modernização estruturado, que conta com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que financia parte das ações nele previstas,

As principais frentes de trabalho e iniciativas em andamento que dão suporte ao projeto de melhoria de gestão da SPU são:

- Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União – PMG/BID;
- Desenvolvimento de novo sistema com unificação das bases e implantação de ferramentas para georreferenciamento das áreas da união;
- Implantação de novo Portal de Serviços da SPU no sitio do MP na Internet;
- Mapeamento e revisão de processos;
- Qualificação dos cadastros imobiliários;
- Aperfeiçoamento da sistemática de contabilização dos bens da União no BGU;
- Definição de estratégias e procedimentos operacionais para desmobilização / venda / alienação de imóveis, incluindo estabelecimento de rotinas e procedimentos em parceria com a CAIXA;
- Modelagem de novas formas negócios para construção e reforma de edifícios públicos;
- Desenvolvimento do Plano Nacional de Caracterização ;
- Desenvolvimento do Plano Nacional de Avaliação ;
- Plano Nacional de Fiscalização
- Implementação das mudanças advindas da Lei 13.139/15 e 13.240/2015 e outras.

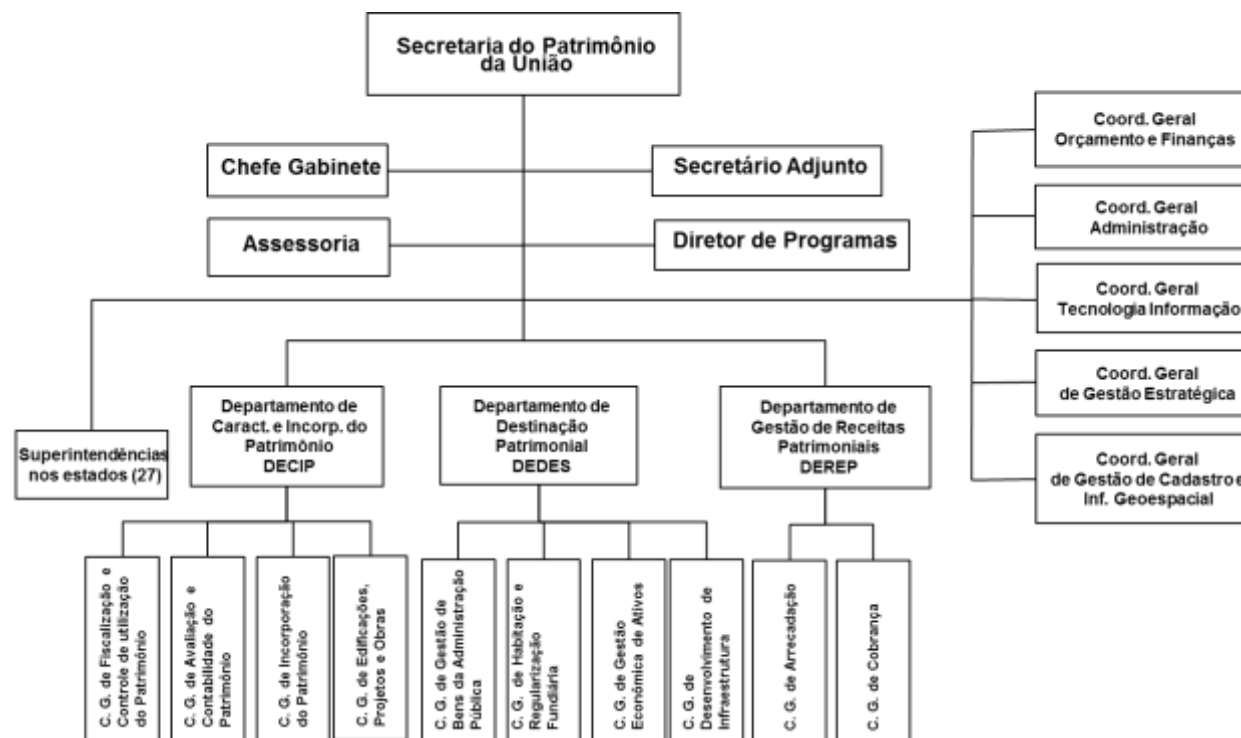
As ações estruturantes em curso na SPU estão alinhadas com Planejamento Estratégico do MP para o período 2016/2019, que endereçou para a SPU o objetivo: “Implantar um novo modelo de gestão do patrimônio da União, com ênfase na economicidade”.

Ao final deste período espera-se ter implantada uma nova política de gestão e racionalização do uso dos imóveis da União; que a SPU tenha aperfeiçoado seus mecanismos de apoio à gestão por meio da implantação de um sistema unificado, em bases georreferenciadas; que a nova base contemple a qualificação/certificação e ampliação do cadastro imobiliário público existente; que sejam aprimorados os canais de relacionamento com a sociedade, provendo-se serviços de atendimento virtual ao cidadão ao tempo que se amplie a divulgação e transparência dos dados sobre a gestão do patrimônio Público, e que a gestão do patrimônio público federal passe a estar regida e amparada por um sistema estruturador. Espera-se que tal sistema estruturador defina as competências do MP/SPU como órgão regulador e fiscalizador com compartilhamento de responsabilidades com as demais instituições cogestoras do patrimônio e que esteja apoiado em um modelo organizacional que assegure a participação das entidades e o compartilhamento de uma base única de informações.

2.4 Organograma

O organograma da Unidade Central da SPU é o que está representado na figura abaixo e reflete o Decreto 8.818/2016, de 21/07/2016. Contudo, o regimento interno em vigor baseia-se no Decreto 8578/2015. Há ação em curso do Ministério do Planejamento visando a atualização do mencionado Regimento Interno.

O organograma completo abrangendo a Unidade Central e todas as Superintendências, conforme Decreto 8.818/2016, encontra-se descrito na forma de tabela e integra o Anexo II.



Quadro 1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
DECIP - Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio	- Gestão do processo de Caracterização dos imóveis da União – identificação, demarcação e levantamento cadastral; - Gestão do processo de Fiscalização e Controle de Utilização do patrimônio; - Gestão do processo de Avaliação do patrimônio e da Contabilização dos valores destes bens para compor o Balanço Geral da União. - Gestão do processo de incorporação imobiliária ao patrimônio da União - Gestão dos processos referentes padrões, projetos e gerenciamento de obras em próprios nacionais sob gestão da SPU, em especial para as edificações localizadas em Brasília.	Washington Gultenberg de Moura Luke	Diretor	01/01/2016 a 31/12/2016
DEDES - Departamento de Destinação Patrimonial	- Gestão do processo de Destinação de bens da União, de acordo com os mecanismos previstos na legislação, em especial para atendimento das demandas da Administração Pública; destinações voltadas para a regularização fundiária urbana e rural e habitação de interesse social; destinações para projetos econômicos de interesse nacional e de infraestrutura; gestão e coordenação dos processos de alienação de bens da União não necessários para a administração, bem	- Eduardo Fonseca de Moraes - Sidrack de Oliveira Correia Neto - Andre Luis Pereira Nunes	Diretor	01/01/2016 a 31/08/2016 04/10/2016 a 22/11/2016 27/12/2016 a 31/12/2016

	como processos de remições e vendas de imóveis dominiais .			
DEREP - Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais	-Gestão dos processos de arrecadação e cobrança de créditos patrimoniais. Os marcos da atuação do DERE são a Grande Emissão e a grande Notificação anuais. É também de responsabilidade do DERE a gestão do processo de atendimento ao público, ora monitorado pelo Portal de Serviços da SPU. Há um conjunto de outras competências do Departamento e de ações voltadas para a melhoria dos processos de arrecadação e cobrança, tais como a adequação de procedimentos à nova legislação, especificação e acompanhamento de diversas funcionalidades de automação de procedimentos em sistemas, entre outras.	- Paulo Eduardo Toncovitch - Edmilson Gama da Silva	Diretor	01/01/2016 a 12/01/2016 13/01/2016 a 31/12/2016
DIPRO – Diretoria de Programa	-Coordenar programas e projetos especiais, em destaque o Programa de Modernização da SPU. -Coordenar o relacionamento com o BID, Exército e outras entidades externas envolvidas no programa. - Coordenar ações de TI no âmbito da Secretaria, de forma a que haja perfeita articulação das iniciativas: do Programa de Modernização, de desenvolvimento do novo sistema Geo; do desenvolvimento dos módulos de funcionalidades para o negócio com a participação da CGTEC e, das ações voltadas para o tratamento, desenvolvimento e sistematização do cadastro e informações espaciais da SPU de responsabilidade da CGCIG	- Cleyton Domingues de Moura - Dinarte Antonio Vaz	Diretor	05/01/2016 a 24/08/2016 25/10/2016 a 31/12/2016

CGCIG – Coordenação-Geral de Cadastro e Informação Geoespacial	-Planejar, coordenar e monitorar as atividades de gestão de dados cadastrais e das informações geoespaciais relativas aos imóveis da União -Planejar, coordenar e monitorar as ações de catalogação, organização, arquivamento, tratamento e disponibilização de plantas, mapas, imagens obtidas e demais materiais de natureza cartográfica; As atividades citadas acima passaram a ser geridas pela CGCIG em 2016 após a criação desta Coordenação Geral, que se justifica em função do caráter estratégico para a SPU da base de informações de imóveis da União	- Ronaldo Cesar Serafim Abrão - Cárita da Silva Sampaio	Coordenador	14/09/2016 a 07/12/2016 08/12/2016 a 31/12/2016

Quadro 2 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Incorporação	Identificação , Demarcação, Cadastramento: Este macroprocesso pode ser identificado como o que inicia a cadeia de valor da SPU. Consiste na caracterização das áreas da União, desdobrando-se na identificação, Demarcação da Linha de Preamar Médio - LPM - de 1831 (para delimitação dos terrenos de marinha da União) e da Linha Média de Enchentes Ordinárias - LMEO, (para delimitação dos terrenos marginais de rios federais). As atividades de demarcação obedecem ao rito legal e envolvem desde o levantamento de documentação, aquisição da cartografia, envolvimento da sociedade e outras entidades externas, realização do trabalho de campo, elaboração do traçado geométrico, aprovação e homologação. Definidas as áreas da União, segue-se a fase de identificação e cadastramento dos imóveis individuais situados nas áreas demarcadas, com coleta dos dados cadastrais, instrução de processos e cadastramento nos sistemas corporativos. Para apoio à atividade de demarcação, a SPU criou o Conselho de Demarcadores conforme a Portaria SPU nº 151, de 2014. Incorporação As fases de Incorporação deste macroprocesso, abrangem a gestão de todos os procedimentos de incorporação de imóveis, normatização da aquisição, incorporação - registro e regularização cartorial de bens oriundos, entre outras formas, de compra e venda, por dação em pagamento, doação, apossamento vintenário e de imóveis resultantes da extinção de órgãos da administração pública federal.	Norma e padrões definidos; Mapas, plantas georreferenciadas adquiridas; Memoriais descritivos realizados; Linhas demarcatórias de terrenos de marinha e marginais de rios definidas e homologadas;	Ocupantes de áreas da União, Administração Pública Federal, Estados, Municípios e Órgãos de Controle Departamento de Destinação Patrimonial	CGIPA
		Análise de domínio da áreas, Instruções Normativas e Acordos de Cooperação Técnica; Cadastro dos imóveis da União em seus sistemas corporativos Regularização cartorial Imóveis incorporados		

Fiscalização	Fiscalização: A atividade de fiscalização corresponde ao poder de polícia administrativa para verificação de possíveis infrações envolvendo a utilização do patrimônio da União ou ações de fiscalização para reconhecimento da situação de determinado bens da União. É uma atividade finalística e transversal a todos os macroprocessos da SPU, subsidiando-os em suas execuções. Formula-se e monitora-se o Plano Nacional de Fiscalizações que estabelece critérios e metas para as Superintendências, cabendo o destaque que em 2016 foi desenvolvido o primeiro plano para 2017. As fiscalizações ocorrem para cumprimento do plano, para atendimento de demandas de outros processos finalísticos da Secretaria ou em razão de indícios de irregularidades em imóveis da União detectadas pela própria SPU, em função demandas de Órgãos de Controle, Ministério Público ou denúncias da sociedade.	Relatórios de vistoria e de fiscalização de imóveis da União.	Ocupantes de áreas da União, Administração Pública Federal, Estados, Municípios e Órgãos de Controle	CGFIS
Avaliação e Contabilização	Avaliação e Contabilização Este macroprocesso cuida da avaliação/ atribuição de valor aos imóveis da União e registro nos sistemas corporativos da SPU. IMÓVEIS DE USO ESPECIAL As avaliações dos imóveis de Uso Especial são realizadas diretamente pela SPU ou pelas Unidades Gestoras e registradas no sistema SPIUNet. Os procedimentos, prazos e metas para avaliação ou atualização dos valores dos imóveis de uso especial estão regulados na Portaria Conjunta SPU/STN 703/2014 que trata da contabilização do valor destes bens. Especificamente para os imóveis sob gestão direta da SPU, foi elaborado um Plano Nacional de Avaliações – PNAV, que especifica e estipula as metas anuais de	Normas e padrões definidos; Laudos de avaliação efetuados; Planta de Valores Genéricos (PVG) elaboradas/ atualizadas; Imóveis da União contabilizados.	Ocupantes e foreiros em terras públicas da União; órgãos e entidades da União; Secretaria do Tesouro Nacional (STN); Departamento de receitas patrimoniais e departamento de destinação;	CGCAV

	avaliações para as Superintendências. Os procedimentos técnicos para avaliação de bens estão normatizados no âmbito da ABNT pela NBR 14653 e suas partes; internamente foi elaborada a Instrução Normativa 01/2014, que padroniza os procedimentos de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse. O Sistema SPIUNet possui interface on-line com o Sistema SIAFI, de modo a que haja atualização permanente do valor destes bens para contabilização no BGU. Adicionalmente, há uma rotina mensal para verificação e garantia da consistência das informações entre os dados do SPIUNet e do SIAFI. IMÓVEIS DOMINIAIS As avaliações dos imóveis dominiais mantidas no sistema SIAPA é realizada por rotinas internas, que atribuem o valor do bem a partir dos valores unitários dos terrenos obtidos nas planta de valores genéricos (PVG). A etapa de maior esforço do processo é a atualização da PVG promovida pelas Superintendências e que segue os procedimentos previstos nas normas internas e da ABNT para sua realização. As alterações da legislação patrimonial mais recente prescrevem que as atualizações das PVG doravante devem ter como referência as plantas dos municípios, rotina que encontra-se em fase de adequação pela SPU. Os valores de avaliação dos bens dos imóveis dominiais registrados no SIAPA alimentam as rotinas de cálculo das taxas patrimoniais para emissão anual das taxas de inscrição e foros. Os valores dos móveis dominiais da União, apenas as parcelas de terrenos, alimentam o SIAFI por meio de uma rotina de carga de arquivo preparada pelo SERPRO ao final de cada exercício. Para os casos de alienação de imóveis da União (de uso especial ou dominial) é exigida a elaboração de laudo de precisão.			

	Para apoio à gestão da avaliação a SPU criou o Conselho de Avaliadores regulado pela Portaria 111, de 2014.			
Edificações Projetos e Obras	Edificações Projetos e Obras Este processo suporta a gestão das demandas técnicas relacionados a projetos, obras e serviços de engenharia e abrange a coordenação e controle das atividades de projeto bem como atividades de orientação e supervisão de obras e serviços de engenharia, reparos e conservação de bens imóveis e instalações prediais.	Normas diretrizes e orientações técnicas definidas Projetos realizados Obras e serviços supervisionados	Ministério do Planejamento	CGEPO
Destinação	Habitação e Regularização Fundiária Gestão do processo de destinação de imóveis/áreas para habitação e regularização fundiária - abrangendo a identificação, análise de vocação e instrução dos processos para provimento de áreas para programas prioritários de governo (PAC, MCMV, etc), apoio à reforma agrária, reconhecimento de direitos de comunidades tradicionais, regularização fundiária urbana e rural.	Normas e procedimentos definidos. Destinações / titulações realizadas de acordo com a modalidade e o instrumento aplicável, tais como: CDRU gratuito e oneroso, CUEM, TAUS individual e coletivo, aforamento, cessão de imóveis, títulos de regularização fundiária, destinação de áreas da União a entes federativos	Programas do governo federal, ocupantes de áreas da União Administração Pública Federal, Estados, Municípios	CGREF
	Administração de Bens de Uso da Administração Pública .		Administração Pública Federal direta e	CGAPU

	Gestão do processo de destinação de áreas/imóveis para uso da administração pública e administração dos imóveis de uso especial, Abrange o planejamento, coordenação e controle da destinação, dos imóveis funcionais de propriedade da União.		indireta, Estados, Municípios, entidades da sociedade civil nas formas previstas na legislação. Agentes políticos e servidores federais, no âmbito do Poder Executivo federal que utilizam imóveis funcionais (excluídos os imóveis administrados pela Presidência da República, pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo Ministério da Defesa e pelos Comandos Militares	
	Desenvolvimento da Infraestrutura Gestão do processo de destinação de imóveis em apoio ao desenvolvimento da infraestrutura no país, em articulação com as Superintendências envolvidas na regularização de tais projetos. Trata ainda de promover o planejamento integrado para o ordenamento territorial das orlas marítimas e fluviais em áreas da União	Diretrizes, critérios e normas definidas; Áreas destinadas para projetos de infraestrutura; Projetos de ordenamento territorial das orlas marítimas e fluviais desenvolvidos.	Ministérios e órgão setoriais envolvidos com projetos e programas de desenvolvimento da infraestrutura no Brasil. Agentes econômicos relacionados a projetos de desenvolvimento	CGDIN;

			econômico de interesse nacional. Estados e Municípios, sobretudo estes últimos em ações do Porjeto Orla.	
	Gestão Econômica de Ativos O processo de Gestão Econômica de Ativos envolve a proposição e desenvolvimento de alternativas para o melhor aproveitamento econômico dos imóveis da União; a prospecção e implementação de novos modelos de negócio para utilização dos imóveis da União e estratégias de alienação de imóveis não necessários a Administração Pública. Promove a articulação e relacionamento institucional com outras entidades externas eventualmente envolvidas, como a CAIXA e outras. É responsável pelo controle e acompanhamento dos processos de alienação.	Estratégias definidas; Modelos de negócios formatados; Imóveis alienados	Ministério do Planejamento, Fundações e Autarquias.	CGGEA
Receitas Patrimoniais	Gestão dos processos de Arrecadação e Cobrança de receitas patrimoniais, advindas do uso dos imóveis da União. Arrecadação Envolve a administração e monitoramento das concessões de isenções; a administração da carteira com objetivo de se evitar as decadências de créditos patrimoniais; proposição e acompanhamento de metas; gestão dos processos relacionados ao atendimento ao público e operacionalização da arrecadação das receitas patrimoniais com ação da Grande Emissão Anual. Cobrança	Diretriz, normas e orientações definidas e publicadas em relação a arrecadação e cobrança de receitas patrimoniais; Grande Emissão anual executada; Grande Notificação anual executada; Arrecadação promovida; Certidões financeiras emitidas; Transferências administradas;	Pessoas físicas e jurídicas ocupantes de áreas da União; TN, PGFN	CGARC e CGCOB

	Gestão do processo de cobrança administrativa das receitas patrimoniais; administração da carteira com objetivo de se evitar as prescrições de créditos patrimoniais; gestão do processo de emissão de certidões; gestão dos processos de transferência, no âmbito das competências da DERE; gestão do relacionamento com a PGFN para tratamento de créditos inadimplidos e inscrição na DAU.	Gestão do atendimento ao público realizada.		

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional

O Planejamento na SPU se estrutura a partir dos seguintes marcos: i) O Planejamento Estratégico do MP com objetivo estratégico específico para a SPU (que se desdobra em 5 iniciativas próprias e 14 entregas principais); ii) as Iniciativas e Metas que integram o PPA; iii) as Ações Orçamentárias e Planos Orçamentários que dão suporte às diversas iniciativas e ações operacionais da SPU no cumprimento de suas atribuições; iv) as Metas Globais do MP e; v) as Metas do Desempenho Institucionais para fins da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União (GIAPU).

Além destes marcos formais, para cumprimento de suas atribuições, os Departamentos responsáveis pela gestão dos macroprocessos finalísticos da SPU e as Coordenações-Gerais responsáveis por atividades meio, desenvolveram um conjunto de ações em 2016 com resultados que serão detalhados no item 3.5 deste relatório.

No ano de 2016 não foi elaborado um documento com o planejamento tático/operacional específico para as Superintendências individualmente, estando as metas para estas unidades definidas por meio das metas institucionais da GIAPU e das diretrizes gerais da SPU e orientações diretas dos Departamentos em relação aos macroprocessos de Caracterização/Incorporação; Destinação e Gestão de Receitas Patrimoniais. Coube a cada uma das Superintendências estabelecer seu plano regional a partir das metas institucionais da GIAPU e das diretrizes da SPU e dos Departamentos em relação aos processos sob suas gestões, via de regra formalizado por meio de processos no SEI.

3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

O Ministério do Planejamento formulou seu Planejamento Estratégico para o período 2016-2019, que endereça para a SPU o objetivo estratégico 9 “Implantar um novo modelo de gestão do patrimônio da União, com ênfase na economicidade”. O PE da SPU se desdobra em 5 iniciativas e 14 entregas.

Quadro 3 – Iniciativas e Entregas da SPU no Planejamento Estratégico do MPDG

INICIATIVA	ENTREGAS
01: Implantação de sistema unificado de administração do patrimônio imobiliário público federal, em base georreferenciada	01: Sistema desenvolvido 02: Ambiente cartográfico e de informações espaciais modernizado e sistematizado
02: Implantação de estratégia de relacionamento com a sociedade, com foco no atendimento virtual	01: Canais de atendimento e informação ao público modernizados 02: Dados sobre a gestão dos imóveis da União publicados
03: Ampliação e qualificação do cadastro de imóveis	01: Sistemática de levantamento cadastral definida 02: Sistemática de identificação modernizada 03: Cadastro de Imóveis depurado 04: Modelo de gestão do cadastro definido

04: Estruturação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União	01: Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União implantado 02: Modelo de Governança da SPU revisado
05: Aprimoramento da política de gestão e racionalização do uso de imóveis da União	01: Modelo de Negócios para construção e reforma de edifícios públicos elaborado 02: Sistemática para racionalização da utilização dos imóveis de uso especial elaborada 03: Mecanismos de controle do uso dos Imóveis da União revisados 04: Diretrizes para alienação de bens da União, sem interesse para a Administração Pública Federal, elaboradas

3.1.1.2 No que se refere ao PPA, identificam-se as seguintes metas e iniciativas relacionadas a SPU:

Programa 2038: Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Objetivo 1157: Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos.

Meta: Implementar o Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União;

Meta: Estruturação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União;

Iniciativa: Desenvolvimento da gestão dos imóveis de uso especial da União, buscando compartilhamento, otimização dos custos relacionados à locação e manutenção dos imóveis, acessibilidade, sustentabilidade e alienação dos imóveis considerados sem interesse público;

Iniciativa: Desenvolvimento de sistema único de administração do Patrimônio Imobiliário da União em base georeferenciada;

Iniciativa: Destinação dos imóveis da União para apoio às políticas setoriais e aos programas de moradia, urbanização, regularização fundiária urbana e rural, reconhecimento de direitos de povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento sustentável e preservação ambiental.

Programa 2054 – Planejamento Urbano

Meta: Promover a regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria do Patrimônio da União

Para suporte às diversas iniciativas e ações operacionais, a SPU é responsável pelas seguintes Ações no âmbito do Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública – e Programa 2125 – Programa de gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

- Ação 8690 - Fiscalização, Controle e Avaliação de Imóveis da União
 - PO 0001 - Fiscalização e Controle do Uso de Imóveis da União
 - PO 0002 - Avaliação de Imóveis da União

- Ação 20U4 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
 - PO 0000 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União - despesas diversas
 - PO 0001 - Caracterização do Patrimônio Imobiliário da União
 - PO 0002 - Incorporação de Imóveis do Patrimônio da União
 - PO 0003 - Destinação de Imóveis da União
 - PO 0005 - Gestão de Receitas Patrimoniais
 - PO 0006 - Gestão e Fortalecimento das Unidades da Secretaria de Patrimônio da União
 - PO 0007 - Regularização Fundiária em Imóveis da União
 - PO 0008 - Desenvolvimento do Projeto Orla
 - PO 0009 - Gestão da Tecnologia e da Informação do Patrimônio Imobiliário da União
 - PO 000A - Gestão de Imóveis Funcionais em Brasília
 - PO 000G - Regularização Fundiária em Imóveis da União na Amazônia Legal

- Ação 152W - Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial da Administração Pública Federal
- PO 0001- Reforma do bloco O
- PO 0002 – Adequação e Revitalização do Edifício Siderbrás

Programa 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- Ação 12NZ – Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

3.1.1.3 Quanto às Metas Globais do MP temos os seguintes indicadores:

Período 1º de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016

Meta: Ampliar em 4,5% o número de registros de imóveis de uso especial da União no sistema de gerenciamento de imóveis de uso especial da União SPIUNet, em relação ao ano anterior

Meta: Incrementar a arrecadação patrimonial em 1% em relação a apuração acumulada de 12 meses.

Período 1º de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017.

Meta: Desenvolvimento de cinco módulos do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUnet)

Meta: Incremento de 14 Serviços da SPU disponibilizados virtualmente, totalizando 22.

3.1.1.4 Quanto a GIAPU, para o ano de 2016 foram definidas os seguintes indicadores:

A – Fiscalização/ Vistoria;

B – Redução de Inconsistências - Em regularização e Irregular;

C – Demarcação;

D - Destinação de imóveis;

E – Novo Registro SPIUNet;

F - Arrecadação patrimonial;

3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

O direcionamento estratégico da SPU é estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico – PE do MP.

Assim, ao final de 2015, o ministério iniciou um processo de redefinição do plano estratégico para o período de 2016-2019 o qual engloba objetivo e iniciativas estratégicas de contribuição direta desta secretaria. Este plano foi concluído em meados do segundo semestre de 2016 e encontra-se em implementação.

O PE define os indicadores de acompanhamento, contudo a Diretoria de Planejamento do MPDG somente iniciou a coleta de informações a partir de março de 2017.

Merecem destaque, entretanto, os avanços da SPU em relação às iniciativas estratégicas “Implantação de sistema unificado de administração do patrimônio imobiliário público federal, em base georreferenciada” (Sistema Integrado de Gestão do Patrimônio da União/SPUnet) cuja descrição integra o item 3.3.6; a iniciativa “Implantação de Estratégia de Relacionamento com a Sociedade”, com foco no atendimento virtual – Portal de Serviços da SPU – também descrito neste item, e a Ampliação e Qualificação do Cadastro de Imóveis, ação em desenvolvimento contínuo na SPU e que passou a contar em 2016 com uma Coordenação-Geral para tratar especificamente deste tema, que atua em articulação com a CGTEC e CGIPA no âmbito do Programa de Modernização. Quanto à iniciativa “Aprimoramento da Política de Gestão e Racionalização do Uso de Imóveis da União”, houve avanços descritos no item 3.3.6 deste relatório “desempenho operacional”.

3.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos

Todas as Unidades do MPDG participaram da elaboração do Planejamento Estratégico, que é uma compilação dos principais objetivos de contribuição propostos pelas diversas áreas do órgão, que foram incentivadas a elaborar seus objetivos com base na Missão, Visão e Objetivos Estratégicos do MPDG, indicando as Iniciativas a serem adotadas, com suas respectivas Entregas, além de elaborar os Indicadores para mensurar o atingimento dos objetivos.

No contexto do Planejamento Estratégico do MPDG, a SPU contribui com as iniciativas e entregas especificadas no item 3.1.1: “Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício”.

Há que se frisar que, tanto o Planejamento Estratégico do Ministério quanto os planejamentos estratégicos das Unidades, mantiveram estreito alinhamento aos Objetivos do Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, do PPA 2016-2019, e com os objetivos estratégicos do MPDG, conforme descrito anteriormente.

3.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

No âmbito do PPA, as atividades da SPU estão estruturadas em torno de quatro ações orçamentárias (Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial; Gestão do Patrimônio Imobiliário da União; Fiscalização, Controle e Avaliação de Imóveis da União e Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União). Cada uma destas ações desdobram-se em diversos planos orçamentários, cujas metas para o período do PPA são controladas, monitoradas e avaliadas pelo MPDG por meio do SIOP (Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento). Cada um dos planos orçamentários possui um coordenador, que participa da definição interna das metas para estas ações e planos orçamentários, e que possui a obrigação de informar semestralmente neste sistema os resultados alcançados em relação a cada uma das metas vinculadas aos planos orçamentários, com a possibilidade de alteração das metas em decorrência de fatores supervenientes, que possam ter impacto sobre a execução das metas acordadas. Além de informar a execução das metas, o coordenador deve também fazer a análise do plano orçamentário, para verificar a coerência entre o que foi planejado e efetivamente executado.

A Gratificação de Incremento à Administração do Patrimônio Imobiliário da União (GIAPU), estabelece metas vinculadas aos principais macroprocessos da SPU, as quais se desdobram em metas locais para cada uma das Superintendências do Patrimônio nos estados. A GIAPU é monitorada por meio do Painel de Indicadores, que agrega as informações de desempenho para mensuração dos indicadores em relação às suas respectivas metas.

Os mecanismos de elaboração dos indicadores e metas, bem como o processo de apuração dos resultados da política de administração do patrimônio, permitem direcionar a atuação operacional da Secretaria, proporcionando-lhe flexibilidade na configuração de sua estratégia de atuação face às constantes mudanças legais, jurídicas ou institucionais a que está exposta.

No âmbito interno, a SPU tem avançado na implementação de instrumentos de gestão para acompanhamento e monitoramento das ações das Superintendências, por meio de Portarias que regulamentam a execução de seus macroprocessos. Neste contexto, destacamos: (i) a Portaria nº 140/2013, que estabelece as diretrizes e procedimentos de acompanhamento das demarcações e identificação de áreas da União, no âmbito do Plano Nacional de Caracterização e (ii) a Portaria 141/2013, que estabelece os procedimentos para o acompanhamento das demandas de regularização e uso de imóveis da União;

O Conselho de Avaliadores de Imóveis da SPU, criado pela Portaria nº 111, de 2014, estrutura as ações voltadas ao planejamento, apoio e fomento dos serviços de avaliação de imóveis da União, assim como o Conselho de Demarcação, Portaria nº 151, de 2014, que define as formas de planejamento, apoio e fomento dos serviços de demarcação de áreas da União ou de seu interesse, além de auxiliar na implementação do Plano Nacional de Caracterização nos Estados e no Distrito Federal.

3.3 Desempenho Orçamentário

3.3.1 Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados

A SPU não é responsável por nenhum dos objetivos do PPA 2016-2019.

3.3.2 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Quadro 4 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X)Integral () Parcial					
Código	152W					

Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
R\$ 732,91	R\$ 732,91	R\$ 0,00			

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X)Integral () Parcial				
Código		15L0 Tipo: Projeto				
Título		CONSTRUCAO DE IMOVEIS PARA USO DA ADMINISTRACAO PUBLICA FEDERAL				
Objetivo		Código:				
Programa		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		47101				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 59.646.338,00	R\$ 1.074.338,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00				

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X)Integral () Parcial					
Código	15NT Tipo: Projeto					
Título	AQUISICAO DE IMOVEIS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS					
Objetivo	Código:					

Programa		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		47101				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 376.300.000,00	R\$ 28.524.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 28.524.000,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00				

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (X) Parcial				
Código		20U4 Tipo: Atividade				
Título		GESTAO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DA UNIAO				
Objetivo		Código: 1157 - Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos.				
Programa		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		47101				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 32.504.642,00	R\$ 33.404.642,00	R\$ 31.518.767,84	R\$ 27.120.442,79	R\$ 26.977.912,11	R\$ 142.530,68	R\$ 4.398.325,05
Execução Física						

Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Ato de Gestão Patrimonial Registrado			Ato registrado no FIGEST	2500		2599
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
R\$ 9.573.582,02	R\$ 2.316.842,82	R\$ 5.392.114,27				

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		()Integral (X) Parcial				
Código		8690				

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 5 – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação							
Código		154A				Tipo: Projeto	
Título		AQUISICAO DE IMOVEL PARA CONSTRUCAO DO CENTRO CASA DA MULHER					
Iniciativa							
Objetivo						Código:	
Programa		DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA				Código: 2038 Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		47101					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realiza do	
R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,01					

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação									
Código		2272				Tipo: Atividade			
Título		GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							
Iniciativa									
Objetivo		Código:							
Programa		GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO				Código: 0794		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		47101							
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta					
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realiza do			
R\$ 20.309,240	R\$ 0,00	R\$ 20.309,240							

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação	
Código	8688 Tipo: Atividade
Título	CARACTERIZACAO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DA UNIAO
Iniciativa	

Objetivo		Código:			
Programa		DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA Código: 2038 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária		47101			
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realiza do
R\$ 178.275,06	R\$ 0,00	R\$ 178.275,06			

Fonte: Tesouro Gerencial

3.3.3 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 (LOA 2016) contemplou a SPU com ações de 02 (dois) Programas: o 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública (temático) e o 2125 - Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Gestão manutenção e Serviços ao Estado) com dotação total inicial de R\$ 128.799.112,00, sendo R\$ 122.803.691,00 o montante destinado ao Programa Temático.

Quanto ao limite de empenho, em maio de 2016, Órgão Setorial de Orçamento do MP disponibilizou inicialmente para SPU limite de empenho no valor de R\$ 31.752.000,00 em decorrência da edição do Decreto de programação orçamentária e financeira nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, ampliando posteriormente para R\$ 66.031.704,18, o que possibilitou a execução de 94% das dotações da ação 20U4 (Gestão do Patrimônio Imobiliário da União), 95% da ação 12NZ Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário referente à operação de crédito firmada com o BID e, ainda, foi possível empenhar parte do crédito especial autorizado no final o exercício por meio da Lei 13.393, de 20.12.2016, que destinou dotações para a aquisição de imóveis do INSS consignadas em ação específica código 15NT.

Já o limite para despesas com diárias e passagens da SPU foi fixado inicialmente pela Portaria MP nº 155/2016, de 6.5.2016, no valor de R\$ 678.312,00, passando para R\$ 869.182,00 mediante publicação da Portaria MP 269/2016, de 19.9.2016, e, posteriormente, ampliado para R\$ 966.830,00 por meio da Portaria MP nº 396/2016, de 13.12.2016.

3.3.4 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Quadro 6 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Valores em R\$ 1,00

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Secretaria do Patrimônio da União					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						
Contrato de repasse						
Termo de Cooperação	1	0	2	0,00	0,00	1.248.405,96
Totais	1	0	2	0,00	0,00	1.248.405,96

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI Operacional/Planilhas de controle

Quadro 7 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria do Patrimônio da União					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos repasse	Termos de Cooperação
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			4
		Montante Repassado			2.956.035,25
Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI Operacional/Planilhas de controle					

Quadro 8 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do

relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Secretaria do Patrimônio da União				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termos de Cooperação
Contas analisadas	Quantidade aprovada			0
	Quantidade reprovada			0
	Quantidade de TCE instauradas			0
	Montante repassado (R\$)			0,00
Contas NÃO analisadas	Quantidade			0
	Montante repassado (R\$)			0,00
Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI Operacional/Planilhas de controle				

Quadro 9 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria do Patrimônio da União					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	0
Contratos de repasse	0	0	0	0	0
...					
...					

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI Operacional/Planilhas de controle

Análise Crítica: Nos últimos 03 (três) exercícios financeiros, a SPU não celebrou convênios nem contratos de repasse somente firmou 02 (dois) termos de cooperação em 2014 e celebrou 01 (um) Termo de execução descentralizada (TED) em 2016 todos com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) visando o desenvolvimento de atividade fim na área de regularização fundiária buscando a melhoria da gestão da SPU. Registre-se, em relação ao TED firmado em 2016 com a UFPE, que os créditos foram descentralizados naquele exercício, no entanto, os repasses de recursos estão programados para ocorrerem a partir de 2017.

3.3.5 Informações sobre a Execução das Despesas

Quadro 10 – Despesas totais por modalidade de contratação

UG Responsável		Item Informação 2.3.4 - Informações sobre a Execução das Despesas	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)		DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	
			DEZ/2016	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2015
170011	SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO	d) Pregão	360.846,68		360.846,68	
		h) Dispensa	1.853.986,04	1.645.956,66	1.853.986,04	1.645.956,66
		i) Inexibibilidade	60.847,59	148.445,49	60.847,59	148.445,49
		j) Suprimento de Fundos	568,90	0,00	568,90	0,00
		l) Diárias	169.226,67	101.890,93	169.226,67	101.890,93
		Outros	2.572,86	622,02	2.572,86	622,02
		Total	2.448.048,74	1.896.915,10	2.448.048,74	1.896.915,10
170029	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/MA	j) Suprimento de Fundos	2.811,48	2.477,55	2.811,48	2.477,55
		l) Diárias	17.550,43	24.217,56	17.550,43	24.217,56
		Outros	200,00	224,00	200,00	224,00
		Total	20.561,91	26.919,11	20.561,91	26.919,11
170036	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/PI	j) Suprimento de Fundos	4.491,35	3.259,25	4.491,35	3.259,25
		l) Diárias	13.540,41	21.578,80	13.540,41	21.578,80
		Total	18.031,76	24.838,05	18.031,76	24.838,05
170043		j) Suprimento de Fundos	292,99	3.769,90	292,99	3.769,90

	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/CE	l) Diárias	5.883,31	15.408,05	5.883,31	15.408,05
		Outros	68,00		68,00	
		Total	6.244,30	19.177,95	6.244,30	19.177,95
170048	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/RN	l) Diárias	9.125,98	9.279,03	9.125,98	9.279,03
		Outros		743,32		743,32
		Total	9.125,98	10.022,35	9.125,98	10.022,35
170053	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/PB	l) Diárias	9.149,55	21.837,61	9.149,55	21.837,61
		Total	9.149,55	21.837,61	9.149,55	21.837,61
170062	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/PE	j) Suprimento de Fundos	484,20	1.348,19	484,20	1.348,19
		l) Diárias	4.396,50	9.222,71	4.396,50	9.222,71
		Outros	5.500,00	484,57	5.500,00	484,57
		Total	10.380,70	11.055,47	10.380,70	11.055,47
170067	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AL	j) Suprimento de Fundos	157,00	349,00	157,00	349,00
		l) Diárias	7.580,72	2.348,85	7.580,72	2.348,85
		Total	7.737,72	2.697,85	7.737,72	2.697,85
170070	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/SE	j) Suprimento de Fundos	1.403,43	44,00	1.403,43	44,00
		l) Diárias	15.857,78	6.708,00	15.857,78	6.708,00
		Total	17.261,21	6.752,00	17.261,21	6.752,00
170083	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/BA	j) Suprimento de Fundos	6.536,48	4.361,29	6.536,48	4.361,29
		l) Diárias	28.555,74	29.686,05	28.555,74	29.686,05
		Outros	695,79	431,00	695,79	431,00
		Total	35.788,01	34.478,34	35.788,01	34.478,34
170098	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/MG	j) Suprimento de Fundos	0,00	82,00	0,00	82,00
		l) Diárias	34.293,28	28.646,65	34.293,28	28.646,65
		Outros	1.740,68	1.140,32	1.740,68	1.140,32
		Total	36.033,96	29.868,97	36.033,96	29.868,97
170104	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/ES	j) Suprimento de Fundos	11.716,13	9.432,21	11.716,13	9.432,21
		l) Diárias	11.169,19	22.765,25	11.169,19	22.765,25
		Outros	233,01	581,00	233,01	581,00
		Total	23.118,33	32.778,46	23.118,33	32.778,46
170112	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/MS	l) Diárias	7.437,99	24.663,87	7.437,99	24.663,87
		Total	7.437,99	24.663,87	7.437,99	24.663,87
170127	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/RJ	j) Suprimento de Fundos	4.606,89	5.499,33	4.606,89	5.499,33
		l) Diárias	17.048,52	27.354,09	17.048,52	27.354,09
		Total	21.655,41	32.853,42	21.655,41	32.853,42
170128	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/PA	j) Suprimento de Fundos	477,23	1.347,40	477,23	1.347,40
		l) Diárias	44.215,22	56.810,12	44.215,22	56.810,12
		Outros		84,00		84,00
		Total	44.692,45	58.241,52	44.692,45	58.241,52
170151	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/SP	j) Suprimento de Fundos	2.846,27	2.841,23	2.846,27	2.841,23
		l) Diárias	28.522,82	24.799,53	28.522,82	24.799,53
		Outros	2.895,77	291,87	2.895,77	291,87
		Total	34.264,86	27.932,63	34.264,86	27.932,63
170164	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/PR	j) Suprimento de Fundos	406,83	34,40	406,83	34,40
		l) Diárias	6.849,34	9.861,87	6.849,34	9.861,87
		Total	7.256,17	9.896,27	7.256,17	9.896,27
170173	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/SC	j) Suprimento de Fundos	804,15	1.507,00	804,15	1.507,00
		l) Diárias	11.401,90	24.420,94	11.401,90	24.420,94
		Outros		76,00		76,00
		Total	12.206,05	26.003,94	12.206,05	26.003,94
170188		j) Suprimento de Fundos		570,00		570,00
		l) Diárias	3.167,69	6.104,60	3.167,69	6.104,60

	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/RS	Outros	166,23		166,23	
		Total	3.333,92	6.674,60	3.333,92	6.674,60
170193	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/MT	j) Suprimento de Fundos	800,00	2.405,00	800,00	2.405,00
		l) Diárias	7.273,72	11.670,46	7.273,72	11.670,46
		Total	8.073,72	14.075,46	8.073,72	14.075,46
170199	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/GO	l) Diárias	5.582,20	4.910,95	5.582,20	4.910,95
		Total	5.582,20	4.910,95	5.582,20	4.910,95
170211	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AM	j) Suprimento de Fundos	729,00	1.215,04	729,00	1.215,04
		l) Diárias	12.306,39	33.938,81	12.306,39	33.938,81
		Outros	600,00		600,00	
		Total	13.635,39	35.153,85	13.635,39	35.153,85
201032	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AP	l) Diárias	10.816,31	32.859,38	10.816,31	32.859,38
		Total	10.816,31	32.859,38	10.816,31	32.859,38
201033	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/RO	j) Suprimento de Fundos	2.073,34	1.234,00	2.073,34	1.234,00
		l) Diárias	893,60	2.317,56	893,60	2.317,56
		Total	2.966,94	3.551,56	2.966,94	3.551,56
201034	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/RR	l) Diárias	5.232,71	13.718,61	5.232,71	13.718,61
		Total	5.232,71	13.718,61	5.232,71	13.718,61
201035	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AC	j) Suprimento de Fundos	3.923,03	3.819,42	3.923,03	3.819,42
		l) Diárias	11.515,47	26.519,54	11.515,47	26.519,54
		Total	15.438,50	30.338,96	15.438,50	30.338,96
201039	SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/TO	j) Suprimento de Fundos		430,00		430,00
		l) Diárias	9.948,39	26.532,65	9.948,39	26.532,65
		Outros	14.990,00		14.990,00	
		Total	24.938,39	26.962,65	24.938,39	26.962,65
Total			2.859.013,18	2.465.178,93	2.859.013,18	2.465.178,93

Quadro 11 – Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	R\$ 27.451.281,57	R\$ 28.223.883,89	R\$ 23.096.550,94	R\$ 24.572.506,63	R\$ 4.354.730,63	R\$ 3.651.377,26	R\$ 22.965.058,26	R\$ 23.593.540,56	
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	R\$ 1.544.803,61	R\$ 1.398.351,22	R\$ 1.488.390,41	R\$ 1.351.011,90	R\$ 56.413,20	R\$ 47.339,32	R\$ 1.488.390,41	R\$ 1.351.011,9	
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$ 1.172.875,84	R\$ 235.155,63	R\$ 1.140.306,01	R\$ 227.916,23	R\$ 32.569,83	R\$ 7.239,40	R\$ 1.140.306,01	R\$ 224.989,45	
Demais elementos do grupo	R\$ 4.009.821,87	R\$ 5.780.151,63	R\$ 2.390.368,17	R\$ 2.469.203,93	R\$ 1.619.453,70	R\$ 3.310.947,70	R\$ 2.377.368,63	R\$ 2.468.416,75	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados	Valores Pagos			

4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 3.139.118,62	R\$ 876.056,01	R\$ 590.671,26	R\$ 32.423,65	R\$ 2.548.447,36	R\$ 843.632,36	R\$ 590.671,26	R\$ 32.423,65
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	R\$ 189.802,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 189.802,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
51 - OBRAS E INSTALACOES	R\$ 0,00	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5. Inversões Financeiras								
61 - AQUISICAO DE IMOVEIS	R\$ 28.524.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 28.524.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica: A seguir os destaques dos valores mais expressivos da execução das despesas no exercício do relatório.

Modalidade Contratação direta – valor R\$ 1.914.833,63 - os valores correspondem aos contratos de prestação de serviços celebrados com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, mediante dispensa e inexigibilidade de licitações.

Grupo Outras despesas Correntes – elemento de despesa: Outros serviços de Terceiros PJ, valor empenhado R\$ 27.451.281,57 – em sua maioria, os valores correspondem à contratação de serviços e fornecimentos para a manutenção das Unidades da SPU, tanto do Órgão Central quanto das Superintendências Regionais, cuja execução é realizada em parceria com as SAMF (Superintendências de Administração do Ministério do Ministério da Fazenda) e as SAMP (Superintendência Regionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), dentre os quais destacamos os serviços prestados pela Imprensa Nacional e pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, taxas de condomínio e outros serviços pagos pela Unidade SPU/DF, contratação de serviços diversos como de segurança, limpeza e conservação, manutenção predial, serviços de tecnologia da informação, entre outros.

Grupo Inversões Financeiras - Aquisição de imóveis do INSS, valor empenhado R\$ 28.524.000,00 – o valor empenhado está relacionado à assinatura de três contratos para aquisição de imóveis do INSS de um total de nove processos de aquisição que se encontravam em estágio adiantado de formalização quando do encerramento do exercício.

O montante empenhado para essa finalidade não foi maior devido ao exíguo prazo verificado entre a data da publicação da Lei que autorizou o crédito especial (Lei nº 13.393/2016, de 20.12.2016, publicada no DOU de 21.12.2016) e a data de encerramento do exercício, prazo esse insuficiente para cumprimento em tempo hábil dos tramites legais exigidos para todas as contratações programadas.

3.3.6 Desempenho Operacional

Neste tópico serão apresentados os principais resultados operacionais alcançados pela SPU durante o ano de 2016, por área de atuação da Secretaria. Serão apresentadas as principais áreas e processos desenvolvidos na Secretaria, enfatizando os principais resultados alcançados nos processos críticos.

DIRETORIA DE PROGRAMA - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO

A SPU executa o Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União – PMGPU com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o qual foi firmado o Contrato de Empréstimo nº 2580-OC/BR. Como parte das ações pactuadas no contrato, foi estruturada a Unidade de Coordenação do Programa (UCP), que se dedica especificamente à coordenação das ações do programa, realiza a sua gestão física e financeira e, ainda, fica responsável pela articulação institucional com todas as demais unidades do MPDG.

Uma das principais frentes de trabalho do PMGPU reside nas ações de Tecnologia da Informação (TI), que acontecem em articulação com a Coordenação-Geral de Tecnologia (CGTEC/SPU) e também com a Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI/MP, que oferece suporte técnico para o desenvolvimento dos sistemas para a futura instalação em ambiente tecnológico e de manutenção pelo MPDG.

Fora do ambiente do Ministério, a articulação acontece por meio de parcerias firmadas com outras instituições. A maior delas (considerando o aporte de recursos e volume de produtos previstos) acontece desde 2012, com o Exército Brasileiro, instrumentalizada pelo Acordo de Cooperação e Termo de Execução Descentralizada firmado com o Departamento de Engenharia e Construções (DEC) que, com recursos do PMGPU, se encarrega da execução de ações para o desenvolvimento de sistema integrado de gestão do patrimônio.

OBJETIVO DO PROGRAMA

O Programa tem por objetivo promover um melhor aproveitamento do potencial econômico e socioambiental do patrimônio imobiliário da União, por meio do fortalecimento da capacidade de gestão da SPU.

ESTRUTURA

O Programa está estruturado em três componentes, que coincidem com seus objetivos específicos, quais sejam: (i) Modernizar os processos e bases de dados para a caracterização dos imóveis da União; (ii) Gerar conhecimento para apoiar uma gestão inovadora, que potencialize o aproveitamento da função socioambiental dos ativos públicos harmonizada com a função arrecadadora e o uso compartilhado da informação patrimonial para a formulação de políticas públicas; (iii) Automatizar os processos e aperfeiçoar os sistemas de informação para apoiar a gestão do patrimônio da União.

Detalhamento de ações dos Componentes do Programa

- **Componente 1 - Modernização dos processos e base de dados para caracterização dos imóveis da União** - Modernização metodológica e de

procedimentos; Padronização da cartografia da SPU; Ampliação da escala de identificação; Certificação e depuração das bases existentes.

- **Componente 2. Geração de conhecimento para a gestão patrimonial** – Modelagem conceitual dos bens da União; Proposta de aperfeiçoamento da contabilidade patrimonial; Regularização do registro cartorial dos bens imóveis da União; Proposta de novos modelos de negócios e estudos dos seus potenciais benefícios para o aproveitamento do uso dos bens públicos federais; Estudos de metodologias de avaliação de bens públicos federais; Estratégia de racionalização da utilização de imóveis destinados à APF.
- **Componente 3. Automatização dos processos de gestão do patrimônio da União** - Plano de Gestão da Informação Patrimonial; Atualização do Mapeamento de Processos da SPU; Desenvolvimento do sistema informatizado; Digitalização de documentos; Implantação de tecnologias de comunicação.

REGISTRO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS NO PERÍODO

Atividades do Componente 1:

Em 2016 foram publicadas as atualizações da Estrutura de Dados Geográficos Vetoriais - EDGV da SPU (v.1.3) e das especificações técnicas para Aquisição de Dados Geográficos Vetoriais - ADGV da SPU (v.1.3), além da atualização do modelo de dados geoespaciais da SPU (v.1.3). Foi publicada, também, a primeira versão do manual de catalogação e validação de metadados geoespaciais da SPU e estruturado o diretório para organização de dados geoespaciais digitais no servidor de arquivos da SPU.

Nesse período ainda foram realizadas as seguintes atividades:

- Catalogação, digitalização, georreferenciamento e vetorização de altimetria de coleção cartográfica de 27 cartas da Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais;
- Contratação de consultoria para revisão da metodologia e dos normativos de identificação de imóveis da União, através da assinatura do Termo de Execução Descentralizada nº 009/2016, em 18 de agosto de 2016, entre a (SPU) e a Universidade de Brasília (UnB), representada pelo Laboratório de Sistemas de Informações Espaciais (LSIE) do Departamento de Geografia, para realizar a revisão metodológica dos processos e normativos de identificação/demarcação de imóveis da União e consolidação de metodologia por meio de capacitação na área de identificação de imóveis da União – Processo SEI nº 04905.001038/2016-32.
- Aquisição de Licenças do software FME, incluindo treinamento a ser realizado ainda no primeiro trimestre de 2017;
- Aquisição de Equipamentos (GPS geodésico com tecnologia RTK). Por meio do processo SEI nº 04905.002388/2016-16, foram adquiridos 05 (cinco) conjuntos de GPS Geodésico L1/L2 com tecnologia Real Time Kinematic - RTK, acompanhado de softwares de coleta e de pós-processamento, garantia, suporte técnico e treinamento, para alocação de um equipamento para cada Unidade Regional de Geoinformação.

Atividades do Componente 3:

Destaca-se o lançamento do novo Portal de Atendimento da SPU, com a disponibilização de 24 serviços relacionados aos bens imobiliários da União, que correspondem a 80%

dos serviços prestados pela SPU aos cidadãos, empresas, poder público e entidades. Buscando melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, desburocratizar os processos e aumentar a satisfação dos seus usuários, a SPU desenvolveu e implantou o Portal de Atendimento para tratamento digital das demandas externas.

Esta iniciativa se justificou em razão da existência de volume significativo de atendimentos presenciais nas Superintendências nos Estados. Além disso, a baixa capacidade de gerenciamento dos serviços prestados e a falta de padronização no atendimento com excesso de exigências e burocratização não contribuíam para a evolução da qualidade do atendimento ao usuário. Ademais, como os postos de atendimento localizam-se exclusivamente nas sedes das SPU nos estados, o cidadão necessitava se deslocar até a capital ou sede da SPU para formalização de suas demandas. O Portal de Atendimento foi lançado em outubro de 2016 e, até fevereiro/2017, já recebeu cerca de 6.200 requerimentos e contabilizou mais de 318 mil acessos, com média variando de 3 a 5 mil acessos/dia. Por meio do Portal, o interessado agora pode acompanhar pela Internet as fases de tramitação de sua demanda.

Como medidas necessárias à implantação do Portal foram realizados o mapeamento e redesenho de processos, o desenvolvimento da aplicação (que inclui um painel de monitoramento), capacitação interna e campanha de divulgação. As iniciativas visam qualificar o relacionamento e a prestação de serviços ao cidadão por parte da SPU, com foco na ampliação da provisão de serviços on-line, de forma a agilizar e melhorar o atendimento ao cidadão, além de aumentar a transparência acerca da administração do patrimônio imobiliário da União.

Dentre os benefícios previstos a partir da implantação do novo Portal de Atendimento estão o aumento da satisfação dos usuários com serviços prestados pela SPU; o incremento da capacidade operacional e gerencial na prestação de serviços; a melhoria da imagem institucional; a maior transparência dos atos de gestão patrimonial, entre outros.

Juntamente com a implantação do Portal de Atendimento da SPU aconteceu o lançamento da primeira versão do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPU-net), projeto que prevê a unificação das quatro bases cadastrais de imóveis existentes, com a implantação de novo sistema fundamentado em um Banco de Dados Geoespaciais, permitindo assim uma gestão mais eficiente e eficaz do patrimônio, com utilização de inteligência geográfica.

O novo sistema tem concepção modular, com blocos de funcionalidades dedicadas aos processos de Incorporação de áreas e imóveis (cadastro); tratamento e administração da Geoinformação na SPU; disponibilização de Serviços Eletrônicos (portal acima mencionado); gestão da Destinação; gestão da Avaliação e contabilização do valor dos ativos imobiliários públicos federais no Balanço Geral da União; gestão das Receitas Patrimoniais e Fiscalização. Esta iniciativa é o principal componente do Programa de Modernização da SPU, e cabe destacar que contribuíram para seu atual estágio de desenvolvimento a reestruturação de uma Unidade de Coordenação do Programa com um modelo de gestão adequado; os arranjos institucionais e parcerias com outras instituições e Universidades Públicas; as parcerias internas ao MP e, as contratações de fornecedores no mercado. O Sistema já conta com seus principais componentes desenvolvidos ou em homologação, e os demais módulos em construção simultânea, em diversos estágios de desenvolvimento, com previsão de implementações no decorrer de 2017 e em 2018.

O modelo anterior de gestão do patrimônio apresentava como questões críticas a alta dependência de um único fornecedor e contratos muito onerosos, se comparados aos preços de mercado. O novo modelo inclui requisição de serviços e fiscalização pela SPU, fiscalização técnica pela DTI/MP, desenvolvimento e manutenção por fábricas de software e hospedagem e sustentação a cargo de outros fornecedores. Com esse novo desenho, busca-se mitigar as questões críticas com independência de fornecedores e redução de custos com contratos de desenvolvimento, gerando economia aproximada de 66%.

As principais inovações do novo sistema são: plataforma única, integrada, escalável e interoperável; acesso integralmente na internet, compatível com os dispositivos móveis; unificação do cadastro de imóveis (conceito, dados, validações etc.); informação e inteligência espacial; vinculação com os processos de trabalho; novos processos de trabalho automatizados (contabilidade, geração de atos e contratos); novas integrações com outras bases de dados e sistemas (Correios, Receita Federal, CNJ, Bacen, SEI, CADÚNICO, Imprensa Nacional, PGFN); gestão própria do Ministério do Planejamento. Como resultados planejados a partir da nova ferramenta de gestão tem-se a melhoria dos processos (mais ágeis, inteligentes, eficientes); melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros; maior capacidade de planejamento, controle e gestão; aumento da transparência e conformidade; elevação do nível de satisfação da sociedade; melhoria da imagem institucional.

Ainda sobre as ações do projeto do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUnet), em 2016 foram realizadas a especificação e desenvolvimento de funcionalidades dos Módulos de Caracterização e Incorporação de Imóveis, de Receitas e de Controle de Acessos.

Foi também concluída a qualificação de dados com a geocodificação de 600 mil imóveis públicos federais, e desenvolvida e implantada a ferramenta de geovisualização dos imóveis públicos federais (www.imoveisfederais.planejamento.gov.br), como prova de conceito para implantação do Sistema Unificado.

Houve a implantação do Catálogo de Metadados Geoespaciais em ambiente de homologação, além da construção da funcionalidade de apresentação das camadas de dados geoespaciais da produção cartográfica no Geovisualizador. Além disso, foi disponibilizada a funcionalidade de qualificação do ponto do imóvel (imóveis pendentes) no Geovisualizador, além de elaboração de “Cartilha de Imóvel Pendente”.

Ainda em 2016 foi finalizado o Projeto de Mapeamento de Processos da SPU, alcançando um total de 18 processos mapeados e redesenhados.

Por fim, em 23 de dezembro de 2016 foi firmado o Termo de Execução Descentralizada nº 18/2016 com a Universidade Federal Fluminense, cujo objeto é o “desenvolvimento de metodologia para recuperação, tratamento, organização e conservação de acervo documental, bem como de solução eletrônica de gestão e disponibilização pública de informações relativos ao acervo documental da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), por meio de parceira com a Universidade Federal Fluminense (UFF), em consonância com as normas e diretrizes emanadas do órgão normativo de gestão documental no âmbito nacional”.

VALORES EXECUTADOS – APURAÇÃO POR DESENVOLVIMENTO DE COMPONENTE

Tabela 1 Valores executados no período (2016) acumulado, por fonte, categoria de investimento e Componente

Categoria de Investimento (em US\$)	Execução 2016			Acumulado até 31/12/2016		
	BID	Local	Total	BID	Local	Total
Administração	13.169,97	90.628,93	103.798,90	13.169,97	252.315,41	265.485,38
Gestão do Projeto	0,00	90.628,93	90.628,93	0,00	252.315,41	252.315,41
Auditoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Avaliação	13.169,97	0,00	13.169,97	13.169,97		13.169,97
Sem alocação específica						
Imprevistos						
Custos Diretos	1.118.637,50	121.300,98	1.239.938,48	2.685.885,89	562.383,57	3.248.269,46
Componente I	583.019,37	43.410,72	626.430,09	1.456.376,91	333.900,39	1.790.277,30
Componente II	0,00	0,00	0,00	0,00	106.707,01	106.707,01
Componente III	535.618,13	77.890,26	613.508,39	1.229.508,98	121.776,17	1.351.285,15
Subtotais	1.131.807,47	211.929,91	1.343.737,38	2.699.055,86	814.698,98	3.513.754,84

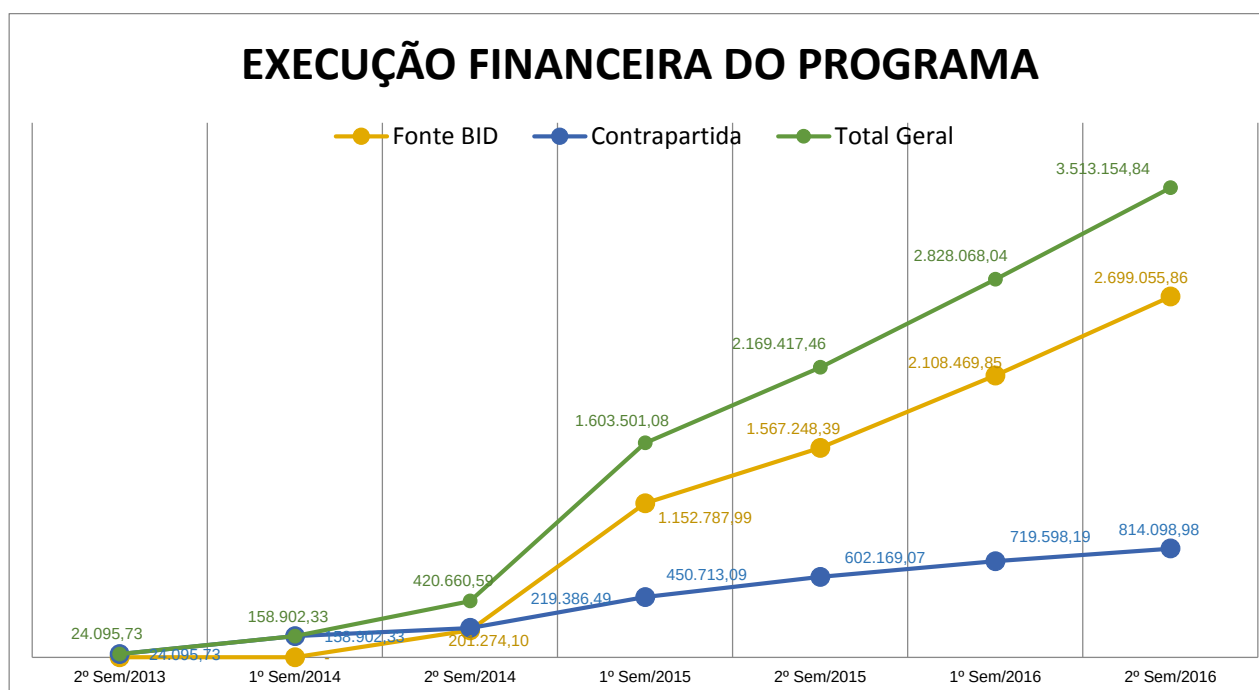


Figura 1 Evolução dos valores acumulados por fonte e semestre

ANALISE DOS FATORES CRÍTICOS E PROBLEMAS DETECTADOS

O desenvolvimento do Sistema e do Portal de Atendimento integram o Programa de Modernização da SPU, que conta com ferramentas de apoio ao seu gerenciamento, dentre elas a Matriz de Riscos. Merecem, entretanto, ser mencionados os principais pontos de atenção com relação às dificuldades, restrições e riscos que acompanham todo o

desenvolvimento do projeto: a necessidade de arranjos institucionais importantes para a fase de desenvolvimento do projeto; a necessidade de um gerenciamento muito intenso dos serviços contratados com terceiros; a busca de solução para o modelo de sustentação e manutenção evolutiva da aplicação; a superação das limitações orçamentárias que alcançam, no momento, diversas iniciativas no âmbito do Governo Federal.

Além disso, são desafios constantes a capacidade de se manter a priorização do Programa frente às demandas crescentes do órgão, prover capacitação e comunicação do sistema (interna e externa), trabalhar permanentemente para alcançar a mudança da cultura institucional necessária à adaptação da Secretaria à nova realidade em prestação de serviços públicos (incluindo internalização do sistema pelas áreas finalísticas, adequação da legislação e normativos e provimento de recursos e estrutura para sustentação).

Para mitigação dos riscos e dificuldades encontradas, foram tomadas decisões estratégicas e propostas ações como: intensificação do envolvimento das áreas finalísticas na especificação dos módulos do novo sistema, projeto central do Programa; formulação e atualização da matriz de gerenciamento de riscos específico do projeto de desenvolvimento do sistema (SPUnet); instituição de ponto de controle semanal envolvendo as equipes da UCP/PMGPU e da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTEC) para nivelamento e monitoramento do projeto de desenvolvimento do SPUnet; priorização do desenvolvimento e implantação do módulo do sistema voltado ao público externo (portal de serviços), visando dar maior visibilidade e ampliação do patrocínio institucional ao Programa; instituição de ponto de controle quinzenal envolvendo o Departamento de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva, unidade responsável pela gestão dos contratos firmados com a fábrica de software; proposição de unidade específica para coordenar as atividades de gestão das informações cadastrais e geoespaciais.

GESTÃO DOS DADOS CADASTRAIS E GEOESPACIAIS

CONTEXTUALIZAÇÃO

A SPU não possuía, até 2016, uma área específica responsável pela gestão da informação cadastral e geoespacial, fato que impactava de forma negativa a qualidade dos dados e a produção cartográfica da Secretaria. Em resposta à necessidade de institucionalização e de estruturação dessa área foi criada a Coordenação Geral de Cadastro e Informação Geoespacial (CGCIG), ligada à Diretoria de Programa, cujo objetivo principal é a utilização das informações cadastrais e geoespaciais como instrumentos de apoio às ações de gestão de bases de dados originárias da natureza e uso dos imóveis, bem como das bases de dados geoespaciais provenientes da produção cartográfica interna e externa da SPU.

Ligadas à CGCIG há duas divisões com competências de tratamento de dados literais e geoespaciais, sendo uma delas responsável pela orientação e acompanhamento da produção cartográfica em quatro Unidades Regionais de Geoinformação da SPU - URGeos (Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Florianópolis). Posteriormente há intenção de instalar uma na região Norte (Manaus).

Em alinhamento com o escopo dos Componentes I e III do PMGPU (gestão de bases de dados e automatização de processos) a criação da CGCIG emancipou a gestão da informação dentro da Secretaria e aumentou o grau de maturidade no tratamento do tema em virtude, especialmente, da formação de equipe especializada. Isso assegura a

continuidade da modernização da gestão, mesmo depois do encerramento do Programa. No entanto ainda existem dificuldades referentes ao processo de sensibilização e comunicação interna e externa por parte da Secretaria para que este processo seja mais célere.

REGISTRO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS NO PERÍODO

a. Informação Cadastral

O Projeto de Migração para o Sistema Unificado foi iniciado pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação da SPU (CGTEC) e encontra-se bem avançado em relação a algumas das bases de dados legadas. Para outras, ainda há esforço de adequação, tarefa que a nova CGCIG incorporará aos poucos. De imediato, será feito um trabalho de qualificação de endereços em todo o Brasil para a base SIAPA, associando os trechos de logradouros com os CEPs da base nacional de endereços dos Correios.

Por tratar da estruturação de dados associados à arquitetura da informação e do sistema, a CGCIG também apoia a construção dos módulos negociais do sistema unificado.

Um dos módulos do sistema unificado será o Gerencial, por onde serão extraídas informações de relatórios, mapas temáticos e gráficos. Este módulo, assim como o de Geoinformação, será mantido pela CGCIG.

b. Informação Geoespacial

Sobre a construção do módulo de Geoinformação do SPUNet, como o negócio de Geoinformação é atribuição da CGCIG, todo o trabalho de especificação deste módulo no novo sistema é da Coordenação, e uma das formas de contratação para desenvolvimento do sistema foi através da já mencionada parceria com o Exército Brasileiro. Foi realizada a contratação de uma equipe de temporários que fazem o desenvolvimento da inteligência geoespacial do sistema, Banco de Dados Geoespacial, Geoserviços e o módulo de Geoinformação, e a gestão dessa equipe é tarefa da CGCIG.

Sobre a produção Cartográfica, para realizar o inventário cartográfico da SPU é realizada a catalogação de geometadados na ferramenta criada para isso dentro do módulo de Geoinformação. Paralelo a isso, a produção cartográfica realiza a conversão dos produtos cartográficos de variadas naturezas nas URGeos e em Brasília.

Já a respeito da instalação das centrais de produção cartográfica na SPU (URGeos), foi necessário realizar grandes aquisições, ainda em andamento em 2017. Software de conversão cartográfica, equipamentos GPS de alta precisão, escâneres de grandes formatos e workstations de geoprocessamento, todas essas contratações estão sendo geridas pela CGCIG. Necessária também a instalação do conhecimento com novos equipamentos e tecnologias, através de intenso ciclo de transferência tecnológica que vem sendo planejado pela CGCIG, para execução no início de 2017.

Como continuidade do processo de transferência tecnológica, foi criada Rede de Ciência de Tecnologia em Geo na SPU, em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), que será responsável pela elaboração de material didático e disponibilização de bolsistas para produção cartográfica nas URGeos.

Finalmente, é atribuição da CGCIG o desenvolvimento do Módulo de Geoinformação SPUNet, que contemplará o desenvolvimento do módulo de Geoinformação do sistema unificado para gestão da geoinformação, com as seguintes aplicações:

- Geometadados (Inventário cartográfico da SPU- catálogo público) e implementação sintática dos geometadados no BDG;
- Geodados (Visualização e compartilhamento de bases de dados geoespaciais internas e externas à SPU)
- Validação Topológica (validação sistêmica de qualquer geoinformação que comporá a BDG do SPUNet).

CARACTERIZAÇÃO E INCORPORAÇÃO

Na cadeia de valores dos macroprocessos da SPU, os de caracterização e incorporação podem ser classificados como os que iniciam o ciclo de gestão dos bens a União. Compete ao departamento de caracterização e incorporação os seguintes processos: identificação, demarcação, cadastramento, incorporação, avaliação e contabilização, fiscalização e edificações, projetos e obras.

No ano de 2016, para aprimorar a especialização da gestão de seus processos, a SPU adequou sua estrutura ao Decreto 8.818/2016, da seguinte forma: a CGIPA manteve suas atribuições, relativamente à caracterização e absorveu as atribuições de incorporação da extinta CGIRP. As competências relativas à avaliação e contabilização ficaram sob responsabilidade da CGCAV. No que se refere à fiscalização e controle ficaram sob responsabilidade da CGFIS, sendo extinta a antiga CGCUP, anteriormente responsável por estas atribuições. Para a gestão das demandas técnicas relacionados a projetos, obras e serviços de engenharia, foi criada a CGEPO.

O item 3.4 “Informações sobre o PNC”, traz as informações relativas ao processo de caracterização do patrimônio.

Incorporação do patrimônio:

Durante o exercício 2016, a CGIPA trabalhou na formatação da IN de incorporação, que visa padronizar os atos de incorporação e registro dos imóveis adquiridos.

Em relação à incorporação dos imóveis oriundos dos órgãos extintos, absorvendo as atribuições da CGIRP, foi priorizado pela CGIPA o desenvolvimento de um plano de ação para tratar especificamente da finalização da incorporação dos imóveis oriundos da extinta RFFSA, que envolve o estudo das bases das informações existentes, análise das ocupações existentes nestes imóveis, análise da carteira de imóveis disponíveis para destinação, inclusive o tratamento dos imóveis que integram a reserva técnica e os encaminhados para compor o fundo contingente. Para viabilizar esta estratégia de incorporação dos imóveis da RFFSA, a CGIPA buscou envolver as dezenove superintendências nas quais localizam-se estes bens, visando a promoção de ações locais para identificação, regularização e destinação de tais imóveis. Como informação adicional cabe registrar que em janeiro de 2017 o DECIP/CGIPA organizou, em articulação com o DERE, uma oficina de gestão que reuniu servidores alocados no processo de incorporação de diversos estados visando a discussão da estratégia de ação e procedimentos a serem adotados de forma padronizada pelas superintendências.

No contexto da gestão de dados cadastrais, a CGIPA atuou em articulação com a CGCIG e CGTEC, com objetivo de promover a qualificação do cadastro dos imóveis da União nos sistemas legados, iniciativa necessária para a futura migração da base dos sistemas atuais para o novo sistema integrado de gestão do patrimônio da União, ora em desenvolvimento.

Como fatores de restrição ao desempenho do processo de incorporação (caracterização), a CGIPA identifica, dentre outros: alta rotatividade dos servidores da área de caracterização nos Estados; falta de recursos para as demarcações que necessitam de produção cartográfica; contingenciamento de gastos públicos; os reflexos da

reestruturação da SPU, levando à necessidade da CGIPA adaptar-se às novas atribuições oriundas da CGIRP; limitação quantitativa das equipes técnicas das Superintendências, que respondem simultaneamente por demandas de outros processos – fiscalização, avaliação, cadastro, dentre outros.

Avaliação e Contabilização do Patrimônio

Como registrado acima o processo de avaliação e contabilização estão sob gestão da CGCAV.

A ampliação do controle das atividades de avaliação e contabilização, bem como a capacitação das equipes foram prioridades estabelecidas pela CGCAV.

Para o ano de 2016 a Coordenação-Geral realizou o planejamento das atividades a serem implementadas de 2016 a 2018. Tal planejamento inclui o mapa de riscos, documento de visão, cronograma físico-financeiro e outros documentos correlatos.

Em relação aos imóveis de uso especial, buscou-se atingir as metas fixadas no PNAV, para atendimento da Portaria Conjunta nº 703/2014. A execução de 2016 alcançou cerca de 70% das metas para aquele exercício.

O diagnóstico da CGCAV para o não atingimento da meta do PNAV inclui os seguintes fatores: limitação do quantitativo de técnicos em avaliação nas equipes das superintendências; necessidade de ampliação da capacitação ou atualização em procedimentos de avaliação; concorrência de outras atividades prioritárias; contingenciamento de recursos orçamentários para tais ações. Ainda merece ser mencionado a atipicidade do ano de 2016 em relação ao ambiente político e administrativo que causaram impacto na estabilidade das execuções das demandas, sobretudo em razão das alterações nos quadros dos dirigentes locais.

Para 2017 a coordenação pretende aprimorar seu plano de avaliações, inclusive com a inserção deste indicador institucional como meta da GIAPU para 2017.

As avaliações dos imóveis dominiais cadastrados no sistema SIAPA tem como base a utilização de plantas de valores genéricos (PVG), para os trechos e logradouros existentes nesta base. No exercício de 2016, seguindo as determinações da Medida Provisória 732/2016, posteriormente convertida na lei 13.347/2016, foram reavaliados 585 mil imóveis mediante esta metodologia, com impacto positivo nas receitas patrimoniais e no Balanço Geral da União – BGU. A valorização média dos imóveis foi de 10,54%, considerando toda a base cadastrada, de aproximadamente 20 mil logradouros/trechos com imóveis ativos.

Dentre as ações prioritárias do exercício de 2016, destacam-se a política de desmobilização dos ativos patrimoniais da União mediante alienação onerosa dos imóveis ditos como *inservíveis*, com avaliação feita diretamente pela CGCAV. Foram avaliados 15 imóveis, com valor de avaliação total de R\$ 1.2 bilhões em imóveis disponíveis para a venda.

Em relação ao desenvolvimento das atividades de avaliação de imóveis da União em 2016, destaca-se também o início da modelagem do futuro sistema integrado da SPU, no que se refere à mensuração, avaliação, reavaliação e homologação. Após sua conclusão,

prevista para o exercício de 2017, tal sistema permitirá uma gestão mais eficiente, devido a possibilidade de cruzamento de informações de outras bases, de forma automática.

Em relação ao processo de contabilidade, destaca-se o cumprimento da rotina ordinária anual, relativas às explicações das variações das contas contábeis, presente no SIAFI, gerando um relatório produzido ao final do exercício de 2016, e oficializado junto à STN. Esta rotina, dentre outras, estão previstas no futuro sistema integrado da SPU, a partir de modelagem feita de forma conjunta com a STN, cuja conclusão está prevista para o final de 2017.

FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE UTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A principal ação no primeiro semestre de 2016, foi de mapear os processos e sequências de trabalho da fiscalização. O mapeamento contou com o apoio da empresa TOTVS e foi desenhado para apoiar, inclusive, a construção do módulo de fiscalização no novo sistema de gestão do patrimônio da União, que está previsto para lançamento em 2018.

Ainda, foi estudada a proposição de alteração da Instrução Normativa 02/2010 para adequação às alterações do Art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398/87, trazidas pela Lei 13.139/2015, e demais novidades no âmbito fiscalizatório, trazidas pela Lei 13.240/2015 (em especial, a figura do Termo de Adesão). A proposta foi aprimorada culminou na publicação da Instrução Normativa nº 01 de janeiro de 2017.

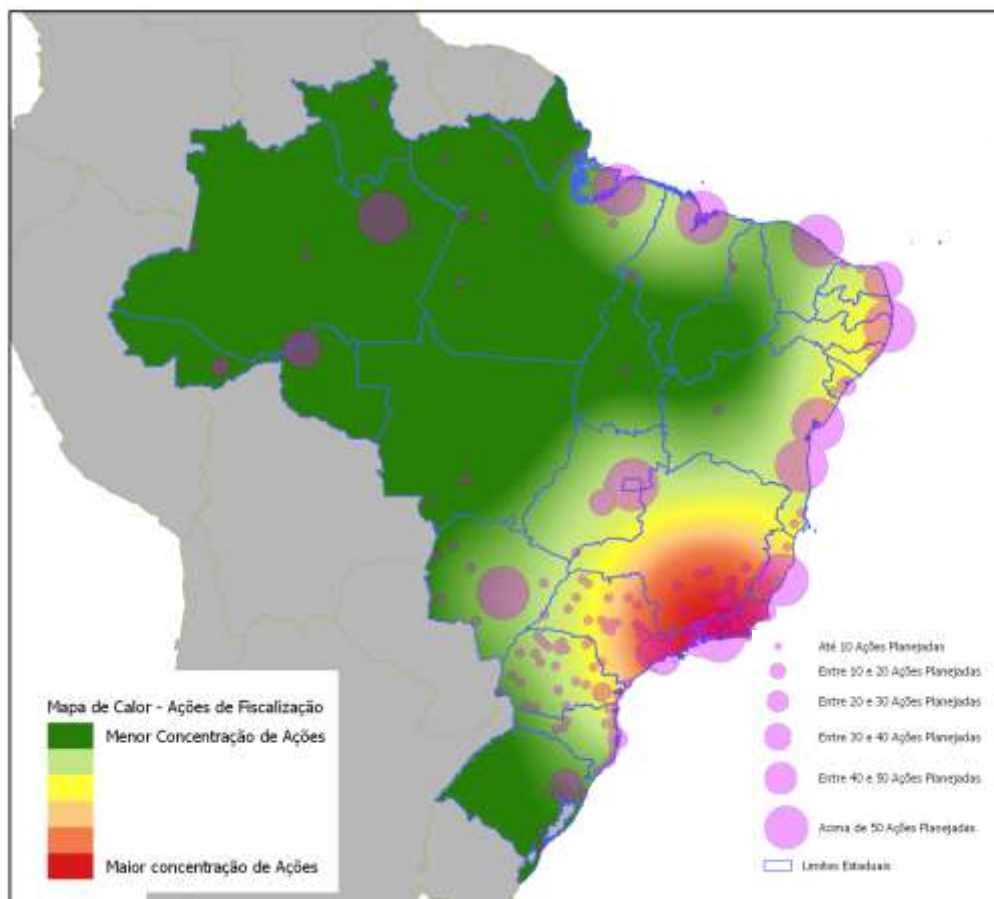
Em agosto de 2016 foi criada a Coordenação-Geral de Fiscalização - CGFIS, sendo o assunto tratado anteriormente pela Divisão de Fiscalização – DIFIA, ligada a extinta Coordenação-Geral de Controle de Utilização do Patrimônio – CGCUP.

A CGFIS traz como objetivo, para além das atividades de rotina, proposta de mudança na cultura organizacional de forma a integrar a fiscalização do patrimônio da União com as demais áreas de atuação da Secretaria do Patrimônio da União para dar objetividade e eficácia no trabalho realizado. Ainda, pretende-se modernizar as ferramentas utilizadas atualmente, principalmente, utilizando as tecnologias de inteligência em geoprocessamento de dados disponíveis.

Em novembro de 2016, a CGFIS publicou o primeiro Plano Anual de Fiscalização – PAF 2017, que traz orientações sobre as fiscalizações que serão realizadas em 2017 pelas Superintendências nos Estados.

A metodologia de construção do plano baseou-se na busca de informações históricas sobre as fiscalizações praticadas nos Estados, o agrupamento de Estados com imóveis de características semelhantes e a busca por priorizações de ações conjuntas com as diversas áreas da Secretaria: Destinação, Receitas e Incorporação.

O PAF 2017 orientará a distribuição de recursos financeiros para a fiscalização, bem como a proposta de metas institucionais a serem cumpridas no decorrer do ano. Estão previstas 4.184 fiscalizações para 2017, ou seja, um acréscimo de 9% frente ao realizado em 2016, que serão focadas nos imóveis localizados nas capitais e regiões metropolitanas. As propostas contidas no PAF 2017 deverão ser refletidas e melhor detalhadas nos Planos Anuais Estaduais de Fiscalização.



Mapa de concentração das fiscalizações para 2017

Em 2016, as Superintendências promoveram 3.840 fiscalizações/vistorias. Este montante superou a meta estipulada para o ano em 68%.

Edificações, Projetos e Obras

Em janeiro de 2016 foi criado o Escritório de Projetos de Arquitetura e Engenharia, para atuar na elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, entre os quais o Retrofit do Bloco O, a Construção dos Anexos da Esplanada dos Ministérios e a reforma do edifício Siderbrás, entre outros. Utiliza metodologia BIM (Building Information Modeling), referência na elaboração de projetos de arquitetura e engenharia. Desenvolveu a proposta de sistema para avaliação periódica sobre qualidade e eficiências das instalações prediais (questionário voltado para instalações sustentáveis).

Com o Decreto 8.818 de 21 de julho de 2016 o Escritório de Projetos passou a fazer parte da estrutura da Secretaria do Patrimônio da União como Coordenação Geral de Edificações, Projetos e Obras – CGEPO.

Construção do Anexo do Bloco K

A SPU também tem empreendido ações no sentido de diminuir os gastos com aluguel pela administração federal. Atualmente, considerando apenas o Distrito Federal, há um gasto anual de quase R\$ 400 milhões com aluguel.

Uma das ações em desenvolvimento é a construção de novos anexos na Esplanada dos Ministérios.

O projeto básico para a construção do Anexo do Bloco K foi finalizado pela CGEPO e a documentação composta pelos seguintes documentos foi enviada à Diretoria de Administração - DIRAD, para complementação da instrução processual e adoção das medidas necessárias à publicação de Consulta Pública

Além de retomar a construção e reforma dos anexos da Esplanada, a SPU pretende iniciar um processo de recuperação dos imóveis já em uso, dado que nenhuma grande reforma foi feita nos imóveis sede dos ministérios desde a construção de Brasília.

O Bloco O, que atualmente está vazio, tem um custo de reforma estimado em R\$ 100 milhões, com potencial para abrigar 1.500 servidores em 23,5 mil m². O projeto básico já foi concluído e revisado.

Um novo edital para reforma do referido bloco foi publicado no dia 12 de agosto de 2016 e os envelopes foram abertos no dia 13 de setembro. No momento está em análise a qualificação técnica dos licitantes participantes da concorrência.

Programa de Instalações Eficientes

O Programa de Instalações Eficientes tem como objetivo realizar o diagnóstico anual das instalações das unidades da Secretaria de Patrimônio da União para subsidiar futuras tomadas de decisão quanto à intervenção para melhoramento das condições físicas e de trabalho dessas unidades. Para isso, anualmente, um questionário de avaliação deve ser submetido às vinte e sete unidades ocupadas pelas Superintendências do Patrimônio da União e aos dois postos avançados de Teresina-PI e Santos-SP, abordando tanto aspectos físicos das instalações quanto aspectos de relevância administrativa que impactem no trabalho diário.

Os produtos do programa são: um relatório geral conclusivo sobre o diagnóstico das instalações de cada Superintendência e Posto Avançado; um Painel de Prioridades, que permita uma análise qualitativa e quantitativa dos diferentes aspectos das unidades e uma visão geral das instalações destas e um relatório fotográfico, que evidencie o estado das instalações participantes do programa.

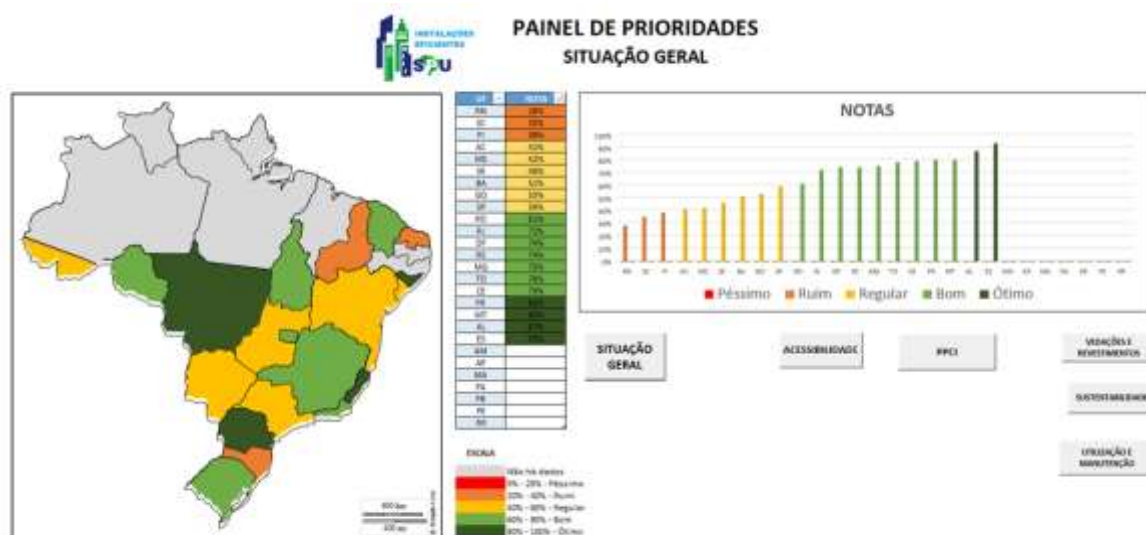


Figura 3 – Painel de prioridades – Programa de Instalações Eficientes

No segundo semestre de 2016, um primeiro diagnóstico das unidades ocupadas pela SPU nos diversos estados foi realizado. Os resultados obtidos permitirão priorizar ações para a resolução dos problemas estruturais dessas unidades no ano de 2017.

Seminário BIM em Obras Públicas

Foi realizado em 02 de agosto o Seminário BIM em Obras Públicas. O objetivo do evento foi compartilhar conhecimentos sobre o conceito e fomentar o uso de tecnologia BIM (Building Information Modeling) nos projetos de obras públicas.

O BIM ou Modelagem de Informação da Construção envolve um planejamento integrado que abrange todo o ciclo de vida de um ambiente construído, sejam edificações, infraestruturas ou instalações por meio digital. A modelagem oferece suporte a projetos ao integrar as áreas ligadas à arquitetura e engenharias e oferecer uma análise precisa dos processos, além de proficiência na gestão dos recursos financeiros.

As tecnologias BIM permitem que os modelos virtuais antecipem grande parte dos problemas de execução, propiciam o acompanhamento eficaz dos custos e do cronograma das obras além de facilitar a gestão e operação das edificações – o que reduz custos, otimiza processos e aumenta o desempenho global.

DEDES - Departamento de Destinação

Desempenho Operacional

No âmbito da Secretaria do Patrimônio da União este Departamento de Destinação é responsável pelas atividades finalísticas de destinação, visando uma melhor utilização aos imóveis de propriedade da União, sempre em consonância com a execução de políticas públicas dos eixos da habitação, segurança, educação, saúde, bem como, do desenvolvimento de infraestrutura e desempenho das atividades governamentais. Também são propostos e elaborados acordos de cooperação técnica e normativos no âmbito da competência da destinação.

O DEDES define dois indicadores das metas previstas para a GIAPU - Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União, que são os de inconsistência cadastral e de destinação patrimonial, observando as peculiaridades de cada uma das 27 Superintendências.

Para o exercício de 2016 as metas da GIAPU de inconsistência cadastral e da destinação patrimonial foram estipuladas de forma global, respectivamente, em 680 e 1001, no final do ano foram apuradas a realização de 779 saneamentos de inconsistências no SPIUnet e 1.572 atos publicados referentes as destinações patrimoniais que envolvem: permuta; permissão de uso; entrega; doação; CUEM; CDRU onerosa e gratuita; Cessão onerosa e gratuita; e por fim Aforamentos oneroso e gratuito. Tais resultados foram extraídos do Portal Indicadores, que são contabilizados por meio dos sistemas SPIUnet e FIGEST.

Principais Realizações:

Eixo Infraestrutura:

Olimpíadas e Paraolimpíadas

A SPU colaborou, quando necessário, nos Municípios que sediaram os eventos oficiais, por meio de disponibilização de áreas para instalação de estrutura de suporte aos jogos. Vale citar, como exemplo, a disponibilização de área em Salvador/BA, para realização do evento denominado "Museu Se Prepara Brasil - Rio 2016", voltado para contar a história dos jogos Olímpicos e relatar como o Brasil se preparou para receber o Rio 2016, bem como a disponibilização de área, junto ao Comando do Exército, utilizadas para eventos dos Jogos Olímpicos em Deodoro/RJ.

Termo de Adesão de gestão de praias marítimas

Esta SPU elaborou a minuta do Termo de Adesão para transferência da gestão das praias marítimas, conforme prevê a Lei 13.240/2015, possibilitando que o Município tenha maior gestão dessas áreas, inclusive relativas às áreas de bens de uso comum com exploração econômica. O referido Termo foi colocado em Consulta pública, por dois meses – novembro e dezembro de 2016, e a expectativa é que esteja disponibilizado aos municípios interessados no primeiro semestre de 2017.

Eixo Social e Cidadania:

Acessibilidade dos Imóveis da União

Em 2016, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o então Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, hoje vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos, editaram a Portaria Interministerial nº 271, publicada no Diário Oficial da União em 13 de maio de 2016, que dispõe sobre procedimentos para a elaboração e a publicação dos relatórios circunstanciados sobre a situação de acessibilidade em imóveis dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e para as adaptações de acessibilidade necessárias às edificações.

A premissa é transpor as dificuldades até então encontradas no que se refere à realização de diagnóstico sobre as condições atuais dos requisitos básicos de acessibilidade do conjunto de órgãos públicos federais para que seus gestores possam elaborar um plano de trabalho e o cronograma de metas progressivas para cada edificação, de modo que se tenha o custo estimado das adaptações e, a médio prazo, o saneamento das não conformidades.

Nesse sentido, a Portaria apresenta-se como um resultado dos esforços desta Secretaria para implantação da acessibilidade nos imóveis utilizados pela Administração Pública, possibilitando o avanço no cumprimento de mandamentos constitucionais e legais relacionados à matéria, como parte integrante das estratégias de governo.

Além das atividades inerentes à Portaria, esta Secretaria está revisando a segunda edição do Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos, de acordo com as atualizações contidas na NBR 9050/2015, para publicação em 2017.

Povos Indígenas

No ano de 2016 a SPU não realizou destinações voltadas aos Povos Indígenas. Porém, é importante destacar que a Secretaria é a representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão na Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal, instituída pela Portaria Interministerial MMA/MDA nº 369, de 04 de setembro de 2013 e, posteriormente pela Portaria Interministerial MMA/MDA nº 328 de 20 de outubro de 2015. Nesse espaço procura-se compatibilizar os interesses de diversos órgãos, entre esses a FUNAI, e entidades para futuras destinações.

Regularização Fundiária.

As ações da SPU voltadas à Regularização Fundiária são aquelas destinadas ao reconhecimento e à garantia de permanência das famílias de baixa renda que ocupam áreas da União. As destinações para esse fim também podem ocorrer em territórios

ocupados por povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, entre outros.

Apesar de restrições impostas pela legislação eleitoral, que vedou titulações diretas a beneficiários finais durante todo o ano de 2016, a SPU atuou na Regularização Fundiária indireta, que é aquela realizada por agentes intermediários e nos atos preparatórios à destinação aos beneficiários finais.

Assim, dando início ao processo de destinação, a SPU gravou para fins de regularização fundiária de interesse social, por meio de portaria de declaração de interesse do serviço público - PDISP, nos termos do parágrafo único do Art. 5º, do Decreto-Lei nº 2398/1987, 3 áreas urbanas, totalizado 46.364,55 m², com uma previsão de atendimento de 195 famílias e 6 áreas, para a regularização de territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais, totalizado 1.065.746,31m², com uma previsão de atendimento de 462 famílias.

Atuou ainda para a regularização fundiária diretamente aos beneficiários finais, sendo 10 áreas, para o atendimento de 12 famílias de baixa renda por meio de títulos de CUEM, CDRU e doação, nos estados do CE, SP, PI, RN, RS e MG.

E na regularização fundiária com agente intermediário que é aquela feita para outros entes federativos foram 14 áreas com cerca de 2,1 milhões de m² para regularização fundiária da moradia de 3.2 mil famílias, no DF e estados de RJ, PI, RS, SP, SC, BA, PR e MG.

No âmbito da Amazônia Legal foram destinados 4 imóveis, para regularização fundiária por meio de agente intermediário, totalizando aproximadamente 470 mil m² em benefício de no mínimo 633 famílias nos estados de TO e RO, porém é importante destacar que não foi possível indicar o número de famílias atendidas em todas as ações, uma vez que são áreas em que o destinatário (município) ainda irá desenvolver as ações relativas ao levantamento cadastral das ocupações.

Foram celebrados, ainda, 11 Acordos de Cooperação Técnica com Estados, Municípios e o Distrito Federal, os quais têm como objetivo fomentar a regularização fundiária em áreas da União, por meio da troca de conhecimento e informações técnicas.

Implementação da política de provisão habitacional de interesse social

No âmbito da ação de destinação de áreas para habitação de interesse social, a SPU atua sob a premissa da garantia do direito à moradia digna e ao acesso à terra voltados prioritariamente para a população de baixa renda. Dessa forma, os imóveis da União são utilizados em apoio às políticas prioritárias do Governo Federal, como o Programa Minha Casa, Minha Vida - MCMV.

Assim, neste eixo as ações de destinações conduzidas pela SPU são direcionadas a projetos desenvolvidos e viabilizados tanto por entidades organizadoras, devidamente habilitadas junto ao MCidades, dentro do programa MCMV – Entidades, como também projetos encampados por municípios ou estados, que podem acessar os recursos federais do MCMV, ou podem desenvolvê-los com recursos próprios.

Destacamos que as destinações realizadas, vinculadas ao Programa MCMV- Entidades ocorrem no âmbito dos Grupos de trabalho de Apoio à Provisão Habitacional, Estaduais e Nacional, instancias de participação e controle social da SPU.

Assim, durante o ano de 2016, dando início ao processo de destinação, a SPU gravou para fins de habitação de interesse social, por meio de declaração de interesse do serviço público, nos termos do parágrafo único do Art. 5º, do Decreto-Lei nº 2398/1987, 8 áreas, totalizado 177.585,32 m², com uma previsão de atendimento de 1841 famílias.

Foram destinadas 06 áreas com cerca de 1,4 milhões de m², para construção de residências, no contexto do Programa MCMV, assim como para projetos executados com recursos próprios de alguns municípios, beneficiando mais de 5,7 mil famílias, nos estados do MG, SE, SP, RS e PB.

Destinações de imóveis para o desenvolvimento de outras políticas públicas e Funcionamento dos órgãos públicos

Como apoio à infraestrutura, merece destaque as destinações realizadas para construção e instalações de estaleiros, como, por exemplo, as cessões feitas ao Estaleiro Brasfels e à Empresa Dock Brasil Engenharia, a cessão de área para construção, instalação e operação de Terminais de Uso Privado, como, por exemplo, a cessão feita à Hermasa Navegação da Amazônia S.A. em Itacoatiara, no Estado do Amazonas

Ainda é possível ressaltar a destinação de áreas para o desenvolvimento local, como, por exemplo, para o funcionamento do Terminal Rodoviário de Integração de Trindade em Florianópolis, e para ampliação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Uruguaiana/RS.

Ressalta-se, ainda, a destinação de imóveis para a prestação de serviços educacionais, para Universidades Federais, como, por exemplo, cessões realizadas para a Universidade Federal de Juiz de Fora e do Piauí, para Institutos Federais de Ensino, como as doações feitas para os Instituto de Mato Grosso e de Minas Gerais, e para as Universidades Estaduais, como, por exemplo, Universidade Estadual Paulista - UNESP.

Alienação

A SPU iniciou, em 2016, a partir da edição da Lei 13.240/2015, um processo de alienação de imóveis não utilizados pela Administração, caracterizados como inservíveis ao uso público, pelo precário estado de conservação e o alto custo de

manutenção aos cofres públicos, principalmente, em relação à vigilância 24 horas, Taxa de Limpeza Pública e Condomínio.

Foi autorizada a alienação, até o momento, de 814 imóveis da União e de autarquias federais, por meio da publicação das Portarias MP 24 de 18 de janeiro de 2016, 73 de 15 de abril de 2016, e 209 de 23 de setembro de 2016 e da Portaria Interministerial MP/MJ de 123 de abril de 2016. O valor de arrecadação estimado para as alienações era de R\$ 1.923.851.386,72.

Foram publicados 17 editais de venda, sendo ofertados 170 imóveis ao mercado. Destes, 24 imóveis da União foram alienados, totalizando o valor de receita arrecadado aos cofres públicos de R\$ 17.977.385,95.

Com tal ação, a SPU visa a redução das despesas e a racionalização de gastos da União, em prol da melhoria da gestão patrimonial, dentre elas a venda de imóveis que se encontram distantes de sua finalidade pública.

Reestruturação

No segundo semestre de 2016 esse Departamento passou por uma reestruturação com redistribuição de várias atividades entre suas Coordenações-Gerais e, ainda, a extinção da Coordenação-Geral da Amazônia Legal, que teve suas atividades agregadas a Coordenação-Geral de Regularização Fundiária, e a criação da Coordenação-Geral de Gestão Econômica de Ativos para cuidar da alienação dos imóveis inservíveis da União.

Normativos

Foi elaborada e publicada a IN nº 3, de 2016- Instrução Normativa de Aforamento que estabelece os procedimentos administrativos para a constituição, caducidade, revigoração e remição do aforamento de imóveis dominiais da União. Abaixo as principais alterações inseridas na.

Por fim, cumpre destacar ainda, que em 2016 o Departamento de Destinação Patrimonial participou efetivamente da elaboração da MP 759, de 22 de dezembro 2016, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências.

No caso da MP as ações da Secretaria estiveram mais concentradas naquelas partes que envolvem os domínios da União. A expectativa de resultado da MP é tornar mais céleres as ações de regularização fundiária.

DEREP - ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PATRIMONIAIS

A arrecadação de receitas patrimoniais é uma das competências da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), cujo escopo está centrado na formulação de política de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial, executando, na forma permitida em lei, as ações necessárias à otimização de sua arrecadação.

No âmbito da SPU, cabe ao Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais – DEREPA coordenar, controlar e orientar as atividades relativas aos processos de arrecadação e cobrança de créditos patrimoniais. Organizacionalmente, o Departamento

encontra-se segmentado em duas Coordenações, cujo escopo encontra-se detalhado a seguir:

- I. **Coordenação-Geral de Arrecadação:** responsável pelo planejamento, controle/ monitoramento, normatização e gestão das receitas patrimoniais.
- II. **Coordenação-Geral de Cobrança:** promove atividades de cobrança de receitas patrimoniais da União, além de planejar, coordenar, normatizar, monitorar e avaliar as atividades de transferências de imóveis patrimoniais.

RESULTADOS DA ARRECADAÇÃO

Uma das principais atribuições a cargo da SPU é proceder a cobrança das receitas patrimoniais, devidas em contrapartida pela utilização de imóveis da União. As receitas englobam: Taxa de Ocupação e o Foro, o laudêmio, devido quando da transferência onerosa com escritura definitiva dos direitos de ocupação ou aforamento de terrenos da União, além de multas, alienações diversas, cessão/permissão de uso, dívida ativa, dentre outras.

Em 2016, a arrecadação de receitas atingiu R\$ 620 milhões, com redução de 32% em relação ao exercício anterior. Tal variação deve-se em parte às alterações legislativas, como a Lei 13.240/2015, que reduziu alíquota das taxas de ocupação de imóveis da União, de 5% para 2% do valor do domínio pleno do terreno, excluindo as benfeitorias. A mesma lei promoveu alteração nos critérios para cobrança do laudêmio, que passou a incidir sobre o valor atualizado do domínio pleno do terreno, excluindo-se as benfeitorias.

A arrecadação com as taxas de laudêmio foi impactada negativamente por essa medida, observando-se uma redução de R\$ 338,4 milhões para R\$ 85,4 milhões, incorrendo em uma queda de 38% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Da mesma forma, a taxa de ocupação sofreu uma queda de 17%, saindo de R\$ 248,3 para R\$ 206,3 milhões. O desempenho dessas duas receitas contribuiu para a redução significativa na arrecadação de 2016, conforme pode ser observado no quadro a seguir, que ilustra o comportamento das receitas patrimoniais nos dois últimos exercícios, estratificado por tipo de receita:

Tabela 2: Arrecadação de receitas patrimoniais 2015 e 2016

Dados	2015	2016	Variação
TAXA DE OCUPAÇÃO	248.358.858	206.379.136	-17%
FORO	129.502.824	143.990.170	11%
LAUDÊMIO	338.443.197	85.437.393	-75%
DÍVIDA ATIVA	56.564.001	66.162.180	17%
MULTAS	39.865.032	24.727.334	-38%
ALIENAÇÃO DOMÍNIO PLENO BENS IMOVEIS	17.513.166	21.560.076	23%
ARRENDAMENTO	24.687.176	17.875.748	-28%
ALIENAÇÃO BENS IMOVEIS-SPU	23.098.738	12.195.083	-47%
ALUGUEL	12.887.909	12.038.241	-7%
TAXA DE OCUP. IMOVEL FUNC. FONTE 150	5.701.490	6.014.186	5%
JUROS	7.037.867	5.825.928	-17%
CESSAO DE USO	2.764.189	5.697.373	106%
ALIENAÇÃO DOMÍNIO ÚTIL	9.132	5.007.354	54733%
INDENIZAÇÃO POSSE/OCUPAÇÃO ILÍCITA	3.323.838	3.480.554	5%
PERMISSAO DE USO	2.040.321	2.653.969	30%
PARCELAMENTO	1.924.540	1.037.880	-46%
OUTRAS RECEITAS	38.188	278	-99%
TOTAL	913.760.463	620.082.885	-32%

Os valores foram apurados considerando a arrecadação dos documentos com e sem código de barras no SIAPA, os valores de dívida ativa arrecadados via PGFN, a arrecadação dos imóveis operacionais da extinta RFFSA, as taxas de ocupação com imóveis funcionais, os valores informados pela RFB a título de REDARF e deduzido as restituições efetuadas e os valores arrecadados pela Caixa Econômica Federal referente a imóveis alienados da extinta RFFSA.

Mesmo considerando a redução observada no último exercício, ao longo dos anos nota-se um crescimento consistente na arrecadação de receitas patrimoniais sob gestão da SPU, cuja evolução encontra-se detalhada no gráfico a seguir:

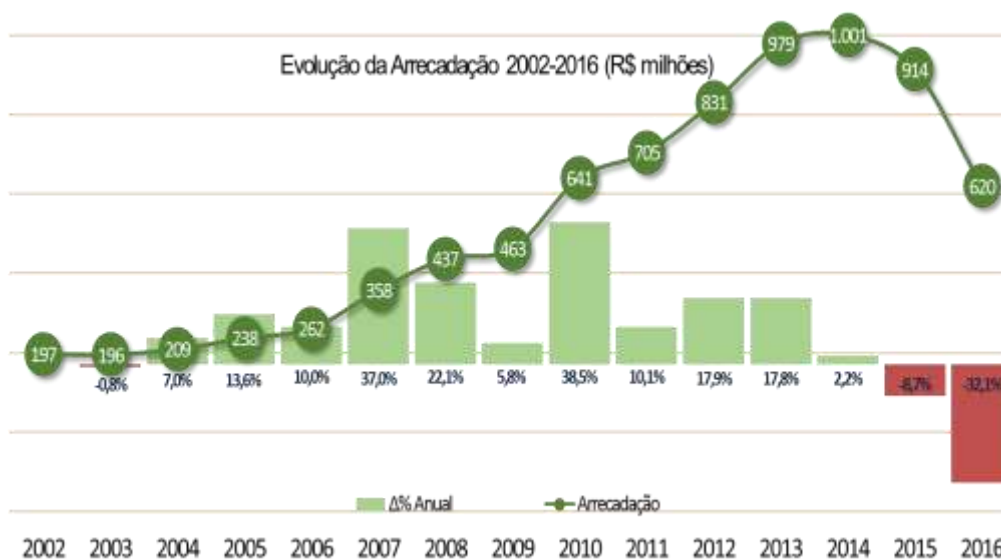


Figura 4 – Evolução da Arrecadação de receitas patrimoniais 2002-2016

PRINCIPAIS AÇÕES DE 2016

A busca pela otimização do processo de cobrança e arrecadação de receitas patrimoniais é uma atividade contínua, tendo sido desenvolvidas um conjunto de projetos e ações nesse sentido, no decorrer de 2016. Grande parte destas atividades já foram implementadas, enquanto outras estão em fase de desenvolvimento, com prazos projetados para sua conclusão.

Neste contexto, o que se busca é o aperfeiçoamento para os processos de competência institucional do Departamento, além da identificação de oportunidades de melhoria que contribuam para uma maior rentabilização dos imóveis da União com fontes alternativas de arrecadação, e ainda a implementação de medidas que proporcionem melhorias ao processo de atendimento ao cidadão.

Como forma de dar consequência as ações de melhoria e projetos de aprimoramento, o Departamento vem buscando parcerias com órgãos públicos que tenham expertise e *cases* de sucesso, na forma de convênios de cooperação técnica, objetivando subsidiar a elaboração de medidas necessárias ao bom andamento dos processos internos.

A seguir, relacionamos os principais projetos e ações sob condução do DERE, que no entendimento do Departamento constituem-se em instrumentos de suma importância para o atingimento dos objetivos institucionais.

I. PORTARIA Nº 80 – PROCESSO DA GRANDE EMISSÃO

O processo da Grande Emissão compreende as ações voltadas à cobrança das taxas patrimoniais, devidas em função da utilização de imóveis da União. Objetivando conferir maior assertividade na execução desse processo, foram desenvolvidas diversas ações de melhoria. Um marco do processo é a edição de portaria específica (Portaria nº 80), onde foram estabelecidos os prazos e as condições para sua realização, além das providências a serem adotadas pelas Superintendências para otimizar o processo de emissão.

De forma a identificar eventuais inconsistência de dados, que impactassem os resultados previstos com a Grande Emissão, previamente à emissão dos DARFs de cobrança foram realizadas diversas ações objetivando promover o saneamento da base cadastral, objetivando a geração da cobrança com maior grau de segurança e assertividade possível, visto que dados defasados e/ou que não espelhem a situação atual dos imóveis e de seus ocupantes impactam negativamente todo o processo, impactando o processo de cobrança e arrecadação.

No último exercício, foram emitidos pelo processo da Grande Emissão cerca de 480 mil DARFs de cobrança das taxas patrimoniais, correspondendo a uma perspectiva de arrecadação de aproximadamente R\$ 836 milhões para a União. Esse processo vem sendo aprimorado constantemente, com a implementação de ações de melhoria objetivando a maximização das receitas e a modernização do fluxo de gestão do processo arrecadatário.

II. ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O BANCO DO BRASIL

Dentro do escopo de modernizar a gestão da arrecadação das receitas patrimoniais, a SPU celebrou Acordo de Cooperação Técnica com o Banco do Brasil, objetivando a contratação da instituição para a prestação de serviços inerentes aos processos administrativos de arrecadação e cobrança, auxiliares e/ou complementares à gestão e efetivação do processo de recebimento dos débitos lançados contra responsáveis por imóveis da União.

O acordo estabeleceu condições e procedimentos para definição, pelo Banco do Brasil, de metodologia de análise e qualificação da carteira de imóveis da SPU, possibilitando a melhora na efetividade na arrecadação e recuperação de receitas de responsabilidade dos ocupantes de imóveis da União, contribuindo para um melhor gerenciamento ao processo de arrecadação e cobrança de receitas patrimoniais para a União.

III. PROCESSO DA GRANDE NOTIFICAÇÃO

Em virtude dos impactos advindos com a promulgação da Lei 13.240/2015, que resultou em uma redução no montante arrecadado pela SPU, o processo da Grande Notificação (rotina anual de notificação e envio de débitos inadimplidos para inscrição em Dívida Ativa da União – DAU) desempenha papel de suma importância para o gerenciamento das receitas patrimoniais, pois a cobrança eficaz é imprescindível para a redução da inadimplência e consequente recuperação das receitas.

No exercício de 2016, foram emitidas notificações para aproximadamente 54 mil devedores, totalizando R\$ 495 milhões em débitos, que a partir da notificação podem ser

revertidos e constituírem-se em recuperação de receitas, impactando positivamente o processo arrecadatário.

IV. METODOLOGIA PARA PREVISÃO DA ARRECADAÇÃO

Dentre as ações implementadas para aprimoramento do processo de gestão das receitas patrimoniais, foi desenvolvida metodologia específica para realizar previsões para a arrecadação anual, baseada em análise econométrica do processo de arrecadação, de forma a identificar o comportamento da arrecadação e, caso necessário, desenvolver ações de melhoria que permitam a correção de eventuais desvios.

Referida metodologia, além de possibilitar a realização de previsão sobre a arrecadação e fornecer subsídios para o gerenciamento das receitas, forneceu insumos importantes para o processo de repasse de receitas aos municípios e ao Distrito Federal, referente ao percentual dos recursos arrecadados por intermédio da cobrança de taxa de ocupação, foro e laudêmio, na forma do Art. 6º-B, do Decreto Lei 2.398/87.

V. BASES EXTERNAS

Tendo em vista as mudanças advindas com o Decreto nº 8.789, de 26 de junho de 2016, que permitiu o compartilhamento de bases de dados oficiais sem a necessidade de celebração de convênio, acordo de cooperação técnica ou ajustes congêneres, foram entabuladas diversas tratativas e alinhamentos estratégicos com os gestores das bases do SISOB, RENAVAM, IPHAN, CADÚNICO, RAIS e CEBAS.

Essa sistemática permitiu o compartilhamento de informações de suma importância para o processo de gestão patrimonial, na medida em que possibilitou a realização de consultas e/ou cruzamentos com os dados registrados nos sistemas de gerenciamento e acompanhamento de receitas patrimoniais, constituindo importante instrumento para conferir maior qualidade e confiabilidade nas bases cadastrais, objetivando subsidiar decisões relacionadas a processos sensíveis, tais como requerimentos de isenção e carência.

VI. AUTOMATIZAÇÃO DE REQUERIMENTOS

As demandas dos usuários anteriormente eram apresentadas mediante preenchimento de requerimentos diversos em meio físico, sendo posteriormente protocolados em uma das 27 Superintendências da SPU, de acordo com a jurisdição do imóvel ocupado.

Objetivando simplificar e modernizar o processo, esses requerimentos foram automatizados, possibilitando aos usuários o encaminhamento de suas demandas utilizando formulários eletrônicos, em ambiente digital, sem a necessidade de deslocamento até a Superintendência jurisdicionante, conferindo agilidade e tempestividade aos processos, proporcionando melhoria na satisfação dos usuários e redução das despesas operacionais para o atendimento das demandas apresentadas.

VII. CONVERSÃO EM LEI DA MP 732/2016

A Medida Provisória nº 732, de 10 de junho de 2016, limitou o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para efeito do cálculo do valor do domínio pleno do terreno a que se refere o art. 1º, § 1º, do Decreto-Lei nº 2.398,

de 21 de dezembro de 1987, motivando a apresentação de diversas emendas junto à Comissão Mista.

Objetivando identificar a aderência dessas emendas ao texto originalmente proposto, essas emendas foram objeto de análise, onde concluiu-se pela necessidade de rejeição das propostas, visto que a sua aprovação, na forma apresentada, incorreria em impactos negativos para o processo de gestão dos imóveis patrimoniais da União.

Parcela significativa dessas emendas, após os argumentos apresentados, foram retiradas do Projeto de Conversão em Lei pelo próprio relator da matéria. Outras emendas, incluídas no parecer e aprovadas pela Câmara e pelo Senado, foram também objeto de análise, entendendo-se que essas propostas não mereceriam prosperar pelos mesmos motivos retro citados. Referido posicionamento foi posteriormente confirmado por despacho da Presidência da República, que vetou as emendas apresentadas e promulgou da Lei 13.347/2016, na forma do texto original da MP 732.

VIII. REPASSE DE RECEITAS AOS MUNICÍPIOS

Com a promulgação da Lei 13.240/2015, de 30 de dezembro de 2015, ficou estabelecido que a União repassaria aos Municípios e ao Distrito Federal onde estão localizados os imóveis que deram origem à cobrança de 20% dos recursos arrecadados por meio da cobrança de taxa de ocupação, foro e laudêmio e alienação dos imóveis da União. Referido instituto estabeleceu como prazo para o repasse o dia 1º de fevereiro do ano subsequente ao recebimento dos recursos.

Objetivando o atendimento a esse dispositivo, foi implementada sistemática específica para o processamento do repasse, contemplando desde os cálculos do montante a ser distribuído para cada município, até o efetivo crédito nas contas das respectivas prefeituras. Tendo em vista se tratar de um recurso sem destinação específica, podendo ser utilizado tanto para custeio quanto para investimentos, esse montante constitui-se em uma importante fonte alternativa de recursos para as prefeituras, notadamente em um momento de retração na economia, que impacta diretamente o caixa do Tesouro, reduzindo os repasses governamentais.

IX. MP 759/2016

Objetivando implementar melhorias no processo de gestão dos imóveis da União, foram elaboradas diversas propostas de ajuste em normativos de ordem legal, que foram incluídos na Medida Provisória 759/2016, de 22 de dezembro de 2016. Referida Medida dispõe, dentre outros assuntos, sobre a regularização fundiária rural e urbana e institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União.

Nesse sentido, foram identificadas diversas possibilidades de melhoria, que foram convertidas em alterações nas legislações que regem o processo de gerenciamento da carteira imobiliária da União, constituindo-se em importantes insumos para maximizar e simplificar o processo, contribuindo dessa forma para o incremento na arrecadação de receitas patrimoniais e para o processo de gerenciamento dos imóveis da União.

CGADM

A Coordenação-Geral de Administração foi instituída como uma unidade de apoio para dar suporte a gestão de pessoas, a logística e documental. O tópico 5.1 abaixo abordará as questões que envolvem gestão de pessoas.

Logística

Em 2016 a Coordenação de Logística - COSUL/CGADM realizou gestão junto às Superintendências do Patrimônio da União para cumprimento de medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços. A meta estabelecida foi de 20% e com o esforço e incentivo da CGADM atingiu-se 17,15%.

Foram priorizadas as manutenções preventivas e corretivas de veículos, em conformidade com as recomendações dos órgãos de controle, contribuindo para o alcance das metas institucionais das áreas fins.

Conforme proposição da CGADM foi publicada a Portaria nº 297/2016, que delega competência para que, respeitada a legislação vigente, os Superintendentes do Patrimônio da União concedam autorização aos servidores, em exercício nas respectivas Unidades Regionais, para conduzir veículos oficiais. Tal ação ensejou em mais agilidade na emissão das autorizações, contribuindo para o aumento da eficiência no desempenho das atividades de cada Superintendência, especialmente nas vistorias, fiscalizações, avaliações, demarcações etc.

Gestão Documental

A CGADM, responsável pela Gestão da documentação e da informação do processo eletrônico, em 2016 autuou 1023 processos presenciais, recebeu 68 processos autuados no protocolo central do Ministério e concedeu acesso externo a 106 processos.

3.4 – Informações sobre o Plano Nacional de Caracterização (PNC)

No ano de 2014 a Secretaria do Patrimônio da União, por meio da Portaria SPU nº 317/2014, implementou e aprovou o Plano Nacional de Caracterização, um instrumento de gestão para acompanhamento de todas as ações de demarcação no Brasil, monitorado por meio dos Acórdãos nº 726/2013 – TCU – Plenário, nº 2626/2014- TCU- Plenário e nº 2933/2015 - TCU- Plenário, que propõe a articulação das diversas ações que incidam as atividades de demarcação, potencializando-as de modo a promover mudanças efetivas, assim apresentando soluções e orientações objetivas, definindo as tarefas, dimensionando prazos e metas de acordo com as características das áreas.

No PNC estão definidas as metas anuais de demarcação, separadas por UF, e com conclusão para dezembro de 2020. Foram definidas 6 estratégias de ação para cumprimento das metas de demarcação.

Destaca-se que à época da elaboração do PNC (2014), os recursos estimados para dimensionamento da meta eram assegurados pelo orçamento da União, no entanto, em 2015, 2016 e certamente em 2017 ocorre forte contingenciamento orçamentário federal comprometendo significativamente o dimensionamento antes estipulado. Em frente diversa, ocorreu atualização sobre o rito demarcatório tradicional oriundos da Lei 13.139, de 26 de junho de 2015, e nas prioridades de atuação da SPU, com a edição da Lei 13.240, 30 de dezembro de 2015.

Os processos demarcatórios são desenvolvidos pelas Superintendências estaduais e monitorados pela Unidade Central da SPU. Desde o início de fevereiro de 2016, por intermédio do Processo nº 04905.000396/2016-28, a Unidade Central da SPU tem coletado informações, junto às Superintendências estaduais, a respeito da estratégia implementada para cumprimento da meta estabelecida no PNC para 2016, suas potencialidades e fragilidades. Em que pese o novo cenário de contenção de gastos e menor quantidade de recursos disponíveis para contratação de cartografia para os trabalhos de demarcação, poderá a SPU ter que rever o planejamento das ações do PNC, incluindo prazos e metas, priorizando as ações estratégicas para a gestão do Patrimônio da União.

Para o atendimento do PNC foram definidas diversas ações que independem de contratação de empresas de aerofotolevantamento, topografia ou geoparcelamento de cadastros, caso das estratégias de atuação dos Grupos III, V e VI do PNC, respectivamente, Homologação de Linhas já Demarcadas, Trechos de Demarcações Especiais e Trechos que abranjam a identificação nas glebas arrecadadas.

Não obstante, até os trechos que demandam cartografia em escala cadastral e curvas de nível de metro em metro, podem não necessitar de recursos para contratação de serviços. Neste sentido, o PNC orienta as Superintendências a promoverem parcerias com outros órgãos da Administração Pública para obteção dos insumos necessários à demarcação das áreas da União.

Ao fim do exercício de 2016, foram contabilizados 7.664,53 quilômetros lineares de demarcações realizadas pela SPU, (106% da expectativa de informada no PNC para o Período, que era de 7.230,46 km).

3.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Informações do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP)

Observação: A declaração de integridade das informações contidas no PPA consta do Anexo III

Unidade Responsável: Secretaria do Patrimônio da União

Programa: 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Objetivo: 0579 – Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos

Observação:

Ações:

Ação: 10.47101.04.127.2038.20U4 – Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Descrição: Caracterizar, regularizar, incorporar e destinar imóveis da União com a finalidade de garantir que cada imóvel cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora e em apoio aos programas estratégicos do governo federal.

Produto: Ato registrado

Unidade de Medida: unidade

Ação: 20U4 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Produto (meta nacional): Ato registrado

- ✓ Plano Orçamentário: 0000 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União – Despesas Diversas
- ✓ Plano Orçamentário: 0001 - Caracterização do Patrimônio Imobiliário da União
Produto: Imóvel caracterizado
- ✓ Plano Orçamentário: 0002 - Incorporação de Imóveis ao Patrimônio da União
Produto: Imóvel incorporado
- ✓ Plano Orçamentário: 0003 - Destinação de Imóveis da União
Produto: Imóvel destinado

- ✓ Plano Orçamentário: 0005 - Gestão de Receitas Patrimoniais
Produto: Receita arrecadada
- ✓ Plano Orçamentário: 0006 - Fortalecimento da Gestão do Patrimônio da União
Produto: Unidades mantidas
- ✓ Plano Orçamentário: 0007 - Regularização Fundiária em Imóveis da União
Produto: Imóveis regularizado
- ✓ Plano Orçamentário: 0008 - Desenvolvimento do Projeto Orla
Produto: Municípios apoiados
- ✓ Plano Orçamentário: 0009 - Gestão da Tecnologia e da Informação do Patrimônio Imobiliário da União
Produto: Projeto concluídos
- ✓ Plano Orçamentário: 000A - Gestão de Imóveis Funcionais em Brasília
Produto: Imóvel funcional mantido

Ação: 10.47101.04.125.2038.8690 – Fiscalização, Controle e Avaliação de Imóveis da União

Descrição: Realizar vistorias para verificação das características físicas e cadastrais de imóveis e territórios; monitorar as ações de fiscalização, realizar análises espaciais acerca da ocupação dos imóveis e territórios e demais ações de controle de utilização; avaliar imóveis. Tais ações serão realizadas com o objetivo de preservar as características imobiliárias no controle da destinação e utilização do patrimônio imobiliário da União.

Produto (meta nacional, não vinculada a um P.O. específico): Fiscalização realizada

Unidade de Medida: unidade

- ✓ Plano Orçamentário: 0000 - Despesas Diversas
- ✓ Plano Orçamentário: 0001
Produto: Fiscalização realizada
- ✓ Plano Orçamentário: 0002 - Avaliação de Imóveis da União
Produto: Avaliação Realizada

Ação: 10.47101.04.127.2038.152W - Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial da Esplanada dos Ministérios

Descrição: Realizar intervenções necessárias à adequação tecnológica das instalações, revitalização e atualização das construções, de forma a aumentar a vida útil dos imóveis, e atender aos indicadores de sustentabilidade ambiental, à certificação da edificação, em consonância com os projetos Esplanada Sustentável e Acessibilidade para Todos.

Produto: Imóvel em reforma

Unidade de Medida: unidade

✓ Plano Orçamentário: 0000 – Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial da Esplanada dos Ministérios – Despesas Diversas

✓ Plano Orçamentário: 0001 – Reforma do bloco O

Produto Intermediário: Imóvel reformado

Ação 10.47101.04.127.2125.12NZ - Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Descrição: Apoio a ações de modernização dos processos relacionados a caracterização das áreas da União, tais como ações de identificação, demarcação, cadastramento e controle dos imóveis, de forma a conferir maior eficiência, rigor e transparência na gestão do Patrimônio Público da União. Prospecção de novos modelos de negócio e padrões de gestão dos imóveis da União. Modernização e automatização dos processos de gestão do patrimônio da União, mediante desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas de informação, visando promover a modernização dos instrumentos e sistemas de gestão do patrimônio imobiliário da União, com vistas à qualificação dos processos decisórios e da capacidade de atuação da SPU.

Metas, resultados e análise das ações e planos orçamentários

Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Ação 20U4 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Meta Nacional: 2.500 atos registrados no FIGEST

Executado: 2.599 atos

Análise da Execução: A execução desta ação deu-se conforme o planejado, não havendo fatos a serem destacados.

- **PO 0001 - Caracterização do Patrimônio Imobiliário da União**

Meta: 20.000 imóveis caracterizados

Executado: 18.401 imóveis caracterizados

Análise da Execução: A apuração dos resultados da caracterização é realizada através do levantamento da quantidade de imóveis dominiais inseridos na base do SIAPA, com a seleção de novos cadastros por UF.

Fatores que dificultaram a execução da meta:

1. Contingenciamento de recursos, provocando a diminuição dos deslocamentos para identificação e cadastramento de ocupações em regiões distantes das regionais da SPU.
2. Novas implementações no Sistema SIAPA em virtude da edição da nova legislação patrimonial (Lei 13.139/15 e Lei 13.240/15), ocorridas no primeiro semestre de 2016, ocasionaram a suspensão de algumas funcionalidades, em especial a funcionalidade fracionamento de RIP's, fato que diminuiu severamente a inclusão de novos cadastros e contribuiu para a o não atingimento da meta.
3. Ressaltamos que 2016 foi um ano eleitoral, fator que limita as ações de cadastramento a pedido (destinações), assim como as ações de regularização fundiária de interesse social.

- **PO 0002 - Incorporação de Imóveis do Patrimônio da União**

Meta: 220 imóveis incorporados

Executado: 945 imóveis incorporados

Análise da Execução: O resultado apurado do período superou a meta proposta para o exercício de 2016, em razão do trabalho desenvolvido no âmbito de algumas superintendências da SPU, que mediante à estratégia de racionalização de recursos humanos e priorização de demandas oriundas da Administração Pública, aliada parceria com diversos cartórios de registro de imóveis, conseguiu promover, bem antes do planejado, o registro dos atos de incorporação no sistema.

- **PO 0003 - Destinação de Imóveis da União**

Meta: 175 imóveis destinados

Executado: 536 imóveis destinados

Análise da Execução: O presente plano orçamentário custeia a destinação de imóveis da União basicamente para a execução de políticas públicas socioeconômicas e de infraestrutura nos estados e municípios brasileiros.

Embora haja várias modalidades de destinação, para o presente cálculo do número de atos realizados, a apuração com dados do FIGEST contemplou a seguinte demanda:

Tipo de ato: "Aforamento gratuito", "Aforamento oneroso", "Cessão gratuita", "Cessão Onerosa", Doação", "Entrega", "Permuta".

Tipo de Instrumento: contrato, termo (conclusão efetiva)

Tipo de publicação: Diário Oficial da União

"Destinação - Apoio ao Desenvolvimento Local",

"Destinação - Apoio à Programas do Governo Federal",

"Destinação - Apoio à Administração Pública Federal"

"Destinação - Projeto de Destinação"

O número de atos realizados no ano de 2015 superou em 100% a meta estabelecida em função do acúmulo de demandas que ficaram suspensas em função do ano eleitoral em 2014, concluídas em 2015.

Em 2016 a meta foi revista (de 350 para 175) ante a necessidade de redução geral dos gastos do governo e pelo início de novo período eleitoral. Entretanto, a suspensão das

destinações limitadas pelo período eleitoral resumiram-se, em sua imensa maioria, ao período de julho ao início de outubro e, embora a significativa redução da dotação inicial, o valor pago foi muito próximo do ano anterior, mantendo-se o número final de destinações muito próximo do ano anterior, 500 e 536 destinações, respectivamente.

Portanto, em 2016 foram destinados 536 imóveis, segundo os critérios acima, 269 imóveis à Administração Pública Federal para a execução de diversas políticas públicas e 267 imóveis aos demais entes federados e privados em apoio ao desenvolvimento local.

- **PO 0005 - Gestão de Receitas Patrimoniais**

Meta: Arrecadação de R\$ 1.024.774.226,00

Executado: Arrecadação de R\$ 620.082.884,00

Análise da Execução: Arrecadação com receitas patrimoniais do período de janeiro a dezembro de 2016. Os valores foram apurados considerando a arrecadação dos documentos com e sem código de barras no SIAPA, os valores recebidos de débitos inscritos em Dívida Ativa da União e arrecadados via PGFN, os valores referentes à arrecadação com os imóveis

operacionais oriundos da extinta RFFSA, os valores referente às alienações promovidas pela Caixa Econômica Federal referentes a imóveis operacionais oriundos da extinta RFFSA, os valores de taxas de ocupação com imóveis funcionais e valores informados pela RFB a título de REDARF deduzido as restituições efetuadas.

- **PO 0006 - Gestão e Fortalecimento das Unidades da Secretaria de Patrimônio da União**

Meta: 29 unidades mantidas

Executado: 29 unidades mantidas

Análise da Execução: Trata-se de ação de execução continuada, relacionada às atividades de apoio às 29 unidades da SPU (Unidade Central, Superintendências e Escritórios Avançados). Inclui as ações de suporte logístico, contratos continuados, movimentação de pessoas, eventos de responsabilidade do gabinete da SPU (Encontros Nacionais, Seminários, etc.).

Para o acompanhamento da execução nas Superintendências são utilizadas as planilhas de prestação de contas elaboradas pelas Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda (SAMF) e do Ministério do Planejamento (SAMP), conforme determina a Portaria Conjunta Nº 1, de 19 de janeiro de 2007.

Em 2016, a dotação inicial foi inferior às despesas fixadas. Porém, no decorrer do exercício foram efetuadas readequações que resultaram na quitação dos compromissos assumidos.

- **PO 0007 - Regularização Fundiária em Imóveis da União**

Meta: 225 Imóveis Regularizados

Executado: 66 Imóveis Regularizados

Análise da Execução: Imóveis regularizados - corresponde aos imóveis destinados diretamente às famílias beneficiárias da ação, tituladas por meio de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM) e doação (seja individual, seja coletivo), corresponde também, aos imóveis

destinados à regularização fundiária indireta, onde a destinação é feita à um agente intermediário que se incumba de promover a regularização fundiária das famílias que ocupam o local.

Imóveis para provisão habitacional – corresponde à destinação de imóveis da União para a execução de projetos habitacionais em consonância com a Política Nacional de Habitação. Os dados computados para o atingimento da meta são obtidos pela contabilidade dos seguintes atos administrativos:

Portarias autorizativas – atos autorizativos de destinação de imóveis da União, que precede a celebração do contrato, divulgado por meio de publicação no Diário Oficial da União. Por esse ato, os imóveis têm a destinação autorizada para fins de provisão habitacional, regularização fundiária diretamente para as famílias ou Regularização Fundiária para agente intermediário; ou Extratos de contrato – publicação no Diário Oficial dando publicidade para a celebração de contratos de destinação.

Na contabilidade sempre foi considerado o último ato administrativo

Para verificação do alcance da política o indicador deve ser considerado em conjunto com a informação do número de famílias beneficiadas. No ano de 2016 foram publicadas no Diário Oficial da União portarias autorizativas e extratos de contrato de destinação, referentes à 66 imóveis, em benefício de aproximadamente 19,9 mil famílias conforme detalhamento abaixo:

Provisão habitacional – 16 áreas com cerca de 4 milhões de m², para construção de residências, no contexto do Programa Minha Casa, Minha Vida, assim como para projetos executados com recursos próprios de alguns municípios, beneficiando mais de 14,3 mil famílias, no DF e nos estados do MG, SE, SC, SP, RS e PB.

Regularização Fundiária diretamente para as famílias – 14 áreas, tendo sido autorizada a titulação direta de 15 famílias de baixa renda por meio de títulos de CUEM, CDRU e doação, nos estados do CE, MG, RN, RS, SP e PI.

Regularização Fundiária com agente intermediário entes federativos – 26 áreas com cerca de 2,1 milhões de m² para regularização fundiária da moradia de 5,6 mil famílias, nos estados da BA, MG, RJ, RS, PR, PI e SP.

Foram transferidas ao INCRA para fins de reforma agrária – 10 áreas com cerca de 54.319,7 ha.

Destacamos a impossibilidade de atendimento das metas devido ao fato de tratar-se de ano eleitoral, onde boa parte das ações da SPU ficaram impedidas devido a vedação.

- **PO 0008 - Desenvolvimento do Projeto Orla**

Meta: 3 municípios apoiados

Executado: 23 municípios apoiados

Análise da Execução: A execução da ação deu-se até julho de 2016 devido as vedações do ano eleitoral. As ações executadas geraram pouco gasto considerando que foram realizadas em municípios próximos as Superintendências, devido ao corte orçamentário. Em 2015 a área responsável já apontava a necessidade revisão/melhoria do indicador de forma a dar melhor leitura das ações do Projeto Orla, o que não foi feito estabelecendo-se uma meta de 03 municípios novos atendidos, ignorando-se o trabalho continuado de anos anteriores. Assim, os trabalhos dos orla continuaram em 24 municípios e houve a adesão do município de Recife/PE.

- **PO 0009 - Gestão da Tecnologia e da Informação do Patrimônio Imobiliário da União**

Meta: 8 projetos concluídos

Executado: 7 projetos concluídos

Análise da Execução: Dos 8 projetos previstos para entrega em 2016, 7 foram entregues ainda em 2016 restando apenas sua liquidação financeira.

Os valores ainda em fase de pagamento estão assim divididos:

a) Ordens de serviço junto à empresa BASIS referente à adequação do módulo de Receitas do Sistema Unificado às leis 13.139 e 13.240/2015;

b) Aquisição de Scanners para as superintendências a fim de subsidiar o projeto de absorção pelo SEI do acervo em papel

c) Transição 2015/2016 do serviço de impressão corporativa para a SPU junto à empresa SIMPRESS

Com a liquidação destas ações, a execução inicialmente prevista alcançará a casa dos 85%.

O projeto não entregue refere-se à implantação da versão inicial do Sistema Unificado de Gestão do Patrimônio Público Federal e contará com recursos específicos do exercício de 2017. O replanejamento se deu em função de priorização do Portal de Serviços da SPU que visa desburocratizar o atendimento aos cidadãos em todo país.

- **PO 000A - Gestão de Imóveis Funcionais em Brasília**

Meta: 1659 Imóveis mantidos

Executado: 1659 Imóveis mantidos

Análise da Execução: Conforme extração realizada no Sistema de Controle de Imóveis Funcionais, datada de dezembro de 2016, estão cadastrados 1671 imóveis funcionais de propriedade da União. Foram excluídos 7 imóveis que foram alienados no ano de 2016. Neste sentido, este indicador refere-se a gestão de 1664 imóveis funcionais.

O recurso foi utilizado para pagamento de taxas ordinárias dos apartamentos vagos, taxas extras, pagamento de manutenção e reformas.

- **PO 000G - Regularização Fundiária em Imóveis da União na Amazônia Legal**

Meta: 2.000 famílias beneficiadas

Executado: 633 famílias beneficiadas

Análise da Execução: Acerca da execução deste Plano Orçamentário, prestamos os seguintes esclarecimentos conceituais a respeito da ação da CGREF:

- Imóveis regularizados - corresponde aos imóveis destinados diretamente às famílias beneficiárias da ação, tituladas por meio de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM) e doação (seja individual, seja coletivo), corresponde também, aos imóveis destinados à regularização fundiária indireta, onde a destinação é feita à um agente intermediário que se incumbe de promover a regularização fundiária das famílias que ocupam o local.

- Imóveis para provisão habitacional – corresponde à destinação de imóveis da União para a execução de projetos habitacionais em consonância com a Política Nacional de Habitação.

Os dados computados para o atingimento da meta são obtidos pela contabilidade dos seguintes atos administrativos:

- Portarias autorizativas – atos autorizativos de destinação de imóveis da União, que precede a celebração do contrato, divulgado por meio de publicação no Diário Oficial da União. Por esse ato, os imóveis têm a destinação autorizada para fins de provisão habitacional, regularização fundiária diretamente para as famílias ou Regularização Fundiária para agente intermediário; ou - Extratos de contrato – publicação no Diário Oficial dando publicidade para a celebração de contratos de destinação.

Na contabilidade sempre foi considerado o último ato administrativo

No ano de 2016 foram publicadas no Diário Oficial da União portarias autorizativas e extratos de contrato de destinação em benefício de 633 famílias conforme detalhamento abaixo:

- Regularização Fundiária com agente intermediário entes federativos – 4 imóveis com aproximadamente 470 mil m² para regularização fundiária da moradia de 633 famílias, nos estados da TO e RO.

Cabe ressaltar que não é possível verificar a quantidade de famílias atendidas em todas as ações, vez que o Município solicitou a área para realização posterior dos levantamentos cadastrais. Destacamos a impossibilidade de atendimento das metas devido ao fato de tratar-se de ano eleitoral, onde boa parte das ações de destinação da SPU foi impedida devido a vedação, especialmente a titulação por TAUS.

Ação 8690 - Fiscalização, Controle e Avaliação de Imóveis da União

- **PO 0001 - Fiscalização e Controle do Uso de Imóveis da União**

Meta: 1200 imóveis fiscalizados

Executado: 3511 imóveis fiscalizados

Análise da Execução: Meta reprogramada de 2.290 fiscalizações para 2016, com base nos dados históricos de execução.

Meta realizada de 3.511 fiscalizações para 2016 (superação de 53%) devido a realização de fiscalizações não programadas para atendimento as demandas relacionadas aos imóveis localizados nas capitais/Regiões Metropolitanas e aos imóveis indicados para alienação.

Dados extraídos do site indicadores.planejamento.gov.br na data de 03/01/2017.

- **PO 0002 - Avaliação de Imóveis da União**

Meta: 600 imóveis avaliados

Executado: 462 imóveis avaliados

Análise da Execução: Até o mês de novembro do exercício de 2016 foram realizados 462 laudos de avaliação. A apuração desse número e o acompanhamento das avaliações são feitos por meio de extração do sistema DW que informa os dados de avaliação cadastrados no SPIUnet. Essa inferência se dá através da data da avaliação e do nível de rigor informados.

Portanto, além do quantitativo realizado no mês de dezembro, possivelmente há laudos que não foram atualizados no sistema até a data base da extração.

Nesse ano o foco das avaliações foi a sequencia do Plano Nacional de Reavaliação dos Imóveis de Uso Especial. Todas as Unidades da Federação participam, mas com foco nas UFs de maior carteira e que possuíam corpo técnico mais qualificado.

Para esse exercício contribuíram para avaliação de imóveis contratos celebrados entre a Secretaria do Patrimônio da União e a Caixa Econômica Federal que possuíam o serviço de avaliação no escopo. Os laudos produzidos nesses contratos também foram utilizados para atualização sistêmica dos valores dos imóveis.

As limitações orçamentárias dificultaram o deslocamento de técnicos para a realização das avaliações. Diante disso, outra diretriz para esse ano foi a priorização dos imóveis das cidades sede da SPU (grande maioria capitais).

Os recursos dessa ação contribuíram para dar sustentação a atividade gerando resultados satisfatórios dentro das limitações existentes.

Ação 152W - Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial da Administração Pública Federal

- **PO 0001- Reforma do bloco O**

Meta: 51% de execução física

Executado: 1% de execução física

Análise da Execução: Retrofit Bloco O - Concorrência 02/2015 as propostas das licitantes foram recebidas em setembro de 2016. O processo licitatório não foi finalizado no ano de 2016. A contratação da empresa vencedora está prevista para o primeiro semestre de 2017.

- **PO 0002 – Adequação e Revitalização do Edifício Siderbrás**

Meta: 45% de execução física

Executado: 0% de execução física

Análise da Execução: Foi suspenso no ano de 2016 o processo para contratação de serviços de elaboração de projetos de arquitetura e complementares de engenharia necessários à posterior processo licitatório para contratação de execução de obras necessárias ao Retrofit da edificação.

Programa 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- **Ação 12NZ – Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União**

Meta: 14 projetos desenvolvidos

Executado: 12 projetos desenvolvidos

Análise da Execução:

Foram executados 12 projetos do Programa de Modernização consoante relatado abaixo, por componente do programa:

Componente 1 - Modernização dos processos e base de dados para caracterização dos imóveis da União

- Revisão dos normativos de identificação de imóveis;
- Aquisição de equipamentos de apoio à caracterização;

- Realização de curso na área de levantamento e demarcação de imóveis;
- Prospecção de soluções de modelagem de cadastro; e
- Realização de evento para definição de software de manipulação de dado espaciais.

Componente 2. Geração de conhecimento para a gestão patrimonial

- Proposta de aperfeiçoamento da contabilidade patrimonial;
- Capacitação em direito imobiliário e registral; e
- Publicação de normativo de aquisição, incorporação e regularização patrimonial.

Componente 3. Automatização dos processos de gestão do patrimônio da União

- Implantação do Plano de Gestão da Informação patrimonial;
- Atualização do mapeamento de processos da Secretaria;
- Instalação de pontos de videoconferência nas unidades da Secretaria.
- Implantação da primeira versão do Sistema de Gestão de Imóveis da União, com a disponibilização do módulo de serviços.

GIAPU

O quadro abaixo, formatado a partir dos dados extraídos do Painel de Indicadores, mostra os resultados dos Indicadores Institucionais Regionais por Superintendência e o Indicador Institucional Nacional, referentes ao mês de dezembro, que encerra a apuração acumulada do ano de 2016

UF	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META - PCM	IG - PELA META ACUMULADA ATÉ O MÊS
AC	2,12	1,42
AL	1,3	
AM	2,46	
AP	1,58	
BA	1,25	
CE	1,97	
DF	5,5	
ES	5,09	
GO	1,18	
MA	1,05	
MG	1,54	
MS	8,92	
MT	1,31	
PA	1,39	
PB	1,44	
PE	1,73	
PI	1,11	
PR	1,16	
RJ	1,17	
RN	1,31	
RO	3,05	
RR	1,66	
RS	1,36	
SC	1,71	
SE	1,42	
SP	1,27	
TO	1,89	

Tabela 3 – Execução das metas GIAPU durante o ano de 2016

Índice Geral Anualizado - GIAPU 2016

UF	A executado	A meta	B executado	B meta	C executado	C meta	D executado	D meta	E executado	E meta	F executado	F Meta
AC	54	46	4	8	529	150	34	8	3,00	2,00	R\$ 170.615,69	R\$ 200.491,04
AL	27	16	8	9	130	60	21	14	4,00	4,00	R\$ 6.631.893,77	R\$ 6.631.562,68
AM	102	78	13	12	1.484	860	26	10	8,00	2,00	R\$ 1.367.796,02	R\$ 1.716.323,68
AP	48	15	5	5	645	177	16	12	2,00	2,00	R\$ 70.949,15	R\$ 102.884,60
BA	126	91	43	28	113	239	56	40	30,00	22,00	R\$ 11.333.275,97	R\$ 11.746.183,86
CE	41	35	16	15	0	13	52	31	29,00	8,00	R\$ 9.033.909,61	R\$ 6.984.620,20
DF	1194	884	32	35	0	0	74	72	130,00	10,00	R\$ 2.319.723,18	R\$ 3.502.705,06
ES	259	60	12	11	85	110	140	70	57,00	5,00	R\$ 23.048.486,03	R\$ 16.054.821,04
GO	166	39	26	36	89	50	10	21	9,00	14,00	R\$ 275.374,24	R\$ 280.000,00
MA	63	43	10	10	477	355	12	33	8,00	6,00	R\$ 2.523.748,96	R\$ 2.713.134,70
MG	290	204	54	48	416	350	147	71	43,00	26,00	R\$ 954.531,65	R\$ 945.418,92
MS	415	6	85	36	162	170	11	11	25,00	16,00	R\$ 752.389,89	R\$ 655.295,32
MT	79	61	22	21	298	275	44	31	10,00	6,00	R\$ 239.437,11	R\$ 423.252,17
PA	50	30	4	26	1.427	1.059	11	15	7,00	3,00	R\$ 1.396.891,07	R\$ 1.565.008,57
PB	59	58	40	36	0	0	46	45	14,00	7,00	R\$ 6.744.487,35	R\$ 5.047.344,40
PE	47	40	108	34	101	48	139	70	63,00	50,00	R\$ 41.524.647,81	R\$ 30.000.000,00
PI	67	65	9	25	119	105	126	70	7,00	7,00	R\$ 1.581.228,89	R\$ 1.837.653,58
PR	60	50	71	36	159	159	63	60	48,00	46,00	R\$ 22.960.436,60	R\$ 21.947.142,35
RJ	158	125	32	48	40	38	90	50	361,00	350,00	R\$ 100.435.774,98	R\$ 120.462.095,73
RN	136	50	28	28	52	40	72	60	6,00	5,00	R\$ 2.551.514,36	R\$ 3.154.624,41
RO	9	5	13	31	238	200	18	15	14,00	2,00	R\$ 163.315,78	R\$ 247.000,27
RR	39	20	9	11	90	90	12	11	5,00	2,00	R\$ 19.955,09	R\$ 13.454,14
RS	21	20	53	36	0	0	34	26	49,00	32,00	R\$ 8.858.951,97	R\$ 7.703.413,18
SC	139	93	32	29	182	185	89	35	29,00	18,00	R\$ 46.109.310,28	R\$ 24.221.789,87
SE	40	40	7	7	48	22	41	40	6,00	4,00	R\$ 11.980.367,78	R\$ 6.000.000,00
SP	127	100	40	48	271	270	139	70	107,00	100,00	R\$ 85.984.608,58	R\$ 75.486.535,88
TO	24	16	3	11	509	284	49	10	3,00	3,00	R\$ 35.997,47	R\$ 52.882,27
Total	3840	2290	779	680	7.665	5.309	1572	1001	1077,00	752,00	R\$ 389.069.619,28	R\$ 349.695.637,92

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das Estruturas de Governança

Com relação à Governança, tomando-se como base o Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública – TCU/2013, identificamos os principais aspectos que merecem atenção desta Secretaria com vista ao aperfeiçoamento dos mecanismos ali previstos.

1. Mecanismo “liderança”

Para o componente **pessoas e competências**, a adoção de processo que oriente a indicação, a seleção e a nomeação de membros para compor o grupo superior de administração, sobretudo em postos das Superintendências, escapa parcialmente à governabilidade da SPU, algo natural em um contexto político de composição de governo. Merecem registro as alterações numerosas havidas nos cargos de superintendentes no ano de 2016.

Ainda com relação a este componente, identifica-se limitada capacidade em se estabelecer um sistema de avaliação de desempenho dos membros da alta administração e/ou gestão operacional. A sistemática ou mecanismos vigentes de avaliação de desempenho se inserem ou são regulados por regras definidas pelo MP e em geral não alcançam de modo pleno os cargos de direção e postos ocupados por colaboradores não pertencentes ao quadro de servidores públicos.

Quanto às práticas do componente **princípios e comportamentos**, a SPU procura valorizá-las (código de ética, evitar preconceitos, vieses ou conflito de interesses, preservação dos valores legais e constitucionais, bem como zelo pela relação com a sociedade e demais instituições), adotando as medidas ao seu alcance quando detectada alguma necessidade de correção.

Quanto às práticas do componente **liderança organizacional**, a avaliação e monitoramento da gestão da organização, sobretudo em relação às superintendências merece atenção, em que pese o efetivo acompanhamento das metas institucionais previstas na GIAPU, via painel de indicadores. Há um esforço iniciado pela SPU no sentido de se implantar uma estrutura de indicadores que permita melhor acompanhar as metas e o desempenho global da Secretaria e das Superintendências.

2. Mecanismo “estratégia”

Relativamente ao componente **relacionamento com as partes interessadas**, as práticas da SPU atendem satisfatoriamente às prescrições do Referencial Básico de Governança.

Para o componente **estratégia organizacional** a SPU está buscando reforçar o planejamento como eixo de gestão, com objetivo de melhorar o alinhamento das operações à estratégia e aperfeiçoar as formas de aferição de resultados e metas, por meio de indicadores adequados. Existe um planejamento estratégico do MP definido no segundo semestre de 2016, com possível etapa de revisão em 2017, e uma agenda de acompanhamento por parte da DIPLA/SE dos objetivos e iniciativas nele previstas.

Com relação ao componente **alinhamento organizacional**, observamos que a SPU adota práticas adequadas em relação aos mecanismos de articulação e alinhamento de estratégias e operações com outras instituições envolvidas em políticas transversais, como por exemplo nos programas e projetos de regularização fundiária urbana e rural e de

provisão habitacional, que envolvem, conforme o caso, o Ministério das Cidades, estados, municípios e entidades da sociedade civil organizada. O mesmo ocorre em relação às áreas de meio ambiente e em projetos de infraestrutura do governo federal e projetos de desenvolvimento econômico de interesse nacional.

Há ainda a orientação desta SPU para envolvimento dos diversos níveis da organização e de seu corpo de servidores na definição das metas de desempenho e dos planos operacionais locais, visando o alcance dos resultados esperados. Há que se registrar que o advento da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI ampliou a transparência facilitando o acesso aos processos. Também a ferramenta de videoconferência, como já informado, implantadas em todas as superintendências, ampliou o canal de comunicação para discussão, orientação e alinhamento de estratégias entre a unidade central e as superintendências.

Com relação ao componente **estrutura de governança**, existe uma estrutura formal de delegação de competências regulada pela Portaria MP Nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, e pela Portaria SPU Nº 200, de 29 de junho de 2010. O regimento interno vigente, que define as competências das diversas instâncias/áreas/setores, encontra-se em fase de atualização para compatibilização com o Decreto 8.818/2016.

3. Mecanismo “controle”

Para o componente **gestão de riscos e controle interno** conforme citado no item 4.3 deste relatório, a SPU vincula-se ao Programa de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão, instituído pelas Portaria nº 150/2016 e Portaria nº 426/2016. Conforme documentação do programa, de acordo com a AECI *“O programa tem a finalidade de mitigar ocorrências de corrupção e desvios éticos a partir da mobilização e participação ativa dos gestores públicos. Objetiva estabelecer um conjunto de medidas que assegurem a entrega dos resultados esperados pela sociedade, por meio do fortalecimento e aprimoramento da estrutura de governança, gestão de riscos e controles, e procedimentos de integridade.”* A SPU está no momento desenvolvendo um trabalho de mapeamento de riscos, sob orientação da Assessoria Especial de Controle Interno do MP – AECI.

Com relação ao componente **auditoria interna**, observamos que não há, na estrutura ou regimento da SPU, unidade específica para esse fim. Cabe entretanto destacar que há atenção permanente com o atendimento das demandas do Controle Interno do MP, da Corregedoria Geral, bem como dos Órgão de Controle Externos.

Com relação ao componente **accountability e transparência**, é prática do MP dar publicidade aos relatórios periódicos, as apreciações sobre suas contas ou outras avaliações proferidas pelos órgão de controle externo, em acordo com a legislação. Entretanto, quanto à avaliação periódica do grau de satisfação das partes interessadas, identificamos que ainda não há no âmbito do MP/SPU mecanismo formal para tais avaliações, dificultando a percepção da satisfação da sociedade sobre a atuação da SPU, embora haja um esforço em prol do aperfeiçoamento do relacionamento com cidadão, expresso inclusive no planejamento estratégico da SPU, já anteriormente informado no item 3.1 deste RG.

Existem ainda dois conselhos temáticos que atuam nos aspectos técnicos-operacionais em apoio a gestão dos processos:

- a) Conselho de Avaliadores de Imóveis da SPU (Portaria SPU 111, de 10/04/2014) com a finalidade de contribuir com as ações voltadas ao planejamento, apoio e fomento dos serviços de avaliação de imóveis da União; e
- b) Conselho de Demarcação (Portaria nº 151, de maio de 2014) com a finalidade de contribuir com as ações voltadas ao planejamento, apoio e fomento dos serviços de demarcação de áreas da União ou de seu interesse e de auxiliar na implementação do Plano Nacional de Caracterização nos Estados e no Distrito Federal visando o cumprimento das metas e prazos estabelecidos.

4.2 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

As atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos são de competência da Corregedoria-Geral do Ministério do Planejamento, de acordo com a Portaria MPOG nº 220, de 25/06/2014 (Anexo II, artigo 18).

4.3 Gestão de Riscos e Controles Internos

A SPU vincula-se ao Programa de Integridade do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, instituído por meio da Portaria nº 150, de 04 de maio de 2016, com o objetivo de mitigar ocorrências de corrupção e desvios éticos no âmbito do MP, a partir da mobilização e participação ativa de seus gestores públicos.

Este Programa é suportado por quatro pilares estratégicos. Um deles refere-se à gestão de riscos. Em 10 de maio de 2016 foi publicada a Instrução Normativa (IN) Conjunta MP/CGU nº 01, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal.

Como ponto de partida para a implementação de ações vinculadas à gestão de riscos, foi desenvolvido e aplicado questionário com o objetivo de conhecer o nível de maturidade em gestão de riscos no âmbito do MP. O processo de desenvolvimento/aplicação do questionário em referência foi apoiado pela Diretoria de Planejamento e Gestão - DIPLA e Secretaria de Gestão - SEGES. A partir destes questionários, foi aplicado o índice de maturidade de riscos, no qual a SPU foi classificada com nível de maturidade inicial.

Ainda no bojo deste processo, a SPU está desenvolvendo, sob a coordenação da Assessoria Especial de Controle Interno, um piloto para elaboração de seu plano de Implementação de gestão de riscos, que possui a seguinte sequência de atividades:

- Aplicação da Metodologia de Priorização de Processos sobre os Macroprocessos prioritários;
- Identificação de eventos de risco;
- Avaliar riscos e controles;
- Definir resposta ao risco;
- Definir indicadores de monitoramento de riscos;

- Encaminhar plano de implementação de controles às instâncias de supervisão.

Após a realização deste projeto piloto de implementação de gestão de riscos, a metodologia deverá ser aplicada aos demais macroprocessos finalísticos da SPU, na extensão e profundidade adequadas a cada situação.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas

A Coordenação-Geral de Administração foi instituída como uma unidade de apoio para dar suporte a gestão de pessoas, a logística e documental.

Compete à CGADM planejar, coordenar, monitorar, avaliar e controlar as atividades relacionadas à gestão de pessoas, logística, apoio administrativo, gestão documental física e eletrônica.

Força de Trabalho

A SPU não dispõe de servidores de carreira na temática de patrimônio da união ou um quadro próprio de cargos efetivos. No ano de 2016, houve um aporte de força de trabalho em razão do ingresso de servidores aprovados em concurso público, conforme as vagas dispostas no Edital MP/ENAP nº 01, de 12 de junho de 2015 para o preenchimento de 119 vagas, de nível Superior, na Secretaria do Patrimônio da União da seguinte forma:

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO						
PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - CONCURSO REALIZADO EM 2015/2016						
Cargos	Vagas Autorizadas					
	Edital nº 1 MP/ENAP	Nomeados	Desistentes da Posse	Empossados	Egressos	Vagas Remanescentes
Analista Técnico Administrativo	10	10	5	5	0	5
Arquiteto	15	15	3	12	0	3
Arquivista	2	2	1	1	0	1
Assistente Social	7	7	1	6	0	1
Contador	1	1	0	1	0	0
Economista	1	1	0	1	0	0
Engenheiro	50	50	14	36	3	17
Geógrafo	17	17	1	16	1	2
Geólogo	16	16	3	13	1	4
TOTAL	119	119	28	91	5	33

Atualmente a SPU conta com **1276** servidores em exercício em sua unidade central, bem como nas Superintendências localizadas nas Unidades Federativas e no Distrito Federal.

No que tange ao nível de escolaridade desta força de trabalho, 67% dos servidores em exercício na SPU possui o 3º grau, seguindo de 26% de servidores que possui 2º grau, seguidos de 7% que tem o primeiro grau, conforme gráfico abaixo:

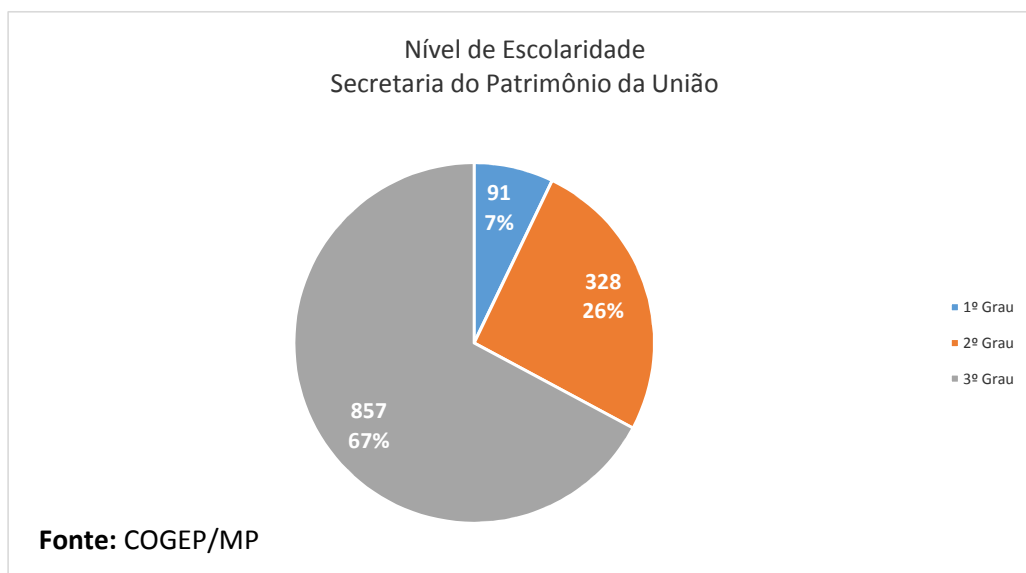


Gráfico 1 – Nível de Escolaridade

Estes servidores estão alocados internamente, conforme representação gráfica abaixo:

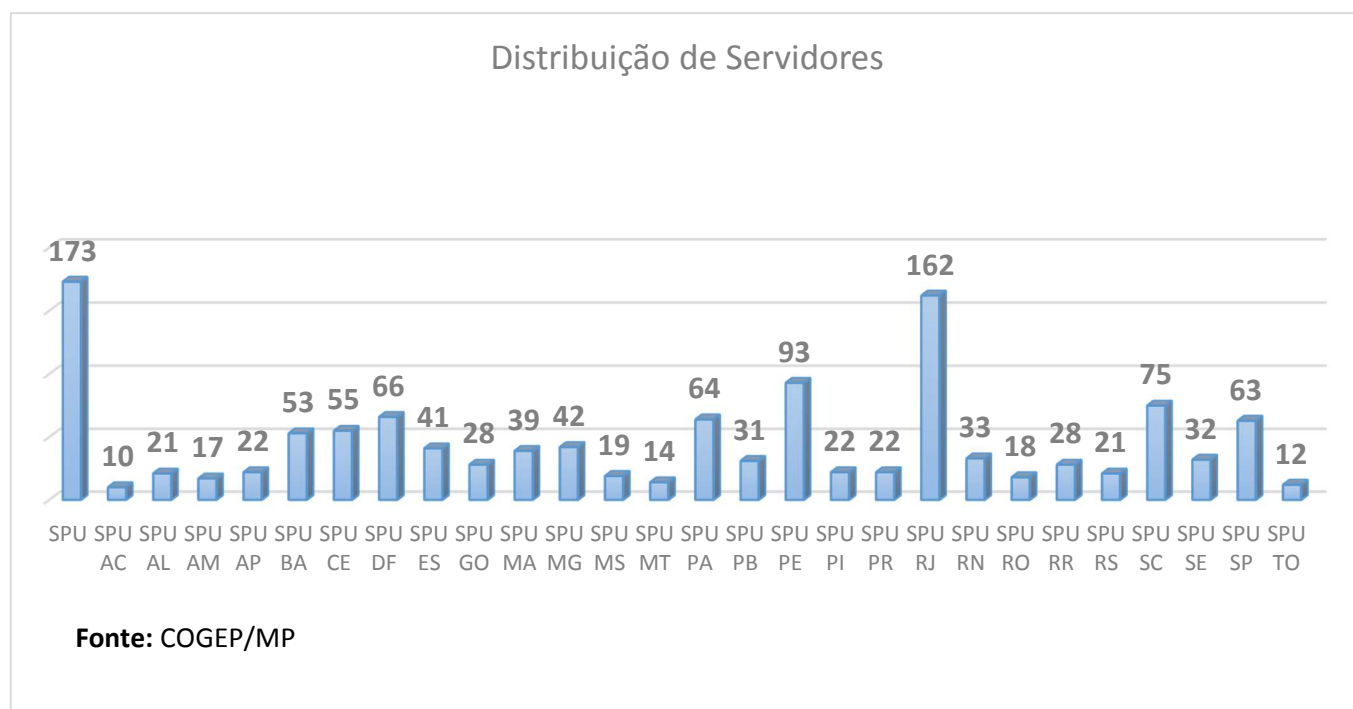


Gráfico 2 – Distribuição de Servidores

A SPU conta com **145** cargos comissionados de **Direção e Assessoramento Superior - DAS**, **221 Funções Gratificadas - FGR** e **96 Funções Comissionadas do Poder Executivo - FPE**, totalizando **462** funções distribuídas da seguinte forma:

Quantitativo de Servidores com Função/Cargo Comissionado

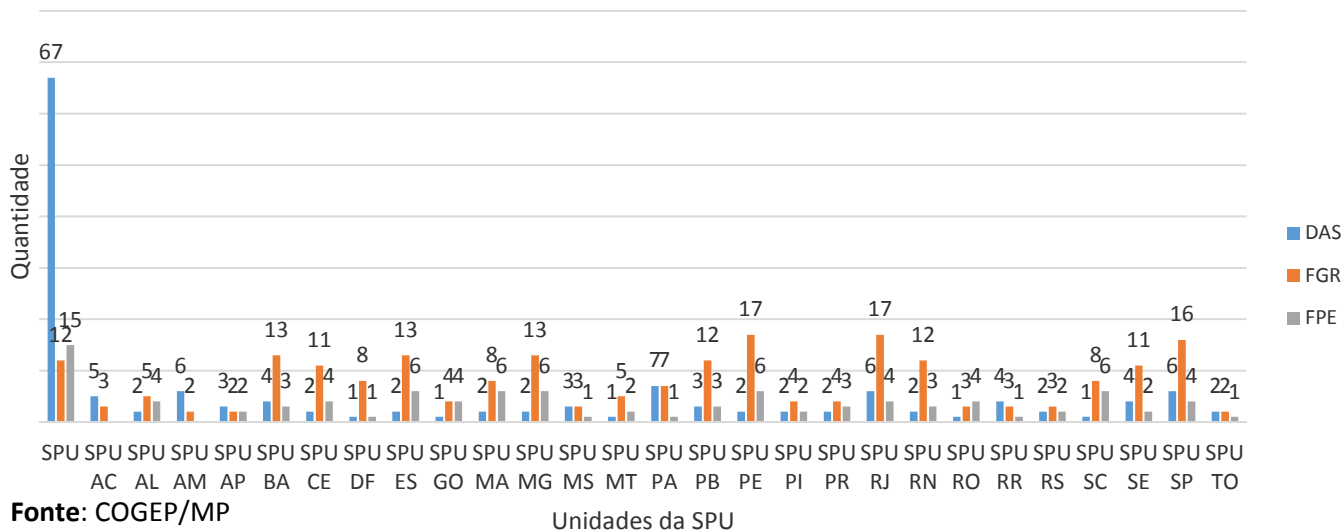


Gráfico 3 – Quantitativo de Servidores com Função/CC

As saídas por parte da força de trabalho da SPU, se deu por diversas razões como por exemplo, vacância, alteração de exercício, cessão, aposentadoria, rescisão de contrato temporário, exoneração de cargo comissionado (DAS) sem vínculo, retorno de servidor requisitado ao órgão de origem, pode ser melhor exemplificada nos gráficos abaixo:

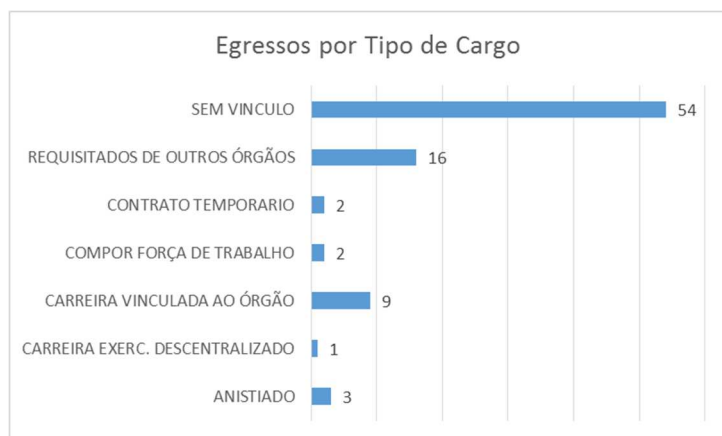


Gráfico 4 – Egressos por tipo

Fonte: COGEP/MP

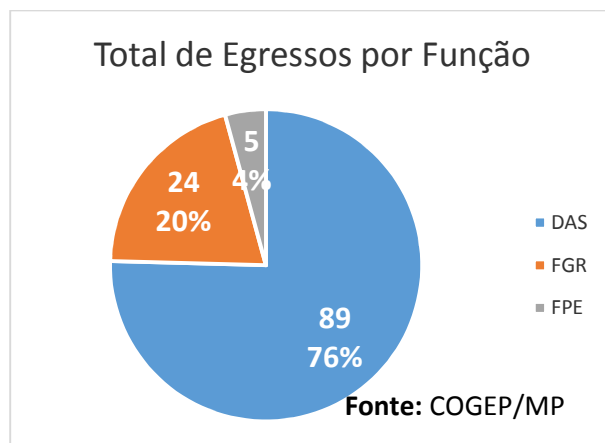


Gráfico 5 – Total de Egressos por Função

A SPU não utiliza nenhum sistema estruturante de gestão de pessoas, e os dados constantes dos quadros (planilha anexas) e gráficos foram fornecidos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, deste Ministério.

A força de trabalho está dividida em duas áreas de atuação. A área fim, conta com **1010** servidores e a área meio com **266**, distribuídos conforme gráfico a seguir:

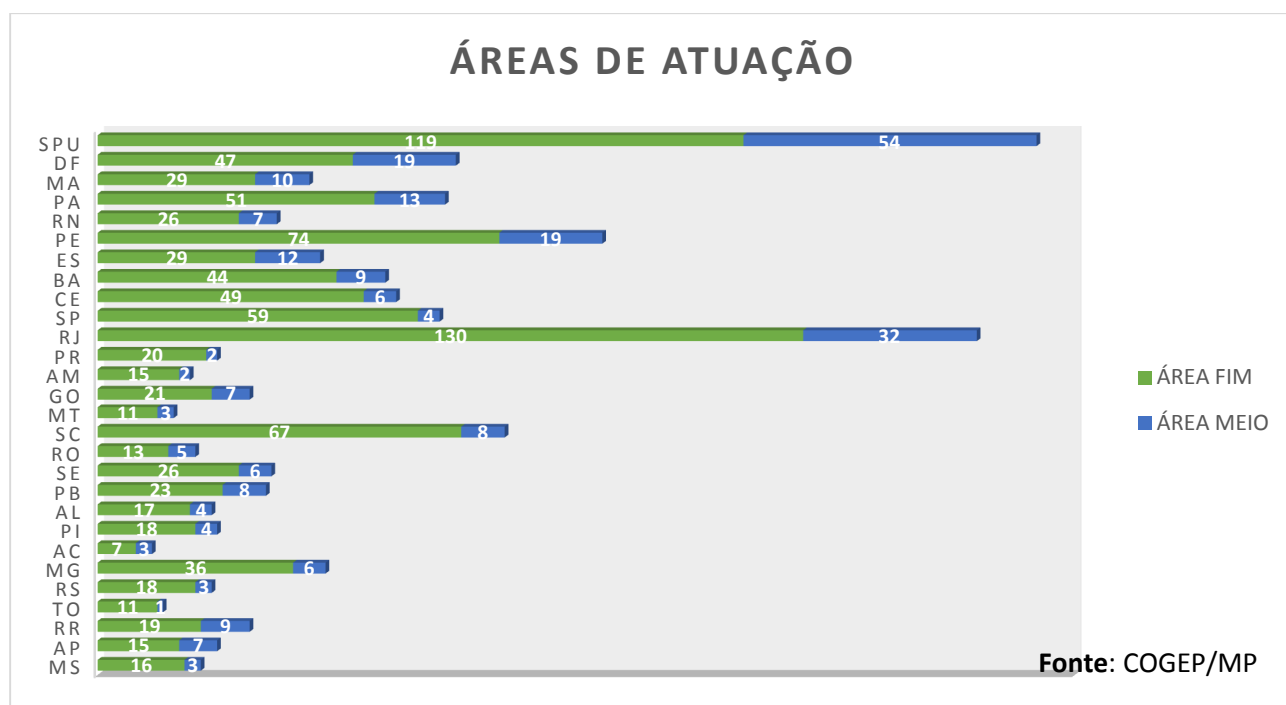


Gráfico 6 – Áreas de Atuação

No que tange ao abono permanência dos 1276 servidores, 295 já estão em abono permanência e o quantitativo com abono e sem abono está distribuído conforme gráfico abaixo, por unidade organizacional:

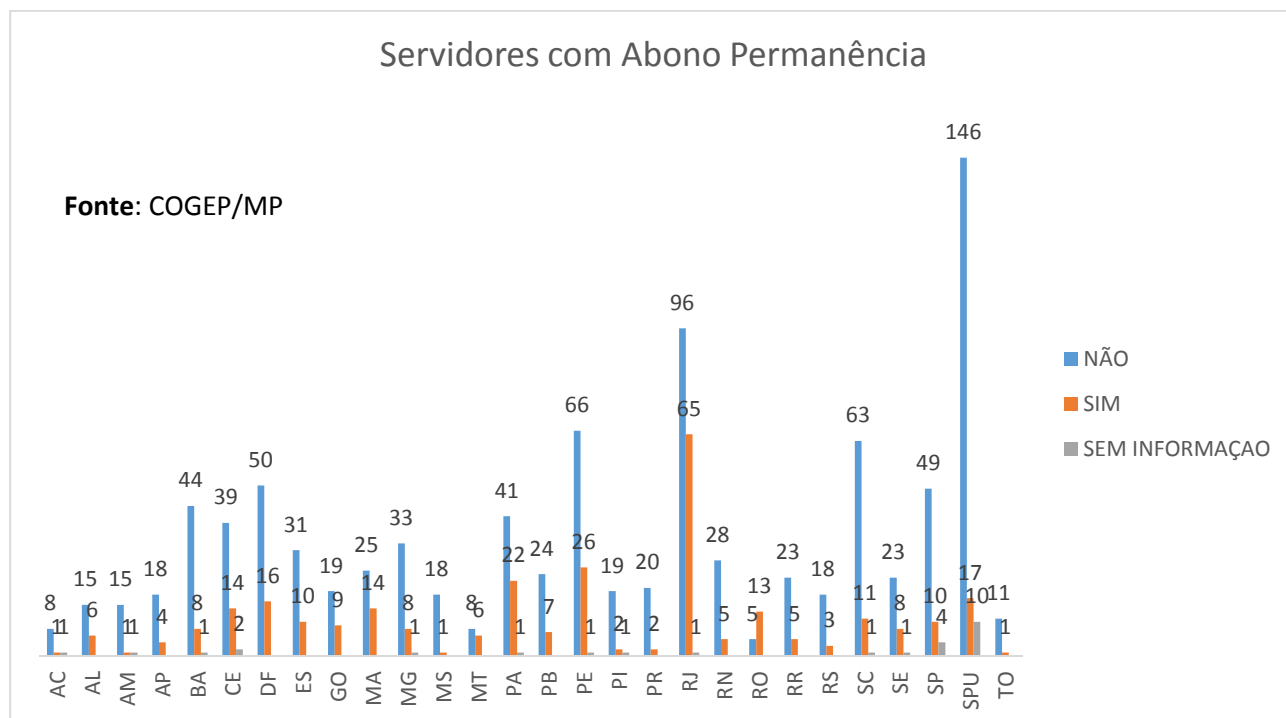


Gráfico 7 – Servidores com Abono Permanência

Em relação a média de idade da força de trabalho da SPU, 68% tem idade superior a 45 anos. Demais faixas etárias estão distribuídas conforme gráfico abaixo:

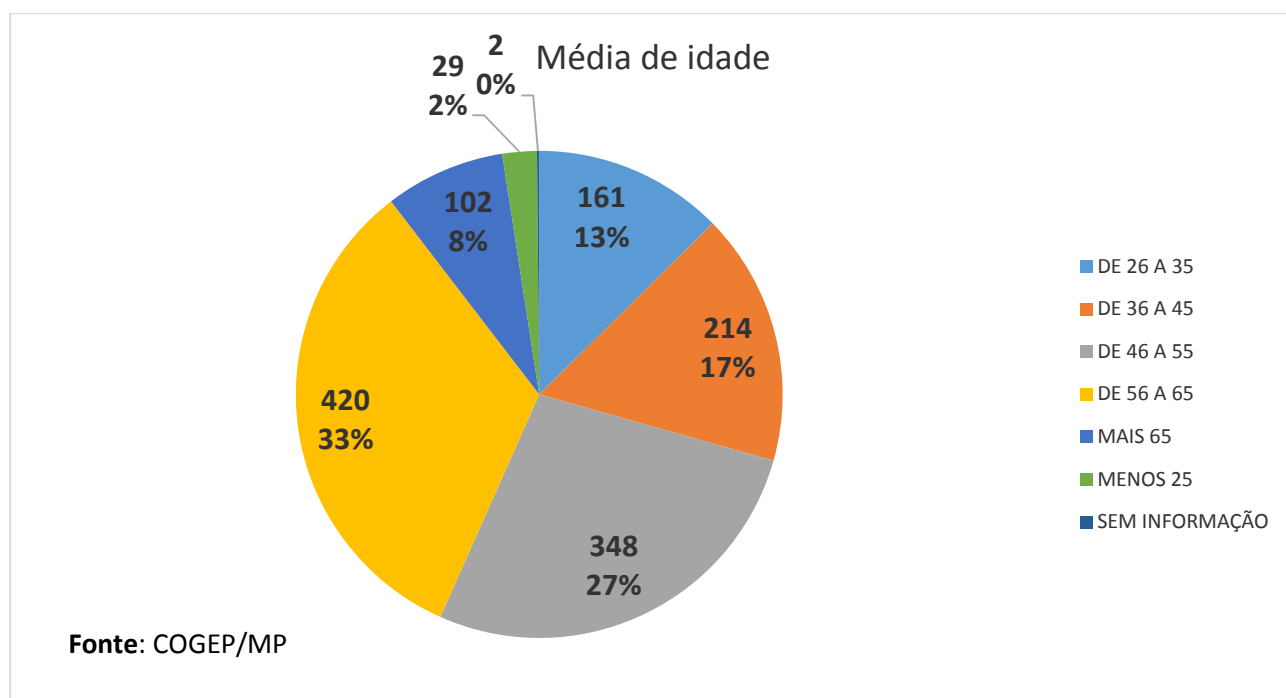


Gráfico 8 – Média de Idade

Capacitação

Realizações: No ano de 2016 foram capacitados 447 servidores, sendo 377 servidores ativo permanente, 38 servidores requisitados e 32 servidores sem vínculo efetivo, sendo que todas as capacitações foram executadas de acordo com os eixos temáticos e as competências previstos no Plano de Capacitação SPU- 2016-2018.

Prioridades de ações para 2017:

- Validação do Plano de Gestão de Pessoas, com vista a mapear competências para realinhamento do Plano de Capacitação SPU- 2016-2018;
- Desenvolvimento de um banco de dados com o perfil profissiográfico dos servidores em exercício na SPU.

5.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 13 – Força de Trabalho da UPC

Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada (*)	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	1087	107	26
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	1087	107	26
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		963	97	9
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	3	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	120	9	16
2. Servidores com Contratos Temporários	0	2	0	2
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	99	38	54
4. Anistiados	0	60	1	3
5. Compõe Força de Trabalho	0	28	7	2
6. Total de Servidores (1+2+3+4+5) **	0	1276	153	87

Fonte: COGEP/MP

Informações da CGADM:

1. Os dados constantes do quadro acima foram fornecidos pela COGEP
2. Quantitativo de servidores cedidos para outros órgãos e esferas: 31
3. Servidores afastados(carreira vinculada ao órgão): 38
4. Servidores afastados(requisitados e sem vínculo): 5

Quadro 14 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva (*)	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	239	847
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	240	847
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	224	739
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		3
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	16	104
2. Servidores com Contratos Temporários	1	1
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	17	82
4. Anistiados	5	55
5. Compor força de trabalho	3	25
5. Total de Servidores (1+2+3+4+5)	266	1010

Fonte: COGEP/MP

Informações da CGADM:

1. Os dados constantes do quadro acima foram fornecidos pela COGEP
2. Quantitativo de servidores cedidos para outros órgãos e esferas:
2. Quantitativo de servidores afastados:

Quadro 15 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão			113	31
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0		17	8
1.2.4. Sem Vínculo	0		54	54
1.2.5. Aposentados (*)		não há detalhamento	não há detalhamento	não há detalhamento
1.2.6. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.7. Anistiados	0	0	1	0
1.2.8 Compôr força de trabalho	0	0	0	1
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0		51	21
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0			3
2.4. Anistiados	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	0	236	118

Fonte: COGEP e Decreto nº 8.818 de 21 de julho de 2016

* Os servidores aposentados pela Administração Pública ocupantes de cargo DAS são registrados no SIAPE na situação "sem vínculo", o que impossibilita o detalhamento da informação.

Informações da CGADM:

Os dados constantes do quadro acima foram fornecidos pela COGEP

Obs.: Para a tipologia "1.2.5 Aposentados" - De acordo com as informações da COGEP, não há dados para detalhamento.

Informe: Não estão contabilizados neste quadro:

- 7 cargos comissionados, de caráter transitórios, nos termos do Decreto nº 7.929, de 18 de fevereiro de 2013, sendo:
 - o Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão: 0
 - o Servidores de Outros Órgãos e Esferas: 0
 - o Sem Vínculo 5
 - o Vagos: 2
- Ingressos no Exercício: 4
- Egressos no Exercício: 2

5.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 16 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016										0,00
	2015										0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	54.008.757,56	2.723.594,25	52.817.243,78	2.714.407,58	6.909.648,83	1.827.245,53	-41.101,15	211.530,15	307.736,71	121.479.063,24
	2015	48.771.735,12	1.743.240,80	46.933.352,73	2.450.690,07	4.855.676,44	1.474.664,34	-201.838,31	108.695,02	399.769,14	106.535.985,35
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	1.095.627,78	221.557,58	2.071.985,95	136.571,92	102.825,92	7.382,32	0,00	12.441,08	0,00	3.648.392,55
	2015	1.655.806,85	206.474,84	2.093.868,59	129.297,83	46.424,70	12.309,16	0,00	3.061,89	0,00	4.147.243,86
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	5.431.713,64	116.928,61	458.007,59	403.925,02	822.836,10	100.563,32	0,00	11.729,21		7.345.703,49
	2015	6.995.093,07	201.878,56	588.047,88	225.163,16	768.008,88	122.756,82	0,00	13.014,60		8.913.962,97
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	918.970,08	0,00	1.146.144,17	55.710,09	101.013,27	47.138,73	-2.393,35	1.717,74	51.770,85	2.320.071,58
	2015	572.907,74	0,00	745.891,40	39.689,46	68.170,24	21.128,65	-8.158,07	0,00	27.702,00	1.467.331,42
Servidores cedidos sem ônus											
Exercícios	2016	2.186,02	0,00	2.096,60	0,00	650,58	125,56	0,00	0,00		5.058,76
	2015	7.582,98	0,00	5.715,53	0,00	373,00	1.461,64	0,00	0,00		15.133,15
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	178.179,97	0,00	20.510,00	14.761,12	10.480,71	0,00	0,00	0,00		223.931,80
	2015	533.254,57	0,00	40.666,73	21.683,32	35.378,05	0,00	0,00	0,00		630.982,67
Servidores compor força de trabalho											
Exercícios	2016	30.796,92	0,00	131.534,37	7.580,11	0,00	3.619,55	0,00	2.658,01		176.188,96
	2015	61.593,84	0,00	130.556,80	5.013,70	0,00	1.564,40	0,00	0,00		198.728,74

Fonte: COGEP/MP

Todas as cessões para o GDF foram consideradas como cessões s/ ônus para a UJ, tendo em vista a impossibilidade de separar os custos com cessões para as Secretarias daquele ente que recebe recursos da União e portanto não fazem ressarcimento (cessão c/ ônus).

5.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

Os principais fatores de risco inerentes aos recursos humanos dizem respeito (i) ao quantitativo do quadro de servidores e (ii) ao perfil deste quadro de servidores, aí incluídos os aspectos de qualificação, formação e faixa etária. Cabe destacar que a SPU se submete à política de gestão de pessoas do MP.

5.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

As atribuições relativas à contratação de pessoal de apoio e de estagiários é de competência da COGEP.

5.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

5.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

a) estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;

O cadastro do patrimônio utilizado por esta Secretaria (Unidade Central e Superintendências) é realizado por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

Em relação às despesas e outras ações de manutenção são realizadas por meio de descentralização de recursos para outros órgãos gestores dos imóveis, quando compartilhados, como, por exemplo, as Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda nos Estados – SAMFs.

b) distribuição geográfica dos imóveis da União das Sedes/UF e UC:

AC	RIO BRANCO	Rua Amazonas, nº 115 - Cerâmica - Rio Branco /AC - CEP: 69.905-074	CERAMICA
AL	MACEIO	Praça Dom Pedro II, nº 16 - Centro - Maceió / AL - CEP: 57.020 -130	CENTRO
AM	MANAUS	Rua Marechal Deodoro, nº27, 14º andar - Centro - Ed. do Ministério da Fazenda (sede)	CENTRO
AP	MACAPA	Rua Odilardo Silva, nº2110 , Ed. Ilkas Araújo - 2º andar, Bairro Central - CEP: 68.900-151	CENTRAL
BA	SALVADOR	Rua da Polônia, Ed. Professor Orlando Gomes, Praça Conde dos Arcos, 5º andar - Comércio - Salvador/BA	COMERCIO
CE	FORTALEZA	Rua Barão de Aracati, nº 909, 9º andar - Aldeota - Fortaleza/CE CEP: 60.115 - 080	ALDEOTA
DF	BRASILIA	Esplanada dos Ministérios, Bloco C – Brasília/DF	CENTRO CÍVICO ADMINISTRATIVO
DF	BRASÍLIA	SAN - Quadra 3, lote A, 2º andar, Ed. Núcleo dos Transportes (DNIT) - Brasília/DF	ASA NORTE
ES	VITORIA	Rua Pietrangelo de Biase, nº 56, 7º andar, Ed. Ministério da Fazenda - Centro - Vitória/ES	CENTRO
GO	GOIANIA	Rua 82 esquina com Rua 83 nº 179 - 3º andar - Setor Sul - 74083/010, Goiânia/GO	SETOR SUL
MA	SAO LUIS	Rua Oswaldo Cruz, nº 1618, Ed. Sede Órgãos Regionais do Ministério da Fazenda - Canto da Fabril - São Luís/MA	CENTRO
MG	BELO HORIZONTE	Av. Afonso Pena, nº1316, Ala B, 11º andar - Centro - Belo Horizonte/MG	CENTRO
MS	CAMPO GRANDE	Rua Joaquim Murtinho, nº 65 - Centro - Campo Grande/MS CEP: 79.002-100	CENTRO
MT	CUIABA	Av. Vereador Juliano da Costa Marques, nº 99 - Jardim Aclimação - Cuiabá/MT CEP: 78.050 - 907	ZONA URBANA

PA	BELÉM	Av. Senador Lemos, Passagem São Luís, nº 4700 - Sacramento - Belém/PA- CEP: 66.123 - 650	SACRAMENTA
PB	JOAO PESSOA	Av. Epitácio Pessoa, nº 1705 - Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP: 58.030-900	DOS ESTADOS
PE	RECIFE	Av. Antonio Góes, nº 820, térreo – Pina - Recife/PE - 51.010-000	BRASILIA TEIMOSA
PI	PARNAIBA	R ALMIRANTE GERVASIO SAMPAIO 685 SEDE PROPRIA DO GERENCIA REGIONAL NO PIAUÍ CEP: 64200250	CENTRO
PI	TERESINA	Praça Marechal Deodoro, Ed. do Ministério da Fazenda, 6º andar, Teresina/PI- CEP: 64.900-00	CENTRO
PR	CURITIBA	Av. Marechal Deodoro, nº 630, Ed. Itália, 7º andar - Centro - Curitiba/PR - CEP: 80.010-010	CENTRO
RJ	RIO DE JANEIRO	Av. Pres. Antônio Carlos, nº 375, sala 514 - Castelo - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.020-010	CENTRO
RN	NATAL	Rua Potengi, nº 529 - Petrópolis- Natal/RN - CEP: 59.020-030	PETROPOLIS
RO	PORTO VELHO	Av. Farquar, nº 2949 - Bairro Panair - Porto Velho/RO - CEP: 76.801-361	PEDRINHAS
RR	BOA VISTA	Avenida Ville Roy nº 7984 - Bairro São Vicente - Boa Vista/RR - CEP: 69.303-445	SÃO VICENTE
RS	PORTO ALEGRE	Av. Loureiro da Silva, nº 445, 10º andar, sala 1028 - Porto Alegre/RS - CEP: 90.013-900	CENTRO HISTÓRICO
SC	FLORIANOPOLIS	Praça XV de Novembro, nº 336 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88.010-400	CENTRO
SE	ARACAJU	Rua Pacatuba, nº 193 - Centro, Aracaju/SE - CEP: 49.010-150	CENTRO
SP	SAO PAULO	Av. Prestes Maia, nº 733, 3º andar - Luz - São Paulo/SP - CEP: 01.031-001	CENTRO
SP	SANTOS	Rua Augusto Severo, nº 7, 14º andar - Santos/SP. CEP: 01.101-019	CENTRO
TO	PALMAS	101 Sul, lote 3, AV. Joaquim Teotônio Segurado, Ed. Cardebien 7º andar, Palmas/TO - CEP: 77.015-002	PLANO DIRETOR SUL

Quadro 17 - Distribuição de geográfica dos imóveis da União ocupados pela SPU

c) qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;

A Secretaria do Patrimônio da União mantém rotina de aprimoramento dos dados constantes no SPIUnet, inclusive há meta específica no âmbito da GIAPU com vistas a regularidade dos cadastros.

d) informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;

A Unidade Central e as sedes das Superintendências do Patrimônio da União não possuem imóveis nestas condições.

e) despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis;

SUPERINTENDÊNCIA	EMPENHADO	RP PROC. INSCRITOS	RP N PROC INSCRITOS	TOTAL
GO	R\$ 211.838,33			R\$ 211.838,33
AC	R\$ 339.410,06		R\$ 6.175,48	R\$ 345.585,54
AP	R\$ 296.341,92	R\$ 3.523,68	R\$ 906,48	R\$ 300.772,08
RO	R\$ 448.696,52		R\$ 18.257,70	R\$ 466.954,22
RR	R\$ 323.321,79		R\$ 38.802,81	R\$ 362.124,60
AL	R\$ 242.376,21	R\$ 1.756,08	R\$ 24.886,08	R\$ 269.018,37
AM	R\$ 433.455,89		R\$ 136.648,50	R\$ 570.104,39
BA	R\$ 1.106.847,58	R\$ 3.089,92	R\$ 6.492,32	R\$ 1.116.429,82
CE	R\$ 421.567,85		R\$ 37.151,45	R\$ 458.719,30
ES	R\$ 744.620,50		R\$ 7.438,61	R\$ 752.059,11
TO	R\$ 185.604,61		R\$ 36.276,20	R\$ 221.880,81
MA	R\$ 281.499,04	R\$ 45.979,22		R\$ 327.478,26
MG	R\$ 540.929,05	R\$ 8.243,88	R\$ 13.019,03	R\$ 562.191,96
MS	R\$ 153.905,39		R\$ 19.685,25	R\$ 173.590,64
MT	R\$ 148.936,30		R\$ 9.698,63	R\$ 158.634,93
PA	R\$ 487.270,51		R\$ 16.961,28	R\$ 504.231,79
PB	R\$ 145.738,60	R\$ 936,91	R\$ 31.298,37	R\$ 177.973,88
PE	R\$ 567.517,39	R\$ 92.783,78	R\$ 25.376,04	R\$ 685.677,21
PI	R\$ 351.314,13	R\$ 71,38		R\$ 351.385,51
PR	R\$ 301.842,35	R\$ 2.326,61	R\$ 576,01	R\$ 304.744,97
RJ	R\$ 1.289.001,14	R\$ 8.044,38	R\$ 43.607,23	R\$ 1.340.652,75
RN	R\$ 389.790,24		R\$ 7.126,37	R\$ 396.916,61
RS	R\$ 213.680,34			R\$ 213.680,34
SC	R\$ 492.260,38		R\$ 40.936,09	R\$ 533.196,47
SE	R\$ 417.697,82		R\$ 8.267,10	R\$ 425.964,92

SP	R\$ 676.123,74		R\$ 69.846,43	R\$ 745.970,17

Fonte: Tesouro Gerencial

f) riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

O monitoramento dos riscos envolvidos na execução das atividades da Secretaria é contínuo, sendo inseridos na pauta das instâncias de decisão desta Secretaria e Superintendências. Desta forma, o processo de mapeamento de contingências é estruturado em torno de uma rotina que permite a resolução tempestiva de eventuais gargalos.

5.2.2 – Demonstração da situação dos imóveis da União

Devido à extensão dos arquivos, optamos por apresentá-los no Anexo IV - Situação dos Imóveis da União

5.3 Gestão da Tecnologia da Informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

Vide conteúdo do item 5.3.2

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

A governança de TI no âmbito do MP é praticada por meio do Comitê Estratégico de TI - CETI, criado por meio da Portaria 276 SE de 20 de maio de 2009, com participação de todas as unidades de negócio, que acompanha a execução dos planos de TI aprovados pelo próprio comitê e ratificado ou retificado pela Secretaria Executiva. As informações acerca do Comitê Estratégico de TI do MP – CETI são consolidadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação do MP. As reuniões ocorrem mensalmente onde são apresentadas as principais deliberações. As atas de reunião com os encaminhamentos podem ser encontrados nos anexos.

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Vide conteúdo do item 5.3.1

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

A SPU não possui um plano específico de capacitação voltado para TI. O Plano de

Evento	Período	Local	Qtde de servidores
Docker-Kubernetes: O Poder dos Contêineres na Infraestrutura	04/08	MPDG – Bloco K	1
Curso de Métricas Alinhadas aos Normativos do SISP	28/11 a 12/02	ENAP	1
Curso Pontos de Função - Foco CPM	16/08 a 20/08	ENAP	1
Workshop para Líderes de Projeto com práticas do PES- MP	18/02, 23/02, e 21/11	ENAP	3
QlikView Developer	09/05 a 20/05	ENAP	4
Introdução à Gestão de Processos	19/04 a 11/05	ENAP	1

Ética e Serviço Público	08/03 a 28/03	ENAP	1
Elaboração de Indicadores de Desempenho	03/10 a 07/10	ENAP	1
Ciclo de Gestão do Investimento Público	09/08 a 29/08	ENAP	2

Capacitação Geral da Secretaria não contemplou ações pontuais da área de Tecnologia. Em 2016, considerando as restrições de orçamento e a priorização das entregas do novo sistema SPUnet, foram realizados os seguintes eventos:

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

A força de trabalho da CGTEC atualmente está estruturada da seguinte forma:

Situação	Categoria	Qtde
Analista de Tecnologia da Informação	servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	8
Analista Técnico Administrativo	servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	1
Agente administrativo	servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	2
Terceirizados	terceirizados	2
Estagiários	estagiários	2
Direção e Assessoramento Superior	sem vínculo	3
Total		18

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Gerenciamento de Disponibilidade: a CGTEC realiza o monitoramento de seus sistemas críticos (SIAPA, SPIUnet e SARP) bem como da infraestrutura de links de acesso das superintendências, por meio da ferramenta Nagios, em parceria com a DTI e mediante contrato com a empresa Central IT. Esse monitoramento permite o encaminhamento tempestivo de ações quando detectada alguma indisponibilidade.

Gerenciamento de Incidentes: O gerenciamento de incidentes é realizado por meio das ferramentas CITSmart e Central de Suporte do Portal Colaborativo. Os serviços mais basilares ligados a acesso à rede, e-mail corporativo, instalação de softwares, configuração de impressão, entre outros são realizados mediante contrato do MP com a empresa Central IT. As demandas de manutenção nos sistemas institucionais são

catalogadas por meio da Central de Serviços do Portal Colaborativo e/ou SEI todo o fluxo de atendimento é registrado e monitorado.

Gerenciamento de Aquisições: O Gerenciamento de Aquisições segue um fluxo anual de Levantamento de Necessidades, Avaliação, Priorização e Realização das contratações. As aquisições identificadas como prioritárias, tanto de infraestrutura como de sistemas, são registradas/atualizadas no Plano Diretor de TI (PDTI) do Ministério do Planejamento para fins de monitoramento.

Outrossim, vale ressaltar que está atualmente em curso um projeto que visa implementar outros processos do Gerenciamento de Serviços de TI, baseado no framework de melhores práticas do ITIL, por meio de empresa contratada pelo MP para este fim. Os processos em implementação são: Gerenciamento de Catálogo de Serviços, Gerenciamento de Problemas, Gerenciamento de Configuração, Gerenciamento de Disponibilidade, Gerenciamento de Mudanças e Gerenciamento de Níveis de Serviço. Os processos de Gerenciamento de Incidentes e Gerenciamento de Disponibilidade também passarão por revisão a fim de incorporarem melhorias significativas.

Estes processos são de fundamental importância para que o MP tenha condições de manter sistemas críticos, mais robustos e estruturantes, dentre os quais se qualifica o novo sistema da SPU (SPUnet), que fará a gestão de todo o patrimônio público federal de forma integrada a diversas bases e sistemas da APF, aplicando inteligência geoespacial.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Os projetos de TI realizados em 2016 foram divididos em Gestão de Infraestrutura, Gestão de Sistemas e Gestão da Informação. A seguir apresentamos as ações em cada um dos segmentos:

GESTÃO DE INFRAESTRUTURA:

No que diz respeito ao quesito “Gestão de Infraestrutura tecnológica” em 2016 foram investidos cerca de R\$ 3,2 milhões com aquisições importantes que subsidiam as ações do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União – PMGPU, com ênfase na melhoria da conectividade das superintendências e estruturação das atividades de manipulação cartográfica e gestão geoespacial dos imóveis da União. A seguir apresentamos um resumo das principais ações:

1. Aquisição de equipamentos tipo workstation

Em 2016, com auxílio do Programa de Modernização a CGTEC realizou a aquisição de mais 8 (oito) equipamentos tipo Workstation através de adesão a ata de registro de preço alusivo ao pregão 035/2014 da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo desta aquisição foi apoiar a estruturação de um polo de Cartografia e Geoprocessamento no âmbito do Órgão Central em Brasília/DF. No ano anterior, foram entregues 72 equipamentos às superintendências para viabilizar estas atividades. Ao todo foi investido cerca de R\$ 80 mil custeados por meio do Programa de

Modernização da Gestão do Patrimônio da União – PMGPU.

2. Aquisição de armazenamento físico (Storage)

A CGTEC/SPU, com o apoio da DTI, realizou em 2016 a aquisição de um Storage de 250TB a fim de apoiar projetos importantes tais como a estruturação dos polos de gestão cartográfica, e o projeto de digitalização do acervo histórico existente na SPU/RJ, ambos apoiados pelo Programa de Modernização – PMGPU. Foram investidos R\$ 419 mil para esta ampliação que assegurará a adequada guarda e recuperação desse importante material, que por sua vez enriquecerá a gestão dos imóveis à medida que se integre ao novo sistema SPUnet.

3. Aquisição de Scanners de alta performance

Outra importante ação realizada em 2016 foi a aquisição de 26 scanners de alta performance distribuídas às superintendências da SPU para subsidiar os trabalhos de digitalização do grande acervo de processos e documentos existente com vistas à sua completa absorção pelo SEI-MP. Os equipamentos possuem recursos que permitem maior agilidade na digitalização dos processos, aderentes aos padrões de formato exigidos pelo sistema de controle de processos do Ministério do Planejamento. O valor investido nesta ação foi de R\$ 208 mil e a aquisição foi viabilizada pela SAMF/RJ. Vale ressaltar que o módulo de Serviços do novo sistema SPUnet faz integração com o SEI para atendimento aos requerimentos registrados pelo cidadão por meio do portal patrimoniode todos.org.br.

4. Manutenção do parque de computadores da SPU

A fim de manter o ciclo contínuo de renovação tecnológica, para o exercício de 2016 a CGTEC/SPU realizou em parceria com a DTI-MP a aquisição de 423 (quatrocentos e vinte e três) máquinas a fim de manter todo o seu parque computacional em garantia e garantir uma configuração mais robusta, em apoio aos processos finalísticos da SPU.

Tal proposta levou em conta o tamanho da força de trabalho existente e permitiu a SPU iniciar o ano de 2017 com 100% do seu parque em garantia. A ação custou cerca de R\$ 2 milhões de investimento.

Esse processo de compras segmentadas é parte de uma estratégia do planejamento de custeio, que visa manter um parque sempre atualizado sem que haja o comprometimento de uma grande porção do orçamento em um único exercício.

5. Implantação da 2ª etapa da solução de videoconferência nas SPU's

Em 2014 a CGTEC implantou um estrutura de comunicação multimídia, utilizando a atual rede de dados do MP, através de uma solução de videoconferência que trouxe novos serviços interativos à instituição, tais como, realização de reuniões virtuais sem a necessidade de pagamento de diárias e passagens; transmissão de eventos importantes como pronunciamentos de autoridades ou palestras, entre outros.

Foi realizada a instalação de, no mínimo, 1 (uma) sala de reunião para cada Superintendência e várias salas de reunião/auditórios nos blocos C e K da Esplanada. Na época foram investidos R\$ 1.809.839,00 sendo que parte destes recursos financeiros veio

de empréstimo realizado pelo BID através do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União – PMGPU. O projeto foi conduzido em parceria com a SAMF/DF do Ministério da Fazenda e a aquisição foi realizada por meio do Pregão Eletrônico nº 32/2013. Até 2015 muitas superintendências ainda se utilizavam de projetores para assistir às reuniões virtuais, o que dificultava a recepção de dados com qualidade. Em 2016 foram adquiridos 32 televisores para solucionar esta questão. O investimento de cerca de R\$ 130 mil para esta ação correu por conta do plano orçamentário de TI gerido pela CGTEC.

6. Ampliação dos links de rede das superintendências

Visando aprimorar e otimizar os serviços de TI que dão suporte às atividades finalísticas da SPU, a CGTEC/SPU em parceria com a DTI-MP promoveram uma contratação junto à empresa TELEBRAS para ampliação dos links de rede das Superintendências.

O contrato nº 40/2016 permitirá a ampliação da velocidade atual implantada em algumas superintendências em até 5 vezes, ao tempo em que reduz os valores pagos em mais de 50%, quando comparados ao antigo fornecedor (SERPRO). O link mínimo é de 10Mbps e garantirá maior agilidade das SPU's na utilização do novo sistema SPUnet, bem como outras aplicações que demandem maior fluxo de dados, a exemplo do SEI.

Em 2016 foi executado o projeto de ampliação da SPU/DF. As demais superintendências deverão sofrer o upgrade ao longo de 2017.

REESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS:

Este segmento aborda todas as ações de TI voltadas novos projetos de evolução dos sistemas existentes na SPU, com foco no projeto estratégico de desenvolvimento do novo sistema SPUnet. A seguir discorremos sobre os principais avanços de 2016:

1. Adequações para atendimento às Leis 13.139/2015 e 13.240/2015

As Leis 13.139/2015 e 13.240/2015 efetuaram diversas modificações em processos de gestão da SPU, afetando grandemente funcionalidades de impacto direto no dia a dia do cidadão. Este projeto visou tratar essas adequações a fim de que o SIAPA permanecesse aderente à nova legislação, até a sua completa substituição pelo novo sistema SPUnet, previsto para Julho/2017. Dentre as principais mudanças e tratamentos efetuados, destacamos:

- a) Processamento de remissão de débitos inferiores a 10.000,00
- b) Adequação da funcionalidade de transferência para contemplar apenas o terreno nos cálculos de laudêmio e multa de transferência
- c) Adequação da funcionalidade de manutenção da Inscrição de Ocupação para contemplar a nova data de direito à ocupação, além da redução da taxa para novas inscrições (de 5% para 2%)
- d) Desenvolvimento de nova funcionalidade de emissão de DARF que agrupa todas as dívidas de um devedor (CPF), aplicando desconto em caso de pagamento

e) Tratamento das rotinas de arrecadação e alocação de créditos para contemplar os novos cenários de alíquotas e descontos.

Em 2016 foram completados os tratamentos mais emergenciais demandados pelas Leis, a um custo de aproximadamente R\$ 60 mil com o SERPRO, atual fornecedor do serviço de desenvolvimento para o SIAPA.

2. Desenvolvimento do novo Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais - SPUnet

Considerado um dos projetos prioritários da SPU, e principal foco do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União – PMGPU, o novo sistema SPUnet (Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais), que substituirá os atuais sistemas legados da SPU SIAPA, SARP, SPIUnet e CIF, avançou significativamente em 2016. O projeto teve sua priorização reforçada no ao Plano Diretor de TI do MP ano passado. Atualmente é conduzido de forma conjunta (SPU / DTI-MP), e executado por meio da empresa BASIS, vencedora do processo licitatório realizado ao final de 2015 para substituir a empresa Polisys Informática, que à época havia sinalizado o não interesse em dar continuidade ao projeto.

Não obstante, o ano de 2016 foi um ano de readaptação significativa, já que a nova empresa precisava assumir todo o trabalho já iniciado em 2013, garantindo o aproveitamento de todo o conhecimento já produzido e documentado até então. Além do mais, o novo contrato celebrado pelo Ministério trouxe um processo de desenvolvimento baseado em métodos ágeis, diferenciado do modelo anterior conduzido junto à empresa Polisys, baseado no RUP. Isto, por si só, demandou uma readaptação considerável das equipes da SPU, tanto negociais como de condução do projeto. Outra inovação foi o novo papel assumido pela DTI-MP, que passou a atuar conjuntamente na liderança dos projetos, assumindo o desafio de viabilizar toda a infraestrutura necessária para absorver as entregas do novo sistema, bem como assegurar sua sustentação.

Após um período de aborção e consolidação da metodologia por todos os envolvidos, o projeto passou por um replanejamento em termos de definição das entregas significativas. Como diretriz foram priorizados os módulos que gerariam maior valor para a sociedade, seguidos daqueles que representam maior efetividade na gestão do patrimônio público.

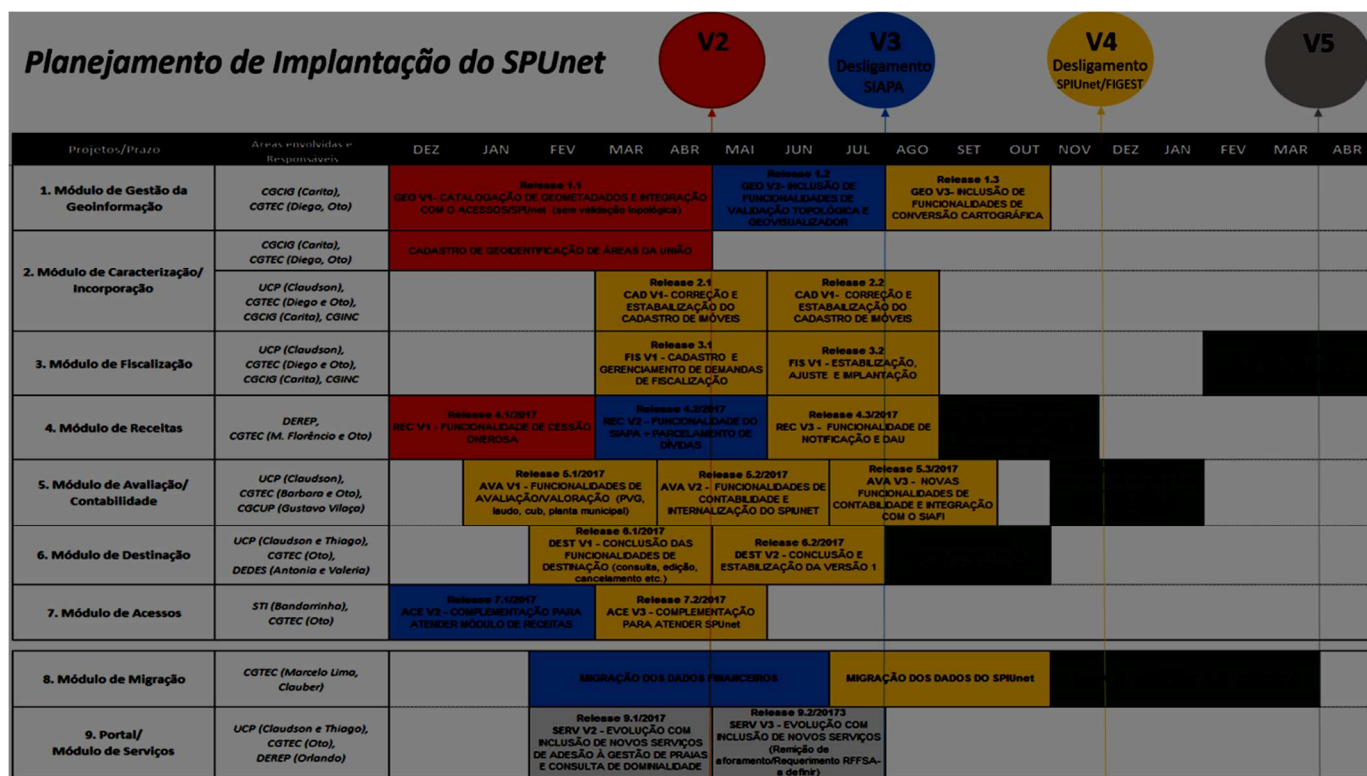
Nestes termos, a primeira versão do sistema foi implantada em Outubro/2016 contemplando um portal de atendimento, por meio do qual a sociedade pode efetuar requerimentos eletrônicos de serviços, bem como acompanhar todo atendimento por meio da internet. Este portal foi acompanhado do módulo de serviços que possibilita a triagem eletrônica e faz integração com o sistema SEI a fim de possibilitar a análise e atendimento dos pleitos registrados.

Esta importante entrega assegurou um maior controle das demandas de serviços por parte da sociedade, ao mesmo tempo que trouxe comodidade e transparência para o cidadão, que não mais necessita efetuar longos deslocamentos às dependências da SPU, e ainda evita o desconforto de esperar em filas.

A seguir, é apresentado um quadro demonstrativo da utilização do Portal pelos cidadãos até dez/2016:

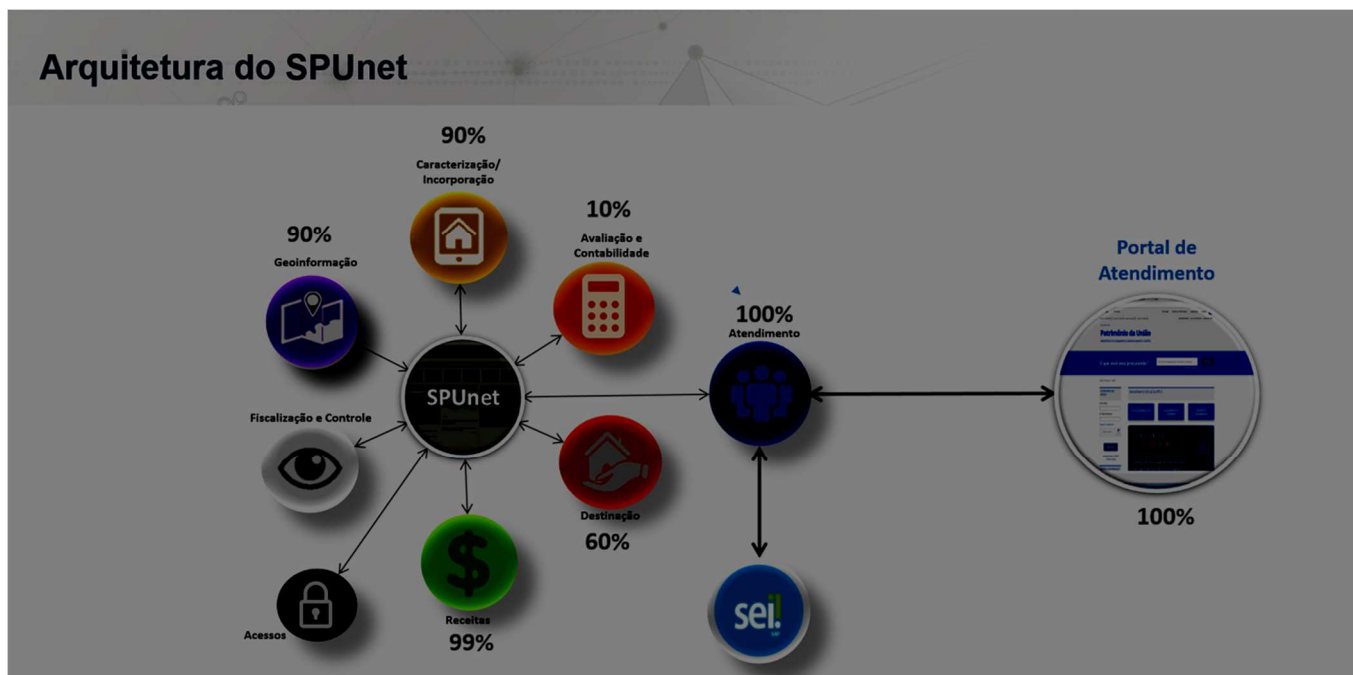
Tipo Requerimento	Total Requerimentos	Aguardando Triagem		Em atendimento		Concluídos	
Transferência de Titularidade	1.947	61	3,1%	1.325	68,1%	561	28,8%
Consulta Dominialidade	470	5	1,1%	224	47,7%	241	51,3%
Utilização/Regularização	210	9	4,3%	185	88,1%	16	7,6%
Isenção Pagamento	120	3	2,5%	102	85,0%	15	12,5%
Revisão Financeira	115	5	4,3%	88	76,5%	22	19,1%
Permissão Uso	81	8	9,9%	42	51,8%	31	38,3%
Revisão Valor	51	3	5,9%	47	92,1%	1	2,0%
Cancelamento Laudêmio	19	1	5,3%	17	89,2%	1	5,3%
Mudança de Regime/Contrato	20	1	5,0%	19	94,8%	0	0,0%
Autorização de Obras	9	2	22,2%	6	65,1%	1	11,1%
Revigoração de Aforamento	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Remição de Aforamento	1	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%
Total	3.043	98	3,2%	2.056	67,6%	889	29,2%

Não obstante o lançamento da primeira versão, as demais frentes de desenvolvimento seguiram em ritmo contínuo para assegurar o novo planejamento. Dessarte, para 2017 foram definidas 4 grandes entregas, que representam versões significativas do novo sistema à luz dos diversos módulos em desenvolvimento. O quadro abaixo apresenta o roadmap proposto, com a indicação dos módulos e funcionalidades previstos ao longo do ano:



É importante ressaltar que o projeto tem passado por diversos incrementos em relação ao seu escopo inicial. Isto se deve ao fato da SPU identificar a necessidade de melhorias significativas aos processos de gestão, às quais vem sendo incorporadas para garantir maior aderência do novo sistema aos processos institucionais e à legislação patrimonial, e tem contando ainda com aperfeiçoamento na gestão em atendimento às recomendações dos órgãos de controle.

A seguir é apresentado um modelo esquemático da proposta de arquitetura desenvolvida para o novo sistema. Também é possível ter uma percepção do avanço de cada módulo em termos de desenvolvimento:



Até o fechamento do exercício de 2016 o atual contrato (084/2016) de desenvolvimento com a empresa BASIS apontou uma execução financeira da ordem de R\$ 700 mil.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO:

1. Painel de Indicadores

As ações no Painel de Indicadores focaram no desenvolvimento e implantação dos indicadores de gestão para apuração e monitoramento das metas referentes à Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU em 2016. Por meio do Painel, foram implementados 6 indicadores, apurados a partir das bases SIAPA, SPIUnet, FIGEST e outras fontes de dados disponibilizadas pelos Departamentos, os quais permitem o acompanhamento mensal das atividades das superintendências, bem como a computação automática dos índices nacionais.

2. Migração de Dados

O projeto, que vinha sendo conduzido em parceria com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ, foi absorvido pela CGTEC em 2016 demandando uma reavaliação e replanejamento das ações prioritárias em função do roadmap proposto para projeto de desenvolvimento no novo sistema SPUnet.

Foram mantidos os objetivos principais quanto ao mapeamento das bases de dados

dos atuais sistemas legados, com vistas à sua migração para o novo Sistema, no entanto houve a necessidade de incorporar ações relativas ao módulo de serviços e ao portal de atendimento.

As ações abrangem o levantamento das estruturas de dados e o desenvolvimento de “*scripts*” que permitirão transportar as informações de uma base para outra, obedecendo às novas regras implementadas pelo novo sistema.

Foram redefinidas as 3 (três) etapas inicialmente previstas, a fim de viabilizar a implantação do novo sistema, conforme a seguir:

a) 1ª Etapa: migração dos dados para viabilizar a implantação da Versão 3 do SPUnet, com consequente desligamento do atual sistema SIAPA. Esta migração contempla os dados das Plantas de Valores Genéricos, os dados dos imóveis dominiais, os dados das destinações referentes a estes imóveis, e os dados financeiros correlatos. Até o fim de 2016 temos:

- Migração dos dados da PVG:	Concluído
- Migração dos imóveis dominiais:	Concluído
- Migração das destinações referentes aos imóveis dominiais:	Concluído
- Migração dos dados financeiros dos imóveis dominiais:	Em andamento

b) 2ª Etapa: Prevista para ocorrer em 2017, prevê a migração dos dados para viabilizar a implantação da Versão 4 do SPUnet, com consequente desligamento do atual sistema SPIUnet. Esta migração contempla os dados dos imóveis de Uso Especial da União, incluindo os imóveis funcionais, os dados das destinações referentes a estes imóveis, e os dados financeiros correlatos;

c) 3ª Etapa: Prevista para ocorrer em 2017, prevê a migração de dados para viabilizar a integração entre os dados de imóveis dominiais e de uso especial conforme a nova modelagem proposta para o cadastro geoespacial. Esta etapa consiste em realizar as adaptações finais na base de dados de forma a integrar completamente as informações dos imóveis, destinações, avaliação, financeiro, etc ao novo modelo proposto para o cadastro.

A primeira etapa teve avanços significativos em 2016, carregando a base de dados de homologação do novo sistema com a base do sistema original, disponibilizando as informações em ambiente de homologação para validações a fim de identificar eventuais ajustes necessários.

As demais etapas encontram-se em execução e devem seguir conforme o cronograma proposto, conforme demonstrado no quadro de planejamento de implantação do SPUnet, mostrado acima.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

A SPU, juntamente com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do Ministério do Planejamento, tem buscado estabelecer medidas para evitar a dependência tecnológica no que se refere aos seus projetos de sistemas. As duas principais medidas são:

a) A adoção de padrões modernos e de mercado (linguagens, de programação, frameworks e arquiteturas de referência) para o desenvolvimento de soluções. Esta medida permite a evolução e sustentação dos sistemas por quaisquer empresas de desenvolvimento no mercado, não ficando restrita a um único fornecedor.

b) Adoção de metodologias consolidadas de desenvolvimento (processo unificado e scrum) que permitem a documentação dos fluxos e regras que regem os processos institucionais, bem como das diversas integrações com outros sistemas. Além disso os contratos especificam cláusulas que obrigam às empresas contratadas realizarem a transferência de conhecimento para o Ministério, durante as fases de transição. Dessa forma o conhecimento fica registrado e é mantido na organização, e não nos fornecedores.

Atualmente toda a documentação dos projetos está disponível nos repositórios oficiais (GIT), bem como na ferramenta de gerenciamento (Redmine) disponibilizada para este fim.

5.3.1 Principais Sistemas de Informações

Sistema: SIAPA – Sistema Integrado de Administração Patrimonial

Objetivo: É o principal sistema da SPU, responsável por fornecer funcionalidades para gestão dos imóveis dominiais da União (Terrenos de marinha, Acrescidos, Marginais de Rios, Nacionais Interiores, etc)

Principais funcionalidades: As funcionalidades permitem o controle do cadastro dos bens, das destinações vinculadas a esses imóveis, dos responsáveis vinculados a essas destinações e das receitas patrimoniais devidas.

Responsável técnico: Marcelo Lima (CGTEC/SPU)

Responsável área de negócio: Washignton Luke (DECIP/SPU), Eduardo Fonseca (DEDES/SPU), Edmilson Gama (DEREP/SPU)

Criticidade para a unidade: O sistema administra atualmente mais de 90% da totalidade dos imóveis da União cadastrados nas bases da SPU, provendo o controle de cerca de 600 mil imóveis e seus ocupantes. Também gerencia uma arrecadação da casa de 620 milhões (ref.: dez/2016) e disponibiliza serviços importantes aos cidadãos, com destaque para a emissão de certidão para as transferências, emissão de DARF para pagamento de taxas, atualização cadastral, entre outros. Representa o maior valor no âmbito do contrato SERPRO, com cerca de R\$ 4,6 milhões anuais para sua sustentação.

Sistema: SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Objetivo: Juntamente com o SIAPA este é um dos mais importantes sistemas da SPU, responsável por fornecer funcionalidades para gestão dos imóveis de Uso Especial da União (Administração Pública Federal Direta e Indireta).

Principais funcionalidades: As funcionalidades permitem o controle do cadastro dos bens, das destinações vinculadas a esses imóveis, das Unidades Gestoras vinculadas a essas destinações, e da contabilização patrimonial no SIAFI.

Responsável técnico: Marcelo Lima (CGTEC/SPU)

Responsável área de negócio: Washignton Luke (DECIP/SPU), Eduardo Fonseca (DEDES/SPU), Edmilson Gama (DEREP/SPU)

Criticidade para a unidade: O sistema administra atualmente 7% da totalidade dos imóveis da União cadastrados nas bases da SPU, provendo o controle de cerca de 45 mil

imóveis e suas Unidades Gestoras, permitindo o registro e atualização dos imóveis de uso especial da União que alimentam o BGU. No âmbito do contrato SERPRO, representa um investimento de R\$ 170 mil anuais para sua sustentação.

Sistema: CIF – Controle de Imóveis Funcionais

Objetivo: Responsável por fornecer funcionalidades para gestão dos imóveis funcionais da União destinados à moradia de servidores públicos no Distrito Federal no Distrito Federal (Administração Pública Federal Direta)

Principais funcionalidades: As funcionalidades permitem o controle do cadastro dos imóveis, dos ocupantes e das taxas de ocupação referentes a essas utilizações. Possui integração com o SIGEP para fins de desconto dos valores em folha de pagamento.

Responsável técnico: Marcelo Lima (CGTEC/SPU)

Responsável área de negócio: Washignton Luke (DECIP/SPU), Eduardo Fonseca (DEDES/SPU), Edmilson Gama (DEREP/SPU)

Criticidade para a unidade: O sistema administra apenas os imóveis funcionais em Brasília/DF o que corresponde a menos de 1% da totalidade dos imóveis da União cadastrados nas bases da SPU, provendo o controle de cerca de 500 imóveis e seus ocupantes. No âmbito do contrato SERPRO, representa um investimento de R\$ 135 mil anuais para sua sustentação.

Sistema: SARP – Sistema de Administração de Receitas Patrimoniais

Objetivo: Responsável por fornecer funcionalidades para gestão dos imóveis oriundos da extinta RFFSA. É responsável por fornecer funcionalidades para gestão financeira dos contratos alienação e permissão de uso (locação).

Principais funcionalidades: As funcionalidades permitem o controle do cadastro dos imóveis, dos ocupantes, dos contratos de permissão de uso e de Alienação, e das receitas patrimoniais a estes relativas.

Responsável técnico: Marcelo Lima (CGTEC/SPU)

Responsável área de negócio: Washington Luke (DECIP/SPU), Eduardo Fonseca (DEDES/SPU), Edmilson Gama (DEREP/SPU)

Criticidade para a unidade: O sistema administra apenas os imóveis da ex-RFFSA com um total de imóveis corresponde a aproximadamente 2% da totalidade dos imóveis da União cadastrados nas bases da SPU, provendo o controle de cerca de 15 mil imóveis e seus ocupantes e sua carteira de financeira. Atualmente não possui contrato de sustentação sendo gerido por equipe transitória da Inventariança da RFFSA.

5.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

A Gestão de Tecnologia da Informação na SPU é realizada de forma alinhada com as diretrizes do Ministério do Planejamento, por meio de sua Diretoria de Tecnologia da Informação. Nesse sentido a SPU não possui PETI ou PDTI individuais, em vez disso, tem suas ações de TI contempladas nos artefatos do Ministério do Planejamento. As versões do PEI, PETI e PDTI vigentes em 2016 constam do ANEXO V.

5.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

5.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

A aquisição de bens e contratação de serviços ou obras é realizada de forma centralizada na Coordenação-Geral de Aquisições, subordinada à Diretoria de Administração (DIRAD)

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 – Canais de acesso ao cidadão

A SPU recebe dúvidas, solicitações, reclamações e outras comunicações por meio do e-mail faleconosco.spu@planejamento.gov.br, cujo tratamento e encaminhamento é feito pela assessoria da SPU. A assessoria também atende as demandas oriundas da Lei de Acesso à Informação, encaminhadas pelo Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério do Planejamento.

Além disso, a SPU trabalha com diversos outros canais de comunicação com a sociedade, tais como grupos de trabalho com a participação da sociedade organizada para apoio a destinação de áreas para habitação de interesse social; audiências públicas normatizadas em processos de trabalho e para elaboração de normativos, oficinas do Projeto Orla, atendimento presencial ao cidadão, atendimento via telefone e canais virtuais de informação, comunicação e prestação de serviços.

Os principais canais de diálogo e participação da sociedade civil organizada nas decisões da

SPU, com funcionamento regular ao longo dos anos, são o Grupo de Trabalho Nacional, instituído na SPU/UC, e os Grupos de Trabalho Estaduais, instituídos nas SPU/UF. Seu objetivo principal é o apoio à Secretaria na identificação da demanda da sociedade por Habitação de Interesse Social (HIS), bem como na identificação de imóveis da União com vocação para a habitação.

Com o advento do Portal SPUnet, o acesso dos serviços da SPU foi completamente reformulado, proporcionando maior agilidade e segurança no atendimento das demandas da sociedade, conforme exposto na apresentação deste relatório. O detalhamento da descrição do Portal de Serviços da SPU integra o item 3.4 destes relatório

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Como dito acima, integra o planejamento da SPU a iniciativa “Implantação de Estratégia de Relacionamento com a Sociedade, com foco no atendimento virtual”, o que vem sendo alcançado por meio do Portal de Serviços. A referida aplicação e os os portais já oferecem um conjunto das informações mais importantes para esclarecimento do cidadão, que inclusive já pode acompanhar pela internet a tramitação dos requerimentos enviados eletronicamente para a SPU. Especificamente quanto à Carta de Serviços, não foi publicada, estratégia que requer compatibilização com a diretriz de priorização da informação eletrônica e tutorial nos próprios sistemas.

6.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Não existe no MP/SPU modelo, sistema ou aplicação de aferição sistemática do grau de satisfação dos cidadãos-usuários. Poucas informações a este respeito podem eventualmente ser percebidas por meio das demandas de informação na LAI e no canal “fale conosco”.

6.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade

A SPU publica suas informações relevantes no site www.patrimoniode todos.gov.br e em sua página no Portal do MP, em <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao>. Informações sobre auditorias também são disponibilizadas, no Portal do MP, em <http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias/spu/spu>.

6.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Acessibilidade Física

Conforme registrado no item 3.3.6 na parte referente a edificações, projetos e obras, a SPU iniciou um processo de diagnóstico da situação física dos imóveis de uso próprio. Esta secretaria vem orientando as superintendências e as demais unidades gestoras a observarem a racionalidade de uso e adequada acessibilidade dos imóveis sob sua gestão, bem como incluindo, nos instrumentos de destinação dos imóveis da União, cláusulas obrigatórias que versem sobre a acessibilidade, segurança e sustentabilidade.

Acessibilidade Virtual

Portal do MP

- ✓ Foi desenvolvido de forma a oferecer o máximo de acessibilidade aos visitantes, seguindo as diretrizes e a metodologia do e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico e do e-PWG - Padrões Web em Governo Eletrônico.
- ✓ Essa acessibilidade traduz-se na facilidade de navegação com teclas de atalho. Para conhecer essas teclas o cidadão tem que acessar a aba Acessibilidade no alto da página principal do site do MP.

Site Patrimoniode todos.gov.br

Usa o Open Source Content Management System Plone e foi projetado para ser completamente acessível e usável, estando em conformidade com as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG v1.0).

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

A demanda para que os imóveis de uso especial passassem a computar a depreciação surgiu no contexto do Acórdão TCU nº 1338/2014-TCU-PLENÁRIO, de modo que um Grupo de Trabalho entre a STN e a SPU estabeleceu os procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias, e fundações públicas federais, resultando na Portaria conjunta STN/SPU nº 703/2014.

Consta da portaria o prazo de dezembro de 2016 para aplicação da metodologia nos sistemas de informação (Art. 8º, II, a). Entretanto, ainda há adequações pendentes que impedem sua aplicação plena. Desta forma, provisoriamente a SPU desenvolveu uma ferramenta apartada do atual SPIUnet, para geração dos valores mensais de depreciação acumulada dos ativos contabilizados da União, e que podem ser acessado pelo endereço: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/depreciacao-de-imoveis>.

O Capítulo III da referida portaria trata mais especificamente sobre a questão da depreciação e apresenta os critérios bases para sua aferição, com base no Método da Parábola de Kuentzle. Com a utilização da referida metodologia, nota-se que quaisquer alterações na tipologia dos imóveis, no valor das benfeitorias ou nas datas de avaliação poderá sim ensejar numa alteração dos valores de depreciação aferidos, isso porque alterará justamente os parâmetros bases de sua aferição.

Não obstante, vale ressaltar que, como cerca de 30% dos imóveis ativos da base sofreram reavaliação ao longo de 2015, tais eventos podem ocasionar variações significativas na aferição da depreciação, razão pela qual o melhor mecanismo para controle e monitoramento é a implementação da metodologia nos sistemas informatizados, ação já contemplada nos projetos de desenvolvimento desta Secretaria.

Os bens móveis da Secretaria do Patrimônio da União – SPU, são registrados/contabilizados no Sistema de Controle Patrimonial – ASI e no SIAFI, respectivamente, realizado pela UGE 201004 – Coordenação Geral de Aquisições – CGEAQ, e as informações concernentes constam do Relatório de Gestão da DIRAD.

7.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não possui Setorial de Custos. Entretanto, utiliza os relatórios extraídos do Sistema de Informação de Custos para subsidiar a elaboração dos relatórios para a Prestação de Contas da Presidência da República – PCPR

7.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Secretaria do Patrimônio da União - SPU

UGE: 170011/00001

COM RESSALVA

Declaro que os Demonstrativos Contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2016 e com base na Conformidade de Registro de Gestão das Unidades Gestoras Executoras: 170011 – Secretaria do Patrimônio da União - SPU, 170021 - Superintendência do Patrimônio da União do Distrito Federal - SPU/DF e UGE 2000243 - Programa de Modernização e Gestão do Patrimônio Imobiliário da União - PMG/SPU, refletem adequadamente situação orçamentária, financeira e patrimonial das unidades jurisdicionadas que apresentam Prestação de Contas.

Declaro ainda, que os Balanços Patrimoniais e Demonstrações das Variações Patrimoniais das Superintendências: 170029 - SPU/MA, 170036 - SPU/PI, 170043 - SPU/CE, 170048 - SPU/RN, 170053 - SPU/PB, 170062 - SPU/PE, 170067 - SPU/AL, 170070 - SPU/SE, 170083 - SPU/BA, 170098 - SPU/MG, 170104 - SPU/ES, 170112 - SPU/MS, 170127 - SPU/RJ, 170128 - SPU/PA, 170151 - SPU/SP, 170164 - SPU/PR, 170173 - SPU/SC, 170188 - SPU/RS, 170193 - SPU/MT, 170199 - SPU/GO e 170211 - SPU/AM, 201032 - SPU/AP, 201033 - SPU/RO, 201034 - SPU/RR, 201035 - SPU/AC, 201039 - SPU/TO, refletem adequadamente situação patrimonial em todas as unidades jurisdicionadas que apresentam Prestação de Contas, exceto no tocante a:

a) Falta de registro da conformidade do registro de gestão em determinado período do mês de Janeiro na UGE 170128; Abril na UGE 170098; Junho nas UGEs 170062 e 170188; Novembro na UGE 170083; e Dezembro nas UGEs 170129 e 170211.

Esclareço que o Superávit Patrimonial apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais da Secretaria do Patrimônio da União - SPU e das Superintendências nos estados e no Distrito Federal, conforme Nota Técnica 1283 de 30 de Janeiro de 2017, na grande maioria, de transferências de domínio e transferências entre Unidades Gestoras (cessão, doação, entrega e outros para órgãos e entidades da Administração Pública Federal); de ações corretivas e reavaliações de valores em m² ou de retificações de informações cadastrais; de compra, dação em pagamento, desapropriação, determinação judicial, herança jacente, permuta, recebimento por doação, recebimento por concessão ou transferência de direito de real limitado, secessão de entidade extinta, registro por apossamento vintenário (Lei 5.972/1973), usucapião judicial, seguidos de sua regularização cartorial e na base de dados da SPU; e de reavaliação de imóveis no período.

Informo que no exercício de 2016, houve execução de despesa referente a Programas de Trabalho da UGE 170011 - SPU pelas UGE 201005 – Coordenação-Geral de Gestão de

Pessoas - COGEP e 201013 – Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - CEOFI; e que houve ainda, Programas de Trabalho da UGE 200243 - PMG/SPU executados pela UGE 201005 - COGEP, e que as informações concernentes a estas execuções, constam nos Demonstrativos Contábeis dessas Coordenações; bem como, no processo de Relatório de Gestão demandado pela Secretaria Executiva/MPDG.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília - DF, 02 de março de 2017.

Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.

Marlene Cavalcante Gomes

Coordenadora

CCONT/CGEOR/DIPLA/SE/MPDG

CRC-DF: 016693/O

Observação: Devido a extensão dos arquivos, as demonstrações contábeis da SPU e suas Superintendências consta do Anexo VI.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

O processo de monitoramento dos Acórdãos e demandas do Tribunal de Contas da União – TCU, são acompanhados pela Coordenação-Geral de Gestão Estratégica –CGGES, área específica desta Secretaria, através de Diretiva de Monitoramento, cujo objetivo é executar o acompanhamento das ações voltadas ao atendimento do cumprimento das deliberações das instâncias de Controle Interno e Externo, a partir do sistema SEI, com vistas a uniformizar e unificar as informações prestadas aos Órgãos de Controle, em observância a Portaria SPU nº 90, de 2010. O assunto específico é encaminhado para a área de competência e após análise essas informações retornam para a CGGES, informações essas que são analisadas, consolidadas, qualificadas, e encaminhadas por meio de ofício ao TCU. A CGGES também é responsável em monitorar os prazos de resposta das demandas do Tribunal de Contas da União – TCU, junto as Superintendências.

No ano de 2016 foram deliberados 13 Acórdãos nesta Secretaria, contendo 1 Recomendação, 7 Determinações e 6 Ciências.

Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Quadro – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
026.148/2010-2	1941/2012	1.7.2	Of. nº 618/2012-TCU/SECEX	07/2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Pernambuco - SPU/PE				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7.2. Determinar à Secretaria de Patrimônio da União – SPU que, em 30 dias, se manifeste a respeito do estágio em que se encontra a elaboração de um novo instrumento contratual em substituição ao Contrato de Cessão de Uso em Condições Especiais do Arquipélago de Fernando de Noronha, de 12/07/2002, firmando entre a União e o estado de Pernambuco, bem como apresente plano de ação com definição de cronograma para sua efetiva implementação e a designação de responsáveis, informando especialmente sobre as medidas para assegurar o cumprimento por parte do cessionário, o estado de Pernambuco, em relação:				
1.7.2.1. ao envio para exame e anuência da Secretaria do Patrimônio da União – SPU e dos órgãos competentes, em especial o ambiental, dos projetos a serem realizados, bem como eventuais alterações, ficando a sua implantação condicionada ao respectivo licenciamento ambiental;				
1.7.2.2. ao pagamento mensal à União, pelo uso de parcelas das áreas remanescentes que forem destinadas à execução de empreendimentos de fins lucrativos;				
1.7.2.3. ao cadastramento dos atuais ocupantes e a manutenção atualizada dos respectivos assentamentos junto à GRPU/PE.				
1.7.2.4. à elaboração de normas de uso que nortearão o uso e ocupação da área cedida, devendo ser referendadas pela SPU e fazer parte integrante do contrato de cessão;				
1.7.2.5. ao fornecimento dos dados necessários para que a GRPU/PE promova, junto ao Cartório de Registro de Imóveis jurisdicionante, o registro da área cedida e averbação das benfeitorias da União nela existentes;				

- 1.7.2.6. às ações para impedir ocupação e usos irregulares na área, notificando a SPU de qualquer ocorrência em tal sentido, bem como adoção de medidas cabíveis, administrativas ou judiciais, em relação às atuais ocupações indevidas, visando a sua readequação, remanejamento ou demolição;
- 1.7.2.7. à promoção da cobrança das receitas patrimoniais devidas pelos ocupantes da Ilha, com base no cadastro e no levantamento socioeconômico que realizar, em consonância com as orientações a serem expedidas em Portaria da Secretária do Patrimônio da União, exceto quanto às atividades típicas de Estado;
- 1.7.2.8. à prestação de contas anual à União das receitas auferidas e investimentos havidos;
- 1.7.2.9. à apresentação do Relatório Anual de Prestação de Contas à SPU das atividades desenvolvidas em cumprimento às obrigações assumidas neste instrumento.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

A SPU retomou a participação da SPU nas reuniões do Conselho Gestor da APA/PARNAMAR, com apresentação da SPU/PE sobre suas competências, legislação patrimonial, contrato de cessão e demandas dos órgãos de controle, bem como fiscalização das áreas destinadas e em processo de destinação à administração pública federal (Marinha, Aeronáutica e ICMBio). A SPU vem articulando com os demais órgãos e entidades envolvidos na gestão do território de Fernando de Noronha para elaborar no âmbito do Projeto Orla um “caderno de encargos” que contemplaria todas as instituições participantes e serviria de guia e instrumental para os encargos do novo contrato de cessão que a União firmará com o Governo do Estado de Pernambuco.

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) é uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP). Suas ações buscam o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental, urbanística e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade.

Nesse âmbito foram realizadas duas videoconferências entre a SPU/UC e SPU/PE, nos dias 22/02 e 06/03/2017, com a participação de representantes dos seguintes órgãos/entidades federais: ICMBio; Antaq; Iphan; MMA; CGU; Secretaria de Aquicultura e Pesca, do MAPA; Receita Federal; PGFN, Ministério do Turismo, Embratur, Ministério das Cidades, CONJUR/MP. Estes atos foram preparatórios à realização de uma oficina de trabalho na Ilha, no período de 13 a 16 de março de 2017, com a participação de vários desses atores, além do Governo de Pernambuco, MPE, SPU/UC, SPU/PE, MPF e representantes das associações locais, além da população local. Nessa oportunidade os representantes do Estado de Pernambuco e do MPE deixaram claro não reconhecer o domínio da União sobre o arquipélago de Fernando de Noronha, tendo em vista o que dispõe a Constituição Estadual do Estado, de 2005, que dispôs nesse sentido. Desta maneira, a União questionará o Estado de Pernambuco quanto ao interesse em assinar novo contrato de cessão em condições especiais. A recusa deverá ensejar demanda da União perante o Supremo Tribunal Federal quanto à dominialidade da Ilha.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
029.393.2014-0	2060/2016	9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 9.6	Ofício nº 2428/2016-TCU/SECEX-RJ	23/08/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria do Patrimônio da União				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1.considerar parcialmente cumprida a determinação contida no item 9.3.3 do Acórdão 2.380/2012-TCU-Plenário, alterado pelo Acórdão 2.949/2012-TCU-Plenário; 9.2.considerar em cumprimento as determinações contidas nos itens 9.3.4, 9.3.5, 9.5.3 e 9.6.1 e 9.6.2 do Acórdão 2.380/2012, alterado pelo Acórdão 2.949/2012, ambos do Plenário; 9.3.determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU: 9.3.1. ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro (SPU/RJ), ao Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) que, no prazo de até 90 (noventa) dias, adotem providências para sanar as pendências que eventualmente ainda obstem a transferência da propriedade ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro do imóvel registrado sob a matrícula n. 103475 no 2º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, de modo a dar integral cumprimento ao item 9.3.3 do Acórdão 2.380/2012-TCU-Plenário, com redação dada pelo Acórdão 2.949/2012-TCU-Plenário; 9.3.2.ao MP, à SPU, à SPU/RJ, ao JBRJ e ao Iphan que enviem ao TCU relatórios trimestrais sobre as medidas adotadas para cumprimento do item 9.3.1 deste acórdão, sob pena de responsabilização por descumprimento de decisão desta Corte, nos termos do art. 58, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso VII, do Regimento Interno do TCU; 9.4.determinar, à SPU, à SPU/RJ, à AGU e ao JBRJ, que, após a implementação da medida prevista no item 9.3.1 deste acórdão, deem prosseguimento às determinações exaradas nos itens 9.3.5.1, 9.3.5.2, 9.3.5.3 e 9.5.3 do Acórdão 2.380/2012-TCU-Plenário, com redação alterada pelo Acórdão 2.949/2012-TCU-Plenário, nos exatos termos e prazos ali estabelecidos;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cumprimento do Acórdão 2.060/2016 - TCU-Plenário, e por conseguinte, do inteiro teor do Acórdão 2.380/2012-TCU-Plenário TCU 2.380/2012. Em relação aos procedimentos para registro da área da União, localizada no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, esclarecemos que a área com 1.203.427,773m² foi devidamente matriculada no 2º Ofício de Registro de Imóveis do RJ, sob o nº de Matrícula 103475, em 07/03/2016. Dessa forma, as duas matrículas correspondentes a área definitiva, solicitada pelo JBRJ, e considerada como necessária às suas atividades, foram devidamente providenciadas e estão acostadas ao presente relatório. Matrícula nº 95416 e Matrícula nº 103475 ambas do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro. Para cumprimento do item 9.3.2 Acórdão nº 2.949/2012 e Acórdão nº 3.325/2013 - referente à adoção das medidas administrativas para transferência da área ao IPJBRJ, foi celebrado, no dia 03 de novembro, de 2016, o contrato de doação entre a União, representada pela Secretaria do				

Patrimônio da União e o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico Rio de Janeiro - JBRJ, extrato de contrato publicado no Diário Oficial nº 217, de 11 de novembro de 2016. O contrato de cessão de uso gratuito, provisória, assinado em 10 de março de 2014, entre a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico Rio de Janeiro - JBRJ, está, portanto, revogado.

A Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro oficiou, em dezembro de 2016, o 2º Ofício do Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, objetivando o registro do termo de Doação. O 2º Ofício de Registro de Imóveis fez exigências para poder efetivar a transferência da área, que estão em fase de elaboração pela Secretaria do Patrimônio da União, tanto da Unidade Central, quanto da Superintendência no Rio de Janeiro.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
026.340/2015-1	1568/2016	9.1 – 9.10 VI, XI	Of. 0348/2016- TCU/Secex.Admin	01/07/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria do Patrimônio da União				
Descrição da determinação/recomendação				
I) considerar cumpridas as deliberações contidas nos itens 9.2.1, 9.2.3, 9.3, 9.4, 9.5.1, 9.5.3, 9.5.4, 9.6 e 9.10 do Acórdão 171/2015 - Plenário (itens 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6 e 3.7 deste relatório), e as deliberações contidas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.2.1, 9.3.1, 9.3.2, 9.5, 9.6, e 9.8 do Acórdão 170/2015 — Plenário; II) considerar parcialmente cumprida a deliberação contida no item 9.2.2 do Acórdão 170/2015-Plenário; III) considerar justificado o não cumprimento da recomendação contida no item 9.5.2 do Acórdão 171/2015 - Plenário; IV) considerar não cumpridos os itens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão 171/2015-TCU-Plenário (item 3.1 do relatório) e 9.4 e 9.9 do Acórdão 170/2015 —Plenário; V) considerar prejudicado o atendimento do item 9.7 do Acórdão TCU 171/2015- Plenário; VI) determinar à Secretaria—Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SE/MP), por meio da sua Diretoria de Tecnologia da Informação e em articulação com a Secretaria de Patrimônio da União, que apresente, no prazo de 60 dias, cronograma de implantação da reestruturação dos sistemas Siapa e Spiunet nos termos do contido no item 9.1 do Acórdão 171/2015-TCU-Plenário; XI) dar ciência à Secretaria do Patrimônio da União (SPU-OC/MP) para conhecimento e divulgação às superintendências, com base na Portaria-Segecex 13, de 27 de abril de 2011, a respeito da iniciativa do Ministério das Cidades que, por meio da Portaria 511, de 7 de dezembro de 2009, instituiu o Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) nos municípios brasileiros, o que pode se constituir, quando da adesão do município, em instrumento a ser utilizado para facilitar o trabalho das superintendências estaduais na atualização das PGVs.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cumprimento do Acórdão 1568/2016 - TCU-Plenário, e por conseguinte, do inteiro teor do Acórdão 171/2015-TCU-Plenário				

Sobre as determinações itens:

VI - Os projetos de reestruturação de sistemas SIAPA e SPIUnet são conduzidos no âmbito do projeto de desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão do Patrimônio Público Federal, que por sua vez é suportado pelo Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União – PMGPU. As ações de desenvolvimento e implantação são executadas com o apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI do Ministério do Planejamento, em Alinhamento do Plano Diretor de TI 2014-2016, do Ministério do Planejamento. Além da substituição dos sistemas legados, o projeto preconiza o desenvolvimento de um Sistema Unificado, integrado às demais bases governamentais, alicerçado na atualização tecnológica/arquitetural como fatores diferenciais. Estes visam assegurar as condições adequadas para evoluções tempestivas, à medida que surjam necessidades de melhoria e adaptação dos processos afetos à gestão dos imóveis. O planejamento mais recente do projeto de software prevê etapas de desenvolvimento que alcançam 2018, com versões parciais (releases) do sistema a partir do ano corrente. A seguir são apresentadas as versões previstas e seu cronograma de implantação

: Release	Escopo	Implantação prevista
Sistema Integrado - V1	Portal de Serviços Eletrônicos (e-SPU), contemplando 21 serviços para atendimento aos cidadãos e órgãos públicos federais, Módulo de Serviços V1, Módulo de Controle de Acessos V1.	Out/2016
Sistema Integrado - V2	Sistema Integrado contemplando os módulos de Acessos V2, Gestão Geoespacial, Cadastro, Avaliação e Contabilidade V1, Destinação V1, e Receitas Patrimoniais V1. Além disso está prevista a implantação de uma segunda versão do Portal de Serviços Eletrônicos (e-SPU) e do Módulo de Serviços. Estas versões iniciais contemplam as funcionalidades críticas em funcionamento nos sistemas legados, assim este release já possibilita o desligamento dos sistemas SIAPA e SPIUnet junto ao SERPRO.	Mar/2017
Sistema Integrado - V3	Sistema Integrado contemplando os módulos de Acessos V2, Avaliação e Contabilidade V2, Destinação V2, Receitas Patrimoniais V2, e Fiscalização. Estas versões contemplam melhorias e incremento de novos processos para controle dos imóveis.	Dez/2017
Sistema Integrado - V4	Sistema Integrado contemplando os módulos Gerencial e Mobile	Jun/2018

Para monitoramento das ações do projeto, a SPU tem adotado uma estratégia de acompanhamento contínuo, que conta com reuniões semanais envolvendo as equipes de desenvolvimento, e quinzenais com a participação dos patrocinadores e DTI/MP, a fim de validar resultados e deliberar quanto a eventuais riscos, os quais, não obstante as contínuas ações de monitoramento, podem ensejar a necessidade de replanejamento do projeto. Neste sentido, a SPU tem implementado e priorizado um gerenciamento de riscos, com atualização frequente, que visam antever prováveis intempéries e possibilitar as ações de contingência e mitigação. A seguir são apresentadas a atualização do cronograma de implantação.

Projeto	Situação do desenvolvimento	Prazo
Módulo de Receitas Patrimoniais	Concluído	2017
Módulo de Cadastro de Imóveis Dominiais	Concluído	2014
Módulo de Cadastro Georreferenciado Imóveis Públicos Federais V1	Em construção	2016 2017
Módulo de Avaliação de Imóveis Dominiais	Concluído	2014
Módulo de Avaliação e Contabilidade de Imóveis Públicos Federais V1	Em construção	2016 2017
Módulo de Destinação de Imóveis Dominiais	Concluído	2015
Módulo de Destinação de Imóveis Públicos Federais V1	Em construção	2016 2017
Módulo de Serviços Eletrônicos	Concluído/ Implantado	2016
Módulo de Gestão da Cartografia V1 Módulo de Gestão Geoinformação	Em construção Concluído	2017
Módulo de Fiscalização	Não iniciado	2017 2018
Módulo Gerencial	Não iniciado	2017 2018
Migração de Dados	Em construção	2017
Módulo de Controle de Acessos (Módulo de Receitas)	Concluído	2014
Módulo de Controle de Acessos Unificado	Concluído/ Implantado	2016

XI - O Cadastro Territorial Multifinalitário – CTM foi instituído pelo Ministério das Cidades por meio da Portaria nº 511, de 7 de setembro de 2009, com o objetivo de, quando adotado pelos Municípios, se tornar o inventário territorial oficial e sistemático destes. Em seu Capítulo VI – Da Avaliação de Imóveis, o CTM institui as seguintes diretrizes: “CAPÍTULO VI - DA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS;

Art. 28 O CTM, acrescido de outros cadastros temáticos, fornece informações para a avaliação de imóveis para fins fiscais, extrafiscais e quaisquer outros fins que envolvam valores dos imóveis urbanos e rurais.

Art. 29 A avaliação de imóveis é um processo técnico, que deve ser transparente, estar em conformidade com as normas da ABNT e fornecer ao Município o valor venal, entendido como o valor de mercado, base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e demais tributos imobiliários.

Art. 30 Recomenda-se que o resultado final da avaliação retrate a real situação dos valores dos imóveis no mercado, permitindo o fortalecimento da arrecadação local dos tributos imobiliários e a promoção da justiça fiscal e social, com o tratamento isonômico dos contribuintes.

§ 1º A atividade de avaliação dos imóveis e a necessidade de manter os seus valores atualizados cabe aos administradores municipais.

§ 2º Para manter atualizada a base de cálculo do IPTU e demais tributos imobiliários recomenda-se que o ciclo de avaliação dos imóveis seja de, no máximo, 4 (quatro) anos.

§ 3º Para Municípios com população até 20.000 habitantes e em que não ocorra evidência de variação significativa nos valores dos imóveis, comprovada por meio de relatórios e pareceres técnicos, a avaliação de imóveis poderá ser dispensada no período de um ciclo, desde que observado o limite máximo de 8 (oito) anos.

§ 4º O nível de avaliação é definido como a média dos quocientes dos valores avaliados, conforme constam no cadastro fiscal, em relação aos preços praticados no mercado para cada tipo de imóvel. A ocorrência de nível de avaliação para cada tipo de imóvel inferior a 70% (setenta por cento) ou acima de 100% (cem por cento) indica a necessidade de atualização dos valores.

§ 5º A uniformidade é definida pelo coeficiente de dispersão dos valores, que se traduz como o percentual médio das variações, em módulo, dos valores avaliados em relação aos preços praticados no mercado, para cada tipo de imóvel. A ocorrência de coeficiente de dispersão para cada tipo de imóvel superior a 30% (trinta por cento) indica falta de homogeneidade nos valores e a necessidade de atualização.

Art. 31. Recomenda-se que o Município forneça informações claras e precisas dos dados físicos e do valor do imóvel ao contribuinte, facilitando o atendimento a esclarecimentos e reclamações decorrentes do CTM e da avaliação dos imóveis”.

Neste sentido, segundo o entendimento das alterações do Art. 2º do Decreto-Lei nº 2.398/87, trazidas pela Lei 13.139/2015, sobre a qual a PVG passa a ser expressamente disciplinada em legislação específica ao patrimônio da União, conforme transcrito abaixo:

Art. 2o O Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 1o (VETADO).

§ 1o O valor do domínio pleno do terreno será atualizado de acordo com:

I - a planta de valores genéricos elaborada pelos Municípios e pelo Distrito Federal, para as áreas urbanas; ou

II - a Planilha Referencial de Preços de Terras elaborada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para as áreas rurais.

§ 2o Os Municípios e o Incra deverão fornecer à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão os dados necessários para aplicação do disposto no § 1o.

§ 3o Não existindo planta de valores ou Planilha Referencial de Preços de Terras, ou estando elas defasadas, a atualização anual do valor do domínio pleno poderá ser feita por meio de pesquisa mercadológica. ”

Percebeu-se que, a partir da referida alteração, a lei passou a condicionar em primeiro plano a atualização da PVG da SPU de acordo com os valores dos municípios ou INCRA. Assim sendo, concordando com o Acórdão nº 1568/2016-TCU-Plenário, o CTM poderá sim vir a constituir um instrumento facilitador quando da atualização da PVG, por parte desta Secretaria do Patrimônio da União, no âmbito de suas Superintendências. Nesse sentido, tomado o devido conhecimento de tal instrumento, a SPU emitiu Memorando Circular nº 313, de 23 de agosto de 2016, dando ciência às Superintendências do Patrimônio da União nos Estados e no Distrito Federal, para conhecimento a respeito dessa iniciativa do Ministério das Cidades, com o referido CTM. Cabe-nos ainda ressaltar/enfatizar que, em etapa posterior, foi publicada a Medida Provisória nº 732/2016, a qual limita o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para efeito do cálculo do valor do domínio pleno do terreno a que se refere o art. 1º, §1º, do Decreto-Lei nº 2.398/87. Esta alteração da PVG para o exercício de 2016 ficou limitada ao percentual de 10,54% sobre o valor do trecho correspondente para o exercício de 2015. Informamos ainda que a referida Medida Provisória ainda está em fase de apreciação pelo Congresso Nacional, que poderá vir a resultar em alterações procedimentais para o tema.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
033.368/2014-7	10/2016	“b” e “c”	Ofício 0035/2016-TC U/SECEX-PE	01/07/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Pernambuco – SPU/PE				
Descrição da determinação/recomendação				
b) dar ciência à Secretaria do Patrimônio da União que a ausência de atualização das Plantas Genéricas de Valor (PGV) afronta o art. 67 do Decreto-Lei 9760/46; c) informar nas próximas contas/relatório de gestão, o cumprimento do art. 67 do Decreto-Lei 9760/46;" (Art. 67. Cabe privativamente ao S.P.U. a fixação do valor locativo e venal dos imóveis de que trata este Decreto-lei).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Mediante perspectiva das adequações necessárias ao cumprimento da recente promulgada Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, que traz nova redação ao art. 1º, §1º, do Decreto-Lei nº 2.398/87, bem como da necessidade de migração cadastral ao novo- “futuro” Sistema Imobiliário de Administração Patrimonial – SIAPA, a gestão da PVG 2016 foi inteiramente disciplinada em processo específico 04905.202599/2015-76 no qual contempla todas as orientações, dentre elas a Nota Técnica SEI nº 5718/2015-MP 1117193 com as devidas diretrizes e orientações gerais referentes à gestão da PVG em 2016 pela SPU, incluindo um capítulo especial quanto a posição institucional sobre o tema. Diante das disposições legais vigentes à época, os valores da PVG para o exercício de 2016 ficou limitada ao percentual de 10,54% sobre o valor do trecho correspondente para o exercício de 2015. Para o presente exercício, a gestão da PVG 2017 encontra-se inteiramente disciplinada em processo específico 04905.002507/2016-31. Diante da nova disposição legal, trazida pela Medida Provisória 759, de 22 de dezembro de 2016 e diante de sua impossibilidade técnica de aplicação da média quando faltar a informação das plantas municipais ou INCRA e. diante da prerrogativa da SPU para disciplinar a fixação do valor venal dos imóveis da União, a solução adotada para atualização será pela adoção de índice oficial para reajuste do valor dos imóveis da União. Ressalvados os casos de inconsistência cadastral, os imóveis devem ser reajustados em 7,17% sobre o valor do trecho correspondente ao exercício de 2016.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
008.389/2016-0	2523/2016	1.3.9 e 1.3.10	Memorando 12912/2016-MP	18/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
1.3.9 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em conjunto com o Ministério da Fazenda, que efetuem o levantamento e o registro contábil de todos os imóveis funcionais da União, mensurados de acordo com os critérios contábeis aplicáveis; 1.3.10 Ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, em conjunto com a Casa Civil e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que definam e coordenem ações a fim de aperfeiçoar a gestão dos imóveis funcionais da União, promovendo a publicidade e a transparência sobre sua existência e situação nos meios oficiais;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
1.3.9 - A SPU/DF informou por meio da Nota Técnica nº 17332/2016-MP que foi criado um Plano de Providências Permanentes (PPP) dos Imóveis Funcionais que têm por objetivo realizar correções dos registros dos imóveis funcionais e a compatibilidade dos Sistemas SPIUnet (Sistema de Gerenciamento de Imóveis de uso Especial da União) e CIF (Sistema de Controle de Imóveis Funcionais). O PPP é composto por 5(cinco) fases, conforme disposto a seguir: Levantamento de informações para o saneamento do SPIUnet conforme dados constantes no CIF e nas matrículas dos imóveis – Imóveis sob gestão do Ministério do Planejamento; alterações das informações constantes no SPIUnet, bem como inserção de imagens das matrículas de cada imóvel sob responsabilidade do Ministério do Planejamento; análise dos dados dos imóveis sob responsabilidade dos demais órgãos (Ministério das Relações Exteriores e Presidência da República) constantes no SPIUnet e adequação tomando-se como referência os dados do CIF e das matrículas; alterações das informações constantes no SPIUnet, bem como inserção de imagens das matrículas de cada imóvel sob responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores e Presidência da República; verificação dos instrumentos de destinação existentes para imóveis sob responsabilidade dos demais entes e transferência de responsabilidade no SPIUnet. Relevante ainda informar que, em relação à compatibilização dos cadastramentos dos imóveis funcionais nos Sistemas, esta Secretaria do Patrimônio da União está adotando as medidas necessárias para implantação do novo sistema de gestão do patrimônio público federal, que prevê a unificação das bases do SPIUnet e CIF e que, conforme informações prestadas pela CGTEC/UC, o Sistema Unificado prevê a conclusão da versão que substituirá o SPIUnet e o CIF para Dezembro de 2017. O referido sistema disporá de condições de absorver num único cadastro os dados, o que certamente evitará informações erradas ou duplicadas. Já no tocante a atualização dos valores dos imóveis cadastrados no SPIUnet, inconsistência também apontada pelo TCU, a SPU/DF informou que os procedimentos utilizados pela Superintendências segue o preceituado na Portaria nº 703, de 10 de dezembro de 2014 e que o atual sistema - SPIUnet - não está adequado para o referido normativo. Informou, ainda, que está				

atuando, dentro do Plano de Avaliação dos Imóveis de Usos Especiais - PNAV, com vistas à atualização dos laudos de avaliação. Em relação a tal questão, relevante informar que a Coordenação-Geral de Avaliação e Contabilidade do Patrimônio, por meio do Despacho CGeral01-SPU 2749314, manifestou-se no mesmo sentido da SPU/DF, acrescentando que a Portaria nº 703 previu o prazo máximo de cinco anos, contados a partir de dezembro de 2014, para que todos os bens fossem avaliados/reavaliados, visando uma base sistêmica mais fidedigna e ressaltou que, para reestruturação da gestão dos imóveis e correção no valor atribuídos aos mesmos. Assim, a SPU está agindo na modelagem de um novo sistema unificado e na execução do PNAV.

1.3.10 - A SPU já publica no Portal da Transparência as informações relativas aos imóveis funcionais administrados por esta Secretaria. No entanto o TCU entendeu que a SPU possui competências relacionadas à divulgação de informações relacionada aos imóveis funcionais da União, independente se administrado pela Secretaria ou não, por ser gestora do sistema SPIUnet, que custodia as informações relacionadas a todos os imóveis funcionais da União.

Assim, com vistas ao atendimento do pleito, esta Secretaria reuniu-se com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, em 08/11/2016, para buscar alternativas para publicação no Portal da Transparência dos dados relativos aos imóveis funcionais cuja gestão encontram-se com os outros órgãos (a quem compete alimentar e manter atualizado os dados do SPIUnet). Na referida reunião, verificou-se que, com a implantação do Sistema Unificado, previsto para dezembro de 2017, haverá a possibilidade de envio automatizado dos dados à CGU, para fins de publicação no Portal da Transparência. No entanto, algumas ações de curto prazo poderiam ser adotadas, como, por exemplo, a CGU demandar às Unidades Gestoras, que detém as informações sobre os ocupantes e dos imóveis, a remessa de arquivo contendo dados necessários à publicação (como, por exemplo, a situação da ocupação dos imóveis funcionais - dados que não constam do SPIUnet). Ressalta-se que as alternativas necessárias para atendimento do pleito serão devidamente analisadas por esta Secretaria em conjunto com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e articuladas com a Casa Civil. Em relação ao tema, oportuno informar, ainda, que esta Secretaria já publica na sítio eletrônico da SPU (link:<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/consulta-de-imoveis-da-uniao/imoveis-dominiais>), os dados referentes aos imóveis da União, tanto imóveis dominiais quanto de uso especial, incluindo os imóveis caracterizados como funcionais, visando promover a publicidade e a transparência sobre a existência desses imóveis.

8.2 Tratamento de Recomendação do Órgão de Controle Interno

O processo de monitoramento das demandas das recomendações da Controladoria Geral da União, são acompanhados pela Coordenação-Geral de Gestão Estratégica, área específica desta Secretaria, através de Diretiva de Monitoramento, cujo objetivo é executar o acompanhamento das ações voltadas ao atendimento do cumprimento das deliberações das instâncias de Controle Interno e Externo, a partir do sistema SEI, com vistas a uniformizar e unificar as informações prestadas aos Órgãos de Controle, em observância a Portaria SPU nº 90, de 2010, e tendo como auxílio o Sistema Monitor, sistema desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU) que permite o acompanhamento online das recomendações realizadas no âmbito do controle interno do Poder Executivo Federal, por meio das ações de auditoria e fiscalização. A ferramenta proporciona um trabalho colaborativo e de ágil comunicação entre a CGU e os órgãos e entidades fiscalizados, além da redução de custos operacionais e da facilidade de acesso ao processo em tempo real. Assim que a recomendação é cadastrada pela equipe da Controladoria, o gestor responsável pode registrar as suas ações e providências, bem como enviar documentos comprobatórios. Como parte do processo, a CGU verifica a aderência ao que foi recomendado, sempre buscando a melhoria da gestão pública. Nesta Secretaria foram deliberadas 31 Recomendações, estando 23 em situação de Monitoramento e 8 em situação Atendidas.

Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Recomendações do órgão de Controle Internos Atendidas no Exercício 2016

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203549 Recomendação: 47236	2.1.1.2	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Adequação da fórmula de apuração do número de imóveis fiscalizados de modo que sejam consideradas apenas as ações de fiscalização.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGGES			1986
Síntese da Providência Adotada			
Encaminhado a Controladoria-Geral da União a minuta do manual da GIAPU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Manifestação da CGU em 16/09/2015 - Tendo em vista a informação de que, atualmente, o indicador adotado é definido pela quantidade de imóvel a ser vistoriada/fiscalizado, apresentando sua formulação, consideramos atendida a recomendação.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201314697 Recomendação: 65022	1.1.1.2	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos à SPU/MP que elabore normativos infralegais, de caráter tático/operacional, capazes de disciplinar suficientemente os procedimentos a serem adotados pela própria Secretaria e pelas Superintendências, no que se refere à destinação patrimonial de imóveis para fins de habitação de interesse social executadas em parceria com o terceiro setor, dando ampla publicidade a estes normativos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DEDES			1986
Síntese da Providência Adotada			
Foram publicadas no DOU nº 66 de 08 de abril de 2015, as novas portarias que instituem o GTN e GTEs - Portarias SPU sob nº 46 e 47/2015, bem como a nova portaria que estabelece regras para chamamento público de entidades organizadoras - Portaria SPU nº 45/2015. Estas foram analisadas pela CONJUR (parecer nº1546-5.12/2014/DPC/CONJUR-MP/CGU/AGU – processo NUP: 04905001915/2008-65 04905.000731/21009-69) acompanhadas das minutas/modelos de: PDISP - Portaria de Declaração de Interesses do Serviço Público de imóveis da União disponibilizados para o chamamento público das entidades organizadoras; formulário de carta-consulta; carta de anuência; memórias de reuniões dos GTN e GTEs.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Manifestação da CGU em 17/03/2016 “Tendo em vista a publicação dos normativos, consideramos atendida a recomendação”.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU	1986

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201405682 Recomendação 65513	1.1.2.7	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Elaborar plano de ação, indicando etapas, prazos, responsáveis e metas para catalogação, regularização das transferências cadastradas no sistema como “em regularização” e “irregular”.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DEDES/CGAPF			1986
Síntese da Providência Adotada			
Esta Unidade Central incluiu como Meta da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União - GIAPU 2016 o "indicador B - Redução de Inconsistências - "Em regularização e irregular", nos Termos da Portaria 26 de 11 de janeiro de 2016, retificada pela Portaria 159 de 10 de maio de 2016, e por meio do Memorando Circular 167 (SEI 1783023) elaborou orientações gerais e estabeleceu procedimentos para saneamento das inconsistências. Espera-se com tais medidas sanear cerca de 680 RIPs no ano de 2016.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Manifestação da CGU em 02/01/2017 - Tendo em vista a inclusão do indicador B - Redução de Inconsistências - "Em regularização e irregular", como meta GIAPU, consideramos atendida a recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201405682 Recomendação 65519	1.2.2.2	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Articular junto às Superintendências plano, com indicadores, metas e prazos, de orientação e treinamento operacionais dos gestores públicos responsáveis por atualizarem no SPIUnet os valores dos imóveis de uso especial da União, no âmbito de outras UGs distintas da SPU.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

DECAP/CGCUP	1986
Síntese da Providência Adotada	
O plano de orientação quanto ao PNAV encontra-se mediante os próprios documentos no processo 04905.200925/2015-19, de modo que de forma exaustiva encontra-se: notas técnicas, memorando circulares e realização de vídeo conferência, sempre expondo a necessidade de cada superintendência amplificar as orientações às respectivas unidades gestoras nos estados.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Manifestação da CGU em 20/01/2017 - A despeito de não se ter encaminhado plano, com indicadores, metas e prazos, consoante texto da recomendação, entendemos por baixá-la, considerando a unificação dos sistemas da SPU, o que demandará treinamento operacional; a informação da Unidade acerca de processo específico de orientação às Superintendências, bem como o contínuo acompanhamento do PNAV pela CGPLAG/DG/SFC/CGU.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201108617 Recomendação 33150	1.1.2.2	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Que a SPU/MP realize estudo com relação às inconsistências cadastrais no SPIUnet, em especial àquelas relativas a não conclusão da destinação e transferências das Unidades Gestoras, e inclua, nos instrumentos de planejamento interno, Plano de Ação Nacional (PAN), as metas específicas para a redução destas inconsistências, promovendo o devido monitoramento de tais metas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DEDES/CGTEC			1986
Síntese da Providência Adotada			
Esta SPU incluiu como meta para a GIAPU 2016 a redução de inconsistências cadastrais referente a regularização das destinações do SPIUnet, nos Termos da Portaria 26 de 22 de janeiro de 2016, retificada pela Portaria 159 de 10 de maio de 2016. Foi proposta a redução de inconsistências dos imóveis cadastrados nos regimes: "Irregular (Cessão, Entrega e Outros)" e "Em regularização (Cessão, Entrega e Outros)". Foi definido como meta o saneamento de 653 RIPs. A ferramenta de monitoramento desse indicador será executada por meio do Painel de Indicadores.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Manifestação da CGU em 0201/2017 -Tendo em vista a inclusão da redução de inconsistência cadastral no SPIUnet como meta GIAPU, monitorando-a por meio do Painel de Indicadores, consideramos atendida a recomendação.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201306453 Recomendação 59359	4.1.1.1	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a SPU, no âmbito do Projeto “Elaborar o Plano de Gestão de Pessoas”, elabore estudo justificando a necessidade de criação da carreira de gestor do patrimônio e/ou da realização de concursos públicos, considerando os impactos sociais, econômicos e políticos decorrentes da carência de recursos humanos qualificados que vem sendo apresentada como justificativas para o não alcance dos objetivos da Secretaria.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGADM			1986
Síntese da Providência Adotada			
O inventário das competências institucionais é reflexo das competências jurídico-administrativas instituídas em Regimento Interno. Com a reestruturação da Secretaria do Patrimônio da União pelo Decreto nº 8.578/2015 aguardamos a publicação do regimento interno para compatibilizar as "Competências Gerenciais", quadro anexo, com as competências institucionais. A metodologia de apuração dessas competências gerenciais pode ser consultada no processo eletrônico 04905.202388/2015-33, especificamente no documento 1073395, em anexo. As informações relativas ao resultado final do concurso para preenchimento de vagas na SPU, conforme Edital nº 13 – MP/ENAP, publicado no Diário Oficial da União de 09 de novembro de 2015, encontram-se na Planilha "Concurso 2015-2016", anexa a presente manifestação. Plano de Capacitação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Manifestação da CGU 02/01/2017 - Considerando a realização de concurso público no ano de 2015, os esclarecimentos quanto à criação de carreira própria e a informação acerca das competências gerenciais e institucionais, decidiu-se pela baixa na recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU	1986

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201314697 Recomendação 65157	1.1.1.5	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos à SPU/MP que estabeleça, formalmente, a necessidade de que conste, em cada processo de destinação, os documentos referentes à análise da aptidão do imóvel para habitação, no intuito de determinar o potencial construtivo dos imóveis, observadas as legislações ambiental e de uso do solo aplicáveis, e as vistorias participativas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DEDES			1986
Síntese da Providência Adotada			
Foi encaminhada a Controladoria-Geral da União a ficha de vistoria (Relatório Simplificado de Vistoria e Regularidade de Imóveis da União para HIS). A previsão de análise da legislação urbanística e ambiental e o potencial construtivo do imóvel da União disponibilizado/em análise pelo GTE/UF.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Manifestação da CGU em 17/03/2016 - Consideramos atendida a recomendação, tendo em vista o documento encaminhado pelo gestor.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201405682 Recomendação 65520	2.2.2.4	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			

Recomendamos que a SPU normatize os prazos e as responsabilidades de cada um dos atores que devem ser observados para que a definição das metas GIAPU seja efetivada no exercício anterior ao de sua apuração, conforme determina a Resolução nº 01/2010, deixando margem de segurança para a atuação dos demais atores envolvidos no processo.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
CGGES/CGLEP	1986
Síntese da Providência Adotada	
Quanto a normatização dos prazos e as responsabilidades dos atores envolvidos, a SPU atualizou a Resolução 1 de 2010, publicando a Resolução 1/2015, definindo de forma clara e objetivas todos os procedimentos necessários. Com relação as metas e indicadores GIAPU 2016, estes foram publicados em janeiro de 2016. Segue em anexo a Portaria MP nº 26, de 22 de janeiro de 2016, publicada no DOU de 26 de janeiro de 2016, que fixa, para o exercício de 2016, as metas de desempenho institucional, para fins de pagamento da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União (GIAPU).	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Manifestação da CGU em 02/01/2017 - Tendo em vista a Publicação da Resolução nº 1, de 23/07/2015, consideramos atendida a recomendação.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há.	

O processo de monitoramento das demandas das recomendações e determinações dos Acórdãos – TCU endereçados às Superintendências do Patrimônio da União nos Estados, são acompanhadas e monitoradas por cada Unidade em seu respectivo estado, que respondem a tais demandas diretamente ao Tribunal de Contas da União, por meio de Ofício registrado no sistema SEI, e são disponibilizadas para CGGES/UC, pelo processo de Diretiva de monitoramento via Sistema SEI, em conformidade com a Portaria nº 90/2010.

Segue quadro demonstrativo/qualitativo dos Acórdãos, constando as determinações e recomendações endereçadas as Unidades Descentralizadas:

UNIDADE GESTORA	QUANTIDADE	RECOMENDAÇÃO	DETERMINAÇÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO-MP	5	1	3
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AC	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AL	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AM	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AP	1	0	1
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/BA	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/CE	1	0	1
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/DF	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/ES	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/GO	1	1	1
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/MA	0	3	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/MG	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/MS	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/MT	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PA	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PB	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PE	2	2	4
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PI	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PR	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RJ	4	1	8
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RN	1	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO	1	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RR	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RS	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP	1	0	1
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SC	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SE	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP	1	0	1
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO	0	0	0

Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108617 Recomendação: 33155	1.1.2.3	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Que a SPU/MP identifique os imóveis que estejam “fora do patrimônio da União”, em especial, àqueles oriundos de Órgãos/Entidades extintos, e efetue uma programação interna, para incorporação/regularização destes imóveis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DEINC/CGTEC			1986
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Secretaria do Patrimônio da União, através de sua Coordenação Geral de Incorporação e Regularização Patrimonial - CGIRP, traçou um plano de ação para efetuar o levantamento detalhado da situação de incorporação dos imóveis, anexo. Nesse plano, o qual se pretende dar início a partir de junho de 2016, consta o período de execução para cada atividade necessária à construção do diagnóstico atualizado da situação de incorporação de cada bem transferido à União por sucessão de entidades extintas. Ao final desse levantamento, será viável, então, a elaboração de um plano nacional de incorporação do patrimônio imobiliário com essa origem (órgãos extintos), visto que muitos imóveis apresentam pendências em seu processo de transferência à SPU (não foram devidamente cadastrados, falta registrá-los em cartório em nome da União, entre outras inconsistências que já têm sido identificadas).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201314697 Recomendação 65120	1.1.1.3	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU		1986
Descrição da Recomendação		
Recomendamos à SPU/MP que promova a ampla divulgação das deliberações e atos praticados pelos Grupos de Trabalho Nacional e Estaduais.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
DEDES		1986
Justificativa para o seu não Cumprimento		
Conforme manifestação da Coordenação-Geral de Habitação e Regularização Fundiária - CGREF, do Departamento de Destinação Patrimonial - DEDES, "A SPU vinha dando publicidade aos atos praticados pelos Grupos de Trabalho Nacional e Estaduais, assim estavam publicadas no sitio eletrônico as Atas das reuniões e os imóveis disponibilizados em Portarias de declaração de interesse do serviço público. Porém, conforme informação da CGU, as informações não encontram -se mais disponíveis. Esta Coordenação-Geral relatou à ASCOM o problema, acreditando que na reformulação do site, parte do material anteriormente disponibilizado tenha se perdido. Dessa forma, adequando-se aos prazos informados pela comunicação, em 30 dias o problema estará sanado".		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Não há.		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201314697 Recomendação 65160	1.1.1.5	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos à SPU/MP que estabeleça, formalmente, procedimentos de acompanhamento adicionais em decorrência da implementação do Plano de Aceleração de Áreas para Habitação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DEDES			1986
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A ferramenta de monitoramento dos contratos se dá no âmbito do Programa de Modernização da Gestão - PMG-SPU, no desenvolvimento do novo sistema da Secretaria com previsão de entrada em operação no primeiro semestre de 2017. Portanto, não é uma ferramenta exclusiva para tal fim, mas um modulo em desenvolvimento dentro do sistema.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201405682 Recomendação: 65476	2.2.1.2	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Elaborar e publicar, quando da implementação do novo Sistema SIAPA, manual de operacionalização que oriente os servidores das Unidades Regionais quanto aos procedimentos de cadastramento de imóveis da União e ao uso das funcionalidades do citado sistema.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DECAP/CGIPA			1986
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O projeto de desenvolvimento do Sistema Unificado contempla em seu escopo a utilização de diversos recursos para a capacitação dos servidores da SPU e também das diversas UG's da Administração Pública Federal. Além do clássico manual de operação, será possível prover recursos complementares de auxílio à utilização do sistema, tais como páginas de ajuda online, vídeos curtos, etc. A estratégia para a utilização destes recursos constará do Plano de Capacitação, que deverá estar pronto até à conclusão das atividades de desenvolvimento do sistema, ainda em 2016.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

5	201405682 Recomendação: 65509	1.1.2.9	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Apresente plano de capacitação dos técnicos das Superintendências de modo a garantir a padronização de entendimento do normativo sobre avaliação de imóveis da União.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DECAP/CGCUP E GAB/CGADM			1986
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Quanto as informações acerca das facilitações sobre avaliação de imóveis realizadas em 4 encontros no ano de 2014. Motivado pelas recém-publicadas lei nº 13139 e 13.240/15 esta CGCUP encontra-se envolta na atualização da Instrução Normativa de Avaliação, que está prevista ainda para o primeiro semestre, da mesma forma que está sendo elaborado um Manual de Avaliação previsto para este exercício, de modo que capacitações à distância por videoconferência serão dadas às superintendências acerca desses dois produtos. Vislumbra-se também a possibilidade de parceria com o Exército quanto a certificação cadastral dos imóveis a serem inseridos ao futuro sistema unificado da SPU. Neste particular, estamos na etapa de realização de proposta para descentralização financeira de modo que o Exército além do novo cadastramento, realize as avaliações e capacite os técnicos da SPU sobre tais serviços. No ano de 2014 foi instituído um Conselho de Avaliadores da SPU por meio da Portaria SPU nº 111, de 10 de abril de 2014, com a finalidade de contribuir com as ações voltadas ao planejamento, apoio e fomento dos serviços de avaliação de imóveis da União ou de seu interesse, cópia anexa à presente manifestação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201108617 Recomendação 33152	1.1.2.2	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Que a SPU/MP realize, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), estudos para a implementação no Siafi de contas de controle, individualizada por imóvel, dos gastos com manutenção dos imóveis de uso especial e de suas instalações.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SPU			1986

Justificativa para o seu não cumprimento
Os gastos com a manutenção dos imóveis da União e de suas instalações são mantidos pelos sistemas estruturantes SIASG, de responsabilidade da SEGES/MP, e o SIAFI, de responsabilidade da STN/MF. No projeto do Sistema Unificado em desenvolvimento na SPU, foi contemplada arquitetura capaz de promover integração com esses sistemas a fim de se ter acesso aos dados de gastos dos imóveis. Já existe discussão iniciada com estes órgãos no sentido de dar andamento à proposta, que inclui adaptações em ambos os sistemas a fim de incorporarem o número do RIP aos registros de descentralização dos recursos quando estes forem referentes a imóveis públicos federais. No que concerne ao Sistema Unificado da SPU, haverá a possibilidade de condução de projeto específico para este fim a partir de 2017.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201203549 Recomendação 47240	1.4.2.1	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Estabelecer os termos para apresentação da Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União – DOITU, dando publicidade na imprensa oficial, conforme estabelecido na Lei nº 11.481 e buscar a interlocução com os demais atores envolvidos no processo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DEREP			1986
Justificativa para o seu não cumprimento			
Em março/2016, realizou-se o mapeamento das ações necessárias para a implantação dos termos da Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União – DOITU, conforme estabelecido na Lei 11.481/2007. O mapeamento resultou em documento contendo um plano de ação, com conclusão prevista para dezembro /2016. Com o Mapeamento, identificou-se a possibilidade de integração com o sistema DOI (Declaração de Operações Imobiliárias) da Receita Federal do Brasil, tendo em vista a similaridade das informações DOI e DOITU, aproveitando-se ainda as sinergias provenientes de parcerias já existentes entre a SPU e a Receita Federal. Em função disso, a SPU, reuniu-se com a RFB em 14/04/2016. No encontro a Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal - COCIF, foi identificada como ponto focal para o desenvolvimento do projeto de integração ou realização de convênio para compartilhamento de dados, esses assuntos continuaram sendo tratados em nova reunião a ser realizada no mês de agosto/2016, dando seguimento a execução do plano de ação traçado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201314697 Recomendação 65156	1.1.1.5	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos à SPU/MP que estabeleça, formalmente, a necessidade de que se verifique, para as entidades selecionadas pela própria Secretaria, a existência de projetos já apresentados e aprovados pelas proponentes junto ao Ministério das Cidades no intuito de evitar a cessão de imóvel público a entidades que já tenham atingido o limite de unidades habitacionais definidos na habilitação, bem como de que de tal análise conste dos processos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DEDES			1986
Justificativa para o seu não cumprimento			
Consoante manifestação da Coordenação-Geral de Habitação e Regularização Fundiária - CGREF, do Departamento de Destinação Patrimonial - DEDES, "Conforme regramento dado pela Portaria SPU nº 45/2015, após a publicação da Portaria de Declaração de Interesse do Serviço Público é realizado o processo de seleção da entidade habilitada junto ao Ministério das Cidades, com base nos critérios estipulados, levando em consideração os municípios de abrangência para execução dos projetos pelas entidades selecionadas. Em seguida à seleção da entidade e anterior à celebração do contrato de cessão é disponibilizada uma “carta de anuência” para a entidade autorizando-a a conduzir os estudos de viabilidade técnica, os levantamentos físicos, providenciar a aprovação de projeto e demais providências necessárias junto ao órgão operador do financiamento, prefeitura e demais envolvidos. Assim, os contratos só são celebrados se a Entidades estiverem em conformidade com as regras do programa e portanto, dentro dos limites de unidades estabelecidos pelo MCidades”.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

9	201314697 Recomendação 65158	1.1.1.5	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos à SPU/MP que verifique junto à CONJUR/MP a possibilidade de delegar às entidades privadas sem fins lucrativos o encargo da titulação individual de imóvel da União aos beneficiários finais, face as restrições de delegação de competências. Em sendo possível, estabeleça, formalmente, quais os critérios devem ser observados para se decidir se a responsabilidade pelos contratos de cessão individuais deve recair sobre a Superintendência ou sobre o cessionário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DEDES			1986
Justificativa para o seu não cumprimento			
Uma vez concluído o projeto, sempre caberá a Cessionária registrar os desmembramentos que irão gerar as novas matrículas da área. Após deverá encaminhar os contratos de transferências, as matrículas e os dados cadastrais dos beneficiários finais à SPU/UF para que esta proceda a inscrição dos desmembramentos no SIAPA e a transferência de direito real de uso da Entidade para os beneficiários finais. Caberá a Cessionária o registro dessa transferência na matrícula de registro de imóveis.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201314697 Recomendação 65159	1.1.1.5	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos à SPU/MP que estabeleça, formalmente, procedimentos de acompanhamento para os casos específicos em que se opte por delegar às entidades a celebração dos contratos individuais com os beneficiários, de modo a garantir a adequação deste aos critérios da destinação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DEDES			1986
Justificativa para o seu não cumprimento			

Como a transferência de direitos às parcelas dos imóveis é obrigação da Entidade e está gravada como encargo de contrato, faz parte do trabalho do técnico fiscal de contrato o acompanhamento do cumprimento de todas as cláusulas, o que inclui a transferência ao beneficiário final. Considerando que é atribuição dos setores de Caracterização das Superintendências a fiscalização de qualquer destinação efetuada do patrimônio da União, o Departamento de Destinação - DEDES verificará junto ao Departamento de caracterização e Incorporação Patrimonial - DECIP a possibilidade de melhorar o normativo quanto ao controle de utilização de forma a permitir mais eficácia na fiscalização dos contratos.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201314697 Recomendação 65162	1.1.1.6	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos à SPU/MP que adicione na minuta padrão dos contratos sob análise, cláusulas que abordem os seguintes itens: • Responsabilidades de cada um dos atores envolvidos no processo, inclusive acerca da verificação do atendimento, pelos beneficiários, aos requisitos de habilitação; • Critérios para substituição dos nomes inicialmente indicados pela cessionária; • Possibilidade de que os contratos de cessão individuais em cada família sejam formalizados peça própria Superintendência, em contraposição ao já disposto na alínea “i” da cláusula quarta; • Vinculação do prazo para alienação a partir da formalização dos contratos de cessão individuais com cada família; • Objeto, forma e periodicidade das fiscalizações a serem realizadas pelas Superintendências do Patrimônio da União; e • Forma e periodicidade da prestação de contas pela cessionária.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DEDES			1986
Justificativa para o seu não cumprimento			
Com relação ao atendimento dos beneficiários, aos requisitos de habilitação, destacamos que a CAIXA tem o papel de fiscalizar o enquadramento de cada beneficiário nas regras do Programa MCMV - Entidades. A cláusula terceira da minuta de contrato encaminhado, faz referência à Portaria Autorizativa e ao Processo administrativo, onde está expresso que a destinação ocorre no âmbito do MCMV-Entidades, assim como na cláusula quarta, item c). Com relação à periodicidade das fiscalizações a cláusula quinta da minuta estabelece o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato. O prazo de alienação após a transferência ao beneficiário final é de 5 anos, conforme cláusula quarta item c da minuta encaminhada. Com relação aos dois itens não contemplados na minuta: Critérios para substituição dos nomes inicialmente indicados pela cessionária; e Possibilidade de que os contratos de cessão individuais com cada família sejam formalizados pela própria Superintendência, em contraposição ao já disposto na alínea i. Poderão ser objeto de discussão			

por esta SPU. Porém acreditamos que o fato de a demanda ser balizada pelo agente financiador CAIXA garante a qualificação. Com relação a indicação de a SPU poder celebrar os contratos, acreditamos que pode ser incluído como forma de garantir o título ao beneficiário final, em caso de descumprimento de cláusula.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201314697 Recomendação 11469	1.1.1.7	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos à SPU/MP que apure a responsabilidade pela ausência ou inefetividade do acompanhamento e fiscalização realizados nos processos nºs 04905.001563/2006-86 e nº 04991.000640/2009-00, colocando em risco o atingimento dos objetivos pretendidos pelas destinações e potencializando a ocorrência das impropriedades/irregularidades verificadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CORREGEDORIA/MP			1986
Justificativa para o seu não cumprimento			
Conforme estabelecido nos artigos 18, 173 e 182 do Anexo II da Portaria MP nº 220, de 25/06/2014 (DOU de 26/06/2014), a competência para apurar responsabilidades no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é da Corregedoria/MP, a SPU, por sua vez, tem o papel de auxiliar e subsidiar a Corregedoria no tocante as apurações de irregularidades o qual foi feito no processo citado e nos demais orientados pela Corregedoria/MP. Informamos que o processo disciplinar ainda não foi instaurado, estando em fase de investigação preliminar (Processo nº 05586.002810/2014-94) desde 03/02/2016.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU	1986
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201314697 Recomendação 65164	1.1.1.8	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos à SPU/MP que passe a divulgar em sítio na internet pelo menos as seguintes informações: O papel da Secretaria do Patrimônio da União, por meio de suas ações de destinação de imóveis da União, na política de habitação de interesse social, bem como sua ligação com o Programa Minha Casa, Minha Vida; Regras do Programa Minha Casa, Minha Vida, a exemplo das faixas de renda, valores máximos de financiamento, obrigações acessórias etc. pelo menos por meio de referência a sítios e entidades responsáveis pelo programa; Informações relativas aos direitos e deveres dos beneficiários finais decorrentes da CDRU; Relação das áreas a serem destinadas ou com processo já finalizado; Fases de cada processo de destinação como um todo, demonstrando a etapa que está sendo executada, quais já foram concluídas e quais ainda serão realizadas; Nomes das entidades beneficiadas, relacionando-as aos projetos, com disponibilização dos respectivos contratos e termos aditivos formalizados, das informações sobre o acompanhamento e fiscalização efetuados e das prestações de contas; e Os canais de dúvidas e denúncias que podem ser utilizados pela população.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DEDES			1986
Justificativa para o seu não cumprimento			
A Coordenação-Geral de Habitação e Regularização Fundiária - CGREF e a Assessoria de Comunicação estão trabalhando para reorganizar o material relativo à política de habitação de interesse social e a respeito dos Grupos de Trabalho de provisão habitacional no site da SPU. Todo material relativo a pauta desta Coordenação deverá se agrupado e a ASCOM auxiliará com a linguagem das informações de forma a garantir o acesso da população.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201405682 Recomendação 65474	2.2.1.2	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
A partir dos resultados consolidados obtidos pelo GT (inconsistências cadastrais), estabelecer cronograma para a implementação das medidas apontadas para o saneamento das inconsistências cadastrais do sistema SIAPA.			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
DECIP/CGIPA	1986
Justificativa para o seu não cumprimento	
As informações solicitadas encontram-se no processo SEI 04905.201251/2015-61, respectivamente os eventos (0429489), (0429550) e (0622069) conforme anexo. A minuta de Portaria ainda não foi submetida ao Secretário, devido a revisão que está sendo realizada pela nova coordenação de cadastro da SPU vinculada a Diretoria de Caracterização e Incorporação. Sendo concluída a revisão, a portaria será submetida ao Secretário para validação.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201405682 Recomendação 65514	1.1.2.7	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Elaborar plano de ação, indicando etapas, prazos, responsáveis e metas para regularização da destinação a órgãos da Administração Pública Federal Direta.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DEDES/CGAPF			1986
Justificativa para o seu não cumprimento			
Com relação a elaboração de mecanismo de acompanhamento para regularização das destinações realizadas aos órgãos da Administração Pública Federal, esclarecemos que esta Unidade Central criou o Processo SEI nº04905.201931/2015-85 para monitorar e acompanhar o andamento da atualização cadastral nas vinte e setes SPU/UF. Dessas apenas três Superintendências (GO, SP e TO) ainda não responderam ao solicitado. Sendo esta uma ação continua a UC permanece acompanhando a evolução das informações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201405682 Recomendação 65516	1.1.2.7	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
A partir do entendimento construído juntamente com a STN, elabore plano de ação, indicando etapas, prazos, responsáveis e metas para regularização das inconsistências, incluindo eventuais ajustes sistêmicos que se façam necessários.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
GAB/DEDES/DEINC			1986
Justificativa para o seu não cumprimento			
Deste modo, encaminhamos anexa, Nota Informativa nº 554 de 18 de fevereiro de 2016, relacionada aos encaminhamentos realizados pela SPU em conjunto com INCRA e STN, conforme recomendação do Acórdão TCU nº 2461/2015, constante no Processo SEI nº 04905.202279/2015-16, e da Recomendação 65516 da CGU. Tratou ainda do Acórdão 1274/2013, que tratou de analisar o Parecer Prévio sobre as contas prestadas pela Presidente da República do exercício de 2012.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

17	201405682 Recomendação 65518	1.2.2.2	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Articular junto às Superintendência plano, com indicadores, metas e prazos, de atualização dos imóveis de uso especial vinculados diretamente às suas UGs, priorizando aquelas com maior estoque de imóveis com avaliação expirada.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DECAP/CGCUP			1986
Justificativa para o seu não cumprimento			
Em atendimento à presente recomendação, encaminhamos anexo a documentação relativa ao Plano Nacional de Reavaliação dos Imóveis de Uso Especial - PNAV -expedida pela Coordenação Geral de Avaliação e Contabilidade do Patrimônio - CGCAV (anterior CGCUP), do Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio - DECIP. - Memorando Circular nº 118 de 25/11/2015, que dispõe sobre o PNAV e orienta as Superintendências sobre sua execução; - Planilha do Plano de Ação do PNAV com as respectivas metas; - Memorando nº 49/2017-MP de 30/01/2017 com o Balanço Parcial PNAV do exercício 2016.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201405682 Recomendação 65522	2.2.2.5	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos à SPU que publique cartilha consolidando os serviços prestados; definindo conceitos; identificando os atores envolvidos; trazendo orientações ao cidadão, etc.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
GAB/CGGES/ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO/ASCOM/MP			1986
Justificativa para o seu não cumprimento			
O processo de elaboração da Carta de Serviços iniciou-se sob orientação do Programa GESPÚBLICA, da SEGEF. Em decorrência das mudanças na estrutura do Ministério do Planejamento, que atingiram tanto a SEGEF quanto a SPU, ocorreu um retardo neste processo de implantação da Carta de Serviços. Atualmente, a última versão da Carta está sendo discutida no âmbito da atual Diretoria Colegiada da SPU, com vistas a sua homologação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Não há.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201600611 Recomendação 168861	1.1.1.4	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a SPU apresente plano para mitigar os riscos verificados no processo de isenção e carência, detalhando: a) Os procedimentos que serão implementados e o cronograma de implementação; e b) A estratégia de orientação às Superintendências sobre a implementação dos procedimentos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
GAB/CGGES/DEREP/MP			1986
Justificativa para o seu não cumprimento			
Medidas Corretivas: já aplicadas (tratamento dos casos identificados por parte das Superintendências); Medidas preventivas (Em andamento): a) aprimoramento do processo de controle - cruzamento de bases externas com o SIAPA; b) automação do processo de isenção para PJs novo SIAPA; c) geração semestral de relatórios de inconsistência (PJ com registro de "Carência"); d) Implementação de sistemática para unificação dos casos de usuários responsáveis por dois RIPs distintos (unidade habitacional + vaga de garagem); e) usuários falecidos na base SISOB: utilização da Base disponibilizada mensalmente pela DATAPREV para cruzamento com os dados do SIAPA; f) beneficiários com carência – salário base acima de R\$ 4.400,00: implementação de sistemática de cruzamento dos dados da base do CadÚnico, da RAIS e do SIAPE; g) isenção concedida para beneficiários com mais de um veículo registrado na Base RENAVAL: cruzamento da base disponibilizada com os dados do SIAPA e análise dos casos eventualmente inconsistentes; h) levantamento de inconsistências e elaboração de relatório prévio aos processos da Grande Emissão, Grande Notificação e Grande Verificação, a serem encaminhados para as Superintendências para as devidas providências. Obs: recomendação com prazo de resposta para 16/03/2017			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU	1986

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201600611 Recomendação 168862	1.1.1.4	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a SPU comunique oportunamente os ocupantes de imóveis da União cadastrados no CadÚnico, atualmente não beneficiários da carência, conforme Anexo 7 do Relatório, acerca de sua condição de potencial beneficiário de isenção de pagamentos de foros, taxas de ocupação e laudêmios, não obstante a necessidade de cumprir com os demais requisitos legais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
GAB/CGGES/DEREP/MP			1986
Justificativa para o seu não cumprimento			
Os comunicados para os eventuais beneficiários de isenção, que ainda não estejam usufruindo da prerrogativa, serão enquadrados no escopo processo da Grande Emissão, onde dentre outras ações são disponibilizados os DARFs relativos à cobrança das taxas patrimoniais. A comunicação será incluída no corpo do próprio DARF, de forma que todos eventuais beneficiários da isenção sejam comunicados sobre essa possibilidade e orientados a procurar a Superintendência jurisdicionante para maiores esclarecimentos.			
Obs: recomendação com prazo de resposta para 16/03/2017			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	201600611 Recomendação 168881	1.1.1.4	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos à Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro que apresente justificativas ou medidas corretivas para os casos de indícios de inconsistências relativos a pessoas jurídicas cuja natureza não se enquadra nos critérios de isenção, cf. quadro abaixo: UF CNPJ Razão Social RJ 27010438000107 COOP HAB ASSOCIADOS DA ASSOCIACAO SERV DA AGRICULTURA* RJ 30176580000133 ASSOCIACAO DE MORADORES DA FAVELA DO GATO* RJ 31106933000191 SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PARATY* RJ 33015025000118 CRUZADA SAO SEBASTIAO RJ 33644865000140 BARCAS S.A. -			

TRANSPORTES MARITIMOS RJ 34078717000178 SOS-SERVICO DE OBRAS SOCIAIS * Ressalte-se o fato de as pessoas jurídicas encontrarem-se na situação ?baixada? nos registros da Receita Federal do Brasil.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
GAB/CGGES/DEREP/MP	1986
Justificativa para o seu não cumprimento	
CNPJ: 27010438000107 - COOP HAB ASSOCIADOS DA ASSOCIACAO SERV DA AGRICULTURA: isenção concedida por força de cláusula contratual firmada em contrato de aforamento entre a SPU e a pessoa jurídica. CNPJ: 30176580000133 - ASSOCIACAO DE MORADORES DA FAVELA DO GATO: isenção concedida por força de cláusula contratual firmada em contrato de aforamento entre a SPU e a pessoa jurídica. CNPJ: 31106933000191 - SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PARATY: instituição encampada pela Prefeitura Municipal de Paraty, que passou a ser isenta na forma do Art. 2º do Decreto-Lei 1.876/81. CNPJ: 33015025000118 - CRUZADA SAO SEBASTIAO: isenção concedida por força de cláusula contratual firmada em contrato de aforamento entre a SPU e a pessoa jurídica. CNPJ: 33644865000140 - BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARITIMOS: empresa titular de 09 RIPS, sendo que em 08 deles não consta situação de isenção, isto é, encontram-se em status de "cobrança". A única exceção é o RIP 58510000344-47, onde será verificada a existência de cláusula de isenção firmada em contrato. CNPJ: 34078717000178 - SOS-SERVICO DE OBRAS SOCIAIS: detentor de titularidade somente para o RIP 60010034635-76, localizado em área onde ocorreu a regularização (Quintas do Sol) de gleba para baixa renda, onde o RIP encontra-se inserido, podendo haver isenção contemplada em contrato de aforamento. Obs: recomendação com prazo de resposta para 16/03/2017	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	201600611 Recomendação 168883	1.1.1.4	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a SPU apresente estratégia para incluir no planejamento das atividades de saneamento das bases cadastrais os casos identificados de pessoas físicas enquadradas como isentas, conforme Anexo 2 do Relatório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
GAB/CGGES/DEREP/MP			1986
Justificativa para o seu não cumprimento			
a) Casos identificados foram encaminhados para tratamento por parte das Supertintendências jurisdicionantes; b) Serão emitidos relatórios semestrais contendo os casos possivelmente inconsistentes (PF			

com marcação de Isenção) para posterior envio às Superintendências com vistas à regularização.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	201600611 Recomendação 168898	1.1.1.4	19544/2014/DEPOG/DE/SE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Patrimônio da União – SPU			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a SPU envie às Superintendências Regionais as informações dos beneficiários proprietários de veículos - Anexo 6 do Relatório, para que utilizem os dados como insumo para a decisão sobre a renovação do benefício de isenção.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
GAB/CGGES/DEREP/MP			1986
Justificativa para o seu não cumprimento			
a) Encaminhados os casos da espécie para as Superintendências jurisdicionantes, objetivando subsidiar análise e/ou revisar isenções já concedidas; b) Implementação de sistemática de cruzamento da base RENAVAL com os dados do SIAPA, objetivando subsidiar o processo de concessão e a análise dos casos eventualmente inconsistentes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

O processo de monitoramento das demandas das recomendações da Controladoria Geral da União endereçadas às Superintendências do Patrimônio da União nos Estados, são acompanhadas e monitoradas por cada Unidade em seu respectivo estado, que mantêm as informações das ações atualizadas diretamente no Sistema Monitor, bem como, disponibilizam tais informações à CGGES/UC pelo processo de Diretiva de monitoramento via Sistema SEI, em conformidade com a Portaria nº 90/2010.

Segue quadro demonstrativo/qualitativo constando das recomendações endereçadas as SPUs em situações consideradas atendidas e em monitoramento:

UNIDADE GESTORA	QUANTIDADE	ATENDIDAS	MONITORAMENTO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO-MP	77	54	23
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AC	9	8	1
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AL	8	7	1
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AM	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AP	13	10	3
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/BA	31	13	18
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/CE	142	49	93
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/DF	30	13	17
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/ES	23	20	3
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/GO	32	0	32
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/MA	11	6	5
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/MG	3	2	1
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/MS	4	2	2
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/MT	21	18	3
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PA	1	0	1
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PB	10	0	10
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PE	44	26	18
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PI	5	2	3
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PR	1	0	1
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RJ	19	3	16
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RN	1	0	1
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO	19	7	12
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RR	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SC	44	10	34
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RS	4	0	4
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SE	14	2	12
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP	51	47	4

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO	15	4	11

8.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

A partir de 2014, com a publicação do Decreto Nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014 e a Portaria MP nº 220, de 25 de junho de 2014, que trata do Regimento Interno do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, foi atribuído à Corregedoria do MP a competência para abertura de todos os processos de natureza disciplinar no MP, sob responsabilidade do senhor Chefe da Corregedoria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Jailor Capelossi Carneiro, no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco “C”, Térreo, sala T-64. CEP: 70.040-902.

E- mail: jailor.carneiro@planejamento.gov.br - Tel: 55 (61) 2020-2917. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/quem-e-quem/quem-e-quem-se> - acessado em 30 de março de 2017.

8.4 Informações sobre o cronograma de substituição de trabalhadores terceirizados irregulares no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional

TERCEIRIZADOS IRREGULARES NAS ESTATAIS FEDERAIS

Quantitativo de terceirizados irregulares nas estatais federais

Estatual Federal	Vinculação Ministerial	Quantidade de terceirizados irregulares em 31 de dezembro	Quantidade de terceirizados substituídos ou dispensados no exercício

Plano de substituição de terceirizados irregulares pelas estatais em 2016

Estatual Federal	Vinculação Ministerial	Plano de substituição de terceirizados irregulares

Não se aplica à SPU

8.5 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Não se aplica à SPU

8.6 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

Não se aplica à SPU

8.7 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda

Quadro – Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal			
Mercadológica			
Utilidade pública			

Não se aplica à SPU

9. ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I – Normas relacionadas à Unidade Prestadora de Contas.

Anexo II – Organograma

Anexo III – Declaração de integridade das informações contidas no PPA

Anexo IV – Demonstração da situação dos imóveis da União

Anexo V – PETIC e PDTI 2016

Anexo VI – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo I - Normas de criação e Funcionamento da UPC

LEI	ASSUNTO
LEI 13.240 de 30.12.2015	Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nºs 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015.
LEI 13.139 de 26.2.2015	Altera os Decretos-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981; dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União; e dá outras providências.
LEI 12.348 de 15.12.2010	Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo Fifa 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sobre imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, sobre dívidas referentes ao patrimônio imobiliário da União e sobre acordos envolvendo patrimônio imobiliário da União; transfere o domínio útil de imóveis para a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ; altera a Medida Provisória no 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nos 9.711, de 20 de novembro de 1998, 11.483, de 31 de maio de 2007, 9.702, de 17 de novembro de 1998, 10.666, de 8 de maio de 2003, e 9.469, de 10 de julho de 1997; e dá outras providências. Mensagem de veto
LEI 11.977 de 7.7.2009	Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
LEI 11.952 de 25.6.2009	Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Mensagem de veto
LEI 11.481 de 31.5.2007	Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências. Mensagem de Veto
LEI 11.314 de 3.7.2006	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo, dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência, sobre a cessão de servidores para o DNIT e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

LEI 11.124 de 16.6.2005	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Mensagem de veto
LEI 10.931 de 2.8.2004	Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. Mensagem de Veto
LEI 10.406 de 10.1.2002	Institui o Código Civil.
LEI 10.257 de 10.7.2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Mensagem de Veto
LEI 9.784 de 29.1.99	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
LEI 9.636 de 15.5.98	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.
LEI 9.491 de 9.9.97	Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990 , e dá outras providências. Mensagem de veto
LEI 8.666 de 21.6.93	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Vide texto compilado Mensagem de veto
LEI 8.630 de 25.2.93	Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências. (<i>Lei dos Portos</i>)
LEI 8.629 de 25.2.93	Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.
LEI 8.029 de 12.4.90	Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Texto compilado
LEI 7.661 de 16.5.88	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
LEI 6.987/1982	Dispõe sobre a alienação de imóveis de propriedade da União e das entidades da Administração Federal Indireta, e dá outras providências.
LEI 6.969 de 10.12.81	Dispõe Sobre a Aquisição, Por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, Altera a Redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.
LEI 6.766 de 19.12.79	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.
LEI 6.739 de 5.12.79	Dispõe sobre a Matrícula e o Registro de Imóveis Rurais, e dá outras Providências.

LEI 6.634 de 2.5.79	Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.
LEI 6.383 de 7.12.76	Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências.
LEI 6.282 de 9.12.75	Prorroga o prazo estabelecido no artigo 1º da Lei nº 5.972 de 11 de dezembro de 1973, que regula o procedimento para o registro de propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União.
LEI 6.015 de 31.12.73	Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.
LEI 5.972 de 11.12.73	Regula o Procedimento para o Registro da Propriedade de Bens Imóveis Discriminados Administrativamente ou Possuídos pela União.
LEI 5.421 de 25.4.68	Dispõe sobre medidas financeiras referentes à arrecadação da Dívida Ativa da União, juros de mora nos débitos para com a Fazenda Nacional e dá outras providências.
LEI 4.804 de 20.10.65	Dispõe sobre demolições e reconstruções de benfeitorias, em próprio nacional, e dá outras providências.
LEI 4.504 de 30.11.64	Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.
LEI 4.132 de 10.9.62	Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.
LEI 225 de 3.2.48	Acrescenta o § 4º ao art. 81 e modifica a redação dos arts. 82 e 84 do Decreto-lei nº 9.760, de 1946, que dispõe sobre bens imóveis da União.
LEI 601 de 1850	Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

MEDIDA PROVISÓRIA	ASSUNTO
MP 496/2010	Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sobre imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, sobre dívidas referentes ao patrimônio imobiliário da União, sobre acordos envolvendo patrimônio imobiliário da União, transfere o domínio útil de imóveis para a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, e dá outras providências.
MP 353/2007	Dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.
MP 335/2006	Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 1.876, de 15 de julho de 1981, prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União, e dá outras providências.
MP 283/2006	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de

	Infraestrutura de Transportes - DNIT, a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo, dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência, sobre a cessão de servidores para o DNIT e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União, autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e revoga o art. 4º da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006, que altera a Legislação Tributária Federal.
MP 2.220/2001	Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências.
MPV/2146-1	Cria as Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências.

DECRETO-LEI	ASSUNTO
DL 2.422 de 30.03.88	Dispõe sobre o prazo para inscrição de ocupação de imóveis da União e dá outras providências.
DL 2.398 de 21.12.87	Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.
DL 1.876 de 15.7.81	Dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providência.
DL 1.561 de 13.7.77	Dispõe sobre a ocupação de terrenos da União e dá outras providências.
DL 271 de 28.2.67	Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.
DL 200 de 25.2.67	Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.
DL 178 de 16.2.67	Dispõe sobre a cessão de imóveis da União Federal para as finalidades que especifica.
DL 9.760 de 5.9.46	Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Vide texto compilado

DL 7.937 de 5.9.45	Dispõe sobre o loteamento de terrenos de marinha
DL 4.120 de 21.2.42	Altera a legislação sobre terrenos de marinha
DL 3.437 de 17.7.41	Dispõe sobre o aforamento de terrenos e a construção de edifícios em terreno das fortificações
DL 3.365 de 21.6.41	Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.
DL 2.490 de 16.8.40	Estabelece novas normas para o aforamento dos terrenos de marinha e de outras providências
DL 1.318 de 30.01.1854	Manda executar a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850.

DECRETOS	ASSUNTO
Decreto 8.376 de 15.12.2014	Transfere para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT a administração patrimonial dos imóveis da União que especifica.
Dec. 7.929 de 18.02.13	Regulamenta a Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, no que se refere à avaliação da vocação logística dos imóveis não operacionais da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA; altera o art. 4º do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007; e dá outras providências.
Dec. 7.341 de 22.10.10	Regula a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.
Dec. 6.992 de 28.10.09	Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.

Dec. 6.769 de 10.2.09	Dá nova redação aos arts. 5º, 6º e 7º do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, que regulamenta a Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007, convertida na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário e dá outras providências.
Dec. 6.190 de 20.8.07	Regulamenta o disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, para dispor sobre a isenção do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios, referentes a imóveis de propriedade da União, para as pessoas consideradas carentes ou de baixa renda.
Dec. 6.018 de 22.1.07 (PAC)	Regulamenta a Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.
Dec. 5.732 de 20.3.06	Regulamenta o inciso II do § 2º do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993
Dec. 5.300 de 7.12.04	Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências.
Dec. 4.895 de 25.11.03	Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências.
Dec. 4.887 de 20.11.03	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Dec. 3.725 de 10.1.01	Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.
Dec. 3.292 de 15.12.99	Dispõe sobre a inclusão de imóveis de domínio da União no Programa Nacional de Desestatização - PND.
Dec. 1.466 de 26.4.95	Regulamenta o disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, com a redação dada pela Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, e revoga o Decreto nº 1.360, de 30 de dezembro de 1994.
Dec. 980 de 11.11.93	Dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais e dá outras providências

Dec. 99.672 de 6.11.90	Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Bens Imóveis de propriedade da União e dá outras providências.
Dec. 85.064 de 26.8.80	Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira
Dec. 20.910 de 6.1.32	Regula a Prescrição Quinquenal.
Dec. 4.105 de 22.2.1868	Regula a concessão dos terrenos de marinha, dos reservados nas margens dos rios e dos acrescidos natural ou artificialmente.
Dec. 1.318 de 30.1.1854	Manda executar a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850.

PORTARIAS	ASSUNTO
Portaria 11/2016	Atualiza o valor da multa mensal prevista no art. 6º, inciso II, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.
Portaria 215/2015	Estabelece procedimentos para concessão de anistia de débitos patrimoniais e de isenção do pagamento de taxas de ocupação, de foros ou de laudêmios para as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, que se enquadrem na Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, conforme disposto no artigo 16, I e §1º da Lei no 13.139, de 26 de junho de 2015.
Portaria 202/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de cláusulas contratuais que versem sobre acessibilidade, segurança e sustentabilidade, incluindo novas obras, nos instrumentos de destinação de imóveis da União.
Portaria 045/2015	Estabelece critérios para realizar chamamento público e recepcionar propostas de entidades privadas sem fins lucrativos, habilitadas no Ministério das Cidades – MCIDADES, denominadas ENTIDADES, para desenvolvimento de projetos de provisão habitacional de interesse social, com recursos dos programas habitacionais sob gestão do MCIDADES, em imóveis da União reservados para esta finalidade. Anexo I , Anexo II , Anexo III , Anexo IV
Portaria 028/2015	Autoriza a atualização dos valores dos imóveis residenciais funcionais de propriedade da União situados no Distrito Federal com base na pauta de valores de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, para o exercício de 2015. Atualiza os valores das Taxas de Uso devidas pelos ocupantes dos imóveis residenciais funcionais, relacionados no Anexo.

Portaria 457/2014	Institui o Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União - SISREI, no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União.
Portaria 320/2014	Aprovar o Manual de Fiscalização da SPU que estabelece os procedimentos para atuação da fiscalização no âmbito desta Secretaria.
Portaria 318/2014	Regulamenta o uso e aplicação do Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União – SISREI.
Portaria 317/2014	Aprova o Plano Nacional de Caracterização que define metas, prazos e estratégias para a realização de demarcações em todo o Brasil.
Portaria 259/2014	Dispõe sobre a inscrição de ocupação em terrenos e imóveis da União, define procedimentos para a outorga, transferência e cancelamento e estabelece a definição do efetivo aproveitamento de que trata o art. 2, I, "b", do Decreto n. 3.725, de 10 de janeiro de 2001.
Portaria 151/2014	Cria o Conselho de Demarcadores da Secretaria do Patrimônio da União, com a finalidade de contribuir com as ações voltadas ao planejamento, apoio e fomento dos serviços de demarcação de áreas da União ou de seu interesse.
Portaria 111/2014	Cria o Conselho de Avaliadores de Imóveis da Secretaria do Patrimônio da União, com a finalidade de contribuir com as ações voltadas ao planejamento, apoio e fomento dos serviços de avaliação de imóveis da União ou de seu interesse.
Portaria 01/2014	Estabelece normas e procedimentos para a autorização da utilização a título precário, de áreas de domínio da União mediante outorga de Permissão de Uso, fixa parâmetros para o cálculo do valor de outorga onerosa e critérios para controle do uso.
Portaria 149/2013	Estabelece o acompanhamento das avaliações e fiscalizações/vistorias de imóvel da União ou de seu interesse.
Portaria 141/2013	Estabelece os procedimentos para o acompanhamento das demandas de regularização e uso de imóveis da União.
Portaria 140/2013	Estabelece as diretrizes e procedimentos de acompanhamento das demarcações e identificação de áreas da União, de gestão da SPU, a serem seguidos pelas Superintendências, no âmbito do projeto estratégico denominado Plano Nacional de Caracterização.
Portaria 404/2012	Estabelece normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo do preço público devido, a título de retribuição à União.
Portaria 270/2012	Indica à venda os imóveis não operacionais oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA relacionados no Anexo I desta Portaria, objetivando a integralização dos recursos destinados ao Fundo Contingente da extinta RFFSA – FC.
Portaria 309/2011	Indicar à venda os imóveis não operacionais oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, relacionados no anexo único deste ato, objetivando a integralização dos recursos destinados ao Fundo Contingente - FC instituído pelo art. 5º da Lei nº 11.483, de 2007.

Portaria 24/2011	Estabelece normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo dos valores devidos a título de retribuição à União. (Revogada pela Portaria 404/2012)
Portaria 211/2010	Delegação de competência do Ministro para Secretária. (Revogada pela Portaria nº 54/2016)
Portaria 200/2010	Delegação de competência da Secretária para Superintendentes.
Portaria 89/2010	Disciplinar a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população, mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS, a ser conferida em caráter transitório e precário pelos Superintendentes do Patrimônio da União.
Portaria 27/2010	Autorizar, até que se proceda à avaliação individualizada, a atualização dos valores dos imóveis funcionais, com base na pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU [...]
Portaria 241/2009	Determinar às Superintendências do Patrimônio da União nos Estados que observem a racionalidade de uso e a adequada acessibilidade dos imóveis a serem entregues ou cedidos a órgãos da administração pública federal direta ou indireta.
Portaria 113/2009	Os responsáveis por imóveis rurais da União considerados produtivos poderão requerer anualmente junto à Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU no Estado em que estiver localizado o imóvel o benefício previsto no art. 26 da Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.
Portaria 100/2009	Disciplinar a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em áreas de várzeas de rios federais na Amazônia Legal em favor das populações ribeirinhas tradicionais, com o objetivo de possibilitar o aproveitamento racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis em vista do uso tradicional, voltados à subsistência dessa população, através da concessão de AUTORIZAÇÃO DE USO, a ser conferida em caráter excepcional, transitório e precário.
Portaria 233/2008	Dispõe sobre os procedimentos para a requisição do benefício da isenção do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmos referentes a imóveis de propriedade da União, pelas pessoas carentes ou de baixa renda.
Portaria 327/2007	A Secretaria do Patrimônio da União poderá autorizar a cessão total ou parcial de espaços físicos em águas de domínio da União entregues à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República para fins de aquicultura.
Portaria 293/2007	Aprova o Manual de Procedimentos - Título I - Da Transferência, em anexo, que dispõe sobre os procedimentos necessários à transferência de utilização dos imóveis dominiais da União e ao lançamento das receitas decorrentes da transferência, nos termos da IN-SPU 001/2007, de 23 de julho de 2007.
Portaria 289/2007	Subdelegar competência ao Secretário Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República para, observadas às disposições legais e regulamentares, fixar valores de retribuição das cessões de espaços físicos em águas de domínio da União para fins de aquicultura, especialmente autorizadas nos termos de entrega.
Portaria 245/2007	Delegar competência aos Gerentes Regionais do Patrimônio da União para, no âmbito da atividade fim da Secretaria do Patrimônio da União, aprovar propostas, assinar Acordos ou Termos de Cooperação Técnica, que não envolvam repasse de recurso, para intercâmbio de informações sobre o patrimônio da União em seus respectivos estados, de modo a constituir uma base de dados completa e atualizada.
Portaria 287/2006	Aprovar o detalhamento da organização das Gerências Regionais do Patrimônio da União, unidades descentralizadas da Secretaria do Patrimônio da União deste Ministério, instaladas nos Estados e no Distrito Federal, [...]

Portaria 205/2004	Isenção de pagamento de foro e taxas de ocupação referentes a imóveis da União.
Portaria 205/2002	[...] reajuste aos contratos vigentes de locação de imóveis da União [...]
Portaria 144/2001	Estabelecer as diretrizes para as proposições formuladas pela Secretaria do Patrimônio da União, deste Ministério, que tenham por objeto a cessão de uso gratuito ou em condições especiais de imóveis de domínio da União, com amparo no art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.
Portaria 08/2001	Os procedimentos administrativos correspondentes ao lançamento e à caracterização da ocorrência de decadência ou prescrição de créditos originados em receitas patrimoniais obedecerão ao disposto nesta Portaria.
Portaria 06/2001	Delegar competência ao Gerente Regional de Patrimônio da União para, no âmbito da correspondente jurisdição, observadas as disposições legais e regulamentares, outorgar a permissão de uso de áreas de domínio da União.
Portaria 05/2001	A cessão de uso de áreas para o exercício de atividades de apoio necessárias ao desempenho da atividade do órgão a que o imóvel foi entregue obedecerá as condições previstas no termo de cessão contido no Anexo a esta Portaria.
Portaria 04/2001	A comissão devida a leiloeiro oficial, na alienação de imóveis da União, será suportada exclusivamente pelo arrematante do bem imóvel, [...]
Portaria 206/2000	Instituir o Sistema de Próprios Nacionais – SPN2000, como o sistema de recadastramento dos imóveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas; que substituirá o Sistema Patrimonial Imobiliário da União – SPIU,[...]
Portaria 340/1999	Instituir o Programa para a Recuperação da Memória do Patrimônio Móvel e Imóvel da União no âmbito da Secretaria de Administração e do Patrimônio da União, [...]
Portaria 68/1999	Credenciar os Gerentes Regionais do Patrimônio da União nos Estados e os demais servidores lotados no Serviço de Operações Sociais ou de Operações Sociais e Negócios nas Gerências Regionais do Patrimônio da União, para, no âmbito da correspondente jurisdição administrativa de seus Estados [...]
Portaria 67/1999	Os procedimentos administrativos correspondentes ao lançamento e à caracterização da ocorrência de decadência ou prescrição de créditos originados em receitas patrimoniais obedecerão ao disposto nesta Portaria.
PORTARIA CONJUNTA	ASSUNTO
Portaria Conjunta SPU-IPHAN 214/2015	Estabelece procedimentos para concessão de anistia de débitos patrimoniais e de isenção do pagamento de taxas de ocupação, de foros ou de laudêmios para as pessoas jurídicas de direito privado que desenvolvam ações de salvaguarda para bens culturais Registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como Patrimônio Cultural do Brasil, quando os imóveis da União utilizados sob regime de ocupação ou de aforamento forem essenciais à manutenção, à produção e à reprodução dos saberes e práticas associados.
Portaria Conjunta SPU-STN 703/2014	Dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas.
Portaria Conjunta SPU-PGFN 08/2014	Estabelece normas para a remessa à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dos processos administrativos relativos às receitas administradas pela Secretaria do patrimônio da União, para inscrição em Dívida Ativa da União e cobrança judicial.

Portaria Conjunta 189/2010	O ocupante do cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG poderá ter exercício descentralizado nas Superintendências do Patrimônio da União para atuação no Projeto de Gestão Regionalizada nos termos em que dispuser esta Portaria.
Portaria Conjunta 01/2003	Os Gerentes Regionais do Patrimônio da União poderão, mediante despacho fundamentado, conceder efeito suspensivo aos recursos administrativos interpostos contra o lançamento de receitas patrimoniais já incluídas no cadastro da Dívida Ativa da União.
PORTARIA INTERMINISTERIAL	ASSUNTO
Portaria Interministerial 210/2014	Delega ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, a competência para outorgar a beneficiários de projetos federais de assentamento de reforma agrária e a grupos remanescentes das comunidades dos quilombos a Concessão de Direito Real de Uso - CDRU ou a transferência do domínio pleno de terrenos rurais da União, contemplados nos incisos I, III, IV e VII do art. 20 da Constituição Federal, que estejam sob gestão exclusiva da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SPU/MP.
Portaria Interministerial 37/2014	Parâmetros para fixação do valor da cessão de uso onerosa da área afetada pelo empreendimento, a ser cobrado do concessionário, permissionário ou autorizado responsável pela distribuição ou transmissão de energia elétrica em unidades de conservação federais de uso sustentável, são definidos de acordo com esta Portaria.
Portaria Interministerial 596/2011	Fica delegada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA a função de promover a Concessão do Direito Real de Uso - CDRU, no âmbito da Amazônia Legal, de imóveis rurais situados em glebas públicas arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em seu próprio nome ou em nome da União.
Portaria Interministerial 507/2011	Esta Portaria regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.
Portaria Interministerial 262/2011	Esta Portaria disciplina o modo de divulgação de informações relativas aos imóveis residenciais de propriedade da União, situados no Distrito Federal e administrados pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU.
Portaria Interministerial 436/2009	O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MP, através da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, efetuará a entrega ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, nos termos do art. 79 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, das áreas de domínio da União, ainda que não incorporadas ao seu patrimônio, localizadas em Unidades de Conservação Federais de posse e domínio públicos integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, conforme Lei nº 9.985, de 2000.
Portaria Interministerial 322/2001	Determinar a realização, até 10 de dezembro de 2001, do recadastramento, no SPN2000, dos imóveis sob a jurisdição dos órgãos Públicos Federais, Autarquias, Fundações Públicas e Empresas Estatais dependentes, nos termos da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.
Portaria MARE 3044/1997	Administração dos Edifícios Públicos.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA	ASSUNTO
Portaria 161/2001	Aprovar a Orientação Normativa que dispõe sobre a Avaliação Técnica de Bens Imóveis da União ou de seu interesse.

<u>ON GEADE 002</u>	ORIENTAÇÃO NORMATIVA QUE DISCIPLINA A DEMARCAÇÃO DE TERRENOS DE MARINHA E SEUS ACRESCIDOS
<u>Portaria 162/2001</u>	Aprova ON GEADE 002
<u>ON GEADE 003</u>	ORIENTAÇÃO NORMATIVA QUE DISCIPLINA A DEMARCAÇÃO DE TERRENOS MARGINAIS E SEUS ACRESCIDOS
<u>Portaria 163/2001</u>	Aprova ON GEADE 003
<u>ON GEADE 004</u>	AVALIAÇÃO TÉCNICA DE BENS IMÓVEIS DA UNIÃO OU DE SEU INTERESSE
<u>Portaria 209/2002</u>	Aprova ON GEADE 004
<u>ON GEAE 001</u>	ENTREGA DE IMÓVEL DA UNIÃO PARA ATIVIDADES DE AQUICULTURA <u>(REVOGADA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 01, DE 10 DE OUTUBRO DE 2007)</u>
<u>ON GEANE 001</u>	AFORAMENTO ONEROSO DE IMÓVEIS DOMINIAIS DA UNIÃO
<u>Portaria 14/2002</u>	Aprova ON GEANE 001
<u>ON GEANE 002</u>	AFORAMENTO GRATUITO DE IMÓVEIS DOMINIAIS DA UNIÃO.
<u>Portaria 229/2002</u>	Aprova ON GEANE 002
<u>ON GEAPN 001</u>	ENTREGA DE IMÓVEL DA UNIÃO – PRÓPRIO NACIONAL
<u>Portaria 214/2001</u>	Retifica ON GEAPN 001
<u>ON GEAPN 002</u>	CESSÃO DE USO GRATUITO DE IMÓVEL DA UNIÃO - PRÓPRIO NACIONAL
<u>Portaria 215/2001</u>	Retifica ON GEAPN 002
<u>Portaria 15/2002</u>	Retifica ON GEAPN 002
<u>ON GEAPN 003</u>	RESIDÊNCIA OBRIGATÓRIA
<u>Portaria 10/2001</u>	Aprova ON GEAPN 001, 002 e 003
<u>Portaria 216/2001</u>	Retifica ON GEAPN 003
<u>Portaria 243/2007</u>	Altera ON GEAPN 001 e 003
<u>ON GEAPN 004</u>	GERENCIAMENTO DE ENTREGA E CESSÃO DE USO
<u>Portaria 213/2001</u>	Aprova ON GEAPN 004
<u>Portaria 198/2007</u>	Altera ON GEAPN 002 e 004

<u>ON GEAPN 006</u>	IMÓVEL RESIDENCIAL FUNCIONAL DA UNIÃO
<u>Portaria 361/2002</u>	Aprova ON GEAPN 006
<u>ON GEAPN 007</u>	ACESSO AO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DOS IMOVÉIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO - SPIUnet
<u>Portaria 362/2002</u>	Aprova ON GEAPN 007
<u>Portaria 257/2010</u>	Que altera o anexo II, da Orientação Normativa ON-GEAPN-007 , de 24/12/02, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço, do MP.
<u>ON GEARP 001</u>	TRANSFERÊNCIAS DE AFORAMENTO, DE DIREITOS SOBRE BENFEITORIAS E DE DIREITOS RELATIVOS À OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO E BENFEITORIAS EXISTENTES. <u>(REVOGADA PELA PORTARIA Nº 293/2007 - MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE TRANSFERÊNCIA)</u>
<u>Portaria 156/2001</u>	Aprova ON GEARP 001
<u>ON GEARP 002</u>	INSCRIÇÃO DE DEVEDORES NO CADIN
<u>Portaria 157/2001</u>	Aprova ON GEARP 002
<u>ON GEARP 003</u>	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PATRIMONIAIS
<u>Portaria 158/2001</u>	Aprova ON GEARP 003
<u>ON GEARP 004</u>	Caducidade de aforamento <u>(REVOGADA PELA IN 001/2005)</u>
<u>Portaria 159/2001</u>	Aprova ON GEARP 004
<u>ON GEARP 005</u>	CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO DE OCUPAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE IMÓVEIS DA UNIÃO
<u>Portaria 160/2001</u>	Aprova ON GEARP 005
<u>ON GEARP 006</u>	INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
<u>Portaria 85/2002</u>	Aprova ON GEARP 006
<u>Portaria 110/2002</u>	Retifica ON GEARP 006
<u>Portaria 246/2002</u>	Retifica ON GEARP 006

INSTRUÇÃO NORMATIVA	ASSUNTO

IN 001/2015	Dispõe sobre os procedimentos para a inscrição em Dívida Ativa da União dos responsáveis pelo inadimplemento de débitos administrados pela Secretaria do Patrimônio da União.
IN 002/2014	Estabelece os procedimentos utilizados na destinação de imóveis da União para regularização fundiária de interesse social. Clique aqui para consultar os ANEXOS.
IN 001/2014	Dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização.
IN 005/2010	Dispõe sobre os procedimentos de análise dos requerimentos de isenção do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios referentes a imóveis de domínio da União.
IN 004/2010	Dispõe sobre os procedimentos de alienação de imóveis da União, a serem adotados pelas Superintendências do Patrimônio da União.
Portaria 273/2010	Aprovar os modelos de documentos a serem utilizados na alienação de imóveis da União nos termos da Instrução Normativa SPU nº 04, de 11 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 12 de agosto de 2010
IN 003/2010	Estabelece os procedimentos operacionais para a transferência da posse de bens imóveis não operacionais oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.
IN 002/2010	Dispõe sobre a fiscalização dos imóveis da União.
IN 001/2010	Estabelece os procedimentos operacionais para a gestão e regularização dos bens imóveis não operacionais integrantes da Carteira Imobiliária da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.
IN 002/2007	Dispõe sobre o procedimento para a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia - CUEM e da Autorização de Uso em imóveis da União.
IN 001/2007	Dispõe sobre o lançamento e a cobrança de créditos originados em Receitas Patrimoniais.
IN 001/2005	Dispõe sobre os procedimentos de caducidade e revigoração de aforamento de imóveis da União.
IN 001/2004	Estabelece normas e procedimentos para o uso dos dois módulos do Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA, visando à determinação dos valores relativos às receitas patrimoniais devidas por ocasião das transferências de aforamentos e direitos de ocupação de imóveis da União
IN 002/2001	Demarcação dos terrenos de marinha, dos terrenos marginais e das terras interiores.
IN 001/2001	Demarcação dos terrenos de marinha, dos terrenos marginais e das terras interiores (REVOGADA PELA IN 002/2001)
IN 47/2008 Ministério das Cidades	Regulamenta a Ação de Apoio à Produção Social da Moradia, do Programa de Habitação de Interesse Social, operada com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, válida para o período 2008/2011, e dá outras providências.
IN MARE 05/1998	Dispõe sobre medidas de desburocratização e simplificação de procedimentos na elaboração de atos normativos e ordinatórios expedidos no âmbito do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE e dos Sistemas sob sua supervisão e coordenação, sua distinção, finalidades.

IN 02/1987	Altera o subitem 3.3 e o item 34 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SPU Nº 01, de 09 de setembro de 1986.
IN 01/1987	Altera os subitens 3.1, 33.1, 102.4 a 102.5, revogando os subitens 102.2 e 102.3, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SPU Nº 01, de 09 de setembro de 1986.
IN 01/1986	Revoga os itens 1 a 73 da Instrução Normativa nº 1, de 30 de março de 1981 e a Instrução Normativa nº 02, de 23 de agosto de 1985 e todas as Portarias, Instruções de Serviço, Circulares, Ofícios-Circulares e demais atos, expedidos até a presente data e disposições em contrário.
IN 01/1981	Orienta as unidades integrantes do Serviço do Patrimônio da União na aplicação da legislação patrimonial imobiliária.
IN INTERMINISTERIAL	ASSUNTO
IN Interministerial 001/2007	Estabelece os procedimentos operacionais entre a SEAP/PR e a SPU/MP para a autorização de uso dos espaços físicos em águas de domínio da União para fins de aquicultura.
IN Interministerial 006/2004	Estabelece as normas complementares para a autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências.
IN Interministerial 009/2001	Estabelece normas complementares para o uso de águas públicas da União, para fins de aquicultura, e dá outras providências. (Revogada pela IN Interministerial nº 006/2004)
IN INCRA	ASSUNTO
IN 57/2009	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

GRANDE EMISSÃO	ASSUNTO
Portaria 064/2015	Autorizar a cobrança dos foros e das taxas de ocupação de terrenos da União.
Portaria 127/2014	Autorizar a cobrança dos foros e das taxas de ocupação de terrenos da União.
Portaria 113/2013	Autorizar a cobrança dos foros e das taxas de ocupação de terrenos da União.

IMÓVEIS FUNCIONAIS	ASSUNTO
LEI 8.068 de 13.7.90	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990
LEI 8.057 de 29.6.90	Dispõe sobre a competência das autoridades que menciona e dá outras providências.

LEI 8.025 de 12.4.90	Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal, e dá outras providências.
LEI 8.011 de 4.4.90	Dispõe sobre a alienação de bens imóveis da União situados em Brasília - DF, e dá outra providências.
DECRETO-LEI	ASSUNTO
DL 1.390 de 29.1.75	Dispõe sobre o Fundo Rotativo Habitacional de Brasília, a Taxa de Ocupação, a alienação e ocupação de imóveis residenciais da Administração Federal no Distrito Federal e dá outras providências.
DECRETOS	ASSUNTO
Dec. 6.054 de 1º.3.07	Regulamenta o art. 16 da Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre o valor das taxas de uso de imóveis funcionais de propriedade da União.
Dec. 5.704 de 16.2.06	Dá nova redação ao art. 14 do Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, que dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais.
Dec. 3.584 de 4.9.00	Dispõe sobre a administração dos imóveis residenciais da União que menciona, altera a redação de dispositivo do Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e dá outras providências.
Dec. 2.631 de 17.6.98	Disciplina a transferência de saldos devedores decorrentes da alienação de imóveis funcionais, cria incentivo à quitação antecipada da dívida, e dá outras providências.
Dec. 1.803 de 6.2.96	Altera dispositivos do Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, que dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais.
Dec. 1.660 de 5.10.95	Altera o art. 8º do Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, que dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais.
Dec. 1.447 de 6.4.95	Dá nova redação aos arts. 5º e 8º do Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, que dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União.
Dec. 980 de 11.11.93	Dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais, e dá outras providências. Texto compilado
Dec. 810 de 27.4.93	Dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais e dá outras providências.
Dec. 99.270 de 1º.6.90	Dispõe sobre a ocupação de imóveis residenciais administrados pela Presidência da República e dá outras providências.
Dec. 99.266 de 28.5.90	Regulamenta a Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao Fundo Rotativo Habitacional de Brasília - FRHB, situados no Distrito Federal e dá outras providências.
Dec. 99.209 de 16.4.90	Regulamenta a Lei nº 8.011, de 4 de abril de 1990, que dispõe sobre a venda de imóveis da União situados em Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências.
Dec. 99.191 de 20.3.90	Dispõe sobre a distribuição de imóveis funcionais.

Dec. 85.633 de 8.1.81	Dispõe sobre a ocupação, por servidores da Administração Federal, de imóveis residenciais localizados no Distrito Federal.

ESTRUTURA MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO	Assunto
Decreto 8818/2016	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas, substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior-DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE, altera o Decreto nº 8.365, de 24 de novembro de 2014, e dá outras providências.
Decreto 8.578/2015	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e dispõe sobre a criação da Comissão de Transição e Inventariança da Extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

REGIMENTO INTERNO	
Portaria 220/2014	Ficam aprovados os Regimentos Internos das unidades integrantes da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), na forma dos Anexos I a XIII a esta Portaria.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

- Regularização de Áreas da União na Amazônia Legal – Contribuições ao Plano Amazônia Sustentável (PAS) – julho 2008
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/090707_PUB_RegularizacaoPAS.pdf
- Programa de Destinação do Patrimônio da Extinta RFFSA para Apoio ao Desenvolvimento Local
http://www.planejamento.gov.br/link_secretaria.asp?cod=3672&cat=70&sec=9&sub=
- Manual de incorporação e destinação de imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081203_PUB_Manual_incorporacao.pdf
- Projeto Orla
 - ✓ Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002. 78p.
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_fundamentos.pdf

- ✓ Projeto Orla: guia de implementação. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_guia.pdf

- ✓ Projeto Orla: implementação em territórios com urbanização consolidada. Coordenação de Kazuo Nakano. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. 80 p.

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_implementacao.pdf

- ✓ Projeto orla: manual de gestão. Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: MMA, 2006.

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_manGestao.pdf

- ✓ Subsídios para um projeto de gestão. Brasília: MMA e MPO, 2004. (Projeto Orla).

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_subsidios.pdf

- Tudo o que você precisa saber sobre laudêmio, taxa de ocupação e foro. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União. Brasília: MP, 2002.

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_Cartilha_pagInternas.pdf

- Legislação imobiliária da União: anotações e comentários às leis básicas. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União. Brasília : MP, 2002.

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_LegImob_legislacao.pdf

- Manual de regularização fundiária em terras da União. Organização de Nelson Saule Júnior e Mariana Levy Piza Fontes. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. 120 p.

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/%20081021_PUB_Manual_regularizacao.pdf

- Sistema de Suporte a Decisão da SPU – Metadados

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/%20081021_PUB_Manual_SSD.pdf

Anexo II

Organograma conforme Decreto 8.818, de 21/07/2016

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO	SPU	Secretário	DAS	DAS 101.6
		Secretário-Adjunto	DAS	DAS 101.5
		Diretor de Programa	DAS	DAS 101.5
		Assessor	DAS	DAS 102.4
		Assessor	DAS	DAS 102.4
		Assessor	DAS	DAS 102.4
		Assessor	DAS	DAS 102.4
		Assistente	DAS	DAS 102.2
		Assistente	DAS	DAS 102.2
		Assistente	DAS	DAS 102.2
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica	CGGES	Coordenador-Geral	FCPE	FCPE 101.4
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
Divisão de Acompanhamento de Processos	DIVAP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão de Monitoramento e Controle	DIMOC	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	CGTEC	Coordenador-Geral	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão da Informação, Infraestrutura e Sistemas	COGIS	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
		Assistente	FCPE	FCPE 102.2
Divisão de Gestão da Informação e Sistemas	DIGIS	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Infraestrutura em Tecnologia da Informação	DITEC	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Gestão de Cadastro e Informação Geoespacial		Coordenador-Geral	DAS	DAS 101.4

Divisão		Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão		Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	CGOFI	Coordenador-Geral	FCPE	FCPE 101.4
Coordenação de Orçamento	COORC	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Execução Orçamentária	DIEOR	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Execução Financeira	DIEFI	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão		Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Serviço de Programação Orçamentária e Financeira	SEPOF	Chefe de Serviço	DAS	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Administração	CGADM	Coordenador-Geral	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Suporte Logístico	COSUL	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Gestão de Contratos	DIGEC	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão de Gestão de Pessoas	DIPES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Capacitação	DICAP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Serviço de Apoio Administrativo	SEADM	Chefe de Serviço	DAS	DAS 101.1
Serviço		Chefe de Serviço	DAS	DAS 101.1
Gabinete	GABIN	Chefe de Gabinete	DAS	DAS 101.4
		Assessor Técnico	DAS	DAS 102.3
		Assessor Técnico	DAS	DAS 102.3
Coordenação		Coordenador	DAS	DAS 101.3
		Assistente	DAS	DAS 102.2
		Assistente	DAS	DAS 102.2
		Assistente	DAS	DAS 102.2
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECEITAS PATRIMONIAIS	DEREP	Diretor	DAS	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Arrecadação	CGARC	Coordenador-Geral	DAS	DAS 101.4
Coordenação		Coordenador	DAS	DAS 101.3

		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Cobrança	CGCOB	Coordenador-Geral	FCPE	FCPE 101.4
Coordenação		Coordenador	DAS	DAS 101.3
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
DEPARTAMENTO DE CARACTERIZAÇÃO E INCORPORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	DECIP	Diretor	DAS	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Fiscalização e Controle de Utilização do Patrimônio		Coordenador-Geral	FCPE	FCPE 101.4
Coordenação		Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão		Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Avaliação e Contabilidade do Patrimônio		Coordenador-Geral	DAS	DAS 101.4
Divisão de Controle e Avaliação de Imóveis	DIFIA	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Incorporação do Patrimônio		Coordenador-Geral	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Regularização de Registro Cartorial	COREC	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Demarcação e Cadastramento Territorial	DIDEC	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Edificações, Projetos e Obras		Coordenador-Geral	DAS	DAS 101.4
Divisão		Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão		Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
DEPARTAMENTO DE DESTINAÇÃO PATRIMONIAL	DEDES	Diretor	DAS	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Gestão de Bens de Uso da Administração Pública	CGAPF	Coordenador-Geral	FCPE	FCPE 101.4
Divisão de Administração de Bens de Uso Especial	DIABE	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
		Assistente Técnico	FCPE	FCPE 102.1

		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Habitação e Regularização Fundiária	CGREF	Coordenador-Geral	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Apoio à Regularização Fundiária e Habitação	COREF	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Regularização Fundiária e Habitação	DIRFH	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão		Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão		Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão		Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Gestão Econômica de Ativos		Coordenador-Geral	DAS	DAS 101.4
Divisão		Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Infraestrutura		Coordenador-Geral	DAS	DAS 101.4
Divisão		Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
		Assistente Técnico	DAS	DAS 102.1
UNIDADES DESCENTRALIZADAS				
Superintendências do Patrimônio da União no Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins				
Superintendência do Patrimônio da União no Acre	SPU/AC	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Setor de Habitação e Regularização Fundiária	SEHRF	Chefe de Setor	FG	FG-2
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União em Alagoas	SPU/AL	Superintendente	DAS	DAS 101.4

Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Serviço de Regularização Fundiária	SEREF	Chefe de Serviço	FCPE	FCPE 101.1
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União no Amapá	SPU/AP	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Setor de Habitação e Regularização Fundiária	SEHRF	Chefe de Setor	FG	FG-2
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União no Ceará	SPU/CE	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Serviço de Regularização Fundiária	SEREF	Chefe de Serviço	FCPE	FCPE 101.1
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal	SPU/DF	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Serviço de Regularização Fundiária	SEREF	Chefe de Serviço	FCPE	FCPE 101.1
Seção de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal	SEAPF	Chefe de Seção	FG	FG-1
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2

Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União em Goiás	SPU/GO	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Setor de Habitação e Regularização Fundiária	SEHRF	Chefe de Setor	FG	FG-2
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul	SPU/MS	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Setor de Habitação e Regularização Fundiária	SEHRF	Chefe de Setor	FG	FG-2
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso	SPU/MT	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Setor de Habitação e Regularização Fundiária	SEHRF	Chefe de Setor	FG	FG-2
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba	SPU/PB	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	DAS	DAS 101.3

Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Serviço de Regularização Fundiária	SEREF	Chefe de Serviço	DAS	DAS 101.1
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União no Piauí	SPU/PI	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Setor de Habitação e Regularização Fundiária	SEHRF	Chefe de Setor	FG	FG-2
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Escritório de Unidade Descentralizada	EDESC	Chefe	DAS	DAS 101.3
Setor de Atendimento Avançado	SEAAV	Chefe de Setor	FG	FG-2
Superintendência do Patrimônio da União no Paraná	SPU/PR	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Serviço de Regularização Fundiária	SEREF	Chefe de Serviço	DAS	DAS 101.1
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte	SPU/RN	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2

Serviço de Regularização Fundiária	SEREF	Chefe de Serviço	DAS	DAS 101.1
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia	SPU/RO	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Setor de Habitação e Regularização Fundiária	SEHRF	Chefe de Setor	FG	FG-2
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União em Roraima	SPU/RR	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Setor de Habitação e Regularização Fundiária	SEHRF	Chefe de Setor	FG	FG-2
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Sul	SPU/RS	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Serviço de Regularização Fundiária	SEREF	Chefe de Serviço	FCPE	FCPE 101.1
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2

Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União em Sergipe	SPU/SE	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Serviço de Regularização Fundiária	SEREF	Chefe de Serviço	DAS	DAS 101.1
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União em Tocantins	SPU/TO	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos	COGES	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Destinação	DIDES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Sector de Habitação e Regularização Fundiária	SEHRF	Chefe de Setor	FG	FG-2
Divisão de Caracterização e Incorporação	DICIP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendências do Patrimônio da União no Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina				
Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo	SPU/ES	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Divisão de Gestão Estratégica e Recursos Internos	DIGES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Coordenação de Destinação	CODES	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Regularização Fundiária e Habitação	DIRFH	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Coordenação de Caracterização e Incorporação	COCAI	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Incorporação	DIINC	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio	DIUP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Controle de Receitas Patrimoniais	SEREP	Chefe de Seção	FG	FG-1

Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União no Maranhão	SPU/MA	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Divisão de Gestão Estratégica e Recursos Internos	DIGES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Coordenação de Destinação	CODES	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Regularização Fundiária e Habitação	DIRFH	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Coordenação de Caracterização e Incorporação	COCAI	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Incorporação	DIINC	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio	DIIUP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Controle de Receitas Patrimoniais	SEREP	Chefe de Seção	FG	FG-1
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais	SPU/MG	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Divisão de Gestão Estratégica e Recursos Internos	DIGES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Coordenação de Destinação	CODES	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Regularização Fundiária e Habitação	DIRFH	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Coordenação de Caracterização e Incorporação	COCAI	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Incorporação	DIINC	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio	DIIUP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Controle de Receitas Patrimoniais	SEREP	Chefe de Seção	FG	FG-1
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União em Pernambuco	SPU/PE	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Divisão de Gestão Estratégica e Recursos Internos	DIGES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Coordenação de Destinação	CODES	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Regularização Fundiária e Habitação	DIRFH	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2

Coordenação de Caracterização e Incorporação	COCAI	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Incorporação	DIINC	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio	DIIUP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Controle de Receitas Patrimoniais	SEREP	Chefe de Seção	FG	FG-1
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina	SPU/SC	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Divisão de Gestão Estratégica e Recursos Internos	DIGES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Coordenação de Destinação	CODES	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Regularização Fundiária e Habitação	DIRFH	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Coordenação de Caracterização e Incorporação	COCAI	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Incorporação	DIINC	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio	DIIUP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Controle de Receitas Patrimoniais	SEREP	Chefe de Seção	FG	FG-1
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendências do Patrimônio da União no Amazonas, Bahia, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo				
Superintendência do Patrimônio da União no Amazonas	SPU/AM	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Divisão de Gestão Estratégica e de Recursos Internos	DIGES	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Coordenação de Destinação	CODES	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Regularização Fundiária e Habitação	DIRFH	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Seção de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal	SEAPF	Chefe de Seção	FG	FG-1
Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local	DIADL	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Coordenação de Caracterização e Incorporação	COCAI	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Incorporação	DIINC	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2

Serviço de Identificação	SEDEN	Chefe de Serviço	DAS	DAS 101.1
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Seção de Controle de Receitas Patrimoniais	SEREP	Chefe de Seção	FG	FG-1
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União na Bahia	SPU/BA	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Divisão de Gestão Estratégica e de Recursos Internos	DIGES	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Coordenação de Destinação	CODES	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Regularização Fundiária e Habitação	DIRFH	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal	SEAPF	Chefe de Seção	FG	FG-1
Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local	DIADL	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Coordenação de Caracterização e Incorporação	COCAI	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Incorporação	DIINC	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Serviço de Identificação	SEDEN	Chefe de Serviço	DAS	DAS 101.1
Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Controle de Receitas Patrimoniais	SEREP	Chefe de Seção	FG	FG-1
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União no Pará	SPU/PA	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Divisão de Gestão Estratégica e Recursos Internos	DIGES	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Coordenação de Destinação	CODES	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Regularização Fundiária e Habitação	DIRFH	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Seção de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal	SEAPF	Chefe de Seção	FG	FG-1
Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local	DIADL	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Coordenação de Caracterização e Incorporação	COCAI	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Divisão de Incorporação	DIINC	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Serviço de Identificação	SEDEN	Chefe de Serviço	DAS	DAS 101.1

Divisão de Receitas Patrimoniais	DIREP	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Seção de Controle de Receitas Patrimoniais	SEREP	Chefe de Seção	FG	FG-1
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro	SPU/RJ	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Divisão de Gestão Estratégica e de Recursos Internos	DIGES	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Coordenação de Destinação	CODES	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Regularização Fundiária e Habitação	DIRFH	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão de Administração de Uso de Bens da Administração Pública Federal	DIAPF	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local	DIADL	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Coordenação de Caracterização e Incorporação	COCAI	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Incorporação	DIINC	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Serviço de Controle de Utilização do Patrimônio	SECUP	Chefe de Serviço	DAS	DAS 101.1
Coordenação de Receitas Patrimoniais	COREP	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Seção de Controle de Receitas Patrimoniais	SEREP	Chefe de Seção	FG	FG-1
Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo	SPU/SP	Superintendente	DAS	DAS 101.4
Divisão de Gestão Estratégica e Recursos Internos	DIGES	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Coordenação de Destinação	CODES	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Regularização Fundiária e Habitação	DIRFH	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão de Administração de Uso de Bens da Administração Pública Federal	DIAPF	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local	DIADL	Chefe de Divisão	DAS	DAS 101.2
Coordenação de Caracterização e Incorporação	COCAI	Coordenador	FCPE	FCPE 101.3
Divisão de Incorporação	DIINC	Chefe de Divisão	FCPE	FCPE 101.2
Serviço de Identificação	SEDEN	Chefe de Serviço	FCPE	FCPE 101.1
Coordenação de Receitas Patrimoniais	COREP	Coordenador	DAS	DAS 101.3
Seção de Controle de Receitas Patrimoniais	SEREP	Chefe de Seção	FG	FG-1

Seção de Atendimento ao Público	SEAPU	Chefe de Seção	FG	FG-1
Escritório de Unidade Descentralizada	EDESC	Chefe	DAS	DAS 101.3
Setor de Atendimento Avançado	SEAAV	Chefe de Setor	FG	FG-2

ANEXO III

Declaração de integridade das informações sobre o PPA no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, e todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 29 de Março de 2017.

Reinaldo Magalhães Redorat

CPF: 295.669.598-34

Secretário-Adjunto

Secretaria do Patrimônio da União

Anexo IV - Demonstração da situação dos imóveis da União

Item A: número de processos em trâmite na unidade (totalizando os de incorporação e os de destinação)

O MP/SPU não dispõe de sistema que permita a extratificação dos processos em tramitação (por tipo e período), contudo a implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, já permite um levantamento quantitativo de processos de destinação e incorporação, informação que deve ser analisada com cautela uma vez que as indexações do tipo de processo no sistema são realizadas livremente pelos usuários. Registre-se que a produção de melhores relatórios gerenciais demandaria o aperfeiçoamento do SEI.

A pesquisa realizada no SEI para estimar estes quantitativos de processos resultou no. Seguinte

Processos Destinação indexados no SEI	107.247
Processo Destinação indexados no SEI iniciados em 2016	27.340
Processo Incorporação indexados no SEI	5.931
Porcessos Incorporação indexados no SEI iniciados em 2016	2.186

Fonte: SEI em 29/03/2017

Item B: quantidade de imóveis, por tipo (totalizar por edificação e por terreno)

SIAPA				
UF	TIPO	Com Benfeitoria	Sem Benfeitoria	Total Resultado
AC	GLEBA RURAL	2864	11	2875
	GLEBA URBANA	4	6	10
	GLEBA URBANIZ	2		2
	LOTE	175	64	239
	NAO INFORMADO	5	2	7
AL	GLEBA RURAL	201	264	465
	GLEBA URBANA	1370	304	1674
	GLEBA URBANIZ	9	41	50
	LOTE	2096	5222	7318
	LOTE INDUSTRIAL		1	1
	NAO INFORMADO	3712	3587	7299
AM	GLEBA RURAL	4651	1759	6410
	GLEBA URBANA		2	2
	GLEBA URBANIZ		2	2
	LOTE	6	57	63

	LOTE INDUSTRIAL		13	13
	NAO INFORMADO	70	50	120
AP	GLEBA RURAL	533	230	763
	GLEBA URBANA	1	2	3
	LOTE	2	2	4
	LOTE INDUSTRIAL	1		1
	NAO INFORMADO	5	60	65
BA	GLEBA RURAL	39	142	181
	GLEBA URBANA	977	722	1699
	GLEBA URBANIZ	5	10	15
	LOTE	7440	2085	9525
	LOTE INDUSTRIAL	5		5
	NAO INFORMADO	10155	10021	20176
CE	GLEBA RURAL	3	19	22
	GLEBA URBANA	741	240	981
	GLEBA URBANIZ	8	38	46
	LOTE	6364	1050	7414
	LOTE INDUSTRIAL	4	10	14
	NAO INFORMADO	4975	2033	7008
DF	GLEBA RURAL	460	165	625
	GLEBA URBANA	1	2	3
	GLEBA URBANIZ	4		4
	LOTE	2		2
	LOTE INDUSTRIAL	1		1
	NAO INFORMADO	622	9	631
ES	GLEBA RURAL		4	4
	GLEBA URBANA	798	55	853
	GLEBA URBANIZ	11	9	20
	LOTE	38130	2332	40462
	LOTE INDUSTRIAL	13	3	16
	NAO INFORMADO	6159	3127	9286
GO	GLEBA RURAL	7	446	453
	GLEBA URBANA	1	35	36
	GLEBA URBANIZ		2	2
	LOTE	90	300	390

	LOTE INDUSTRIAL		1	1
	NAO INFORMADO	25	101	126
MA	GLEBA RURAL	1751	30	1781
	GLEBA URBANA	2211	176	2387
	GLEBA URBANIZ	5	353	358
	LOTE	7347	1577	8924
	LOTE INDUSTRIAL	2	14	16
	NAO INFORMADO	9065	8066	17131
MG	GLEBA RURAL		2	2
	GLEBA URBANIZ		2	2
	LOTE	337	59	396
	LOTE INDUSTRIAL	4		4
	NAO INFORMADO	60	2	62
MS	GLEBA RURAL	11	120	131
	GLEBA URBANA	2	7	9
	GLEBA URBANIZ		2	2
	LOTE	13	15	28
	NAO INFORMADO	183	167	350
MT	GLEBA RURAL	635	63	698
	GLEBA URBANA	31	2	33
	GLEBA URBANIZ	8	2	10
	LOTE	883	164	1047
	LOTE INDUSTRIAL	3		3
	NAO INFORMADO	1977	136	2113
PA	GLEBA RURAL	13510	685	14195
	GLEBA URBANA	81	18	99
	GLEBA URBANIZ	15		15
	LOTE	3541	347	3888
	LOTE INDUSTRIAL	17	3	20
	NAO INFORMADO	7968	2545	10513
PB	GLEBA RURAL		17	17
	GLEBA URBANA	4	71	75
	GLEBA URBANIZ	3	26	29
	LOTE	4619	1178	5797
	NAO INFORMADO	3327	3279	6606
PE	GLEBA RURAL	2	47	49

	GLEBA URBANA	255	54	309
	GLEBA URBANIZ		16	16
	LOTE	26450	4166	30616
	LOTE INDUSTRIAL	1		1
	NAO INFORMADO	26208	37154	63362
PI	GLEBA RURAL	18	92	110
	GLEBA URBANA	440	64	504
	GLEBA URBANIZ	2	9	11
	LOTE	1603	893	2496
	LOTE INDUSTRIAL	4	2	6
	NAO INFORMADO	2856	1637	4493
PR	GLEBA RURAL	17	8	25
	GLEBA URBANA	14	10	24
	GLEBA URBANIZ	409	7	416
	LOTE	1895	397	2292
	LOTE INDUSTRIAL	10	6	16
	NAO INFORMADO	7024	1262	8286
RJ	GLEBA RURAL	20	150	170
	GLEBA URBANA	7153	4661	11814
	GLEBA URBANIZ	43	24	67
	LOTE	30904	13553	44457
	LOTE INDUSTRIAL	21	44	65
	NAO INFORMADO	16271	30022	46293
RN	GLEBA RURAL	17	45	62
	GLEBA URBANA	783	201	984
	GLEBA URBANIZ	31	8	39
	LOTE	1951	612	2563
	LOTE INDUSTRIAL	2	1	3
	NAO INFORMADO	2930	2166	5096
RO	GLEBA RURAL	23		23
	GLEBA URBANA		1	1
	GLEBA URBANIZ	15		15
	LOTE	211	4	215
	LOTE INDUSTRIAL	10		10
	NAO INFORMADO	128		128
RR	GLEBA RURAL	104	25	129

	GLEBA URBANA		2	2
	LOTE	49	83	132
RS	GLEBA RURAL	1	8	9
	GLEBA URBANA	1276	261	1537
	GLEBA URBANIZ		8	8
	LOTE	818	511	1329
	LOTE INDUSTRIAL	2	1	3
	NAO INFORMADO	3907	4867	8774
SC	GLEBA RURAL	3	10	13
	GLEBA URBANA	1132	107	1239
	GLEBA URBANIZ	6	27	33
	LOTE	25565	2980	28545
	LOTE INDUSTRIAL	1	6	7
	NAO INFORMADO	4119	7981	12100
SE	GLEBA RURAL	1	92	93
	GLEBA URBANA	1041	431	1472
	GLEBA URBANIZ	189	316	505
	LOTE	9290	2866	12156
	LOTE INDUSTRIAL	3	2	5
	NAO INFORMADO	4116	11083	15199
SP	GLEBA RURAL	2	27	29
	GLEBA URBANA	1977	173	2150
	GLEBA URBANIZ	23	281	304
	LOTE	45710	7576	53286
	LOTE INDUSTRIAL	52	14	66
	NAO INFORMADO	22200	15778	37978
TO	GLEBA RURAL		49	49
	GLEBA URBANA		66	66
	GLEBA URBANIZ		1	1
	LOTE	1	275	276
	NAO INFORMADO	268	95	363
Total Resultado		399937	207086	607023

SPIUnet						
UF	TIPO	Em Processo de Incorporação		Incorporado		Total Resultado
		Com Benfeitoria	Sem Benfeitoria	Com Benfeitoria	Sem Benfeitoria	
AC	Aeródromo			2		2
	Aeroporto			3	1	4
	Alfândega			1		1
	Casa			17		17
	Delegacia			2		2
	Edifício / Prédio	1		49		50
	Escola			1		1
	Estação				1	1
	Faculdade	1				1
	Fazenda				6	6
	Gleba				4	4
	Hotel			3		3
	Laboratório			2	1	3
	Outros			4	1	5
	Quartel			6		6
	Reserva	1			30	31
	Residência	1		8		9
	Terreno			7	27	34
	Universidade			1		1
AL	Aeroporto			1		1
	Autarquia / Fundação			1		1
	Casa	1		16		17
	Complexo			1		1
	Edifício / Prédio			61	2	63
	Escola			1	1	2
	Estacionamento			4		4
	Faculdade			1		1
	Farol (farolete)			7		7
	Fazenda			1	2	3
	Galpão			7		7
	Gleba			1	2	3

	Museu			1		1
	Outros			4	10	14
	Quartel			6		6
	Represa				7	7
	Reserva				16	16
	Residência			6		6
	Sala			1		1
	Terreno		2	11	38	51
	Universidade			1		1
AM	Aeródromo			3		3
	Aeroporto	11		23	1	35
	Apartamento			1		1
	Armazém			3	1	4
	Autarquia / Fundação			2		2
	Casa	6		35	1	42
	Complexo			11		11
	Conjunto			2		2
	Edifício / Prédio	1	2	58	6	67
	Escola			3		3
	Estação			5		5
	Estacionamento				1	1
	Farol (farolete)			2		2
	Galpão			1		1
	Gleba			1	5	6
	Hospital			3		3
	Hotel			2	1	3
	Ilha (ilhota)				2	2
	Laboratório			4		4
	Outros	2		9		11
	Parque		4		4	8
	Porto			4		4
	Quartel			23	3	26
	Reserva		6	7	175	188
	Residência	3		31	1	35
	Sala			12		12
	Terreno	2	6	16	51	75
	Universidade			2		2
AP	Aeroporto				3	3
	Alfândega			1		1
	Casa			44		44
	Delegacia			1		1
	Edifício / Prédio	1		25		26
	Estação			1		1

	Farol (farolete)			10		10
	Forte			1		1
	Quartel			3		3
	Reserva			1	5	6
	Residência			18		18
	Terreno	1	1	4	29	35
BA	Açude		1		16	17
	Aeródromo			1	5	6
	Aeroporto			6	10	16
	Apartamento			1		1
	Armazém			14		14
	Autarquia / Fundação			3		3
	Base			3		3
	Casa	20		87	2	109
	Clube			1		1
	Complexo			4	1	5
	Conjunto			2		2
	Convento			1		1
	Delegacia			3		3
	Edifício / Prédio	6		112	1	119
	Escola			5		5
	Estação		1			1
	Estacionamento		1		2	3
	Estaleiro				1	1
	Faculdade			1		1
	Farol (farolete)			25		25
	Fazenda	1		14	10	25
	Forte	1		8		9
	Galpão			3	1	4
	Gleba			5	1	6
	Hospital	1		2		3
	Hotel			5		5
	Ilha (ilhota)			1	1	2
	Laboratório			2		2
	Outros	1		2	1	4
	Parque	1		8		9
	Porto			2	13	15
	Quartel	9		14	1	24
	Represa				80	80
	Reserva			3	20	23
	Residência	1		22		23
	Sala			3		3
	Terreno	4	6	29	60	99

	Universidade			1		1
	Usina			4	1	5
CE	Açude				3	3
	Aeródromo				1	1
	Aeroporto			3	5	8
	Apartamento			5		5
	Armazém			1		1
	Autarquia / Fundação			1		1
	Base	1				1
	Casa	2		44		46
	Cemitério			2		2
	Clube			3		3
	Edifício / Prédio			98	1	99
	Escola	1		5		6
	Estação	1		1	3	5
	Estacionamento			1		1
	Estádio			1		1
	Farol (farolete)			9		9
	Fazenda			25	6	31
	Galpão			1		1
	Gleba			2		2
	Hospital			3		3
	Ilha (ilhota)				1	1
	Loja			1		1
	Observatório			1		1
	Outros		9	8	1	18
	Quartel			9		9
	Reserva				4	4
	Residência			15		15
	Sala	5		2		7
	Terreno		2	4	61	67
	Usina			1		1
	Via Férrea		1		1	2
DF	Aeroporto			2		2
	Alfândega			2		2
	Apartamento			7278	1	7279
	Armazém			3	1	4
	Autarquia / Fundação				1	1
	Biblioteca			1		1
	Casa			245		245
	Clube	1		10		11
	Complexo			3		3
	Delegacia			2	1	3

	Edifício / Prédio	2		253	2	257
	Embaixada				2	2
	Escola			3		3
	Estacionamento			1		1
	Fazenda			1	2	3
	Galpão			28		28
	Gleba			2	3	5
	Hospital			2		2
	Loja			26		26
	Observatório			1		1
	Outros	1		3		4
	Palácio			4		4
	Quartel			13		13
	Residência			475		475
	Sala			61		61
	Terreno		2	29	362	393
	Universidade				1	1
	Usina			1		1
ES	Aeroporto			1		1
	Alfândega			1		1
	Apartamento	2				2
	Armazém			6		6
	Autarquia / Fundação			1		1
	Base			1		1
	Casa	1		27		28
	Clube			1		1
	Complexo	1				1
	Conjunto	1		3		4
	Delegacia			8		8
	Edifício / Prédio			33		33
	Escola	1		8		9
	Estação			1		1
	Faculdade			1		1
	Farol (farolete)			12		12
	Fazenda			2		2
	Forte			1		1
	Galpão			1		1
	Gleba			1	7	8
	Hospital			3		3
	Hotel	1				1
	Ilha (ilhota)	1		1		2
	Laboratório			2		2
	Loja			2		2

	Museu			1		1
	Outros			62		62
	Porto	1				1
	Quartel			4	7	11
	Reserva	2		3	7	12
	Residência	1		6		7
	Sala			116		116
	Terreno	2	3	10	25	40
	Universidade			2		2
	Usina			1		1
EX	Apartamento			1		1
	Consulado			10	1	11
	Edifício / Prédio			5	1	6
	Embaixada			46		46
	Estacionamento			1		1
	Galpão			1		1
	Quartel			3		3
	Residência			29		29
	Terreno			1	8	9
GO	Açude				47	47
	Aeroporto			3		3
	Apartamento			2		2
	Armazém			2		2
	Base			1		1
	Casa			46	3	49
	Clube			5		5
	Complexo			1		1
	Conjunto			1		1
	Delegacia	1		15		16
	Edifício / Prédio	1		93		94
	Escola			5		5
	Estação			10		10
	Estacionamento			2		2
	Fazenda		4	4	27	35
	Galpão			4		4
	Gleba		5		6	11
	Hospital			2		2
	Museu			2		2
	Outros			2	2	4
	Parque		1		1	2
	Porto			1		1
	Quartel			7	2	9
	Represa		8	1	52	61
	Reserva				6	6

	Residência			36	1	37
	Sala			1		1
	Terreno	6	14	30	199	249
	Universidade			1		1
MA	Açude				2	2
	Armazém				1	1
	Autarquia / Fundação			1		1
	Base			2	4	6
	Casa	1		9		10
	Conjunto			1		1
	Delegacia			3		3
	Edifício / Prédio			41		41
	Escola			1		1
	Estação		1			1
	Farol (farolete)			18		18
	Fazenda				8	8
	Galpão			1		1
	Gleba			1	1	2
	Ilha (ilhota)				1	1
	Outros			2	7	9
	Porto				3	3
	Quartel			4		4
	Represa				2	2
	Reserva				24	24
	Residência			49		49
	Teatro				1	1
	Terreno	1	19	7	38	65
MG	Aeródromo			1	6	7
	Aeroporto			5	9	14
	Apartamento			6		6
	Armazém			13	1	14
	Autarquia / Fundação			2		2
	Biblioteca			1		1
	Casa	3		189		192
	Clube			1	1	2
	Complexo			14	8	22
	Conjunto	1		5		6
	Delegacia			2		2
	Edifício / Prédio	2		146		148
	Escola			21		21
	Estação			20	2	22
	Fazenda			31	61	92
	Galpão			18		18

	Gleba			12	16	28
	Hospital			9		9
	Hotel			1		1
	Laboratório			2		2
	Loja			6		6
	Museu			7		7
	Observatório			1		1
	Outros			13	81	94
	Parque			2		2
	Pátio Ferroviário			5		5
	Quartel			28	4	32
	Reserva			6	9	15
	Residência			39	2	41
	Sala			4		4
	Terreno	1	17	50	226	294
	Via Férrea				5	5
MS	Aeroporto			7	2	9
	Alfândega			2		2
	Apartamento			5		5
	Armazém			2		2
	Autarquia / Fundação			1		1
	Base	3		3	1	7
	Biblioteca			1		1
	Casa	5	6	148	1	160
	Cemitério				1	1
	Clube			2		2
	Complexo			2		2
	Conjunto	1		4		5
	Delegacia	1		7		8
	Edifício / Prédio	1		60		61
	Escola		2	5	1	8
	Estação		1	2		3
	Estádio				2	2
	Farol (farolete)			31		31
	Fazenda		2	3	15	20
	Galpão			10		10
	Gleba		14	13	32	59
	Hospital			1		1
	Hotel			4		4
	Ilha (ilhota)		3		3	6
	Loja			1		1
	Observatório			8		8
	Outros			2	1	3

	Presídio			1		1
	Quartel			30		30
	Represa				17	17
	Reserva		1		32	33
	Residência			53		53
	Sala			5		5
	Teatro				4	4
	Terreno	1	14	52	435	502
MT	Aeroporto			2	3	5
	Armazém			2		2
	Autarquia / Fundação			1		1
	Base			1		1
	Casa	1		45		46
	Complexo			1		1
	Delegacia			2		2
	Edifício / Prédio	1		37	2	40
	Escola			12	1	13
	Estação			2	4	6
	Fazenda		1	1	3	5
	Galpão			3		3
	Gleba		1	1	3	5
	Hospital			2		2
	Outros			15	8	23
	Parque				2	2
	Pontes				1	1
	Porto			1		1
	Quartel			18	1	19
	Represa				1	1
	Reserva	1			67	68
	Residência	1		29		30
	Sala			1		1
	Terreno		6	14	91	111
	Universidade			1		1
PA	Aeroporto			5	10	15
	Armazém			2		2
	Base			4	3	7
	Casa			61	3	64
	Complexo			11		11
	Conjunto			10		10
	Edifício / Prédio	3		115	1	119
	Escola			3	1	4
	Estação			12		12
	Estacionamento			1		1

	Farol (farolete)			31		31
	Fazenda			1		1
	Forte			2	1	3
	Galpão			4		4
	Gleba			2	7	9
	Hospital			1		1
	Hotel			1		1
	Ilha (ilhota)			1	12	13
	Loja			1		1
	Observatório			1		1
	Outros			5	2	7
	Parque				2	2
	Porto			2		2
	Quartel			18	1	19
	Reserva		3	3	60	66
	Residência			41	4	45
	Sala			10		10
	Terreno	3	11	28	104	146
	Universidade			1	2	3
PB	Aeroporto				8	8
	Apartamento			1		1
	Armazém			1		1
	Base			2		2
	Casa	1	3	46		50
	Complexo	1				1
	Edifício / Prédio	2		59		61
	Escola			8	2	10
	Estação	12			3	15
	Farol (farolete)			3		3
	Fazenda			3	2	5
	Forte			1		1
	Galpão			4		4
	Gleba		4		1	5
	Hospital			14		14
	Oficinas	1				1
	Outros	1		5	2	8
	Pátio Ferroviário	1	3			4
	Porto				1	1
	Presídio			1		1
	Quartel			5		5
	Reserva			2	5	7
	Residência			9		9
	Sala			1		1
	Terreno	4	9	11	70	94

	Universidade	1		2		3
	Via Férrea		1			1
PE	Aeroporto			3	9	12
	Apartamento			2		2
	Armazém			2		2
	Autarquia / Fundação			2		2
	Base			3		3
	Casa			30	2	32
	Cemitério			1		1
	Clube			1	1	2
	Complexo			1	1	2
	Conjunto			1		1
	Delegacia			1	1	2
	Edifício / Prédio	9		94	7	110
	Escola			8	2	10
	Estação	2		1	1	4
	Estacionamento	1		2	1	4
	Farol (farolete)			10		10
	Fazenda			6	416	422
	Forte			2	2	4
	Galpão			3		3
	Gleba			2	59	61
	Hospital			18	20	38
	Hotel			1		1
	Ilha (ilhota)			4	2	6
	Laboratório			1		1
	Loja			1		1
	Museu			2		2
	Observatório			2		2
	Oficinas	2				2
	Outros	1		47	3	51
	Parque			2	2	4
	Pátio Ferroviário	84				84
	Quartel			31	6	37
	Represa			3		3
	Reserva		1	1	14	16
	Residência	2		56	2	60
	Sala			31		31
	Terreno			21	65	86
	Universidade			1		1
PI	Açude				6	6
	Aeródromo				1	1
	Aeroporto			2	4	6

	Armazém			1		1
	Autarquia / Fundação	1				1
	Biblioteca			1		1
	Casa	14		55		69
	Clube			1	1	2
	Complexo			1		1
	Edifício / Prédio	4		34		38
	Escola			2		2
	Estação	1				1
	Estacionamento			1		1
	Farol (farolete)			2		2
	Fazenda			1	3	4
	Galpão			2		2
	Gleba			1	5	6
	Loja			1		1
	Observatório			2		2
	Outros	1		2		3
	Quartel			4		4
	Reserva				1	1
	Residência			3		3
	Terreno		10	10	42	62
PR	Açude				1	1
	Aeroporto			3	7	10
	Alfândega			2		2
	Apartamento			25		25
	Armazém			41		41
	Autarquia / Fundação			3		3
	Casa	6		65		71
	Clube			1		1
	Conjunto			24		24
	Edifício / Prédio	3	2	181	7	193
	Escola			2	1	3
	Estação			7		7
	Estádio			1		1
	Farol (farolete)			9		9
	Fazenda			4	3	7
	Forte				1	1
	Galpão			11		11
	Gleba				6	6
	Hospital			2		2
	Hotel			2		2
	Ilha (ilhota)			1	16	17
	Laboratório			1		1

	Loja			2		2
	Outros			3	56	59
	Parque			2	4	6
	Pátio Ferroviário	1				1
	Presídio			1	1	2
	Quartel			51	21	72
	Represa			1	99	100
	Reserva				14	14
	Residência	28		41	1	70
	Sala			2		2
	Teatro				1	1
	Terreno	1	55	40	523	619
	Universidade			5		5
RJ	Aeródromo				2	2
	Aeroporto			2	4	6
	Apartamento	1		114	7	122
	Armazém			5	3	8
	Autarquia / Fundação			3		3
	Base			6		6
	Biblioteca			3	1	4
	Casa	5		560	14	579
	Cemitério			5		5
	Clube			1	1	2
	Complexo			4		4
	Conjunto	1		10	4	15
	Delegacia	2		4		6
	Edifício / Prédio	8		184	29	221
	Escola			17	17	34
	Estação			2	2	4
	Estacionamento			2	5	7
	Fábrica				2	2
	Faculdade			1		1
	Farol (farolete)	1		42		43
	Fazenda		1	3	9	13
	Forte			4	6	10
	Galpão			26	5	31
	Gleba		3	1	17	21
	Hospital			20	4	24
	Hotel			4	1	5
	Ilha (ilhota)		1	12	43	56
	Laboratório			2		2
	Loja			8	2	10
	Museu	1		11	4	16

	Observatório			2		2
	Outros			31	33	64
	Palácio			1		1
	Parque	1		1		2
	Porto			2	4	6
	Quartel			56	40	96
	Represa				2	2
	Reserva			1	7	8
	Residência			39		39
	Sala			152		152
	Teatro			2	1	3
	Terreno		774	44	872	1690
	Universidade		1	2		3
RN	Açude			1	1	2
	Aeroporto			1	4	5
	Apartamento			1		1
	Autarquia / Fundação			4		4
	Base			1	1	2
	Casa	1		15		16
	Clube			1		1
	Complexo				1	1
	Delegacia			1		1
	Edifício / Prédio	2		86		88
	Escola	2	2	8		12
	Estação			3		3
	Estacionamento			2		2
	Farol (farolete)			14		14
	Fazenda			10		10
	Forte			1		1
	Galpão			4	2	6
	Gleba			1	2	3
	Hospital	1		4		5
	Ilha (ilhota)			1		1
	Museu			1		1
	Outros	6	4	10	10	30
	Parque				3	3
	Porto			1	1	2
	Presídio			1		1
	Quartel			24	8	32
	Reserva			1	1	2
	Residência	1		32		33
	Sala			3		3
	Terreno	2	16	15	98	131

	Universidade			3		3
	Usina			1		1
RO	Aeródromo				1	1
	Aeroporto	1		2	2	5
	Alfândega			1		1
	Armazém			3		3
	Autarquia / Fundação			1		1
	Base	1		2		3
	Casa	1		57	2	60
	Complexo			1		1
	Delegacia			6		6
	Edifício / Prédio	3		68	2	73
	Escola			3		3
	Estação	1			2	3
	Estádio			1		1
	Fazenda				4	4
	Galpão			2		2
	Gleba		1		26	27
	Hospital	1				1
	Outros	1	1	3	3	8
	Parque			1	2	3
	Porto			1	1	2
	Quartel			5	1	6
	Reserva			2	32	34
	Residência			43		43
	Terreno	9	12	36	93	150
RR	Aeródromo			1		1
	Alfândega				1	1
	Autarquia / Fundação			3		3
	Casa	2		32	2	36
	Conjunto			3		3
	Edifício / Prédio	2		18	2	22
	Estação			1	2	3
	Galpão			1		1
	Gleba			3	1	4
	Hospital			1		1
	Hotel			1		1
	Ilha (ilhota)				1	1
	Outros			1		1
	Parque			1	2	3
	Porto			1	1	2
	Quartel			4		4
	Reserva				46	46

	Residência			13	3	16
	Terreno		1	7	21	29
RS	Aeródromo			1	1	2
	Aeroporto			7	15	22
	Alfândega	1		4		5
	Apartamento			14		14
	Armazém			3		3
	Autarquia / Fundação			1		1
	Base			6	7	13
	Casa	1		48	2	51
	Cemitério			1		1
	Clube				4	4
	Complexo			2		2
	Conjunto			23		23
	Delegacia			11		11
	Edifício / Prédio	6	2	117	1	126
	Escola			8	1	9
	Estação			12	3	15
	Estacionamento			27	1	28
	Estádio				2	2
	Fábrica			1		1
	Farol (farolete)			20		20
	Fazenda			3		3
	Forte	1				1
	Galpão			5		5
	Gleba	5	10	14	131	160
	Hospital		1	7	8	16
	Ilha (ilhota)	1		1	3	5
	Laboratório	1		1		2
	Loja			7		7
	Museu			6	2	8
	Observatório			1		1
	Outros	2		53	3	58
	Porto	1		2	1	4
	Quartel	1		34	78	113
	Represa			2	8	10
	Reserva	3	1	1	25	30
	Residência	1		131	125	257
	Sala			42		42
	Teatro				1	1
	Terreno	9	40	66	458	573
	Universidade			2		2
	Usina			1		1

SC	Aeroporto		1	1	12	14
	Alfândega			1		1
	Apartamento			25		25
	Armazém			1		1
	Casa			51	2	53
	Cemitério			1		1
	Clube			1		1
	Complexo			1		1
	Conjunto			3		3
	Delegacia			4		4
	Edifício / Prédio	3	1	119	5	128
	Embaixada			1		1
	Escola		1	6	2	9
	Estação		13	23	16	52
	Estacionamento				5	5
	Estádio				1	1
	Farol (farolete)	1		27		28
	Fazenda			1	1	2
	Forte			5	1	6
	Galpão			3		3
	Gleba	5	1	11	8	25
	Hospital			3		3
	Hotel			2		2
	Ilha (ilhota)			1	5	6
	Laboratório			1		1
	Museu			1	1	2
	Observatório			1	1	2
	Outros		2	3	49	54
	Parque		1	1	17	19
	Passarelas e Viadutos				5	5
	Pátio Ferroviário		1			1
	Porto			2	8	10
	Quartel			18	3	21
	Represa			2	6	8
	Reserva	1		1	12	14
	Residência			16		16
	Sala	1		13		14
	Terreno	5	9	37	194	245
	Universidade			1		1
	Via Férrea		1			1
SE	Aeroporto			1		1
	Casa	7	1	34		42
	Delegacia	1		1		2

	Edifício / Prédio	3		43		46
	Escola			2		2
	Estação			2		2
	Estacionamento			3		3
	Farol (farolete)			2		2
	Fazenda			6		6
	Galpão	1		2		3
	Gleba			2	1	3
	Ilha (ilhota)				1	1
	Outros	4		2	1	7
	Quartel			3		3
	Reserva			1	1	2
	Residência			1		1
	Sala			2		2
	Terreno	1	2	8	19	30
	Usina			1		1
SP	Açude				2	2
	Aeródromo				14	14
	Aeroporto		4	5	2142	2151
	Alfândega				10	10
	Apartamento	31		124		155
	Armazém		1	36	4	41
	Autarquia / Fundação			1		1
	Base			22		22
	Casa	27		215	4	246
	Clube			5	1	6
	Complexo	4		17		21
	Conjunto			27	1	28
	Delegacia		1	9		10
	Edifício / Prédio	41	5	223	4	273
	Escola			9		9
	Estacionamento	1		97		98
	Estaleiro			3		3
	Fábrica			4		4
	Farol (farolete)			28		28
	Fazenda			10	26	36
	Forte		2		2	4
	Galpão			28	1	29
	Gleba			7	22	29
	Hospital			6		6
	Hotel			1		1
	Ilha (ilhota)			3	11	14
	Laboratório			2		2

	Loja		2	2		4
	Museu			3		3
	Outros		44	35	195	274
	Palácio		1			1
	Parque				1	1
	Pátio Ferroviário		5		2	7
	Porto		4		2	6
	Quartel			77	8	85
	Represa				140	140
	Reserva		1		19	20
	Residência	17	1	67	9	94
	Sala			25		25
	Subestações de Transm. e Distrib. Energ. Elétrica			1		1
	Teatro		2		3	5
	Terreno	5	756	37	927	1725
	Universidade			1	1	2
TO	Aeroporto			1	2	3
	Biblioteca			1		1
	Casa			14		14
	Clube				1	1
	Edifício / Prédio			23	1	24
	Escola			1		1
	Estação				1	1
	Fazenda			2	2	4
	Gleba			1		1
	Hospital			2		2
	Observatório			3		3
	Outros			1	1	2
	Parque				11	11
	Quartel			1		1
	Reserva				16	16
	Residência			17	1	18
	Teatro				1	1
	Terreno		1	12	202	215
Total Resultado		578	2004	17832	11108	31522

C - quantidade de imóveis, por situação cadastral (totalizar por imóvel alienado, locado, arrestado, baixado, disponível etc.) e

H - quantidade de imóveis por ocupação (totalizar imóveis ocupados regularmente, imóveis ocupados irregularmente e desocupados);

SIAPA			
UF	Ativo	Inativo	Total Resultado
AC	3133	237	3370
AL	16807	1598	18405
AM	6610	311	6921
AP	836	2515	3351
BA	31601	42648	74249
CE	15485	7759	23244
DF	1266	258	1524
ES	50641	8596	59237
GO	1008	215	1223
MA	30597	47462	78059
MG	466	854	1320
MS	520	58	578
MT	3904	440	4344
PA	28730	14445	43175
PB	12524	2251	14775
PE	94353	15542	109895
PI	7620	1763	9383
PR	11059	2527	13586
RJ	102866	12093	114959
RN	8747	5151	13898
RO	392	41	433
RR	263	13	276
RS	11660	875	12535
SC	41937	6408	48345
SE	29430	3531	32961
SP	93813	6932	100745
TO	755	707	1462
Total Resultado	607023	185230	792253

SIAPA – Ativo com Utilização		
UF	Regime Utilização	Quantidade
AC	CDRU	11
AC	OCUPACAO	150
AC	TAU	2671
AL	AFORAMENTO	3372
AL	CDRU	451
AL	CUEM	5
AL	OCUPACAO	12755
AL	TAU	1
AM	AFORAMENTO	7
AM	CDRU	2
AM	OCUPACAO	148
AM	TAU	4034
AP	AFORAMENTO	35
AP	CDRU	3
AP	OCUPACAO	16
AP	TAU	639
BA	AFORAMENTO	12721
BA	CDRU	137
BA	OCUPACAO	18858
CE	AFORAMENTO	7279
CE	CUEM	21
CE	OCUPACAO	7625
DF	CDRU	3
DF	OCUPACAO	1162
ES	AFORAMENTO	26905
ES	OCUPACAO	23979
GO	AFORAMENTO	73
GO	CDRU	51
GO	OCUPACAO	683
MA	AFORAMENTO	20764
MA	CDRU	33
MA	CUEM	350
MA	OCUPACAO	7286
MA	TAU	1726
MG	AFORAMENTO	24

MG	CDRU	114
MG	CUEM	2
MG	OCUPACAO	254
MG	TAU	1
MS	OCUPACAO	389
MS	TAU	89
MT	AFORAMENTO	32
MT	CDRU	262
MT	OCUPACAO	3557
MT	TAU	25
PA	AFORAMENTO	1246
PA	CDRU	3
PA	CUEM	499
PA	OCUPACAO	9459
PA	TAU	10996
PB	AFORAMENTO	3220
PB	CDRU	11
PB	OCUPACAO	9538
PE	AFORAMENTO	50040
PE	CDRU	4
PE	CUEM	1
PE	OCUPACAO	49771
PI	AFORAMENTO	1154
PI	CDRU	444
PI	CUEM	39
PI	OCUPACAO	5695
PR	AFORAMENTO	1298
PR	OCUPACAO	9675
RJ	AFORAMENTO	69007
RJ	OCUPACAO	33370
RN	AFORAMENTO	1529
RN	CDRU	17
RN	OCUPACAO	7277
RO	AFORAMENTO	58
RO	CDRU	64
RO	OCUPACAO	260
RR	OCUPACAO	26

RR	TAU	108
RS	AFORAMENTO	3346
RS	CUEM	11
RS	OCUPACAO	8282
SC	AFORAMENTO	9097
SC	OCUPACAO	34051
SC	TAU	44
SE	AFORAMENTO	21023
SE	CUEM	2
SE	OCUPACAO	8670
SP	AFORAMENTO	48417
SP	OCUPACAO	45232
SP	TAU	2
TO	AFORAMENTO	520
TO	CDRU	10
TO	OCUPACAO	146
TO	TAU	41
Total Resultado		602408
SIAPA Ativo sem Utilização		
UF	Quantidade	
AC	302	
AL	274	
AM	2419	
AP	143	
BA	1054	
CE	657	
DF	101	
ES	88	
GO	201	
MA	444	
MG	71	
MS	42	
MT	28	
PA	6533	

PB	137	
PE	454	
PI	297	
PR	108	
RJ	1672	
RN	68	
RO	10	
RR	129	
RS	45	
SC	900	
SE	92	
SP	191	
TO	38	
Total Resultado	16498	
SIAPA Inativo por Motivo de Cancelamento		
UF	Motivo Cancelamento	Quantidade
AC	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	5
AC	AREA DE USO COMUM	3
AC	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	3
AC	ERRO DE CADASTRAMENTO	174
AC	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	2
AC	UNIFICACAO	2
AC	IMPROPRIO PARA USO	6
AC	MUDANCA JURISDICA0 MUNICIPIO	41
AC	LOGRADOURO PUBLICO	1
AL	LOGRADOURO PUBLICO	19
AL	IMPROPRIO PARA USO	32
AL	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	50
AL	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	194
AL	UNIFICACAO	343
AL	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	10
AL	AREA DE USO COMUM	55
AL	IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	86
AL	FRACIONAMENTO TOTAL	473

AL	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	15
AL	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	90
AL	MUDANCA JURISDICAO MUNICIPIO	9
AL	PROPRIO NACIONAL	18
AL	ERRO DE CADASTRAMENTO	202
AM	FRACIONAMENTO TOTAL	1
AM	DOACAO	61
AM	ERRO DE CADASTRAMENTO	219
AM	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	2
AM	LOGRADOURO PUBLICO	1
AM	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	8
AM	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	6
AM	UNIFICACAO	3
AM	IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	10
AP	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	6
AP	FRACIONAMENTO TOTAL	8
AP	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	1
AP	ERRO DE CADASTRAMENTO	2497
AP	UNIFICACAO	2
AP	IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	1
BA	IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	865
BA	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	149
BA	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	2
BA	AREA DE USO COMUM	33
BA	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	20
BA	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	987
BA	ERRO DE CADASTRAMENTO	39392
BA	UNIFICACAO	137
BA	FRACIONAMENTO TOTAL	806
BA	PROPRIO NACIONAL	8
BA	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	23
BA	IMPROPRIO PARA USO	200
BA	MUDANCA JURISDICAO MUNICIPIO	13
BA	LOGRADOURO PUBLICO	12
CE	ERRO DE CADASTRAMENTO	6462
CE	PROPRIO NACIONAL	33
CE	UNIFICACAO	113

CE	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	24
CE	AREA DE USO COMUM	23
CE	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	371
CE	DUPLIC. CADASTR - USO ESPECIAL	1
CE	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	23
CE	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	217
CE	FRACIONAMENTO TOTAL	319
CE	LOGRADOURO PUBLICO	18
CE	IMPROPRIO PARA USO	24
CE	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	1
CE	IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	129
DF	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	18
DF	DOACAO	53
DF	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	2
DF	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	18
DF	UNIFICACAO	2
DF	PROPRIO NACIONAL	6
DF	ERRO DE CADASTRAMENTO	121
DF	FRACIONAMENTO TOTAL	23
DF	IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	15
ES	AREA DE USO COMUM	4
ES	UNIFICACAO	301
ES	DOACAO	1
ES	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	12
ES	PROPRIO NACIONAL	91
ES	IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	2679
ES	FRACIONAMENTO TOTAL	788
ES	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	1965
ES	ERRO DE CADASTRAMENTO	1032
ES	IMPROPRIO PARA USO	14
ES	MUDANCA JURISDICAO MUNICIPIO	2
ES	LOGRADOURO PUBLICO	13
ES	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	1429
ES	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	238
ES	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	26
ES	DUPLIC. CADASTR - USO ESPECIAL	1
GO	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	20

GO	UNIFICACAO	18
GO	PROPRIO NACIONAL	20
GO	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	1
GO	IMPROPRIO PARA USO	1
GO	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	6
GO	LOGRADOURO PUBLICO	2
GO	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	1
GO	ERRO DE CADASTRAMENTO	122
GO	IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	1
GO	FRACIONAMENTO TOTAL	23
MA	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	1714
MA	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	4
MA	IMPROPRIO PARA USO	115
MA	FRACIONAMENTO TOTAL	264
MA	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	2948
MA	LOGRADOURO PUBLICO	6
MA	AREA DE USO COMUM	33
MA	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	24
MA	ERRO DE CADASTRAMENTO	29338
MA	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	16
MA	UNIFICACAO	466
MA	MUDANCA JURISDICAO MUNICIPIO	2
MA	IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	12511
MA	PROPRIO NACIONAL	21
MG	PROPRIO NACIONAL	5
MG	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	2
MG	ERRO DE CADASTRAMENTO	12
MG	DOACAO	349
MG	IMPROPRIO PARA USO	2
MG	FRACIONAMENTO TOTAL	2
MG	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	53
MG	IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	371
MG	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	6
MG	LOGRADOURO PUBLICO	1
MG	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	51
MS	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	2
MS	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	9

MS	UNIFICACAO	2
MS	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	7
MS	ERRO DE CADASTRAMENTO	22
MS	FRACIONAMENTO TOTAL	13
MS	PROPRIO NACIONAL	3
MT	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	2
MT	IMPROPRIO PARA USO	3
MT	ERRO DE CADASTRAMENTO	76
MT	AREA DE USO COMUM	1
MT	IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	12
MT	LOGRADOURO PUBLICO	29
MT	MUDANCA JURISDICAO MUNICIPIO	145
MT	PROPRIO NACIONAL	1
MT	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	3
MT	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	24
MT	FRACIONAMENTO TOTAL	101
MT	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	23
MT	UNIFICACAO	20
PA	UNIFICACAO	121
PA	PROPRIO NACIONAL	5
PA	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	2
PA	IMPROPRIO PARA USO	24
PA	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	3
PA	LOGRADOURO PUBLICO	12
PA	MUDANCA JURISDICAO MUNICIPIO	3
PA	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	178
PA	AREA DE USO COMUM	28
PA	IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	8
PA	FRACIONAMENTO TOTAL	49
PA	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	63
PA	ERRO DE CADASTRAMENTO	13949
PB	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	7
PB	UNIFICACAO	299
PB	ERRO DE CADASTRAMENTO	453
PB	IMPROPRIO PARA USO	13
PB	LOGRADOURO PUBLICO	6
PB	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	89

PB	PRÓPRIO NACIONAL	2
PB	DUPLOC. CADASTR - DOMINIAL	65
PB	FRACIONAMENTO TOTAL	410
PB	ÁREA DE USO COMUM	10
PB	IMÓVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	823
PB	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	74
PE	FRACIONAMENTO TOTAL	1649
PE	IMÓVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	412
PE	PRÓPRIO NACIONAL	26
PE	ERRO DE CADASTRAMENTO	2669
PE	MUDANCA JURISDICAÇÃO MUNICÍPIO	165
PE	DUPLOC. CADASTR - ARRENDAMENTO	1
PE	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	3881
PE	DUPLOC. CADASTR - DOMINIAL	5027
PE	UNIFICACAO	1565
PE	ÁREA DE USO COMUM	25
PE	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	83
PE	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	16
PE	LOGRADOURO PÚBLICO	10
PE	IMPRÓPRIO PARA USO	13
PI	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	1
PI	IMPRÓPRIO PARA USO	10
PI	IMPOSSÍVEL APROVEITAR CADASTRO	482
PI	ÁREA DE USO COMUM	9
PI	PRÓPRIO NACIONAL	2
PI	MUDANCA JURISDICAÇÃO MUNICÍPIO	162
PI	UNIFICACAO	90
PI	FRACIONAMENTO TOTAL	266
PI	ERRO DE CADASTRAMENTO	370
PI	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	205
PI	DUPLOC. CADASTR - DOMINIAL	63
PI	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	8
PI	IMÓVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	91
PI	LOGRADOURO PÚBLICO	4
PR	ERRO DE CADASTRAMENTO	576
PR	DOACAO	1
PR	IMPRÓPRIO PARA USO	55

PR	PRPRIO NACIONAL	27
PR	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	9
PR	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	715
PR	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	404
PR	MUDANCA JURISDICA0 MUNICIPIO	1
PR	AREA DE USO COMUM	61
PR	UNIFICACAO	38
PR	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	8
PR	LOGRADOURO PUBLICO	13
PR	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	13
PR	DUPLIC. CADASTR - USO ESPECIAL	3
PR	IMOVEI NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	270
PR	FRACIONAMENTO TOTAL	333
RJ	ERRO DE CADASTRAMENTO	2002
RJ	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	1103
RJ	UNIFICACAO	1871
RJ	PRPRIO NACIONAL	17
RJ	IMOVEI NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	2529
RJ	MUDANCA JURISDICA0 MUNICIPIO	44
RJ	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	199
RJ	IMPRPRIO PARA USO	79
RJ	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	1669
RJ	AREA DE USO COMUM	49
RJ	FRACIONAMENTO TOTAL	2476
RJ	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	5
RJ	DOACAO	1
RJ	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	9
RJ	LOGRADOURO PUBLICO	39
RN	PRPRIO NACIONAL	14
RN	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	52
RN	AREA DE USO COMUM	68
RN	LOGRADOURO PUBLICO	17
RN	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	33
RN	UNIFICACAO	173
RN	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	13
RN	ERRO DE CADASTRAMENTO	2035
RN	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	13

RN	IMPROPRIO PARA USO	15
RN	FRACIONAMENTO TOTAL	706
RN	IMOVEI NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	1899
RN	MUDANCA JURISDICA0 MUNICIPIO	4
RN	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	109
RO	AREA DE USO COMUM	2
RO	IMPROPRIO PARA USO	7
RO	PROPRIO NACIONAL	12
RO	FRACIONAMENTO TOTAL	4
RO	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	1
RO	ERRO DE CADASTRAMENTO	9
RO	IMOVEI NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	2
RO	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	4
RR	MUDANCA JURISDICA0 MUNICIPIO	1
RR	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	4
RR	IMOVEI NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	2
RR	ERRO DE CADASTRAMENTO	6
RS	LOGRADOURO PUBLICO	17
RS	IMOVEI NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	9
RS	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	9
RS	AREA DE USO COMUM	3
RS	ERRO DE CADASTRAMENTO	27
RS	IMPROPRIO PARA USO	10
RS	PROPRIO NACIONAL	6
RS	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	2
RS	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	70
RS	UNIFICACAO	81
RS	FRACIONAMENTO TOTAL	182
RS	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	311
RS	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	147
SC	AREA DE USO COMUM	12
SC	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	60
SC	ERRO DE CADASTRAMENTO	653
SC	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	888
SC	MUDANCA JURISDICA0 MUNICIPIO	8
SC	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	1515
SC	IMPROPRIO PARA USO	321

SC	FRACIONAMENTO TOTAL	1357
SC	IMOVEI NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	450
SC	UNIFICACAO	602
SC	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	287
SC	DOACAO	1
SC	LOGRADOURO PUBLICO	79
SC	PROPRIO NACIONAL	8
SC	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	165
SE	MUDANCA JURISDICAO MUNICIPIO	1
SE	ERRO DE CADASTRAMENTO	353
SE	IMOVEI NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	137
SE	AREA DE USO COMUM	38
SE	PROPRIO NACIONAL	5
SE	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	662
SE	UNIFICACAO	987
SE	FRACIONAMENTO TOTAL	1003
SE	LOGRADOURO PUBLICO	16
SE	IMPROPRIO PARA USO	17
SE	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	259
SE	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	9
SE	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	1
SE	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	43
SP	ERRO DE CADASTRAMENTO	383
SP	IMPROPRIO PARA USO	6
SP	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO	461
SP	UNIFICACAO	1207
SP	FRACIONAMENTO TOTAL	1163
SP	MUDANCA JURISDICAO MUNICIPIO	11
SP	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	6
SP	LOGRADOURO PUBLICO	15
SP	AREA DE USO COMUM	45
SP	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	49
SP	IMOVEI NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	3193
SP	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	373
SP	IMPOSSIVEL APROVEITAR CADASTRO	20
TO	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	119
TO	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	1

TO	UNIFICACAO	2
TO	ERRO DE CADASTRAMENTO	115
TO	IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	2
TO	FRACIONAMENTO TOTAL	4
TO	DOACAO	460
TO	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	4
Total Resultado		185222
SPIUNet Inativo		
UF	Quantidade	
AC	111	
AL	57	
AM	37	
AP	32	
BA	75	
CE	20	
DF	706	
ES	43	
EX	1	
GO	157	
MA	33	
MG	354	
MS	704	
MT	184	
PA	84	
PB	180	
PE	276	
PI	31	
PR	258	
RJ	300	
RN	55	
RO	106	
RR	76	
RS	91	
SC	100	

SE	17	
SP	142	
TO	23	
Total Resultado	4253	
SPIUNet Inativo por motivo de cancelamento		
UF	Motivo Cancelamento	Quantidade
AC	Mudança Jurisdição Município	7
AC	Unificação de Imóvel	1
AC	Regularização da Base	4
AC	Duplicidade	15
AC	Transferência de Domínio	6
AC	Erro de Cadastramento	78
AL	Unificação de Imóvel	5
AL	Transferência de Domínio	12
AL	Regularização da Base	17
AL	Erro de Cadastramento	21
AL	Venda	1
AL	Duplicidade	1
AM	Erro de Cadastramento	22
AM	Duplicidade	14
AM	Mudança Jurisdição Município	1
AP	Mudança Jurisdição Município	18
AP	Erro de Cadastramento	4
AP	Duplicidade	5
AP	Transferência de Domínio	5
BA	Unificação de Imóvel	8
BA	Transferência de Domínio	25
BA	Erro de Cadastramento	10
BA	Venda	6
BA	Mudança Jurisdição Município	2
BA	Regularização da Base	2
BA	Duplicidade	22
CE	Erro de Cadastramento	5
CE	Mudança Jurisdição Município	1

CE	Duplicidade	5
CE	Venda	1
CE	Transferência de Domínio	4
CE	Regularização da Base	1
CE	Unificação de Imóvel	3
DF	Venda	351
DF	Regularização da Base	5
DF	Permuta	2
DF	Duplicidade	218
DF	Unificação de Imóvel	33
DF	Transferência de Domínio	9
DF	Erro de Cadastramento	88
ES	Regularização da Base	13
ES	Unificação de Imóvel	1
ES	Transferência de Domínio	10
ES	Mudança Jurisdição Município	1
ES	Erro de Cadastramento	3
ES	Duplicidade	15
EX	Permuta	1
GO	Regularização da Base	3
GO	Erro de Cadastramento	23
GO	Venda	19
GO	Unificação de Imóvel	63
GO	Transferência de Domínio	19
GO	Duplicidade	28
GO	Mudança Jurisdição Município	2
MA	Erro de Cadastramento	1
MA	Transferência de Domínio	3
MA	Duplicidade	2
MA	Regularização da Base	27
MG	Unificação de Imóvel	3
MG	Erro de Cadastramento	142
MG	Regularização da Base	34
MG	Transferência de Domínio	55
MG	Duplicidade	41
MG	Venda	76
MG	Mudança Jurisdição Município	3

MS	Regularização da Base	27
MS	Unificação de Imóvel	40
MS	Transferência de Domínio	364
MS	Permuta	2
MS	Venda	224
MS	Erro de Cadastramento	9
MS	Duplicidade	36
MS	Mudança Jurisdição Município	2
MT	Duplicidade	49
MT	Regularização da Base	57
MT	Transferência de Domínio	12
MT	Permuta	1
MT	Erro de Cadastramento	50
MT	Venda	9
MT	Mudança Jurisdição Município	6
PA	Duplicidade	25
PA	Mudança Jurisdição Município	1
PA	Erro de Cadastramento	11
PA	Permuta	1
PA	Transferência de Domínio	5
PA	Unificação de Imóvel	34
PA	Venda	4
PA	Regularização da Base	3
PB	Regularização da Base	126
PB	Mudança Jurisdição Município	2
PB	Erro de Cadastramento	7
PB	Transferência de Domínio	16
PB	Unificação de Imóvel	2
PB	Duplicidade	17
PB	Venda	10
PE	Unificação de Imóvel	7
PE	Transferência de Domínio	38
PE	Regularização da Base	7
PE	Venda	5
PE	Permuta	2
PE	Duplicidade	34
PE	Erro de Cadastramento	183

PI	Venda	9
PI	Erro de Cadastramento	4
PI	Permuta	1
PI	Transferência de Domínio	7
PI	Unificação de Imóvel	1
PI	Duplicidade	9
PR	Unificação de Imóvel	8
PR	Regularização da Base	25
PR	Mudança Jurisdição Município	7
PR	Erro de Cadastramento	39
PR	Transferência de Domínio	67
PR	Venda	33
PR	Duplicidade	79
RJ	Venda	25
RJ	Erro de Cadastramento	91
RJ	Duplicidade	63
RJ	Transferência de Domínio	107
RJ	Regularização da Base	7
RJ	Unificação de Imóvel	2
RJ	Mudança Jurisdição Município	5
RN	Unificação de Imóvel	6
RN	Permuta	3
RN	Duplicidade	6
RN	Transferência de Domínio	11
RN	Regularização da Base	8
RN	Erro de Cadastramento	15
RN	Venda	5
RN	Mudança Jurisdição Município	1
RO	Unificação de Imóvel	7
RO	Mudança Jurisdição Município	3
RO	Venda	1
RO	Duplicidade	37
RO	Transferência de Domínio	2
RO	Regularização da Base	14
RO	Erro de Cadastramento	42
RR	Duplicidade	49
RR	Unificação de Imóvel	1

RR	Transferência de Domínio	19
RR	Erro de Cadastramento	2
RR	Mudança Jurisdição Município	5
RS	Venda	10
RS	Erro de Cadastramento	14
RS	Unificação de Imóvel	17
RS	Duplicidade	22
RS	Transferência de Domínio	14
RS	Permuta	5
RS	Mudança Jurisdição Município	9
SC	Duplicidade	29
SC	Unificação de Imóvel	26
SC	Mudança Jurisdição Município	5
SC	Transferência de Domínio	22
SC	Regularização da Base	3
SC	Venda	8
SC	Permuta	2
SC	Erro de Cadastramento	5
SE	Permuta	1
SE	Erro de Cadastramento	3
SE	Venda	7
SE	Duplicidade	2
SE	Regularização da Base	1
SE	Transferência de Domínio	3
SP	Unificação de Imóvel	1
SP	Venda	12
SP	Regularização da Base	7
SP	Erro de Cadastramento	37
SP	Transferência de Domínio	36
SP	Mudança Jurisdição Município	6
SP	Duplicidade	43
TO	Unificação de Imóvel	6
TO	Duplicidade	5
TO	Transferência de Domínio	4
TO	Erro de Cadastramento	8
Total Resultado		4253

SPIUNet Ativo por Situação de Incorporação			
UF	Em Processo de Incorporação	Incorporado	Total Resultado
AC	4	177	181
AL	3	210	213
AM	43	515	558
AP	3	146	149
BA	54	624	678
CE	22	333	355
DF	6	8825	8831
ES	17	368	385
EX		107	107
GO	40	623	663
MA	22	232	254
MG	24	1091	1115
MS	55	1012	1067
MT	12	378	390
PA	20	590	610
PB	44	272	316
PE	102	1013	1115
PI	31	189	220
PR	96	1295	1391
RJ	800	2530	3330
RN	37	383	420
RO	32	409	441
RR	5	173	178
RS	87	1565	1652
SC	47	742	789
SE	20	139	159
SP	955	4681	5636
TO	1	318	319
Total Resultado	2582	28940	31522

UF	Regime de Utilização	Em Processo de Incorporação	Incorporado
AC	Cessão - Administração Federal Indireta		4
	Cessão - Outros		12
	Cessão onerosa		11
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		15
	Doação Com Encargo	1	1
	Doação Sem Encargo		2
	Em regularização - Cessão	1	17
	Em regularização - Entrega		15
	Em regularização - Outros		25
	Em regularização - Reforma Agrária		1
	Entrega - Administração Federal Direta	1	59
	Esbulhado (Invasão)		1
	Imóvel Funcional		16
	Irregular - Outros		5
	Locação para Terceiros		1
	Uso em Serviço Público		3
	Usufruto Indígena		31
	Vago para uso	1	17
AL	Arrendamento		1
	Cessão - Administração Federal Indireta		17
	Cessão - Outros		1
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		27
	Disponível para Alienação		7
	Em regularização - Cessão		14
	Em regularização - Entrega	1	7
	Em regularização - Outros		22
	Entrega - Administração Federal Direta		82
	Entrega para Aquicultura		15
	Irregular - Outros		6
	Uso em Serviço Público	1	4
	Usufruto Indígena		13
	Vago para uso	1	7
AM	Cessão - Administração Federal Indireta		6
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		10

	Disponível para Alienação		1
	Em regularização - Cessão		6
	Em regularização - Entrega	14	78
	Em regularização - Outros	7	51
	Entrega - Administração Federal Direta	14	155
	Esbulhado (Invadido)		2
	Guarda provisória		4
	Imóvel Funcional		3
	Irregular - Outros	1	8
	Locação para Terceiros		31
	Uso em Serviço Público	3	14
	Usufruto Indígena		163
	Vago para uso	9	34
AP	Cessão - Administração Federal Indireta		3
	Cessão - Outros		8
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		2
	Disponível para Alienação		2
	Doação Com Encargo		1
	Doação Sem Encargo		1
	Em regularização - Cessão		4
	Em regularização - Entrega		18
	Em regularização - Outros		17
	Entrega - Administração Federal Direta	2	82
	Transferência de Imóvel		1
	Uso em Serviço Público	1	
	Usufruto Indígena		6
	Vago para uso		13
BA	Cessão - Administração Federal Indireta		14
	Cessão onerosa		5
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos	1	32
	Disponível para Alienação	1	7
	Doação Com Encargo		6
	Doação Sem Encargo		3
	Em regularização - Cessão	3	24
	Em regularização - Entrega	1	68
	Em regularização - Outros	29	82

	Entrega - Administração Federal Direta	11	225
	Entrega para Aquicultura	1	99
	Esbulhado (Invadido)	1	7
	Guarda provisória		2
	Imóvel Funcional		1
	Irregular - Entrega	1	14
	Irregular - Outros		14
	Uso em Serviço Público	1	15
	Usufruto Indígena		18
	Vago para uso	6	40
CE	Cessão - Administração Federal Indireta		4
	Cessão onerosa		1
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		15
	Disponível para Alienação		18
	Doação Com Encargo		2
	Doação Sem Encargo		1
	Em processo de Alienação		1
	Em regularização - Cessão		45
	Em regularização - Entrega	12	24
	Em regularização - Outros	2	18
	Entrega - Administração Federal Direta	2	127
	Entrega para Aquicultura		7
	Esbulhado (Invadido)		37
	Imóvel Funcional	1	2
	Irregular - Outros		9
	Uso em Serviço Público		15
	Usufruto Indígena		2
	Vago para uso	8	10
DF	Arrendamento		1
	Cessão - Administração Federal Indireta		36
	Cessão - Outros		3
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		57
	Disponível para Alienação		15
	Doação Sem Encargo		2
	Em regularização - Cessão		5
	Em regularização - Entrega	1	20

	Em regularização - Outros		109
	Entrega - Administração Federal Direta	6	1264
	Esbulhado (Invadido)		8
	Guarda provisória		300
	Imóvel Funcional		6855
	Irregular - Cessão		1
	Irregular - Entrega		3
	Irregular - Outros		2
	Locação para Terceiros		1
	Transferência de Imóvel		6
	Uso em Serviço Público		43
	Vago para uso	3	167
ES	Cessão - Administração Federal Indireta	2	16
	Cessão - Outros		1
	Cessão onerosa	2	
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos	2	13
	Disponível para Alienação		2
	Doação Com Encargo		2
	Doação Sem Encargo		1
	Em regularização - Cessão		23
	Em regularização - Entrega	2	118
	Em regularização - Outros		4
	Entrega - Administração Federal Direta	6	189
	Esbulhado (Invadido)	2	9
	Guarda provisória	1	1
	Irregular - Entrega		1
	Irregular - Outros		1
	Locação para Terceiros	1	
	Uso em Serviço Público		8
	Usufruto Indígena		3
	Vago para uso	1	23
EX	Cessão - Outros		1
	Em regularização - Entrega		11
	Entrega - Administração Federal Direta		90
	Imóvel Funcional		1
	Vago para uso		4

GO	Arrendamento		1
	Cessão - Administração Federal Indireta		12
	Cessão - Outros		2
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		22
	Disponível para Alienação		10
	Doação Com Encargo		1
	Doação Sem Encargo		2
	Em processo de Alienação		8
	Em regularização - Cessão		6
	Em regularização - Entrega	5	8
	Em regularização - Outros	17	99
	Entrega - Administração Federal Direta	2	215
	Entrega para Aquicultura	9	83
	Esbulhado (Invasão)	5	10
	Irregular - Cessão		4
	Irregular - Entrega		98
	Irregular - Outros	1	25
	Locação para Terceiros		2
	Uso em Serviço Público		1
	Usufruto Indígena		6
	Vago para uso	1	32
MA	Arrendamento		1
	Cessão - Administração Federal Indireta		2
	Cessão - Outros		1
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos	1	14
	Em regularização - Cessão	9	15
	Em regularização - Entrega	2	24
	Em regularização - Outros	1	12
	Entrega - Administração Federal Direta		128
	Entrega para Aquicultura		6
	Irregular - Outros		1
	Uso em Serviço Público	3	7
	Usufruto Indígena		25
	Vago para uso	6	11
MG	Cessão - Administração Federal Indireta		54
	Cessão - Outros		21

	Cessão onerosa		5
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos	5	89
	Disponível para Alienação	1	99
	Doação Com Encargo		7
	Em processo de Alienação		36
	Em regularização - Cessão	5	74
	Em regularização - Entrega		36
	Em regularização - Outros	1	372
	Entrega - Administração Federal Direta	2	317
	Entrega para Residência Obrigatória		28
	Esbulhado (Invadido)	1	10
	Irregular - Entrega		4
	Irregular - Outros		5
	Locação para Terceiros		8
	Transferência de Imóvel		2
	Uso em Serviço Público		30
	Usufruto Indígena		9
	Vago para uso	9	73
MS	Cessão - Administração Federal Indireta		12
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos	3	38
	Disponível para Alienação		19
	Doação Com Encargo		1
	Em processo de Alienação		1
	Em regularização - Cessão	3	28
	Em regularização - Entrega		41
	Em regularização - Outros	38	74
	Entrega - Administração Federal Direta	4	331
	Entrega para Aquicultura		3
	Irregular - Cessão		1
	Irregular - Entrega		1
	Locação para Terceiros		2
	Uso em Serviço Público		1
	Usufruto Indígena	1	31
	Vago para uso	11	473
MT	Cessão - Administração Federal Indireta	1	9
	Cessão - Outros		2

	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos	1	35
	Disponível para Alienação	7	12
	Doação Com Encargo		3
	Em regularização - Cessão		21
	Em regularização - Entrega	6	25
	Em regularização - Outros	2	42
	Entrega - Administração Federal Direta	1	157
	Entrega para Aquicultura		1
	Esbulhado (Invadido)	1	3
	Imóvel Funcional		1
	Irregular - Outros		4
	Locação para Terceiros		6
	Transferência de Imóvel		3
	Uso em Serviço Público		1
	Usufruto Indígena	1	71
	Vago para uso	1	20
PA	Cessão - Administração Federal Indireta		13
	Cessão - Outros		4
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		12
	Doação Com Encargo		4
	Em processo de Alienação		4
	Em regularização - Cessão		31
	Em regularização - Entrega	4	100
	Em regularização - Outros	1	60
	Entrega - Administração Federal Direta	16	269
	Esbulhado (Invadido)		2
	Irregular - Cessão		3
	Irregular - Outros		1
	Locação para Terceiros		4
	Uso em Serviço Público		55
	Usufruto Indígena	2	51
	Vago para uso		13
PB	Cessão - Administração Federal Indireta		13
	Cessão - Outros		1
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		31

	Disponível para Alienação	4	
	Doação Sem Encargo		2
	Em regularização - Cessão	4	30
	Em regularização - Entrega	2	6
	Em regularização - Outros	7	93
	Entrega - Administração Federal Direta		124
	Entrega para Aquicultura	1	1
	Esbulhado (Invadido)		1
	Imóvel Funcional		3
	Transferência de Imóvel		3
	Uso em Serviço Público	17	6
	Usufruto Indígena		3
	Vago para uso	9	24
PE	Arrendamento		2
	Cessão - Administração Federal Indireta	1	17
	Cessão - Outros		5
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		49
	Disponível para Alienação		8
	Doação Sem Encargo		7
	Em regularização - Cessão	2	49
	Em regularização - Entrega	2	84
	Em regularização - Outros		91
	Entrega - Administração Federal Direta	8	642
	Entrega para Aquicultura		5
	Esbulhado (Invadido)		2
	Guarda provisória	1	3
	Imóvel Funcional		4
	Irregular - Outros	88	4
	Uso em Serviço Público		61
	Usufruto Indígena	1	14
	Vago para uso		14
PI	Cessão - Administração Federal Indireta		7
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos	3	10
	Disponível para Alienação	12	10
	Doação Sem Encargo		1
	Em processo de Alienação		1

	Em regularização - Cessão	1	15
	Em regularização - Entrega	2	8
	Em regularização - Outros	2	28
	Entrega - Administração Federal Direta	6	81
	Entrega para Aquicultura		3
	Esbulhado (Invadido)		5
	Irregular - Cessão	1	3
	Irregular - Entrega		2
	Irregular - Outros	11	18
	Vago para uso	1	12
PR	Arrendamento		20
	Cessão - Administração Federal Indireta		10
	Cessão - Outros		36
	Cessão onerosa		38
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos	1	109
	Disponível para Alienação		14
	Doação Com Encargo		7
	Em regularização - Cessão	7	55
	Em regularização - Entrega	13	29
	Em regularização - Outros	51	84
	Entrega - Administração Federal Direta	1	744
	Entrega para Aquicultura		125
	Entrega para Residência Obrigatória		3
	Esbulhado (Invadido)		3
	Guarda provisória		2
	Imóvel Funcional		1
	Locação de Terceiros		1
	Locação para Terceiros		3
	Transferência de Imóvel		1
	Uso em Serviço Público	6	63
	Usufruto Indígena		13
	Vago para uso	24	59
RJ	Arrendamento	1	1
	Cessão - Administração Federal Indireta	3	55
	Cessão - Outros	1	44
	Cessão onerosa		8

	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos	12	80
	Disponível para Alienação		1
	Doação Sem Encargo		1
	Em regularização - Cessão	19	251
	Em regularização - Entrega	17	171
	Em regularização - Outros	720	713
	Entrega - Administração Federal Direta	2	747
	Entrega para Aquicultura		8
	Esbulhado (Invadido)		7
	Imóvel Funcional		1
	Irregular - Cessão		1
	Irregular - Outros	1	63
	Locação de Terceiros		2
	Locação para Terceiros	1	479
	Uso em Serviço Público	23	157
	Usufruto Indígena		3
	Vago para uso		29
RN	Cessão - Administração Federal Indireta		20
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos	12	57
	Disponível para Alienação		3
	Em processo de Alienação		5
	Em regularização - Cessão	7	61
	Em regularização - Entrega	4	16
	Em regularização - Outros	1	4
	Entrega - Administração Federal Direta		177
	Entrega para Aquicultura		7
	Esbulhado (Invadido)		2
	Guarda provisória		1
	Irregular - Entrega		5
	Irregular - Outros		5
	Locação para Terceiros		1
	Uso em Serviço Público	1	7
	Vago para uso	12	19
RO	Cessão - Administração Federal Indireta		5
	Cessão - Outros		4

	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos	2	20
	Disponível para Alienação		20
	Doação Sem Encargo	4	2
	Em regularização - Cessão		45
	Em regularização - Entrega	5	98
	Em regularização - Outros	3	15
	Entrega - Administração Federal Direta	6	74
	Esbulhado (Invadido)		8
	Imóvel Funcional		9
	Irregular - Entrega		18
	Irregular - Outros	1	58
	Uso em Serviço Público	12	16
	Usufruto Indígena		31
	Vago para uso	2	11
RR	Cessão - Administração Federal Indireta	1	1
	Cessão - Outros		1
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		4
	Em regularização - Cessão	2	2
	Em regularização - Entrega		33
	Em regularização - Outros	3	29
	Entrega - Administração Federal Direta	4	51
	Guarda provisória		1
	Imóvel Funcional		1
	Irregular - Outros		1
	Uso em Serviço Público		1
	Usufruto Indígena		43
	Vago para uso	1	12
RS	Cessão - Administração Federal Indireta	4	15
	Cessão - Outros	1	56
	Cessão onerosa	21	19
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos	16	97
	Disponível para Alienação		13
	Doação Com Encargo		32
	Em regularização - Cessão	6	213
	Em regularização - Entrega		229

	Em regularização - Outros	6	90
	Entrega - Administração Federal Direta	4	622
	Esbulhado (Invadido)		1
	Guarda provisória	2	5
	Imóvel Funcional		1
	Irregular - Cessão		2
	Irregular - Outros		1
	Locação de Terceiros	1	
	Transferência de Imóvel		23
	Uso em Serviço Público	1	26
	Usufruto Indígena	4	25
	Vago para uso	22	128
SC	Arrendamento		14
	Cessão - Administração Federal Indireta	16	28
	Cessão - Outros		6
	Cessão onerosa		3
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos	4	107
	Comodato		1
	Disponível para Alienação		2
	Doação Sem Encargo	2	
	Em regularização - Cessão	8	33
	Em regularização - Entrega	1	58
	Em regularização - Outros	5	83
	Entrega - Administração Federal Direta	5	328
	Entrega para Aquicultura		1
	Esbulhado (Invadido)	1	1
	Imóvel Funcional		7
	Locação para Terceiros	1	
	Transferência de Imóvel		2
	Uso em Serviço Público	3	15
	Usufruto Indígena	1	13
	Vago para uso	4	94
SE	Cessão - Administração Federal Indireta		1
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		20
	Disponível para Alienação		1
	Em regularização - Entrega	3	17

	Em regularização - Outros	6	19
	Entrega - Administração Federal Direta	1	49
	Irregular - Cessão		1
	Irregular - Entrega		5
	Irregular - Outros		9
	Locação de Terceiros		1
	Uso em Serviço Público	9	13
	Usufruto Indígena		1
	Vago para uso	1	10
SP	Cessão - Administração Federal Indireta		50
	Cessão - Outros	277	413
	Cessão onerosa		4
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		40
	Disponível para Alienação	44	280
	Doação Sem Encargo		1
	Em processo de Alienação		9
	Em regularização - Cessão	3	77
	Em regularização - Entrega	105	2389
	Em regularização - Outros	228	407
	Entrega - Administração Federal Direta	11	696
	Entrega para Aquicultura		163
	Esbulhado (Invadido)	1	4
	Guarda provisória		7
	Imóvel Funcional		13
	Irregular - Cessão		2
	Irregular - Entrega		8
	Irregular - Outros	3	28
	Locação de Terceiros	1	1
	Uso em Serviço Público		7
	Usufruto Indígena	1	18
	Vago para uso	289	117
TO	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		6
	Disponível para Alienação		4
	Doação Com Encargo		5
	Em regularização - Cessão		17
	Em regularização - Entrega	1	21

	Em regularização - Outros		14
	Entrega - Administração Federal Direta		63
	Entrega para Aquicultura		9
	Imóvel Funcional		20
	Irregular - Entrega		109
	Uso em Serviço Público		13
	Usufruto Indígena		16
	Vago para uso		21
Total Resultado		2653	30334

D - total do valor de avaliação dos imóveis sob responsabilidade da unidade

SIAPA	
UF	Valor Imóvel
AC	18.798.273,22
AL	675.409.572,04
AM	122.128.691,76
AP	49.329.867,17
BA	6.118.762.696,24
CE	1.984.383.681,65
DF	5.508.538.642,91
ES	8.174.825.147,66
GO	22.527.671,56
MA	4.872.980.236,89
MG	42.161.718,83
MS	27.424.532,04
MT	10.088.519.819,48
PA	305.264.200,43
PB	1.133.852.383,08
PE	7.096.413.727,51
PI	350.177.657,44
PR	873.868.976,65
RJ	54.298.366.229,37
RN	295.055.061,47
RO	85.442.018,48
RR	18.753.894,89
RS	4.374.364.220,20
SC	7.433.955.617,49
SE	5.615.402.774,61
SP	13.987.443.509,86
TO	22.213.610,94
SPIUnet	
UF	Valor Imóvel
AC	1.287.653.726,08
AL	849.149.009,68
AM	20.835.150.205,55
AP	14.398.924.282,03
BA	10.307.809.034,10
CE	9.815.276.184,27
DF	37.885.321.869,67
ES	5.887.800.549,99
EX	816.443.542,74
GO	2.843.820.884,52

MA	3.321.530.130,45
MG	7.673.551.759,63
MS	5.883.875.171,68
MT	43.106.881.718,18
PA	49.706.246.758,02
PB	1.552.756.452,52
PE	16.936.136.923,60
PI	1.071.091.010,37
PR	11.029.827.696,33
RJ	217.276.192.472,43
RN	22.181.748.689,75
RO	13.419.818.331,26
RR	10.638.285.150,46
RS	10.178.397.407,77
SC	7.445.169.959,72
SE	1.109.521.747,44
SP	36.675.465.373,26
TO	6.909.721.388,95

E - quantidade de imóveis, por localização – totalizar por área rural e urbana

SIAPA				
UF	NAO INFORMADO	RURAL	URBANO	Quantidade
AC		2908	225	3133
AL		1020	15787	16807
AM		6418	192	6610
AP		768	68	836
BA		1038	30563	31601
CE	1	272	15212	15485
DF		1248	18	1266
ES	1	39	50601	50641
GO		569	439	1008
MA		2157	28440	30597
MG		3	463	466
MS		277	243	520
MT		3255	649	3904
PA	3	17158	11569	28730
PB		194	12330	12524
PE		730	93623	94353
PI		973	6647	7620
PR		251	10808	11059
RJ	1	1004	101861	102866
RN		291	8456	8747
RO		24	368	392
RR		179	84	263
RS		362	11298	11660
SC	1	159	41777	41937
SE		621	28809	29430
SP	2	351	93460	93813
TO		183	572	755
Total Resultado	9	42452	564562	607023

SPIUnet

UF	Em Processo de Incorporação		Incorporado		Total Resultado
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	
AC	1	3	53	124	181
AL		3	49	161	213
AM	14	29	212	303	558
AP	1	2	23	123	149
BA	1	53	174	450	678
CE		22	64	269	355
DF		6	15	8810	8831
ES	1	16	34	334	385
EX				107	107
GO	12	28	135	488	663
MA		22	50	182	254
MG	4	20	203	888	1115
MS	19	36	168	844	1067
MT	4	8	144	234	390
PA	2	18	197	393	610
PB	2	42	19	253	316
PE	1	101	493	520	1115
PI	1	30	20	169	220
PR		96	115	1180	1391
RJ	202	598	330	2200	3330
RN		37	66	317	420
RO	3	29	113	296	441
RR		5	64	109	178
RS	13	74	168	1397	1652
SC	4	43	96	646	789
SE	2	18	15	124	159
SP	57	898	175	4506	5636
TO		1	21	297	319
Total Resultado	344	2238	3216	25724	31522

F - quantidade de imóveis, por situação cartorial – totalizar por imóveis com e sem registro imobiliário;

SIAPA – Registrados em Cartório			
UF	COM	SEM	Total Resultado
AC	119	3014	3133
AL	252	16555	16807
AM	14	6596	6610
AP	1	835	836
BA	1208	30393	31601
CE	3184	12301	15485
DF	555	711	1266
ES	44	50597	50641
GO	933	75	1008
MA	595	30002	30597
MG	145	321	466
MS	50	470	520
MT	1942	1962	3904
PA	344	28386	28730
PB	28	12496	12524
PE	122	94231	94353
PI	1161	6459	7620
PR	3734	7325	11059
RJ	16194	86672	102866
RN	298	8449	8747
RO	302	90	392
RR	65	198	263
RS	1073	10587	11660
SC	68	41869	41937
SE	1703	27727	29430
SP	19032	74781	93813
TO	110	645	755
Total Resultado	53276	553747	607023

SPIUnet – Registrados em Cartório					
	Em Processo de Incorporação		Incorporado		Total Resultado
UF	COM	SEM	COM	SEM	
AC	4		177		181
AL	3		210		213
AM	35	8	486	29	558
AP	2	1	146		149
BA	30	24	623	1	678
CE	21	1	333		355
DF	6		8359	466	8831
ES	16	1	367	1	385
EX			81	26	107
GO	39	1	623		663
MA	15	7	232		254
MG	17	7	1091		1115
MS	40	15	1012		1067
MT	12		378		390
PA	17	3	587	3	610
PB	40	4	272		316
PE	92	10	1005	8	1115
PI	30	1	188	1	220
PR	61	35	1295		1391
RJ	527	273	2518	12	3330
RN	26	11	383		420
RO	25	7	394	15	441
RR	5		172	1	178
RS	79	8	1565		1652
SC	46	1	740	2	789
SE	18	2	138	1	159
SP	813	142	4679	2	5636
TO	1		318		319
Total Resultado	2020	562	28372	568	31522

G - quantidade de imóveis, por situação nos cadastros da SPU – totalizar por imóveis com e sem registro de identificação patrimonial - RIP

Os imóveis identificados e cadastrados pela SPU estão registrados nos sistemas corporativos SIAPA e SPIUNet, conforme o caso – dominiais ou de uso especial.

Os imóveis oriundos de entidades extintas, como a RFFSA, estão cadastrados em sistemas legados, no caso o CIDI e SARP. Estes imóveis, à medida que incorporados ao patrimônio da União, são cadastrados no SPIUNet e migrarão para o novo Sistema Integrado de Gestão do Patrimônio da União.

Os sistemas e bases de informações atuais não permitem quantificar com precisão os imóveis que carecem de identificação e cadastramento, embora haja esforços da SPU nesse sentido no âmbito das ações de certificação das bases.

Para equacionar em definitivo este problema, a SPU desenvolve o novo sistema citado, que permitirá o georreferenciamento de todos os bens imóveis da União. As funcionalidades previstas permitirão identificar espacialmente o limite das faixas de terrenos de marinha, marginais ou terras interiores, e por operações topológicas identificar as parcelas ou matrículas individuais em que se fragmentam as áreas da União, os vazios de ocupação, as ocupações irregulares e/ou sem cadastro fidedigno.

Alinhada a esta necessidade de identificação dos imóveis da União não cadastrados nos sistemas, a SPU iniciou em 2017 o levantamento das informações dos imóveis de uso especial ou funcionais utilizados por todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, incluindo os imóveis locados.

I - montante da arrecadação de receitas patrimoniais obtidas com a gestão dos imóveis da extinta RFFSA (totalizar por tipo de receita);

SARP	
DADOS	2016
ALUGUEL	10.836.246,35
ALIENAÇÃO DOMINIO UTIL	4.738.205,38
PARCELAMENTO	873.718,28
JUROS OUTROS ALUGUEIS	9.141,66
MULTA DE ALUGUEL	8.698,05
JUROS OUTRAS RECEITAS SPU	8.662,25
ALIENAÇÃO BENS IMOVEIS-SPU	645,06
JUROS ALIEN DOMINIO UTIL/BENS IMOVEIS	115,95
MULTA OUTRAS RECEITAS - SPU	49,34
MULTA ALIEN DOMINIO UTIL/BENS IMOVEIS	33,13
Total	16.475.515,45

Fonte: SARP

ANEXO V – PETI e PDTI 2016

PDTi

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2017 - 2019



Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2017 – 2019

Brasília, 1 de fevereiro de 2017

Normalização Bibliográfica: CODIN/CGPLA/DIPLA

B823p

Brasil. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2017-2019 / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Diretoria de Tecnologia da Informação. -- Brasília: MP, 2017.
40 p.: il.

1. Tecnologia da Informação 2. Planejamento estratégico I. Título

CDU 658.011.56

Presidente da República
Michel Temer

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministro Dyogo Henrique de Oliveira

Secretaria-Executiva

Secretário-Executivo Dyogo Henrique de Oliveira
Secretário-Executivo Adjunto Esteves Pedro Colnago Júnior

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
Diretor Eduardo Cesar Soares Gomes

Coordenação-Geral de Governança – CGGOV/DTI
Coordenador-Geral Tiago Silva Miari

Equipe de Coordenação do PDTIC (Portaria 01 DTI de 28 de Junho de 2016)
Ana Carolina Dionízio Alves - DTI
Marcelo Moreira de Oliveira - DTI

Equipe de Elaboração do PDTI (EqPDTI)

Alexandre da Silva Castro - CONJUR
Aloísio Pádua Pinto - SEAIN
Antônio Sabino da Costa Filho - SEAIN
Breno Zaban Carneiro - SE
Brumer Freitas Moura - DIRAD
Eduardo Henrique Ellery Neto - GM
Erasmus Veríssimo de Castro Sampaio - DEPEX
Fernando José Silva - DIRAD
Fernando Kleber de Araújo Souza - DTI
Flaviana de Oliveira Aguiar - DTI
Flávio Borges dos Santos - SDI
Francisco Marcelo Marques Lima - SPU
Geraldo de Figueiredo Junior - ASCOM
Gerson Batista Pereira - SEST
Heber Fialho Maia Junior - STI
João Paulo Bittar Hamú Nogueira - SDI
Jorge Eduardo da Costa Soares - SDI
Karlei Scardua Rodrigues - SOF
Leonardo Aguiar Sousa - DEPEX
Luiz Fernando Bastos Coura - STI
Manoel Messias Nunes de Medeiros - SEGES
Marcelo Fernandes de Lima - SPU
Marcelo Macedo Klotz - ASCOM
Marcio Sobral E Silva - SEGRT
Maria Inês da Rocha Silva - SEPLAN
Mauro Tapajós Santos - SOF
Natal Henrique Troz Guglilhermi - SEST
Nelson do Vale Oliveira - SEGES

Otávio Porto Barbosa - SEST
Paulo Roberto Pereira Leite - SEAIN
Plínio Roberto Perdigão Sales - DTI
Roberto Ferreira Irmão - GM
Rogério Meneguim - SEGRT
Sidney Viana Rodrigues - DEPEX

Data	Versão	Descrição	Autores
27/01/2015	V1	Plano Diretor de Tecnologia da Informação	Ana Carolina Dionizio Alves Marcelo Moreira de Oliveira

ÍNDICE

1 APRESENTAÇÃO	7
2 INTRODUÇÃO	8
3 TERMOS E ABREVIACÕES	9
4 METODOLOGIA APLICADA PARA ELABORAÇÃO	9
5 DOCUMENTO DE REFERÊNCIA	10
6 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES.....	10
7 ORGANIZAÇÃO DA TI.....	11
8 RESULTADO DO PDTI ANTERIOR	11
9 REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI	11
10 ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO.....	13
11 INVENTÁRIO DE NECESSIDADES	13
12 CAPACIDADE ESTIMADA DE EXECUÇÃO DA TI.....	13
13 PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS	14
14 PLANO ORÇAMENTÁRIO DO PDTI.....	14
15 PLANO DE GESTÃO DE RISCOS	15
16 PROCESSO DE REVISÃO DO PDTI	15
17 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	15
18 CONCLUSÃO	15
19 ANEXOS.....	16

*“Visão sem ação é sonho. Ação sem visão é pesadelo”
(Provérbio chinês)*

APRESENTAÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – PDTI/MP tem como objetivo atender as necessidades de tecnologia da informação das unidades desse Ministério alinhadas aos objetivos estratégicos, visando agregar valor ao negócio. Nesse sentido, ele auxiliará a priorização e otimização da aplicação dos recursos.

O PDTI/MP compõe-se, em linhas gerais, por princípios e diretrizes, por referencial estratégico de TI, resultados do PDTI-2016, inventários de necessidades, planos de pessoal, de infraestrutura, de orçamento, de sistemas e de serviços com ações e metas. Este plano abrange as necessidades de TI de todas as áreas do Ministério, tendo em vista as diferenças de maturidades e complexidades entre elas.

O período de vigência deste PDTI será do primeiro semestre de 2017 até dezembro de 2019, com revisões ordinárias em dezembro de 2017 e dezembro de 2018, com revisões extraordinárias a qualquer momento quando forem necessárias para manter a TI sempre alinhada com as necessidades das áreas do Ministério e com o fechamento no final da vigência. As solicitações das revisões extraordinárias serão abordadas e aprovadas no Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI.

INTRODUÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI - é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação do MP para um determinado período, possibilitando alinhar os recursos aplicados em TI, eliminar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos no que é mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado ao cidadão. É uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão para o MP, habilitando-o a agir de forma proativa, contra as ameaças e a favor das oportunidades.

A aprovação e publicação deste documento e suas revisões envolve duas instâncias: o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação-CETI para aprovação prévia e a Secretaria Executiva-SE do MP para aprovação final e publicação.

Com o intuito de dar transparência e publicidade, o documento é divulgado na área de publicações da intranet e no sítio eletrônico do Ministério do Planejamento (<http://www.planejamento.gov.br>).

TERMOS E ABREVIACÕES

Sigla	Descrição
CETI	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
EGD	Estratégia de Governança Digital
eMAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
ePING	Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
ePWG	Padrões Web em Governo Eletrônico
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PETIC	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PPA	Plano Plurianual
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
TCU	Tribunal de Contas da União

METODOLOGIA APLICADA PARA ELABORAÇÃO

A metodologia utilizada para a elaboração deste documento baseou-se no Guia de PDTIC do SISP, porém com as devidas adaptações levando em consideração a existência de um Planejamento Estratégico de TIC (PETIC) para o período de julho de 2016 a dezembro de 2019.

As iniciativas estratégicas definidas no âmbito desse PETIC foram acrescentadas necessidades específicas de TIC compondo, assim, o inventário de necessidades. Essas iniciativas e necessidades foram, então, desdobradas em ações necessárias para o seu atendimento, sendo organizadas em planos de ação de acordo com cada objetivo estratégico. Assim, foram criados dez planos de ação correspondendo a cada um dos dez objetivos estratégicos de TIC constantes no PETIC, acrescidos de dois planos de ação específicos para o atendimento às necessidades de serviços e às necessidades de sistemas de informação. Dessa forma, a execução de cada plano de ação estará relacionada ao atendimento de cada objetivo estratégico.

Para a elaboração deste PDTI foi nomeada, através de portaria específica, a equipe responsável pelo trabalho realizado. Essa equipe contou com membros de todas as unidades do Ministério para que este instrumento pudesse ser de fato representativo.

Foram encaminhados às áreas, formulários para levantamento das necessidades de TI havendo, ao final, a consolidação de todos esses formulários.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Para subsidiar a elaboração do PDTI/MP, os documentos utilizados foram o Plano Plurianual – PPA (2016-2019), o Plano Estratégico Institucional – PEI (2016-2019), a Estratégia de Governança Digital - EGD (2016-2019), o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC/MP (2016-2019) e o PDTI – 2016 Revisado, o Regimento Interno do MP.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Os princípios e diretrizes norteadores deste PDTI foram definidos no âmbito do PETIC 2016-2019, sendo transcritos a seguir:

Princípios e Diretrizes	Origem
PD1: Utilizar, sempre que necessário, a contratação de serviços para tarefas executivas	- Decreto-lei nº 200/1967, art. 10, § 7º e 8º - Decreto nº 2.271/1997 - Acórdão 1214/2013 TCU Plenário
PD2: Realizar contratações conjuntas no âmbito do MP, preferencialmente	De acordo com os princípios constitucionais da eficiência (Art. 37) e economicidade (Art. 70)
PD3: Deve-se buscar a padronização do ambiente de TIC, visando à integração de Soluções de TIC no âmbito do MP	- Decreto nº 1.048/1994 - Acórdão TCU 1603/2008 - Plenário
PD4: Utilizar os padrões do Governo Eletrônico	- eMag-Modelo de Acessibilidade - e-Ping-Arquitetura de Interoperabilidade - ePWG-Padrões Web
PD5: Priorização de serviços públicos disponibilizados em meio digital	Estratégia de Governança Digital – EGD V1.0 (2016)

Fonte: PDTIC/MP 2016/2019

ORGANIZAÇÃO DA TI

A estrutura de TIC do MP compõe-se por unidade setorial, que é a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e áreas de TIC das unidades administrativas que suportam o negócio a fim de alcançar os objetivos estratégicos previstos no PETIC. Essa estrutura é formada por: Secretaria de Orçamento Federal (SOF), Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), Gabinete do Ministro (GM), Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (SEPLAN), Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), Secretaria de Gestão (SEGES), Secretária de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (SEGRT) e Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura (SDI).

RESULTADOS DO PDTI ANTERIOR

O PDTI/MP – 2016 foi composto por sessenta e uma ações. Dentre essas, houve 56% de ações concluídas, 43% de ações replanejadas e 1% canceladas. O detalhamento dos resultados do PDTI de 2016 está contemplado no Anexo de Ações do PDTI de 2016.

REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI

O Referencial Estratégico de TI, composto por Análise de SWOT, Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos, foi definido no âmbito do PETIC/MP e serviu como direcionador das ações de TIC.

Segue, abaixo, o Mapa Estratégico da TI do MP.



ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO

O PDTI/MP foi elaborado pela equipe de governança da DTI em conjunto com todas as áreas do MP. Este plano está alinhado ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC/MP, ao Plano Estratégico Institucional - PEI, ao Plano Plurianual - PPA e à Estratégia de Governança Digital - EGD. Com esse alinhamento à estratégia da organização, assegura-se que os esforços em investimentos e custeios em TI visem alcançar os objetivos estratégicos da organização.

INVENTÁRIO DE NECESSIDADES

Plano de Levantamento das Necessidades

O Plano de Levantamento das Necessidades foi composto por necessidades referentes a pessoas, infraestrutura, efetividade do gasto, governança, gestão, auditoria, transparência ativa, satisfação das áreas, integração entre as áreas de TIC, agregação valor pela TIC ao MP, serviços e sistemas. Ele contém informações referentes a iniciativas estratégicas/necessidades e as ações necessárias, as informações sobre o quantitativo e o valor estimado de cada ação serão acrescentadas nos planos de execução relacionados a cada plano de ação.

Crítérios de Priorização

Os critérios de priorização definidos no âmbito deste PDTI foram o alinhamento das necessidades aos objetivos estratégicos, a agregação de valor ao negócio, abrangência, impacto e urgência.

Necessidades Identificadas

Ao realizar o levantamento juntamente com as áreas do Ministério, foram identificadas necessidades referentes a pessoas, infraestrutura, efetividade do gasto, governança, gestão, auditoria, transparência ativa, satisfação das áreas, integração entre as áreas de TIC, agregação de valor pela TIC, serviços e sistemas. Essas necessidades estão contempladas no seu Plano de Ação respectivo com as ações necessárias para o seu atendimento.

Necessidades para Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas (OE1)	
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade
Ini1.1	Implementação da Gestão por Competência
NP1	Capacitação em liderança e gestão
NP2	Capacitação em Metodologias
NP3	Capacitação em Frameworks (modelos) de Mercado
NP4	Capacitações em Sistemas Estruturantes
NP5	Capacitação em Aplicativos e Ferramentas de Apoio aos processos de negócio
Necessidades para Aperfeiçoar a Infraestrutura de TIC (OE2)	
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade
Ini 2.1	Implementação de Modelo Tecnológico de Soluções de TIC.

Ini 2.2	Implantação de serviços em nuvem.
Ini 2.3	Implantação de hiperconvergência.
Ini 2.4	Utilização da infraestrutura ociosa das unidades vinculadas.
Ini 2.5	Aprimoramento do uso de ferramentas / aplicativos de apoio aos processos.
Ini 2.6	Ini 2.6: Evolução da infraestrutura de hardware e da interconexão
Necessidades para Melhorar a Efetividade do Gasto Público em TIC (OE3)	
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade
Ini 3.1	Estabelecimento de Parcerias e Termos de Cooperação com outros órgãos e entidades públicas.
Ini 3.2	Internalização de sistemas.
Ini 3.3	Alocação de Recursos nos Planos de TIC.
Necessidades para Aperfeiçoar a Governança de TIC (OE4)	
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade
Ini4.1	Aperfeiçoamento dos processos de governança de TIC
Necessidades para Aperfeiçoar a Gestão de TIC (OE5)	
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade
Ini 5.1	Aperfeiçoamento dos processos de gestão de TIC.
Ini 5.2	Aumento da aderência dos sistemas geridos pelo MP aos padrões de governo (E-Ping e E-mag).
Ini 5.3	Implementação do Plano de Continuidade de Negócios.
Ini 5.4	Aperfeiçoamento da Análise de Riscos.
Ini 5.5	Implementação do Plano de Comunicação com as partes interessadas sobre os resultados da gestão e do uso de TIC.
Ini 5.6	Aperfeiçoamento da transferência de conhecimento.
Necessidades para Implantar a Auditoria Interna de TIC (OE6)	
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade
Ini 6.1	Implementação de auditoria em processos de TIC.
Necessidades para Aprimorar a Transparência Ativa do MP (OE7)	
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade
Ini 7.1	Implantação de processo de comunicação ativa das decisões.
Ini 7.2	Comunicação dos resultados da TIC para as áreas finalísticas.
Ini 7.3	Implantação de ações de transparência ativa.
Necessidades para Aumentar a Satisfação das Áreas de Negócio dos Serviços de TIC (OE8)	
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade
Ini 8.1	Adequação do nível de serviço de TIC
Ini 8.2	Adequação do tempo de resposta da TIC
Necessidades para Fortalecer a Integração Entre as Áreas de TIC do MP (OE9)	
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade
Ini 9.1	Aperfeiçoamento da estrutura de governança de TIC
Ini 9.2	Implantação de Comitê de Governança Digital
Necessidades para Agregar Valor ao MP por Meio da Provisão de Serviços e Soluções de TIC (OE10)	
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade
NS1	Serviço de digitalização de grandes volumes
NS2	Serviço de atendimento ao usuário em 1º, 2º e 3º níveis (Service Desk)
NS3	Aferição de Pontos de Função
NS4	Gestão de Riscos e Controles Internos
NS5	Consultoria em desenvolvimento qlickview
Necessidades para Prover Sistemas de Informação	

ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade
NSI1	Evolução dos Sistemas Estruturantes do Ministério do Planejamento
NSI2	Desenvolvimento de Sistemas de Informação para o Ministério do Planejamento
NSI3	Integração de Sistemas de Informação
NSI4	Desenvolvimento de sistemas de apoio à gestão

CAPACIDADE ESTIMADA DE EXECUÇÃO DA TI

A capacidade estimada de execução da TI será definida posteriormente pois não há histórico sobre capacidade de execução e nem métrica específica que possam servir de subsídio para a estimativa da capacidade.

PLANO DE METAS E AÇÕES

Plano de Metas

As metas das ações aplicadas a este plano serão as especificadas no PETI/MP 2017 a 2019.

Plano de Ação

O Plano de Ação é composto por ações referentes a pessoas, infraestrutura, efetividade do gasto, governança, gestão, auditoria, transparência ativa, satisfação das áreas, integração entre as áreas de TIC, agregação de valor pela TIC, serviços e sistemas. Essas ações foram desdobradas das necessidades inventariadas. Esse Plano de Ação consta nos anexos deste documento.

O Plano de Ação da Secretaria do Orçamento Federal constará no PDTI dessa secretaria e não faz parte do escopo deste documento.

O Plano de Ação da Secretaria do Patrimônio da União é parte integrante deste PDTI. Dessa forma, o orçamento a ser considerado no âmbito deste Plano Diretor, consolida os orçamentos da DTI e da SPU.

PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

O Plano de Gestão de Pessoas foi elaborado a partir das capacitações necessárias e o quantitativo de pessoal para cada capacitação identificada. Esse plano irá compor um plano maior relativamente à Gestão por Competências que está previsto no PETIC/MP. Esse Plano Gestão de Pessoas compõe o Plano de Ação que consta nos anexos deste documento.

PLANO ORÇAMENTÁRIO DO PDTI

Orçamento Público é um instrumento de planejamento governamental em que constam as despesas da administração pública para um ano, em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas. É nesse documento que o governo reúne todas as receitas arrecadadas e programa o que de fato vai ser feito com esses recursos. No Orçamento estão previstas a arrecadação e a alocação de todos os recursos.

O Plano Orçamentário da TI do MP é composto pelo orçamento da DTI, SOF e SPU.

	DTI	SOF	SPU	Totais
Investimento	25.576.880,00	2.886.327,78	1.626.543,35	30.089.751,13
Custeio	188.696.511,00	5.527.505,54	2.839.220,11	197.063.236,65
Total Anual	214.273.391,00	8.413.833,32	4.465.763,46	227.152.987,78

Esse plano contempla o orçamento de investimento e de custeio que serão utilizados para alcançar os objetivos estratégicos da TI do MP.

- Custeio: é a dotação necessária à manutenção de serviços e à manutenção da ação da administração como, por exemplo, o pagamento de pessoal, de material de consumo e a contratação de serviços de terceiros.
- Capital (investimento): é a dotação orçamentária para o planejamento e a execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

O Plano de Gestão de Riscos da TI do MP é composto pelos riscos identificados, probabilidade de ocorrência, impacto dos riscos, ação, gatilho, respostas aos riscos, responsáveis por essas ações. Esse plano consta nos anexos deste PDTI.

PROCESSO DE REVISÃO DO PDTI

O processo de Revisão do PDTI ocorrerá anualmente no final de 2017, 2018 e com um fechamento deste plano em 2019. Em cada revisão, será revisto se este plano está em consonância com o PPA, PEI, PETIC e a EGD e se as ações e metas estão adequadas aos objetivos estratégicos da TI do MP de forma a atingi-los.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A realização deste PDTI se dará pelas ações que foram derivadas das iniciativas constantes do PETIC. Para tanto, alguns aspectos serão primordiais para o alcance dos objetivos estratégicos propostos e atingimento da visão de futuro definida para a TIC do MP. Esses aspectos incluem os seguintes fatores críticos de sucesso:

- Patrocínio da alta administração;
- Estrutura de Governança adequada, envolvendo;
- o Comitê de Governança Digital ou equivalente formado pela alta administração e um Comitê Executivo de Tecnologia da Informação formado por representantes das áreas de negócio e da TIC do MP;
- Participação e envolvimento das áreas de TIC das unidades administrativas nas decisões de TIC;
- Comprometimento das áreas de TIC do MP com a execução deste plano;
- Monitoramento e avaliação constante das metas dos indicadores dos objetivos estratégicos e apresentação ao comitê estratégico.

CONCLUSÃO

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, mediante atuação efetiva da sua Diretoria de Tecnologia da Informação, tem direcionado esforços no sentido de aperfeiçoar a governança e a gestão de tecnologia da informação.

Este instrumento tem por objetivo não apenas transparecer os investimentos em TIC feitos no órgão, mas de ofertar serviços digitais ao cidadão e aos usuários, de forma a alinhar-se à EGD do SISP.

Ao final da execução deste Plano, espera-se que a tecnologia da informação e comunicação seja vista pelas áreas finalísticas do Ministério como estratégica para apoiar suas políticas e para prover as plataformas mais adequadas à implementação de serviços públicos disponibilizados pelo MP na forma digital. Dessa forma, este Plano visa a contribuir para a estratégia do próprio Ministério em gerar valor para a sociedade, a partir do cumprimento de sua missão institucional de *“Prover soluções de TIC para apoiar e aprimorar os processos de negócio do MP”*, alcance sua visão de futuro de *“Ser reconhecida pelas áreas de negócio pela excelência dos serviços prestados”*.

ANEXOS

- Plano de Ação da TIC;
- Plano de Gestão de Riscos;
- Resultados do PDTI – 2016;

Plano de Ação para Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas (OE1)			
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	ID	Ação
Ini1.1	Implementação da Gestão por Competência	A1.1.1	Elaborar Plano de Gestão por Competência
		A1.1.2	Executar o Plano de Gestão por Competência
NP1	Capacitação em liderança e gestão	AP1.1	Capacitar servidores em liderança e gestão de conflitos
		AP1.2	Capacitar servidores em Gestão de Projetos
		AP1.3	Capacitar servidores em Gestão de Serviços de TI
		AP1.4	Capacitar servidores em Gestão de Fornecedores
		AP1.5	Capacitar servidores em Gestão de Contratos
		AP1.6	Capacitar servidores em Gestão de riscos de TIC
NP2	Capacitação em Metodologias	AP2.1	Capacitar servidores em Desenvolvimento Ágil
		AP2.2	Capacitar servidores em Inteligência de Negócios (BI)
		AP2.3	Capacitar servidores em novos modelos de aquisição, compartilhamento e desenvolvimento de sistemas
		AP2.4	Capacitar servidores em qualidade e curadoria de dados
		AP2.5	Capacitar servidores em contagem de Pontos de Função
NP3	Capacitação em Frameworks (modelos) de Mercado	AP3.1	Capacitar servidores em COBIT
		AP3.2	Capacitar servidores ITIL
		AP3.3	Capacitar servidores em Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM)
NP4	Capacitações em Sistemas Estruturantes	AP4.1	Capacitar servidores no SIAPE Cadastro
		AP4.2	Capacitar servidores no SIAPE Folha
		AP4.3	Capacitar servidores no SIAPE Extrator e Data Warehouse
		AP4.4	Capacitar servidores no SIGEPE
		AP4.5	Capacitar servidores no GRP
NP5	Capacitação em Aplicativos e Ferramentas de Apoio aos processos de negócio	AP5.1	Capacitar servidores em QlikView.
		AP5.2	Capacitar servidores em ferramentas de escritório
		AP5.3	Capacitar servidores em planilha eletrônica
		AP5.4	Capacitar servidores em editor de texto
		AP5.5	Capacitar servidores em sistema operacional de baixa plataforma

Plano de Ação para Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas (OE1)		
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	Ação
		AP5.6 Capacitar servidores em rede de computadores
		AP5.7 Capacitar servidores em Banco de Dados MySQL
		AP5.8 Capacitar servidores em Java
		AP5.9 Capacitar servidores iReports
		AP5.10 Capacitar servidores em Postgis
		AP5.11 Capacitar servidores em Geoserver
		AP5.12 Capacitar servidores em Geonetwork
		AP5.13 Capacitar servidores em DW Microsoft

Plano de Ação para Aperfeiçoar a Infraestrutura de TIC (OE2)		
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	Ação
Ini 2.1	Implementação de Modelo Tecnológico de Soluções de TIC.	A2.1.1 Implantar solução de desenvolvimento de aplicações departamentais com plataforma de autosserviço
Ini 2.2	Implantação de serviços em nuvem.	A2.1.2 Evoluir o Modelo Tecnológico de Soluções de TIC
Ini 2.3	Implantação de hiperconvergência.	A2.2.1 Implantar serviços em nuvem
Ini 2.4	Utilização da infraestrutura ociosa das unidades vinculadas.	A2.3.1 Implantar hiperconvergência
Ini 2.5	Aprimoramento do uso de ferramentas / aplicativos de apoio aos processos.	A2.4.1 Elaborar plano de compartilhamento de infraestrutura entre o MIP e unidades vinculadas
		A2.5.1 Adquirir softwares e soluções de apoio à gestão
		A2.5.2 Adquirir ferramenta de modelagem de processos
		A2.5.3 Adquirir Licenças de QlikView Named
		A2.5.4 Adquirir Licença de QlikView Information Access Server (Ambiente de publicação para acesso público)

Plano de Ação para Aperfeiçoar a Infraestrutura de TIC (OE2)		
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	Ação
Ini 2.6	Ini 2.6: Evolução da infraestrutura de hardware e da interconexão	A2.5.5 Adquirir Licença de QlikView TesteServer (ambiente de desenvolvimento)
		A2.5.6 Adquirir Licença de QlikView Publisher (ferramenta para publicação dos painéis)
		A2.5.7 Adquirir Licença de QlikView
		A2.5.8 Adquirir Licença de QlikView Enterprise Edition Server Licença de produção
		A2.5.9 Adquirir Licença de QlikView Sense
		A2.5.10 Contratar Consultoria em desenvolvimento qlickview
		A2.5.11 Adquirir solução de controle de orçamento
		A2.5.12 Adquirir leitor de códigos de barra inteligente para o GRP
		A2.5.13 Adquirir Assinaturas exclusivas para acesso ao Gartner
		A2.5.14 Contratar serviços de nuvem
		A2.5.15 Modernizar o parque de estações de trabalho (desktops, VDI)
		A2.6.1 Ini 2.6: Evolução da infraestrutura de hardware e da interconexão.
		A2.6.2 Aumentar a capacidade de armazenamento (storage)
		A2.6.3 Aumentar a capacidade do servidor de rede
		A2.6.4 Prover solução de videoconferência (Webcam/Headset)
A2.6.5		Prover solução de videoconferência (com TV)
		Prover solução para conferência (Projetor/Solução Audiovisual)
		Prover solução para conferência (caixas de com)
		Prover infraestrutura para a publicação dos Dados Abertos
		Implantar infraestrutura para gestão e análise estratégica de informações
		Executar Plano de Disseminação do Uso Ipv6 Implantação do Ipv6 na rede MP
		Fortalecer a infraestrutura de TI visando otimização de recursos orçamentários de TI (implantar Firewall Corporativo)
		Fortalecer a infraestrutura de TI visando otimização de recursos orçamentários de TI (implantar solução de criptografia)
		A2.6.12
		A2.6.13 Implantar o centro de segurança do MP (SOC)

Plano de Ação para Aperfeiçoar a Infraestrutura de TIC (OE2)		
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	Ação
		A2.6.14 Prover infraestrutura para as novas ferramentas de Governo Eletrônico
		A2.6.15 Aumentar a capacidade de armazenamento (fitas de backup)
		A2.6.16 Prover solução de impressão/digitalização

Plano de Ação para Melhorar a Efetividade do Gasto Público em TIC (OE3)		
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	Ação
Ini 3.1	Estabelecimento de Parcerias e Termos de Cooperação com outros órgãos e entidades públicas.	Estabelecer Parcerias e Termos de Cooperação com outros órgãos e entidades públicas
Ini 3.2	Internalização de sistemas.	Executar Plano de Internalização de Sistemas
Ini 3.3	Alocação de Recursos nos Planos de TIC.	Especificar a Alocação de Recursos no PDTI e nos planos de execução das ações de TI

Plano de Ação para Aperfeiçoar a Governança de TIC (OE4)		
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	Ação
Ini4.1	Aperfeiçoamento dos processos de governança de TIC	Elaborar Plano de Aperfeiçoamento dos processos de governança de TIC
		A4.1.2 Executar o Plano de Aperfeiçoamento dos processos de governança de TIC

Plano de Ação para Aperfeiçoar a Gestão de TIC (OE5)			
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	ID	Ação
Ini 5.1	Aperfeiçoamento dos processos de gestão de TIC.	A5.1.1	Elaborar Plano de Aperfeiçoamento da Gestão de TIC
		A5.1.2	Executar Plano de Aperfeiçoamento da Gestão de TIC
		A5.1.3	Revisar o Processo de Entrega de Soluções (PES)
		A5.1.4	Implantar Entrega Contínua de Soluções de TIC
Ini 5.2	Aumento da aderência dos sistemas geridos pelo MP aos padrões de governo (E-Ping e E-mag).	A5.2.1	Avaliar a aderência dos sistemas geridos pelo MP aos padrões de governo (E-Ping e E-mag)
		A5.2.2	Implementar plano de aumento da aderência dos sistemas geridos pelo MP aos padrões de governo (E-Ping e E-mag)
Ini 5.3	Implementação do Plano de Continuidade de Negócios.	A5.3.1	Elaborar Processo de Continuidade de Negócios
		A5.3.2	Implantar Processo de Continuidade de Negócios
Ini 5.4	Aperfeiçoamento da Análise de Riscos.	A5.4.1	Elaborar Processo de Análise de Riscos
		A5.4.2	Implantar Processo de Análise de Riscos
Ini 5.5	Implementação do Plano de Comunicação com as partes interessadas sobre os resultados da gestão e do uso de TIC.	A5.5.1	Elaborar Processo de Comunicação com as partes interessadas sobre os resultados da gestão e do uso de TIC
		A5.5.2	Implantar Processo de Comunicação com as partes interessadas sobre os resultados da gestão e do uso de TIC
Ini 5.6	Aperfeiçoamento da transferência de conhecimento.	A5.6.1	Evoluir Processos ITSM
		A5.6.2	Elaborar Processo de Aperfeiçoamento da transferência de conhecimento
		A5.6.3	Implantar Processo de Aperfeiçoamento da transferência de conhecimento

Plano de Ação para Implantar a Auditoria Interna de TIC (OE6)		
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	Ação
Ini 6.1	Implementação de auditoria em processos de TIC.	A6.1.1 Definir processos de governança que serão auditados
		A6.1.2 Definir processos de gestão que serão auditados
		A6.1.3 Implementar auditoria em processos de governança
		A6.1.4 Implementar auditoria em processos de gestão

Plano de Ação para Aprimorar a Transparência Ativa do MP (OE7)		
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	Ação
Ini 7.1	Implantação de processo de comunicação ativa das decisões.	A7.1.1 Elaborar Processo de comunicação ativa das decisões
Ini 7.2	Comunicação dos resultados da TIC para as áreas finalísticas.	A7.1.2 Implantar Processo de comunicação ativa das decisões
		A7.2.1 Elaborar Processo de Comunicação dos resultados da TIC para as áreas finalísticas
Ini 7.3	Implantação de ações de transparência ativa.	A7.2.2 Implantar Processo de Comunicação dos resultados da TIC para as áreas finalísticas
		A7.3.1 Elaborar Plano de ações de transparência ativa
		A7.3.2 Executar Plano de ações de transparência ativa

Plano de Ação para Aumentar a Satisfação das Áreas de Negócio dos Serviços de TIC (OE8)			
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	ID	Ação
Ini 8.1	Adequação do nível de serviço de TIC	A8.1.1	Revisar o Processo de Sustentação de Soluções de TIC
		A8.1.2	Adequar o nível de serviço de TIC
		A8.1.3	Incorporar soluções de Big Data à arquitetura corporativa
		A8.1.4	Implantar Barramento de Dados Interno do MP
Ini 8.2	Adequação do tempo de resposta da TIC	A8.2.1	Implantar Gerenciamento de Relacionamento com o Cliente
		A8.2.2	Padronizar arquitetura corporativa de Data Warehouse (DW)
		A8.2.3	Padronizar arquitetura corporativa de Business Intelligence (BI) e Data Discovery
		A8.2.4	Adequar o tempo de resposta da TIC

Plano de Ação para Fortalecer a Integração Entre as Áreas de TIC do MP (OE9)			
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	ID	Ação
Ini 9.1	Aperfeiçoamento da estrutura de governança de TIC	A9.1.1	Elaborar Plano de Aperfeiçoamento da estrutura de governança de TIC
		A9.1.2	Executar Plano de Aperfeiçoamento da estrutura de governança de TIC
		A9.1.3	Implantar Governança de Dados
Ini 9.2	Implantação de Comitê de Governança Digital	A9.2.1	Elaborar Plano de Implantação de Comitê de Governança Digital

Plano de Ação para Agregar Valor ao MP por Meio da Provisão de Serviços e Soluções de TIC (OE10)			
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	ID	Ação
NS1	Serviço de digitalização de grandes volumes	AS1.1	Contratar serviço de digitalização de grandes volumes
		AS1.2	Digitalizar do acervo de documentos (processos, mapas, ect) para todas as unidades da SPU
NS2	Serviço de atendimento ao usuário em 1º, 2º e 3º níveis (Service Desk)	AS2.1	Contratar Suporte (níveis 1,2,3) aos usuários dos sistemas e aplicações da SPU
		AS2.2	Contratar serviço de atendimento em 1º, 2º e 3º níveis e presencial para atendimento aos usuários dos Sistemas da SEAIN (SIGS, SISCOPAG e outros) presencial Brasília
		AS2.3	Contratar serviço de atendimento em 1º, 2º e 3º níveis e presencial para atendimento aos usuários dos Sistemas do SEST
NS3	Aferição de Pontos de Função	AS3.1	Validar contagem de Pontos de Função
NS4	Gestão de Riscos e Controles Internos	AS4.1	Contratar Gestão de Riscos e Controles Internos
NS5	Consultoria em desenvolvimento qlickview	AS5.1	Contratar consultoria em desenvolvimento qlickview

Plano de Ação para Prover Sistemas de Informação		
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	Ação
NSI1	Evolução dos Sistemas Estruturantes do Ministério do Planejamento	ASI1.1 Evoluir o Sistema SIAPECON para a inclusão de módulo de controle GRU decorrente de decisão judicial
		ASI1.2 Evoluir o Protocolo Integrado – Evolução do Protocolo Integrado para peticionamento eletrônico
		ASI1.3 Evoluir o SEI – Barramento e adaptação ao barramento
		ASI1.4 Adquirir aplicativo SEI Mobile
		ASI1.5 Evoluir Painéis gerenciais da SEGRT - (QLIK VIEW)
		ASI1.6 Implementar Painel (QLIK VIEW) de simulações de negociações Salariais
		ASI1.7 Evoluir e manter o Portal do Software Público Brasileiro
		ASI1.8 Manter e evoluir o portal de dados abertos
		ASI1.9 Manter e evoluir o Portal de Serviços
		ASI1.10 Manter e evoluir o Portal do Governo Eletrônico
NSI2	Desenvolvimento de Sistemas de Informação para o Ministério do Planejamento	ASI2.1 Desenvolver o Banco de Projeto - Portal dos Convênios
		ASI2.2 Desenvolver o PMI - Procedimento de Manifestação de Interesse para PPP do SICONV
		ASI2.3 Desenvolver o PPP - Parceria Público Privada para o SICONV - Primeira Etapa
		ASI2.4 Desenvolver o PPP - Parceria Público Privada para o SICONV - Segunda Etapa
		ASI2.5 Desenvolver o PPP - Parceria Público Privada para o SICONV - Gestão do Processo e da Parceria
		ASI2.6 Desenvolver a Plataforma de Cidadania Digital (PCD) Ferramenta de requisições e acompanhamento de serviços
		ASI2.7 Desenvolver a Plataforma de Cidadania Digital (PCD) Consultoria para digitalização de serviços públicos
		ASI2.8 Desenvolver o Pannel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos
		ASI2.9 Desenvolver a Rede de Inovação (Inovagov) Ferramenta web para comunicação e construção de projetos de inovação
		ASI2.10 Desenvolver a Rede de Inovação (Inovagov) Ferramenta web para lançamento de desafios de inovação a serem solucionados pela população

Plano de Ação para Prover Sistemas de Informação			
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	ID	Ação
		ASI2.11	Reestruturar a arquitetura do SIEST (SEST01)
		ASI2.12	Desenvolver o Sistema Estruturante do SISP (SI-SISP)
		ASI2.13	Reestruturar o portal de serviços da SEST (SEST02)
		ASI2.14	Desenvolver três módulos novos do SIEST (SEST03)
NSI3	Integração de Sistemas de Informação	ASI3.1	Desenvolver a Integração do Portal dos Convênios com redes sociais - # RedeSiconv
		ASI3.2	Desenvolver a integração das informações comuns aos sistemas SISPAC, SIAFI e SIOP
		ASI3.3	Desenvolver a integração do SIGAC com outros sistemas do MP
		ASI3.4	Desenvolver a Integração dos sistemas e aplicativos da SPU com outros sistemas e bases da Administração Pública
NSI4	Desenvolvimento de sistemas de apoio à gestão	ASI3.5	Desenvolver a integração do portal de dados com outros portais
		ASI4.1	Desenvolver Sistema de Informações Gerenciais – Pannel de Gestão - DEPEX
		ASI4.2	Desenvolver o Sistema de Gestão de Atas de Registro de Preços
		ASI4.3	Desenvolver o Sistema de gestão de contratos, orçamento, TED e pagamentos
		ASI4.4	Desenvolver sistema de solução de gestão de bens móveis GRP
		ASI4.5	Desenvolver Pannel de Gestão de Contratos
		ASI4.6	Desenvolver Pannel de Gestão Orçamentário financeiro
NSI5	Aquisição de sistemas de apoio à gestão	ASI4.7	Desenvolver Aplicativo mobile voltados a gestão de Pessoas
		ASI5.1	Adquirir Sistema de Frequência
		ASI5.2	Adquirir o Sistema de Gestão de Projetos
		ASI5.3	Contratar Sistema para o controle e a gestão de frota de veículos
		ASI5.4	Contratar Sistema para o controle e a gestão de entrada e saída de materiais e equipamentos
		ASI5.5	Contratar Sistema de Gestão de Fiscalização de Contratos
		ASI5.6	Contratar Sistema de Gestão de Contratos
		ASI5.7	Contratar Sistema de Gestão Orçamentária
		ASI5.8	Contratar Sistema de Gestão de Aquisições
		ASI5.9	Contratar Sistema de Gestão de Eventos

Plano de Ação para Prover Sistemas de Informação			
ID	Iniciativa Estratégica/Necessidade	ID	Ação
NSI6	Manutenção de Sistemas de Informação	ASI6.1	Manter o Sistema de Biblioteca Digital
		ASI6.2	Manter sistemas AvaliaMP, GCG e sistemas de frequência (SIGAP,SARH)
NSI7	Customização de Sistemas de Informação	ASI7.1	Customizar o módulo Ponto Eletrônico do GRP (Government Resource Planning)
		ASI7.2	Implantar e manter o Sistema de Gestão de Demandas da Central de Serviços e Suporte do SISP – C3S
NSI8	Desenvolvimento do Projeto SIGEPE	ASI8.1	Desenvolver Posto de Trabalho e Aprendizagem
		ASI8.2	Desenvolver Estrutura Organizacional
		ASI8.3	Desenvolver Função
		ASI8.4	Desenvolver Seleção
		ASI8.5	Desenvolver Avaliação de Desempenho
		ASI8.6	Desenvolver Requerimento
		ASI8.7	Desenvolver Anistiado Político
		ASI8.8	Desenvolver Ação Judicial
NSI9	Implantação do Sistema Unificado de Gestão do Patrimônio Público Federal – V1 (Absorção SIAPA-SARP)	ASI9.1	Implantar o Sistema Unificado de Gestão do Patrimônio Público Federal – V1 (Absorção SIAPA-SARP)
		ASI9.2	Contratar 1500PF/Ano de uma fábrica de testes (Testes funcionais, integração, performance, carga, stress, etc)
NSI10	Implantação do Sistema Unificado de Gestão do Patrimônio Público Federal – V2 (Absorção SPIUnet-CIF)	ASI10.1	Implantar o Sistema Unificado de Gestão do Patrimônio Público Federal – V2 (Absorção SPIUnet-CIF)
		ASI10.2	Contratar 1500PF/Ano de uma fábrica de testes (Testes funcionais, integração, performance, carga, stress, etc)
NSI11	Implantação do Sistema Unificado de Gestão do Patrimônio Público Federal – V3 (Unificação geral de bases + Módulo Gerencial BI)	ASI11.1	Implantar do Sistema Unificado de Gestão do Patrimônio Público Federal – V3 (Unificação geral de bases + Módulo Gerencial BI)
		ASI11.2	Contratar 1500PF/Ano de uma fábrica de testes (Testes funcionais, integração, performance, carga, stress, etc)
NSI12	Testes para o Portal de Serviços	ASI12.1	Contratar Testes para o Portal de Serviços

PLANO DE RISCO									
IDENTIFICAÇÃO			ANÁLISE						
ID	Descrição do Risco	Meta/Ação Associada	Probabilidade de Ocorrência	Impacto	Ação	Gatilho	Resposta ao Risco	Responsável	
R1	Contingenciamento Orçamentário	Plano de Ação de TIC	Alta	Alto	N/A	Ato de Governo	Repriorização do Plano de Ação de TIC	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação	
R2	Alta rotatividade dos colaboradores	Plano de Ação de TIC	Alta	Alto	Implantar Processo de Aperfeiçoamento da transferência de conhecimento	Queda no desempenho da TI acima do previsto	1- Repriorização do Plano de Ação de TIC 2 - Revisão do Processo de Transferência de Conhecimento	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação Equipe de processos	
R3	Interferência política em questões técnicas	Estratégia de TIC	Alta	Alto	1- Aperfeiçoar os processos de governança de TIC 2- Implantar o Comitê de Governança Digital	Atos de Governo	Revisão da Estratégia de TIC	Equipe de Governança de TIC Alta Administração	
R4	Descontinuidade de planos e projetos (mudanças na gestão)	Estratégia de TIC	Média	Alto	1- Aperfeiçoar os processos de governança de TIC 2- Implantar o Comitê de Governança Digital	Atos de Gestão	Revisão da Estratégia de TIC	Equipe de Governança de TIC Alta Administração	

PLANO DE RISCO									
IDENTIFICAÇÃO			ANÁLISE						
ID	Descrição do Risco	Meta/Ação Associada	Probabilidade de Ocorrência	Impacto	Ação	Gatilho	Resposta ao Risco	Responsável	
R5	Estrutura de governança inadequada	Estratégia de TIC	Média	Alto	1- Aperfeiçoar estrutura de governança de TIC 2- Implantar o Comitê de Governança Digital	Atos de Gestão	Revisão da Estratégia de TIC	Equipe de Governança de TIC Alta Administração	
R6	TIC não reconhecida como estratégica	Estratégia de TIC	Média	Médio	1- Disponibilizar canais diretos de comunicação com o cidadão 2- Implementar o Plano de Dados Abertos 3- Disponibilizar serviços digitais ao cidadão	Avaliação da TIC	Revisão da Estratégia de TIC	1- Equipe de Governança de TIC 2- Alta Administração	
R7	Descontinuidade do fornecimento de bens ou prestação de serviços devido à não renovação de contratos por parte do fornecedor	Plano de Ação de TIC	Baixa	Alto	1- Aperfeiçoar os processos de gestão de TIC 2- Implementar plano de continuidade de negócios 3- Aperfeiçoar a análise de riscos 4- Aperfeiçoar a transferência de conhecimento	Não renovação de contrato por parte de fornecedor	Repriorização do Plano de Ação de TIC	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação	

PLANO DE RISCO									
IDENTIFICAÇÃO			ANÁLISE						
ID	Descrição do Risco	Meta/Ação Associada	Probabilidade de Ocorrência	Impacto	Ação	Gatilho	Resposta ao Risco	Responsável	
R8	Quantitativo de pessoal de TI	Plano de Ação de TIC	Média	Alto	1- Aperfeiçoar os processos de gestão de TIC 2- Aperfeiçoar a transferência de conhecimento	Diminuição do quadro de pessoal	Repriorização do Plano de Ação de TIC	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação	
R9	Mudanças nas normas legais	Estratégia de TIC	Baixa	Alto	1- Aperfeiçoar os processos de gestão de TIC 2- Aperfeiçoar a transferência de conhecimento	Atos de Governo	1- Revisar a Estratégia de TIC 2- Repriorização do Plano de Ação de TIC	1- Equipe de Governança de TIC 2- Alta Administração	

Resultados do PDTI 2016		
Ação		Status
DTI01 Hospedar e manter soluções no centro de dados do MP		Ação Concluída.
DTI02 Hospedar e manter soluções no centro de dados de terceiros		Ação Concluída.
DTI03 Gerir a Rede MP (blocos C e K, unidades no DNIT)		Ação Concluída.
DTI04 Gerir as redes das unidades regionais da SPU e do DEPEX		Ação Concluída.
DTI05 Prover serviços de impressão nas redes do MP		Ação Concluída.
DTI06 Capacitar usuários dos sistemas sob gestão do MP		Ação Concluída.
DTI07 Capacitar usuários do MP		Ação Concluída.
DTI08 Disponibilizar certificados digitais a usuários de sistemas e das redes do MP		Ação Concluída.
DTI09 Prover suporte aos usuários de sistemas e das redes do MP		Ação Concluída.
DTI10 Apoiar as atividades finalísticas das unidades do MP		Ação Concluída.
DTI76 Manter o catálogo de serviços de TI do MP		Ação Concluída.
DTI13 Implantar o processo de gestão da Identidade Digital de Governo no MP		Ação Concluída.
DTI83 Implantar GRP no âmbito do MP		Ação Concluída.
DTI77 Promover absorção dos sistemas legados com bases tecnológicas obsoletas (Access, VB, Delphi e Lotus Notes)		Ação Concluída.
DTI24 Absorver a manutenção do SIGS- SEAIN		Ação Concluída.
DTI29 Publicar dados abertos do MP conforme Plano de Dados Abertos - PDA		Ação Concluída.
DTI30 Desenvolver solução de apoio à decisão para o MP		Ação Replanejada, pois analisou-se que seria adequado haver uma solução em nível de gestão e outra em nível estratégico. Com isso, a DTI estará direcionando esforços a fim de viabilizar essas soluções.
DTI35 Implantar o Centro de Operação de Segurança do MP (Security Operation Center - SOC)		Ação Replanejada, pois esta ação está prevista para dezembro de 2017. Foi atingida a meta de 50% prevista para dezembro de 2016.

Resultados do PDTI 2016		
Ação	Status	
DTI37 Implantar firewall corporativo no MP	Ação Replanejada, pois a DTI está atuando por meio de duas frentes: registro do quantitativo de ativos de segurança na IRP nº 15/2016, que trata da Contratação Conjunta de Solução de Segurança de Redes, e prospecção de soluções de segurança como serviço. Esse modelo de contratação, visa ao atendimento do modelo de boas práticas, orientações e vedações para contratação de serviços em nuvem.	
DTI84 Elaborar estratégia de hiperconvergência	Ação Concluída.	
DTI85 Elaborar estratégia de utilização de serviços em nuvem	Ação Concluída.	
DTI47 Estruturar serviço de análise de negócio	Ação Concluída.	
DTI81 Revisar as normas do CSIC	Ação Concluída.	
DTI56 Implantar processos de gestão do orçamento de TI	Ação Replanejada, pois não foi possível a realização desta ação devido à ausência de pessoal capacitado e à transferência de conhecimento.	
DTI61 Instituir processo de monitoramento e avaliação do desempenho da TI	Ação Replanejada. – Verificar com o Plínio ou Bandarrinha.	
DTI63 Implantar os processos de gestão de configuração, mudanças e incidentes do MP	Ação Replanejada, essa ação foi concluída parcialmente com a implantação dos processos de mudanças e incidentes. Porém, há a necessidade uma nova ação para a implantação do processo de gestão de configuração.	
DTI82 Implementar e aperfeiçoar o processo de Gestão de Riscos do MP	Ação Cancelada, pois essa será tratada, de acordo com a Portaria nº 150, de 4 de maio de 2016 no âmbito do Programa de Integridade e do Comitê de Gestão Estratégica.	
DTI69 Instituir processo de gestão de contratos de TI	Ação Concluída.	
DIPLA02 Aprimorar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no MP	Ação Concluída.	
DIPLA03 Internalização do sistema de gestão de biblioteca	Ação Concluída.	
DIPLA04 Implantar novo portal para biblioteca	Ação Replanejada, pois não foi priorizada pela área do MP.	
SEPAC01 Gerar balanços semestrais do PAC	Ação Concluída.	
SOF01 Hospedar e manter soluções no centro de dados da SOF	Ação Concluída.	
SOF02 Gerir a Rede SOF	Ação Concluída.	

Resultados do PDTI 2016		
Ação	Status	
SLTI01 Manter a Infovia	Ação Concluída.	
SLTI13 Reestruturar o portal do Programa de Governo Eletrônico (gov.br)	Ação Concluída.	
STI01 Prover infraestrutura para as novas ferramentas de governo eletrônico	Ação Replanejada, pois é necessário que haja a migração das aplicações que estavam na RAC para nova infraestrutura.	
STI02 Evoluir o Portal de Serviços do Governo Federal	Ação Replanejada, pois a evolução do Portal é permanente e encontra-se no escopo do projeto da Plataforma de Cidadania Digital, o que implica em mudanças de escopo desta ação.	
SLTI29 Desenvolver e implantar o Sistema Estruturante do SISP	Ação Replanejada, pois o projeto está em andamento, entretanto não apresentou a agilidade necessária. Estão sendo adotadas ações corretivas.	
SLTI21 Evoluir o Portal do Software Público Brasileiro (SPB)	Ação Replanejada, pois não houve a mobilização de fornecedores para atender as especificidades do portal do SPB.	
STI03 Implantar modelo federativo no Portal Brasileiro de Dados Abertos	Ação Concluída.	
SLTI26 Revisar metodologia e desenvolver solução de indicadores e métricas para avaliação de serviços eletrônicos no âmbito do SISP	Ação Replanejada. Avaliação de serviços, no âmbito da Plataforma de Cidadania Digital, é liderada pela SEGES. No entanto, estamos desenvolvendo a inclusão, no Portal de Serviços, da avaliação da descrição do serviço pelo cidadão, a partir dos requisitos definidos com a SEGES.	
STI04 Implementar solução informatizada para disponibilização dos painéis estratégicos para o SISP	Ação Concluída.	
STI05 Disponibilizar plataforma para oferta de Software como serviço para o SISP	Ação Replanejada, pois o projeto teve início em dezembro de 2016, devido à priorização de outras demandas.	
SEGEP01 Implementar o Assentamento Funcional Digital (AFD)	Ação Replanejada, pois o prazo no PDTI 2016 está previsto para dez/2017 com meta de 50% e para dez/2018 com meta de 100%.	
SEGEP05 Implementar subprojetos do Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEPE)	Ação Replanejada, pois o projeto Sigepe é um projeto de longo prazo dividido em módulos. No período de 2015/2016 foram entregues alguns módulos e, para o período de 2017/2018, além da evolução dos módulos já implantados, novos módulos passarão	

	a ser desenvolvidos.
Resultados do PDTI 2016	
Ação	Status
SEGE05 Desenvolver e implementar o processo de Gerenciamento de Identidade no SIGEPE	Ação Replanejada, pois houve replanejamento de escopo em função de dimensionamento inadequado da complexidade das funcionalidades a serem disponibilizadas, além da alteração de equipe de desenvolvimento e responsabilidade na condução do projeto no contexto do consórcio, da Dataprev para o Serpro.
SEGES01 Redesenhar os processos das TVUs	Ação Concluída.
SEGES02 Desenvolver e implantar aplicativo Mobile para o SICONV	Ação Concluída.
SEGES03 Monitorar a disponibilidade do Siconv	Ação Concluída.
SEGES04 Implantar e disponibilizar painéis gerências do siconv	Ação Concluída.
SEGES05 Integração do CATMAT e CATSER com outros padrões de catalogação (NCM, OTAN)	Ação Replanejada, pois será necessário a criação de atributos (NCM e NBS) nos catálogos (CATMAT/CATSER), para possibilitar a vinculação dos códigos do Catálogo de Material e Serviço aos respectivos catálogos de outros órgãos (NCM - Ministério da Fazenda/ NBS - MDIC).
SEGES06 Ampliação do escopo do Painel de Compras com alimentação de dados provenientes do quartzo	Ação Replanejada. O novo contrato com o SERPRO foi assinado em outubro/2016 e o serviço Quartzo passou a compor o rol de serviços disponíveis. Além disso, o referido serviço não está estável o suficiente para migrarmos a base do Painel de compras. É necessário reavaliar a conveniência de utilização do Quartzo para tal finalidade.
SEGES07 Definir o modelo e implantar ferramenta automatizada para construção dos PDLs pelos órgãos do SISG	Ação Replanejada. A reestruturação do Ministério, com decorrente revisão das ações da Estratégia Geral de Logística, implicaram no replanejamento desta ação, que dependerá das Diretrizes de Governança e Gestão em Logística Pública.
SLTI05 Migrar os módulos de grande porte do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) para a plataforma web	Ação Replanejada. Por se tratar de uma ação de grande importância e complexidade, sugerimos o replanejamento considerando os recursos humanos, financeiros e tecnológicos disponíveis no MP.
SLTI08 Modernizar o Sistema de Catalogação de Materiais (CATMAT) e o Sistema de Catalogação de Serviços (CATSER)	Ação Replanejada. Por se tratar de uma ação de grande importância e complexidade, sugerimos o replanejamento considerando os recursos humanos, financeiros e tecnológicos disponíveis no MP, bem como pelo fato da mesma realizar-se-á em

	parceria com outros órgãos.
Resultados do PDTI 2016	
Ação	Status
SEGE06 Internalizar o portal do SIORG	Ação Replanejada, pois será necessário realizar a migração e integração reversa junto ao SERPRO. Vale ressaltar que a ação não contempla apenas a internalização de um simples portal, e sim de um sistema estruturante que já possui diversas integrações.
DEST01 Implementar 10 (dez) módulos do Sistema de Informação das Estatais (SIEST)	Ação Replanejada, pois a internalização do sistema SIEST paralisou as evoluções em andamento no SERPRO. Com isso, houve levantamento das necessidades junto às áreas de negócio da SEST, isso produziu um cenário com novas requisições de desenvolvimento.
SPU01 Reestruturar o Sistema Integrado de Administração Patrimonial (SIAPA) e o Sistema de Administração do Patrimônio da Rede Ferroviária Federal (SARP)	Ação Replanejada. O desenvolvimento foi concluído em 2016. A Fase de Implantação foi replanejada para Maio/2017 em função de mudanças de gestão na SPU, priorização do projeto “Portal de Serviços SPU”, e da necessidade de revisão de pontos arquiteturais para integração à plataforma no SPUnet (Sistema Integrado de Gestão do Patrimônio Público Federal).
SPU03 Reestruturar o Sistemas de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet) e o Sistema de Controle dos Imóveis Funcionais (CIF)	Ação Replanejada. O desenvolvimento não foi concluído em 2016. Foi replanejado para 2017 em função de mudanças de gestão na SPU e a priorização do projeto “Portal de Serviços SPU”. Novo prazo previsto é Out/2017.
SPU05 Implantar o Painel de Indicadores da SPU, com dados estratégicos de gestão do patrimônio e de outros sistemas do Governo	Ação Replanejada. Desenvolvimento Concluído e implantado em 2016. A implantação de nova versão para Jun/2017.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (DTI)

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PETIC, DE 2016 A 2019



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO



Normalização Bibliográfica: CODIN/CGPLA/DIPLA

B823p

Brasil. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
2016-2019 / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão,
Diretoria de Tecnologia da Informação. -- Brasília: MP, 2016.
34 p.: il.

1. Planejamento estratégico 2. Gestão Pública 3. Tecnologia da
Informação I. Título

CDU 658.012.2

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC 2016 – 2019

Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República
Michel Temer

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Ministro Interino Dyogo Henrique de Oliveira

Secretaria-Executiva

Secretário-Executivo Dyogo Henrique de Oliveira

Secretário-Executivo Adjunto Esteves Pedro Colnago Júnior

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI

Diretor Eduardo Cesar Soares Gomes

Coordenação-Geral de Governança – CGGOV/DTI

Coordenador-Geral Merched Cheheb de Oliveira

Equipe de Coordenação do PETIC (Portaria 01 DTI de 28 de Junho de 2016)

Ana Carolina Dionízio Alves

Bruno Fassheber Novais

Marcelo Moreira de Oliveira

Grupo de Trabalho para Elaboração do PETIC (Portaria 01 DTI de 28 de Junho de 2016)

Alexis Braga Sotto Maior - SOF

Aloisio Padua Pinto - SEAIN

Altino José Mentzingen de Moraes – DTI

André Silva Monte- SPI

Antonio Sabino da Costa Filho - SEAIN

Augusto Cesar Mendonça de Sousa - DEST

Breno Zaban Carneiro - SE

Carlos Eduardo Lacerda Veiga - DIPLA

Eduardo Carvalho Nepomuceno Alencar - GM

Eduardo Henrique Ellery Neto - GM

Erasmio Veríssimo de Castro Sampaio - DEPEX

Francisco Marcelo Marques Lima - SPU

Gerson Batista Pereira – DIPLA

Harrison de Oliveira Lima – DIRAD

Heber Fialho Maia Junior – STI

Jorge Soares – SDI

Karlei Scardua Rodrigues – SOF

Marcelo Fernandes de Lima – SPU

Marcelo Macedo Klotz – ASCOM

Marcio Sobral E Silva – SEGRT

Maria Inês da Rocha e Silva – SPI

Natal Henrique Troz Guglihermi – DEST

Nelson do Vale Oliveira – SEGES

Plínio Roberto Perdigão Sales – DTI

Ronaldo Balestra Choze – SEGRT

Silas Franco de Toledo – ASSEC

Walter Luiz de Andrade Miller – CONJUR

Índice

1 APRESENTAÇÃO	6
2 INTRODUÇÃO	7
3 CONTEXTO ORGANIZACIONAL	9
3.1 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	9
3.2 Contexto das Áreas de TIC do Ministério	12
3.2.1 Diretoria de Tecnologia da Informação	12
3.2.2 Estrutura de Governança de TIC do MP	15
4 ANÁLISE AMBIENTAL	16
4.1 Ambiente interno	16
4.2 Ambiente externo	16
4.3 Análise SWOT	16
5 REFERENCIAL ESTRATÉGICO	19
5.1 Missão da TIC	19
5.2 Visão da TIC	19
5.3 Valores	19
6 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	21
7 MAPA ESTRATÉGICO	21
8 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	23
8.1 Objetivos Estratégicos – perspectiva: Sustentação	23
8.2 Objetivos Estratégicos – perspectiva: Processos Internos	26
8.3 Objetivos Estratégicos – perspectiva: Clientes	29
8.4 Objetivos Estratégicos – perspectiva: Resultados	32
9 IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS	33
10 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES APLICÁVEIS	35
11 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	36
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36

*“O planejamento não é uma tentativa de prever o que vai acontecer.
O planejamento é um instrumento para raciocinar agora, sobre que
trabalhos e ações serão necessários hoje, para merecermos um futuro.
O produto final do planejamento não é a informação:
é sempre o trabalho.”
(Peter Drucker)*

1 APRESENTAÇÃO

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) tem como objetivo principal direcionar os esforços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para a geração de valor para o Ministério e, sobretudo, para o cidadão.

Para cumprir esse desafio, a elaboração deste plano levou em consideração o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do MP assegurando o alinhamento da estratégica de TIC com esse planejamento.

Orientou-se, também, pelo novo paradigma na gestão pública a ser implementado com a Estratégia de Governança Digital da Administração Federal (EGD), relacionada ao período de 2016 a 2019.

A estruturação dessa governança ampliará as possibilidades de participação social e de construção colaborativa de políticas e iniciativas inovadoras de governo digital, para que possam ser oferecidos melhores serviços que respondam às exigências de transparência e prestação de contas para a sociedade.

O grande desafio deste trabalho foi o de envolver todas as unidades setoriais do MP para que o produto gerado refletisse o pensamento de todos sobre tecnologia da informação e comunicação no âmbito do Ministério. Para tanto, foi criado um grupo de trabalho com representantes de todas as áreas, os quais tiveram a oportunidade de conhecer as demais áreas do Ministério, as inter-relações entre as mesmas e o papel da TIC nesse contexto.

2 INTRODUÇÃO

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem sido utilizada, cada vez mais, de forma estratégica pelas organizações para a realização de suas missões institucionais. Assim, o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) visa a assegurar que os objetivos e metas da TIC do MP estejam alinhados aos objetivos e metas organizacionais constantes no Planejamento Estratégico Institucional do Ministério.

Este PETIC, também, norteou-se pelos preceitos da Estratégia de Governança Digital (EGD) e orientará a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Ministério para o período de 2017 a 2019. Esse PDTIC irá traduzir as iniciativas, aqui definidas, em ações que serão desdobradas em projetos a serem executados no âmbito da TIC do Ministério durante o período de sua vigência.

Metodologia utilizada

A metodologia utilizada para a elaboração deste documento baseou-se no *Balanced Scorecard* (BSC), que é uma ferramenta de planejamento estratégico na qual a organização tem claramente definidas as suas metas e estratégias, visando medir o desempenho institucional por meio de indicadores quantificáveis e verificáveis.

Para atender às peculiaridades da administração pública, houve a substituição, no mapa estratégico proposto pela ferramenta, da perspectiva financeira pela perspectiva resultados, com o intuito de mensurar o desempenho da TIC do Ministério com foco nos usuários internos e no cidadão.

O processo foi dividido em cinco fases:

1. na primeira, foi feita a atualização do referencial estratégico da TIC do MP, tendo como base o PETI MP 2013-2015, sendo atualizadas a missão e a visão de futuro e definidos os valores que nortearão a TIC nos próximos anos;
2. na segunda, foi feito o diagnóstico situacional da TIC do Ministério;
3. na terceira, foram definidos os objetivos estratégicos e as metas a serem alcançadas no período de vigência deste PETIC;
4. na quarta, foram identificadas as iniciativas necessárias à realização das metas e
5. na quinta, foram analisados os riscos identificados na fase de diagnóstico e feita a associação desses riscos com as iniciativas capazes de tratá-los.

Esse trabalho foi executado sob a coordenação de servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), tendo os mesmos atuado como facilitadores do processo.

Vigência e revisões

O período de vigência deste PETIC será do segundo semestre de 2016 até dezembro de 2019, com revisões intermediárias em dezembro de 2017 e dezembro de 2018, e com o fechamento no final da vigência.

Monitoramento e avaliação

Os indicadores dos objetivos estratégicos deverão ser monitorados periodicamente para aferição do seu progresso e avaliados de acordo com as metas estabelecidas para apresentação ao comitê estratégico em suas reuniões ordinárias. Isso se dará no âmbito do processo de monitoramento e avaliação do PDTIC.

Aprovação e publicação

A aprovação e publicação deste documento e suas revisões envolve duas instâncias: o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) para aprovação prévia e a Secretária Executiva do MP para aprovação final e publicação.

Com o intuito de dar transparência e publicidade, o documento é divulgado na área de publicações do sítio eletrônico do Ministério do Planejamento (<http://www.planejamento.gov.br>).

3 CONTEXTO ORGANIZACIONAL

3.1 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP é um órgão central da Administração Pública Federal que tem por missão: Planejar e coordenar as políticas de gestão da administração pública federal, para fortalecer as capacidades do Estado para promoção do desenvolvimento sustentável e do aprimoramento da entrega de resultados ao cidadão.

Competências

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão tem como área de competência os seguintes assuntos, conforme determina o Decreto 8.578, de 26 de novembro de 2015:

I - formulação do planejamento estratégico nacional e elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional;

II - avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas e programas do Governo federal e elaboração de estudos para a reformulação de políticas;

III - realização de estudos e de pesquisas para acompanhamento da conjuntura socioeconômica e da gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais;

IV - elaboração, acompanhamento e avaliação das leis de iniciativa do Poder Executivo federal previstos no art. 165 da Constituição;

V - viabilização de novas fontes de recursos para os planos de governo;

VI - formulação de diretrizes, coordenação das negociações, acompanhamento e avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais;

VII - coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal, de pessoal civil, de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais, e das ações de organização e modernização administrativa do Governo federal;

VIII - formulação de diretrizes, coordenação e definição de critérios de governança corporativa das empresas estatais federais;

IX - administração patrimonial; e

X - política e diretrizes para modernização da administração pública federal.

Interligados às suas competências, o MP é responsável por seis dos principais sistemas estruturadores da Administração Pública Federal. Entre estes, encontram-se o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), o Sistema de Pessoal Civil (SIPEC), o Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), o Sistema Integrado de Serviços Gerais (SISG), o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG) e o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV). Assim, cabe ao MP definir

os parâmetros de desempenho e de organização desses sistemas, atividade intrínseca da gestão.

Nesse cenário, a tecnologia da informação tornou-se instrumento relevante para a eficácia da gestão pública e na operacionalização dos sistemas estruturadores do Governo Federal. Assim, é de suma importância o Planejamento Estratégico da TIC para garantir o alcance dos objetivos estratégicos do Ministério.

Organograma do MP

Segundo o Decreto 8.578, de 26 de novembro de 2015, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão tem a seguinte estrutura organizacional:

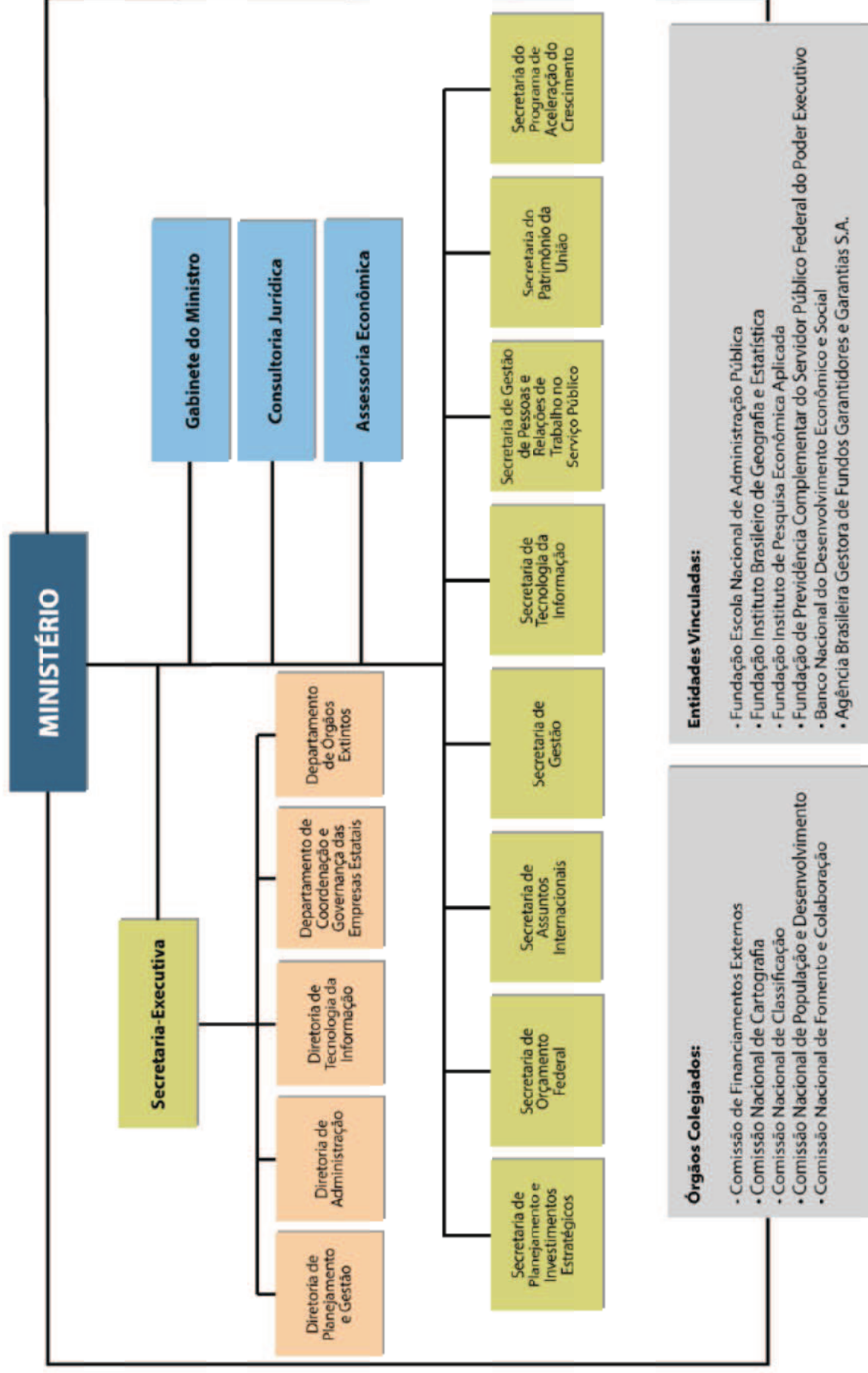


Ilustração 1: Organograma do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP.

3.2 Contexto das Áreas de TIC do Ministério

A estrutura de TIC do MP compõe-se por unidade setorial, que é a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e áreas de TIC das unidades administrativas que suportam o negócio a fim de alcançar os objetivos estratégicos previstos neste plano. Essa estrutura é formada por: Secretaria de Orçamento Federal (SOF), Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), Gabinete do Ministro (GM), Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), Secretaria de Gestão (SEGES), Secretária de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (SEGRT), Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura (SDI).

3.2.1 Diretoria de Tecnologia da Informação

Conforme o Decreto 8.578, de 26 de novembro de 2015, a estrutura da DTI é composta pela Coordenação Geral de Governança de TI, Coordenação Geral de Sistemas e Coordenação Geral de Serviços de TI. Seguem, abaixo, suas competências:

À DTI compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação no Ministério, efetuadas diretamente ou por meio da contratação de serviços de terceiros;

II - coordenar a elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e suas revisões, em conjunto com as demais unidades do Ministério;

III - coordenar a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e suas revisões, em conjunto com as demais unidades do Ministério;

IV - planejar as contratações e as aquisições relativas à tecnologia da informação do Ministério;

V - planejar o desenvolvimento de tecnologia de captação e disseminação de informações, para aperfeiçoamento dos sistemas de informações do Ministério;

VI - coordenar o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do Ministério;

VII - monitorar os projetos de tecnologia da informação, fornecendo informações gerenciais à Secretaria-Executiva do Ministério;

VIII - participar da elaboração e do acompanhamento do orçamento quanto as rubricas relativas a atividades de tecnologia da informação;

IX - prestar apoio técnico às demais unidades do Ministério na implantação de sistemas de informação, inclusive propondo normas de utilização dos recursos computacionais;

X - planejar, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informação necessários ao funcionamento do Ministério, com recursos internos ou terceirizados;

XI - propor à área de gestão de pessoas do Ministério o plano anual de treinamento, desenvolvimento e educação em tecnologia da informação e acompanhar sua execução;

XII - estabelecer normas de segurança da informação e dos recursos computacionais no Ministério;

XIII - planejar, coordenar e controlar redes locais e de longa distância; e

XIV - propor a escolha e implementação de metodologias, sistemas, plataformas e bases tecnológicas a serem adotadas pelo Ministério.

Coordenação-Geral de Governança de Tecnologia da Informação

À CGGOV compete:

I – coordenar e acompanhar as ações de governança de TI que assegurem a padronização de controles e o alinhamento dos objetivos com as políticas, padrões, regras e regulamentos pertinentes;

II – coordenar a prospecção de novas tecnologias de gestão administrativa para o suporte necessário ao cumprimento dos objetivos organizacionais;

III – apoiar a DTI e a Secretaria-Executiva na tomada de decisão sobre gestão e governança de TI;

IV – articular-se com as demais áreas do Ministério nos assuntos relacionados à TI;

V – coordenar a gestão do conhecimento da DTI e sua disponibilidade na rede interna do Ministério;

VI – coordenar a comunicação interna e a publicidade sobre as atividades da DTI;

VII – planejar e coordenar a execução das atividades e das ações de competências de TI necessárias ao funcionamento das equipes sob sua coordenação geral;

VIII – assessorar o Diretor em assuntos referentes às áreas de competência da CGGOV; e

IX – exercer atribuições complementares determinadas pelo Diretor da DTI.

Coordenação-Geral de Sistemas

À CGSIS compete:

I – planejar e coordenar a execução das atividades e das ações de TI necessárias ao funcionamento das equipes que compõem a Coordenação-Geral;

II – apoiar a CGGOV na elaboração de metodologias e padrões e viabilizar sua implementação por meio de sistemas de informação quando necessário;

III – propor capacitações relacionadas as atividades da CGSIS;

IV – apoiar a CGGOV na avaliação e seleção de fornecedores;

V – propor contratação de ferramentas e soluções necessárias à atuação da CGSIS;

VI – manter alinhamento com as iniciativas, padrões e metodologias estabelecidos pela CGGOV;

VII – participar dos comitês que tratem de assuntos relacionados a sistemas de informação;

VIII – promover a aderência necessária dos sistemas de informação às necessidades de negócio do Ministério e de suas unidades;

IX – apoiar a CGGOV na elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, definindo prioridades relacionadas a CGSIS;

X – gerenciar o relacionamento com as empresas contratadas para execução dos serviços complementares às atividades da CGSIS;

- XI – monitorar a entrega dos serviços dos fornecedores;*
- XII – manter informações da arquitetura dos sistemas de informação;*
- XIII – promover a integração entre as soluções implementadas nas unidades do Ministério;*
- XIV – planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas à gestão da arquitetura dos sistemas;*
- XV – prospectar, selecionar, planejar, homologar, implantar e disponibilizar soluções baseadas em sistemas de informação otimizados para atender necessidades de TI e de negócio;*
- XVI – manter plano de garantia de qualidade de software para os projetos de TI;*
- XVII – planejar e executar a gestão do ciclo de vida de sistemas de informação;*
- XVIII – gerenciar a configuração e as mudanças dos sistemas de informação;*
- XIX – gerenciar os processos de software;*
- XX – planejar executar os processos de integração de sistemas de informação;*
- XXI – gerir os modelos de dados dos sistemas de informação;*
- XXII – manter os dicionários de dados corporativos e o modelo de informação corporativa;*
- XXIII – manter regras e processo para modelagem de dados dos sistemas de informação;*
- XXIV – traduzir os requisitos de armazenamento e retenção de dados em procedimentos;*
- XXV – gerenciar e configurar os aplicativos de portais de conteúdo do Ministério;*
- XXVI – aplicar o padrão de interface de portais definido para utilização pelo Ministério;*
- XXVII – gerir os procedimentos de segurança das aplicações;*
- XXVIII – planejar e implementar controles nos sistemas de informação para proteger a comunicação de dados nas redes; e*
- XXIX – exercer atribuições complementares determinada pelo Diretor da DTI.*

Coordenação-Geral de Serviços de Tecnologia da Informação

À CGSTI compete:

- I – implementar e monitorar a conformidade das políticas de uso da TI ;*
- II – planejar, coordenar e controlar a execução das atividades e das ações de TI necessárias à atuação das equipes sob sua responsabilidade;*
- III – planejar, coordenar e controlar o suporte aos usuários de serviços de TI, considerando a utilização de recursos internos e/ou terceirizados;*
- IV – planejar, coordenar e controlar a implementação e manutenção da infraestrutura de TI;*
- V – planejar, coordenar e controlar as ações associadas a Segurança da Informação e Comunicações – SIC;*
- VI – acompanhar, em conjunto com a CGGOV, a execução dos contratos e convênios de prestação de serviços na DTI;*

VII – formular estratégias de relacionamento com os usuários e prestadores de serviços na DTI;

VIII – participar da elaboração e das propostas dos orçamentos anuais e plurianuais de TI, visando garantir os recursos computacionais adequados;

IX – aprovar as proposições para aquisição de bens e serviços de TI sob sua coordenação;

X – assessorar o Diretor em assuntos referentes às áreas de competência da CGSTI; e

XI – exercer atribuições complementares determinadas pelo Diretor da DTI.

3.2.2 Estrutura de Governança de TIC do MP

A Estrutura de Governança de TIC do MP é formada por comitês que permitem discussões e deliberações dos temas transversais deste Ministério. A estrutura objetiva atender às deliberações de caráter estratégico, técnico, setorial e temático. Esse modelo é composto por SE, DTI, CETI, CSIC e Subcomitês.

Secretaria-Executiva (SE)

A Secretaria-Executiva é a autoridade máxima para decisões sobre TIC. Atua em nível estratégico, autoriza a publicação dos planos de TIC e supervisiona sua execução, além de aprovar a proposta orçamentária de TIC e resolver conflitos por recursos e de competência.

Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)

A Diretoria de Tecnologia da Informação atua no planejamento, coordenação e controle das atividades relacionadas à TIC prestando serviços de forma direta ou por meio de terceiros.

Os principais preceitos que norteiam a sua atuação e que se desdobram em suas atribuições regimentais são:

- Foco no atendimento pleno de seus clientes internos;
- Busca pela inovação nas soluções tecnológicas oferecidas;
- Aprimoramento permanente do relacionamento com fornecedores;
- Parcerias com Universidades e outros centros de excelência em TIC;
- Fortalecimento permanente da TIC do MP;

Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI)

O Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação é um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa, com responsabilidades estratégicas e executivas, que tem por finalidade, no âmbito do MP, assegurar a governança de TIC, aconselhando sobre o direcionamento estratégico de TIC e propiciando a otimização de recursos para garantir os resultados esperados em TIC.

Comitê de Segurança da Informação e Comunicação – CSIC

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicação possui caráter deliberativo, manifestando-se por meio de resoluções consignadas em atas, e

norteia-se pelo diálogo permanente, buscando sempre fomentar a aplicação das melhores práticas de Segurança da Informação e Comunicação (SIC) no MP.

Subcomitês

Os Subcomitês são reuniões específicas de uma determinada área de negócio com a DTI e a SE. Elas ocorrem de acordo com as necessidades das unidades administrativas. O objetivo é tratar, de forma específica, as necessidades e óbices de TIC da unidade.

4 ANÁLISE AMBIENTAL

A análise ambiental é uma técnica de diagnóstico cujo objetivo é avaliar a situação atual de uma organização no contexto em que a mesma se insere. Essa análise visa ao levantamento das potencialidades e fragilidades organizacionais para subsidiar a formulação de uma estratégia para o seu desenvolvimento. Para tanto, são delimitados os ambientes interno e externo à organização, cada qual avaliado em suas características mais relevantes.

4.1 Ambiente interno

O ambiente interno, relativamente à TIC, refere-se ao seu domínio de ação, ou seja, onde a TIC possui gestão. A análise desse ambiente visa identificar seus pontos fortes e fracos, gerando subsídios para a adoção de estratégia específica para a eliminação das fraquezas identificadas.

No âmbito do MP, o ambiente interno da TIC compreende as áreas de TIC das unidades administrativas do ministério com relevantes assimetrias nas respectivas estruturas e recursos.

4.2 Ambiente externo

O ambiente externo, no contexto da TIC, refere-se ao ambiente que está fora do seu domínio de ação, ou seja, onde a TIC não possui gestão. A análise desse ambiente consiste na identificação das oportunidades e ameaças relacionadas à organização de TIC, gerando subsídios para a adoção de estratégia que vise ao aproveitamento das oportunidades apresentadas bem como à identificação dos riscos relacionados às ameaças levantadas.

No âmbito do MP, esse ambiente compreende o ambiente externo às áreas de TIC das unidades administrativas, bem como os agentes externos ao MP com potencial de influenciar o ambiente interno da TIC do Ministério.

4.3 Análise SWOT

A Análise de SWOT trata-se de uma metodologia muito utilizada na gestão estratégica para análise de forças e fraquezas sob o aspecto das variáveis internas da organização (seu ambiente interno), bem como da identificação de oportunidades e ameaças relacionadas às variáveis externas (seu ambiente externo).

No ambiente interno, as forças representam as competências, fatores ou características positivos que favorecem a organização no cumprimento de sua

missão. Essas forças devem ser consideradas na elaboração da estratégia de desenvolvimento da organização.

As fraquezas, por sua vez, compreendem as deficiências, fatores ou características negativos que prejudicam a organização no cumprimento de sua missão. Devem ser objeto de ações específicas para eliminá-las ou mitigá-las.

No ambiente externo, as oportunidades compreendem aspectos que podem influenciar positivamente o desempenho da organização, mas que não estão sob seu controle. Cabe à estratégia a definição da melhor maneira de utilização dessas oportunidades.

Por fim, as ameaças são aspectos que podem influenciar de forma negativa o desempenho da organização e que, também, não estão sujeitos ao seu controle. Nesse caso, cabe à estratégia a definição de como os riscos oriundos dessas ameaças serão tratados.

No âmbito deste planejamento estratégico de TIC, foram levantados os seguintes aspectos relacionados à análise de SWOT:

Forças (<i>Strengths</i>)	Fraquezas (<i>Weaknesses</i>)
1. Posicionamento estratégico da TIC no MP 2. Qualificação dos colaboradores 3. Clima organizacional das equipes 4. Processo de planejamento de TIC formalmente instituído 5. Planos de TIC (PETIC e PDTIC) 6. Processo de aquisição de ativos 7. Avaliação periódica da segurança da informação 8. Avaliação periódica dos contratos de TIC 9. Existência de processo formal de elaboração de <i>software</i> 10. Existência de política de segurança da informação e comunicação	1. Baixa integração entre as áreas de TIC 2. Nível de serviços inadequado 3. Tempo de resposta inadequado 4. Pouca transparência das decisões tomadas que impactam as áreas 5. Infraestrutura tecnológica não homogênea e defasada em alguns aspectos 6. Processos de governança de TIC incipientes 7. Processos de gestão de TIC incipientes 8. Baixa aderência dos sistemas geridos pelo MP aos padrões de governo (E-PING, E-MAG) 9. Análise de riscos incipiente 10. Plano de continuidade de negócio inexistente 11. Inexistência de plano de comunicação com as partes interessadas sobre os resultados da gestão e do uso de TIC 12. Ausência de auditorias em processos de gestão e governança de TIC 13. Ausência de alocação de

	recursos nos planos de TIC 14. Plano de desenvolvimento de competências incipiente 15. Utilização de ferramentas de apoio aos processos incipiente 16. Transferência de conhecimento.
Oportunidades (<i>Opportunities</i>)	Ameaças (<i>Threats</i>)
1. Existência de infraestrutura de TIC ociosa no MP e nas suas unidades vinculadas 2. Descentralização da TIC 3. Novas tecnologias disponíveis 4. Utilização em larga escala de TIC 5. Possibilidade de estabelecimento de parcerias 6. Soluções em <i>software</i> livre 7. Estratégia de Governança Digital 8. Utilização de serviços em nuvem 9. Utilização de solução de hiperconvergência 10. Ofertas de capacitação por entidades públicas 11. Concurso de ATI 12. Sinergia entre os órgãos vinculados 13. Termos de cooperação com outros órgãos e entidades públicas 14. Recomendações dos órgãos de controle 15. Abertura de canais diretos de comunicação com o cidadão (SIC) 16. Existência da identidade digital de governo	1. Contingenciamento Orçamentário 2. Alta rotatividade dos colaboradores 3. Interferência política em questões técnicas 4. Descontinuidade de planos e projetos (mudanças na gestão) 5. Estrutura de governança inadequada 6. TIC não reconhecida como estratégica 7. Instabilidade econômica 8. Estrutura física da TIC 9. Descontinuidade do fornecimento de bens ou prestação de serviços devido à não renovação de contratos por parte do fornecedor 10. Quantitativo de pessoal de TIC 11. Mudanças nas normas legais

5 REFERENCIAL ESTRATÉGICO

5.1 Missão da TIC

A missão é a declaração que representa a identidade da organização estabelecendo o seu propósito mais amplo (não obstante o seu regimento). É a razão de ser da organização e procura determinar o seu negócio e o motivo de sua existência. No âmbito da elaboração deste PETIC, revendo a missão anteriormente declarada para o PETI 2013-2015, foi definida a seguinte missão para a TIC do MP:

“Prover soluções de TIC para apoiar e aprimorar os processos de negócio do MP”.

Cabe ressaltar que a provisão de soluções pressupõe a proatividade das áreas de TIC das unidades administrativas do Ministério, que devem atuar de forma integrada com as áreas de negócio. Essa atuação conjunta visa agregar valor ao MP pela atuação estratégica da TIC.

5.2 Visão da TIC

A visão define o que se pretende ser no futuro, incorporando as aspirações na busca da excelência no cumprimento da missão. Revendo a visão anteriormente declarada para o PETI 2013-2015, optou-se por restringir o reconhecimento dessa excelência no âmbito do MP, direcionando a TIC do Ministério na melhoria contínua da sua entrega de valor.

Assim, a visão definida para a TIC do MP para 2019 foi:

“Ser reconhecida pelas áreas de negócio pela excelência dos serviços prestados”.

A excelência a ser buscada relaciona-se, sobretudo, a um altíssimo nível de qualidade nos serviços prestados, a um baixo índice de retrabalho e a efetividade das soluções providas.

5.3 Valores

Os valores representam a cultura organizacional da TIC do MP. São um conjunto de sentimentos que estrutura, ou pretende estruturar, a cultura e a prática de uma organização.

Vários são os valores que representam o conjunto de crenças essenciais ou são princípios morais que informam às pessoas o comportamento esperado dentro de um órgão, que podem compreender inclusive aspectos legais.

Não obstante a vinculação aos diversos princípios legais definidos optou-se, no âmbito deste Plano Estratégico de TIC, destacar alguns a serem especialmente observados no período de execução desse plano.

1. Foco no usuário

Os serviços prestados pela TIC do MP devem ter foco no usuário, entendendo-se esse "usuário" em um contexto mais amplo, considerando tanto os usuários internos do Ministério quanto o cidadão (usuário externo).

2. Transparência

As ações da TIC devem ser dirigidas com foco na transparência das informações e dos resultados atingidos.

3. Segurança da informação

A TIC do MP entrega serviços preocupando-se com a segurança da informação, ou seja, com os três pilares da segurança: confidencialidade, integridade e disponibilidade. Ela visa a outros princípios como a autenticidade e o não-repúdio. O objetivo é a proteção dos ativos de informação, preservando o seu valor para o Ministério.

4. Inovação

A TIC deve agir sempre inovando no modo de pensar e no modo de elaborar suas soluções, tentando, na medida do possível, incorporar as novas tendências e as boas práticas ao serviço prestado. Essa inovação envolve tanto as soluções propostas quanto os processos de elaboração dessas soluções.

5. Tempestividade

A TIC deve promover as entregas das soluções nos prazos acordados com as partes interessadas, visando à agilidade dos processos de negócio do Ministério. Representa, assim, um dos requisitos da excelência que se pretende atingir, descrito na visão de futuro da TIC do MP.

6. Sinergia

A TIC do MP é descentralizada e com assimetrias. Com isso, ela deve-se pautar pela sinergia entre áreas de TIC das diversas unidades administrativas para que os objetivos e esforços estejam alinhados ao negócio e convirjam para o mesmo fim.

7. Proatividade

A TIC do MP deve ter uma postura proativa, não sendo somente responsiva mas, também, prospectando necessidades junto às áreas de negócio e propondo soluções mais adequadas. Assim sendo, a atuação da TIC assume um caráter mais estratégico no âmbito do Ministério.

8. Economicidade

As soluções de TIC devem visar à otimização dos recursos orçamentários sendo, no contexto deste planejamento estratégico, um dos pilares da efetividade do gasto público em TIC, pela adequada relação custo x benefício.

6 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os Objetivos Estratégicos são os resultados quantitativos e qualitativos a serem alcançados pela TIC do MP, com vistas ao melhor atendimento da sua missão e à realização da sua visão. Para tanto, foram definidos indicadores com o intuito de medir esses resultados. A esses indicadores foram atribuídas metas a serem alcançadas no período de execução deste PETIC. Por fim, foram definidas iniciativas identificadas como necessárias para o atingimento das metas estipuladas.

7 MAPA ESTRATÉGICO

Para a elaboração do Mapa Estratégico, os Objetivos Estratégicos foram organizados em quatro perspectivas, abaixo, que procuraram representar a realidade da TIC do MP e os resultados a serem perseguidos:

Perspectiva	Descrição
Resultados	Representa o objetivo maior da TIC do MP. Procura responder à questão: <i>“Qual o valor gerado pela TIC para o Ministério e, em última instância, para o cidadão?”.</i>
Clientes	Representando as expectativas dos usuários em relação à TIC. Procura responder à questão: <i>“Como a TIC do MP é vista pelos seus usuários?”.</i>
Processos Internos	Representando os macroprocessos-chave capazes de levar ao atendimento das expectativas das partes interessadas. Procura responder à questão: <i>“Quais são os macroprocessos-chave para TIC do MP?”.</i>
Sustentação	Representando as pessoas e os recursos necessários à consecução da missão da TIC do MP. Procura responder à questão: <i>“Quais são as competências e a infraestrutura necessárias à TIC do MP?”.</i>

Visão	“Ser reconhecida pelas áreas de negócio pela excelência dos serviços prestados.”		
Resultados	10- Agregar valor ao MP por meio da provisão de serviços e soluções de TIC		
Clientes	7- Aprimorar a transparência ativa no MP	8- Aumentar a satisfação das áreas de negócio sobre os serviços de TIC	9- Fortalecer a integração entre as áreas de TIC do MP
Processos Internos	4- Aperfeiçoar a governança de TIC	5- Aperfeiçoar a gestão de TIC	6- Implantar a auditoria interna de TIC
Sustentação	1- Aperfeiçoar a gestão de pessoas	2- Aperfeiçoar a infraestrutura de TIC	3- Melhorar a efetividade do gasto público em TIC
Missão	“Prover soluções de TIC para apoiar e aprimorar os processos de negócio do MP.”		
Valores	Foco no Usuário, Transparência, Segurança da Informação, Inovação, Tempestividade, Sinergia, Proatividade, Economicidade		

8 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

8.1 Objetivos Estratégicos – perspectiva: *Sustentação*

OE 1: Aperfeiçoar a gestão de pessoas	Descrição: Promover ações com o intuito de alocar os colaboradores conforme as competências, habilidades e atitudes e as necessidades do MP.			
Indicadores	Metas			
		2017	2018	2019
	Ind 1.1: Plano de Gestão por Competência* elaborado	100% - Jun	-	-
Ind 1.2: Percentual do Plano de Gestão por Competência Executado		25% - Dez	50% - Jun 75% - Dez	100% - Jun
Iniciativa – Referências na Matriz SWOT e no Plano Estratégico Institucional (PEI)				
Ini 1.1: Implementação da Gestão por Competência. - Ref.: [PEI OE05-DTI(Iniciativa “Gestão de Pessoas”), SWOT W(14), O(10,11,13), T(10)]				

*Plano envolvendo todas as áreas de TIC do MP

OE 2: Aperfeiçoar a infraestrutura de TIC	Descrição: Adotar boas práticas para garantir a disponibilidade dos recursos tecnológicos necessários ao cumprimento das metas da TIC.			
Indicadores	Metas			
	2017	2018	2019	
Ind 2.1: Plano de Ação de Infraestrutura* Elaborado	100% - Jun	-	-	
Ind 2.2: Percentual do Plano de Ação de Infraestrutura Executado	20% - Dez	60% - Dez	100% - Jun	
Iniciativas – Referências na Matriz SWOT e no Plano Estratégico Institucional (PEI)				
Ini 2.1: Implementação de Modelo Tecnológico de Soluções de TIC. - Ref.: [PEI OE05-DTI(Obj.07, ini 01), SWOT W(5), O(3,8,9)]				
Ini 2.2: Implantação de serviços em nuvem. - Ref.: [PEI OE05-DTI(Obj.9, ini 02, SWOT W(5), O(3,8)]				
Ini 2.3: Implantação de hiperconvergência. - Ref.: [SWOT W(5), O(3,9)]				
Ini 2.4: Utilização da infraestrutura ociosa das unidades vinculadas. - Ref.: [SWOT O(1), T(1)]				
Ini 2.5: Aprimoramento do uso de ferramentas / aplicativos de apoio aos processos. - Ref.: [PEI OE05-DTI(Obj.09, ini 03), SWOT W(15), O(4,5,6,12,13)]				
Ini 2.6: Evolução da infraestrutura de hardware e da interconexão. - Ref.: [SWOT W(15), O(1,2,3,5,8,9,12,13)]				

*Plano envolvendo todas as áreas de TIC do MP que adquiem infraestrutura

OE 3: Melhorar a efetividade do gasto público em TIC	Descrição: Promover ações com o intuito de garantir o melhor uso dos recursos financeiros de forma a cumprir as metas da TIC, atentando para os princípios da eficiência e economicidade do gasto público em TIC. Este objetivo alinha-se ao objetivo estratégico do PEI relativamente à melhoria da efetividade do gasto público.			
Indicadores	Metas			
		2017	2018	2019
	Ind 3.1: Valor de economia da internalização de sistemas*	R\$30 milhões - Dez	R\$40 milhões - Dez	-
Ind 3.2: Quantidade de parcerias** estabelecidas por ano	2 - Dez	2 - Dez	2 - Dez	
Iniciativas – Referências na Matriz SWOT e no Plano Estratégico Institucional (PEI)				
Ini 3.1: Estabelecimento de Parcerias e Termos de Cooperação com outros órgãos e entidades públicas. - Ref.: [SWOT W(5,6,7), OP(5,10,11,12,13), (T(1))]				
Ini 3.2: Internalização de sistemas. - Ref.: [PEI OE06-DT(Obj 06, Ini 02), SWOT W(2,3,15), O(8,9), (T(1))]				
Ini 3.3: Alocação de Recursos nos Planos de TIC. - Ref.: [SWOT W(13), (T(1))]				

*Valores não cumulativos

**Quantitativo de Parcerias envolvendo todas as áreas de TIC do MP (esse quantitativo será revisto na ocasião da elaboração do PD TIC de acordo com as ações previstas nesse instrumento)

8.2 Objetivos Estratégicos – perspectiva: *Processos Internos*

OE 4:	Aperfeiçoar a governança de TIC				Descrição: Implementar ações que envolvam o mapeamento e a automatização de processos relacionados à governança de TIC.
Indicador		Metas			
		2017	2018	2019	
Ind 4.1: Índice de Governança de TI do TCU – IGovTI*		0,67 - Jun	0,68 - Mai	0,70 - Dez	
Iniciativa – Referências na Matriz SWOT e no Plano Estratégico Institucional (PEI)					
Ini 4.1: Aperfeiçoamento dos processos de governança de TIC. - Ref.: [PEI Obj. Estr. 05, Obj.DTI 4, SWOT W(6), O(5,12,13,14), T(10)]					

* As medições de junho de 2017 e dezembro de 2019 deverão ser feitas tomando por base o cálculo efetuado pelo TCU porém estarão fora do período de apuração do tribunal. Por outro lado, a medição em maio de 2018 será uma prévia e visará subsidiar a apuração a ser feita pelo TCU em 2018.

OE 5:		Aperfeiçoar a gestão de TIC		Descrição: Implementar ações que envolvam o mapeamento e a automatização de processos relacionados à gestão de TIC.	
Indicadores				Metas	
		2017		2018	2019
Ind 5.1: Plano de Aperfeiçoamento da Gestão de TIC Elaborado*		100% - Jun		-	-
Ind 5.2: Percentual do Plano de Aperfeiçoamento da		25% - Dez		50% - Jun	100% - Jun

Gestão de TIC executado			75% - Dez	
Ind 5.3: Percentual de novas soluções de TIC aderentes aos padrões de governo (e-ping e e-mag)		70% - Dez	80% - Dez	90% - Dez
Iniciativas – Referências na Matriz SWOT e no Plano Estratégico Institucional (PEI)				
Ini 5.1: Aperfeiçoamento dos processos de gestão de TIC. - Ref.: [PEI Obj. Estr. 05, SWOT W(7,15), O(5,6,11,12,13), T(10)]				
Ini 5.2: Aumento da aderência dos sistemas geridos pelo MP aos padrões de governo (E-Ping e E-mag). - Ref.: [SWOT W(8), O(5,16)]				
Ini 5.3: Implementação do Plano de Continuidade de Negócios. - Ref.: [SWOT W(10), O(5,14)]				
Ini 5.4: Aperfeiçoamento da Análise de Riscos. - Ref.: [SWOT W(9), O(5,13,14)]				
Ini 5.5: Implementação do Plano de Comunicação com as partes interessadas sobre os resultados da gestão e do uso de TIC. - Ref.: [SWOT W(11), O(2,3,13)]				
Ini 5.6: Aperfeiçoamento da transferência de conhecimento. - Ref.: [SWOT W(16), T(2,4,9,11)]				

* (Incluindo: Plano de Continuidade de Negócios, Plano de Comunicação com as partes interessadas, Processo de Transferência de Conhecimento, Mapeamento de Processos de TIC, Processo de Análise de Risco)

OE 6: Implantar a auditoria interna de TIC	Descrição: Implantar auditorias em processos de governança e gestão de TIC.			
	Indicadores			
	Metas			
Ind 6.1: Auditoria em processos de governança de TIC implantada	2017		2018	2019
	-		100% - Jun	-

Ind 6.2: Auditoria em processos de gestão de TIC implantada	-	-	100% - Dez
Iniciativa – Referências na Matriz SWOT			
Ini 6.1: Implementação de auditoria em processos de TIC*. Ref.: [SWOT W(12), O(14)]			

* O escopo e a abrangência dessas auditorias serão definidos no âmbito do PDTIC 2017-2019

8.3 Objetivos Estratégicos – perspectiva: *Cientes*

OE 7: Aprimorar a transparência ativa do MP	Descrição: Aprimorar os sistemas de informações disponíveis para acesso dos servidores e cidadãos, com foco no fornecimento de informações de fácil acesso, de acordo com os princípios da publicidade, transparência e eficiência.			
Indicadores	Metas			
	2017	2018	2019	
	-	100% - Dez	-	
Ind 7.1: Processo de comunicação ativa das decisões implantado	2 - Dez	2 - Dez	2 - Dez	
Ind 7.2: Quantidade de ações de transparência ativa implantadas*				
Iniciativas – Referências na Matriz SWOT				
Ini 7.1: Implantação de processo de comunicação ativa das decisões. Ref.: [SWOT W(4)]				
Ini 7.2: Comunicação dos resultados da TIC para as áreas finalísticas. Ref.: [SWOT W(6), O(2), T(3,4)]				
Ini 7.3: Implantação de ações de transparência ativa. Ref.: [SWOT O(7,15)]				

* Quantidade de ações envolvendo todas as áreas de TIC do MP (essa quantidade será revista na ocasião da elaboração do PDTIC de acordo com as ações previstas nesse instrumento)

OE 8: Aumentar a satisfação das áreas de negócio dos serviços de TIC	Descrição: Aumentar o nível de satisfação dos usuários de TIC do Ministério aprimorando o tempo de resposta e o nível dos serviços prestados às áreas de negócio.			
Indicador	Metas			
		2017	2018	2019
Ind 8.1: Índice de satisfação das áreas de negócio em relação à TIC		75% - Dez	85% - Dez	90% - Dez
Iniciativas – Referências na Matriz SWOT				
Ini 8.1: Adequação do nível de serviço de TIC. Ref.: [SWOT W(2,3), O(5,11,13)]				
Ini 8.2: Adequação do tempo de resposta da TIC. Ref.: [SWOT W(2,3), O(5,11,13)]				

OE 9: Fortalecer a integração entre as áreas de TIC do MP	Descrição: Implementar ações e processos que aprimorem a integração entre as áreas de TIC do MP.			
Indicadores	Metas			
		2017	2018	2019
	Ind 9.1: Comitê de Governança Digital implantado	100% - Dez	-	-
	Ind 9.2: Quantidade de reuniões do Comitê de Governança Digital realizadas	1 - Dez	4 - Dez	4 - Dez
Ind 9.3: Índice de abstenção em reuniões de trabalho*	30% - Dez	20% - Dez	10% - Dez	
Iniciativas – Referências na Matriz SWOT e no Plano Estratégico Institucional (PEI)				
Ini 9.1: Aperfeiçoamento da estrutura de governança de TIC. Ref.: [PEI OE05-DTI(Obj. 10, ini 01), SWOT W(1,4,6,7), O(2,3,4), T(3,5)]				
Ini 9.2: Implantação de Comitê de Governança Digital. Ref.: [SWOT W(1,4,6,11),O(2,3,4,7), T(3,5)]				

* Incluindo as reuniões dos comitês: CETI, CSIC e Comitê de Governança Digital ou equivalente

8.4 Objetivos Estratégicos – perspectiva: *Resultados*

OE 10: Agregar valor ao MP por meio da provisão de serviços e soluções de TIC	Descrição: Desenvolver ações que aumentem a percepção do valor gerado pela TIC do MP aos usuários internos e aos cidadãos.			
	Metas			
Indicadores	2017	2018	2019	
Ind 10.1: Quantidade de canais diretos de comunicação com o cidadão disponibilizados*	1 - Dez	1 - Dez	1 - Dez	
Ind 10.2: Percentual das metas da Estratégia de Governança Digital atingidas	100% - Dez	100% - Dez	100% - Dez	
Ind 10.3: Percentual de implementação do Plano de Dados Abertos	40% - Dez	60% - Dez	-	
Ind 10.4: Percentual de serviços prestados ao cidadão de forma digital	40% - Dez	50% - Dez	60% - Dez	
Iniciativas – Referências na Matriz SWOT e no Plano Estratégico Institucional (PEI)				
Ini 10.1: Disponibilização de canais diretos de comunicação com o cidadão. Ref.: [SWOT W(6), O(7,15), T(6)]				
Ini 10.2: Adoção do Padrão de Identidade Digital de Governo. Ref.: [SWOT W(8), O(16), T(6)]				
Ini 10.3: Implementação do Plano de Dados Abertos. Ref.: [PEI OE04-DTI(Obj 08, ini 01), SWOT O(7), T(6)]				
Ini 10.4: Disponibilização de serviços digitais ao cidadão. Ref.: [SWOT O(7), T(6)]				

* Quantidade de canais envolvendo todas as áreas de TIC do MP (essa quantidade será revista na ocasião da elaboração do PDTIC de acordo com as ações previstas nesse instrumento)

9 IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS

As ameaças, relacionadas na matriz SWOT, refletem fatores não controláveis e que representam riscos associados ao desempenho da TIC do MP e à própria implementação deste PETIC. Esses riscos foram classificados segundo a sua probabilidade de ocorrência e ao seu impacto negativo potencial sendo, então, indicada uma estratégia para o seu tratamento como mitigar ou transferir.

A partir da classificação dos riscos, foi feita a análise das iniciativas relacionadas aos objetivos estratégicos para a identificação daquelas capazes de mitigá-los. Foi criada, então, uma tabela (abaixo) com as correlações levantadas. Essa tabela servirá de base para a elaboração do plano de risco no âmbito do PDTIC 2017-2019 a ser construído no segundo semestre de 2016.

Risco	Probabilidade	Impacto	Estratégia	Iniciativas relacionadas
R1: Contingenciamento Orçamentário	Alta	Alto	Mitigar	OE3: Iniciativas 1 e 2
R2: Alta rotatividade dos colaboradores	Alta	Alto	Mitigar	OE1: Iniciativa 1, OE5: Iniciativa 6
R3: Interferência política em questões técnicas	Alta	Alto	Mitigar	OE4: Iniciativa 1, OE9: Iniciativas 1 e 2
R4: Descontinuidade de planos e projetos (mudanças na gestão)	Média	Alto	Mitigar	OE4: Iniciativa 1, OE9: Iniciativas 1 e 2
R5: Estrutura de governança inadequada	Média	Alto	Mitigar	OE9: Iniciativas 1 e 2
R6: TIC não reconhecida como estratégica	Médio	Médio	Mitigar	OE10: Iniciativas 1, 2, 3 e 4
R7: Instabilidade econômica	Alta	Alto	Transferir	N/A

R8: Estrutura física da TI	Média	Médio	Transferir	N/A
R9: Descontinuidade do fornecimento de bens ou prestação de serviços devido à não renovação de contratos por parte do fornecedor	Baixa	Alto	Mitigar	OE5: Iniciativas 1, 3,4 e 6
R10: Quantitativo de pessoal de TI	Média	Alto	Mitigar	OE5: Iniciativas 1 e 6
R11: Mudanças nas normas legais	Baixa	Alto	Mitigar	OE5: Iniciativa 1 e 6

10 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES APLICÁVEIS

Princípios são valores e assunções fundamentais adotados por uma organização. São as convicções que orientam e impõem limites à tomada de decisão, à comunicação dentro e fora da organização, bem como à sua administração. Devem ser limitados em número, apresentados em linguagem simples e expressar com máxima clareza os valores fundamentais de uma organização (ISACA, 2012).

Os Princípios e Diretrizes relacionados, abaixo, orientarão a elaboração do PDTIC 2017-2019 do MP bem como as ações a serem tomadas em conjunto pelas áreas de TIC das unidades administrativas do Ministério.

Princípios e Diretrizes	Origem
PD1: Utilizar, sempre que necessário, a contratação de serviços para tarefas executivas	✓ Decreto-lei nº 200/1967, art. 10, § 7º e 8º ✓ Decreto nº 2.271/1997 ✓ Acórdão 1214/2013 TCU Plenário
PD2: Realizar contratações conjuntas no âmbito do MP, preferencialmente	✓ De acordo com os princípios constitucionais da eficiência (Art. 37) e economicidade (Art. 70)
PD3: Deve-se buscar a padronização do ambiente de TIC, visando à integração de Soluções de TIC no âmbito do MP	✓ Decreto nº 1.048/1994 ✓ Acórdão TCU 1603/2008 - Plenário
PD4: Utilizar os padrões do Governo Eletrônico	✓ eMag-Modelo de Acessibilidade ✓ e-Ping-Arquitetura de Interoperabilidade ✓ ePWG-Padrões Web
PD5: Priorização de serviços públicos disponibilizados em meio digital	✓ Estratégia de Governança Digital – EGD V1.0 (2016)

11 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A realização deste PETIC se dará pelas ações a serem derivadas das iniciativas constantes neste plano, no âmbito da elaboração do PDTIC 2017-2019. Para tanto, alguns aspectos serão primordiais para o alcance dos objetivos aqui propostos e atingimento da visão de futuro definida para a TIC do MP. Esses aspectos incluem os seguintes fatores críticos de sucesso:

1. Patrocínio da alta administração;
2. Estrutura de Governança adequada, envolvendo:
 - ✓ o Comitê de Governança Digital ou equivalente formado pela alta administração e
 - ✓ um Comitê Executivo de Tecnologia da Informação formado por representantes das áreas de negócio e da TIC do MP;
3. Participação e envolvimento das áreas de TIC das unidades administrativas nas decisões de TIC;
4. Comprometimento das áreas de TIC do MP com a execução deste plano;
5. Monitoramento e avaliação constante das metas dos indicadores dos objetivos estratégicos e apresentação ao comitê estratégico.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, mediante atuação efetiva da sua Diretoria de Tecnologia da Informação, tem envidado esforços no sentido da melhoria da governança de tecnologia da informação e este PETIC reflete parte desse esforço.

Ao final da execução do presente Plano, espera-se que a tecnologia da informação e comunicação seja vista pelas áreas finalísticas do Ministério como estratégica para apoiar suas políticas e para prover as plataformas mais adequadas à implementação de serviços públicos disponibilizados pelo MP na forma digital. Dessa forma, este Plano visa a contribuir para a estratégia do próprio Ministério em gerar valor para a sociedade, onde a partir do cumprimento de sua missão institucional de *“Prover soluções de TIC para apoiar e aprimorar os processos de negócio do MP”*, sempre observando os valores de *“Foco no Usuário, Transparência, Segurança da Informação, Inovação, Tempestividade, Sinergia, Proatividade, Economicidade”*, alcance sua visão de futuro de *“Ser reconhecida pelas áreas de negócio pela excelência dos serviços prestados”*.

ANEXO VI - Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Secretaria do Patrimônio da União - SPU

UGE: 170011/00001

COM RESSALVA

Declaro que os Demonstrativos Contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2016 e com base na Conformidade de Registro de Gestão das Unidades Gestoras Executoras: 170011 – Secretaria do Patrimônio da União - SPU, 170021 - Superintendência do Patrimônio da União do Distrito Federal - SPU/DF e UGE 2000243 - Programa de Modernização e Gestão do Patrimônio Imobiliário da União - PMG/SPU, refletem adequadamente situação orçamentária, financeira e patrimonial das unidades jurisdicionadas que apresentam Prestação de Contas.

Declaro ainda, que os Balanços Patrimoniais e Demonstrações das Variações Patrimoniais das Superintendências: 170029 - SPU/MA, 170036 - SPU/PI, 170043 - SPU/CE, 170048 - SPU/RN, 170053 - SPU/PB, 170062 - SPU/PE, 170067 - SPU/AL, 170070 - SPU/SE, 170083 - SPU/BA, 170098 - SPU/MG, 170104 - SPU/ES, 170112 - SPU/MS, 170127 - SPU/RJ, 170128 - SPU/PA, 170151 - SPU/SP, 170164 - SPU/PR, 170173 - SPU/SC, 170188 - SPU/RS, 170193 - SPU/MT, 170199 - SPU/GO e 170211 - SPU/AM, 201032 - SPU/AP, 201033 - SPU/RO, 201034 - SPU/RR, 201035 - SPU/AC, 201039 - SPU/TO, refletem adequadamente situação patrimonial em todas as unidades jurisdicionadas que apresentam Prestação de Contas, exceto no tocante a:

a) Falta de registro da conformidade do registro de gestão em determinado período do mês de Janeiro na UGE 170128; Abril na UGE 170098; Junho nas UGEs 170062 e 170188; Novembro na UGE 170083; e Dezembro nas UGEs 170129 e 170211.

Esclareço que o Superávit Patrimonial apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais da Secretaria do Patrimônio da União - SPU e das Superintendências nos estados e no Distrito Federal, conforme Nota Técnica 1283 de 30 de Janeiro de 2017, na grande maioria, de transferências de domínio e transferências entre Unidades Gestoras (cessão, doação, entrega e outros para órgãos e entidades da Administração Pública Federal); de ações corretivas e reavaliações de valores em m² ou de retificações de informações cadastrais; de compra, dação em pagamento, desapropriação, determinação judicial, herança jacente, permuta, recebimento por doação, recebimento por concessão ou transferência de direito de real limitado, secessão de entidade extinta, registro por apossamento vintenário (Lei 5.972/1973), usucapião judicial, seguidos de sua regularização cartorial e na base de dados da SPU; e de reavaliação de imóveis no período.

Informo que no exercício de 2016, houve execução de despesa referente a Programas de Trabalho da UGE 170011 - SPU pelas UGE 201005 – Coordenação-Geral de Gestão de

Pessoas - COGEP e 201013 – Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - CEOFI; e que houve ainda, Programas de Trabalho da UGE 200243 - PMG/SPU executados pela UGE 201005 - COGEP, e que as informações concernentes a estas execuções, constam nos Demonstrativos Contábeis dessas Coordenações; bem como, no processo de Relatório de Gestão demandado pela Secretaria Executiva/MPDG.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília - DF, 02 de março de 2017.

Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.

Marlene Cavalcante Gomes

Coordenadora

CCONT/CGEOR/DIPLA/SE/MPDG

CRC-DF: 016693/O



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201035 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/AC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201035 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/AC
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201035 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201035 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	201035 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AC
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201035 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/AC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
Diferido	-	-	-
TOTAL DO ATIVO		143.882.399,72	120.281.518,34
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		143.882.399,72	120.281.518,34

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	-	-	-
ATIVO PERMANENTE	143.882.399,72	120.281.518,34	-
SALDO PATRIMONIAL		143.882.399,72	120.281.518,34

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			
Recursos Vinculados			
TOTAL			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201035 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201035 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
SUBTITULO	201035 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AC	EMISSAO 31/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201035 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AC
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		138.435.453,82	4.947.857,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		17.239.877,69	1.549.369,58
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		17.239.877,69	1.549.369,58
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		121.195.576,13	2.577.166,71
Reavaliação de Ativos		21.188.015,96	232.346,31
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		100.007.560,17	2.344.820,40
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	821.321,31
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201035 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AC
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	821.321,31
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		114.834.572,44	6.590.956,50
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		110.817,32	9.937,88
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		110.817,32	9.937,88
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		18.420.426,51	787.230,04
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		18.420.426,51	787.230,04
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		96.303.328,61	5.793.788,58
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		92.319.402,30	4.944.132,79
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		3.983.926,31	849.655,79

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201035 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados Custo das Mercadorias Vendidas Custos dos Produtos Vendidos Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Premiações Resultado Negativo de Participações Operações da Autoridade Monetária Incentivos Subvenções Econômicas Participações e Contribuições Constituição de Provisões Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	23.600.881,38	-1.643.098,90

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201034 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RR
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201034 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RR
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201034 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RR
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201034 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RR
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	201034 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/IRR
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.119.450.142,39	3.123.937.907,46	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	3.119.450.142,39	3.123.937.907,46			
Bens Móveis	-	-			
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-96.711,70	-38.064,92			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201034 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RR
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis	-		2015
Direitos de Uso de Imóveis	-		2016
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-		2015
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-		2016
Diferido	-		2015
TOTAL DO ATIVO	3.119.450.142,39	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.119.450.142,39
			3.123.937.907,46

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	-	PASSIVO FINANCEIRO	2015
ATIVO PERMANENTE	3.119.450.142,39	PASSIVO PERMANENTE	-
		SALDO PATRIMONIAL	3.119.450.142,39
			3.123.937.907,46

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201034 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RR
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		2016	2015
INGRESSOS			
Receitas Derivadas e Originárias			
Receita Tributária			
Receita de Contribuições			
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receita de Serviços			
Remuneração das Disponibilidades			
Outras Receitas Derivadas e Originárias			
Transferências Correntes Recebidas			
Intergovernamentais			
Dos Estados e/ou Distrito Federal			
Dos Municípios			
Intragovernamentais			
Outras Transferências Correntes Recebidas			
Outros Ingressos das Operações			
Ingressos Extraorçamentários			
Transferências Financeiras Recebidas			
DESEMBOLSOS			
Pessoal e Demais Despesas			
Legislativo			
Judiciário			
Essencial à Justiça			
Administração			
Defesa Nacional			
Segurança Pública			
Relações Exteriores			
Assistência Social			
Previdência Social			
Saúde			
Trabalho			
Educação			
Cultura			
Direitos da Cidadania			
Urbanismo			
Habitação			
Saneamento			
Gestão Ambiental			
Ciência e Tecnologia			
Agricultura			
Organização Agrária			
Indústria			
Comércio e Serviços			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201034 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RR
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
SUBTITULO	201034 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RR	EMISSAO 31/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201034 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RR
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		7.551.785,22	6.097.162,70
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		1.498.074,81	533.543,96
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.498.074,81	533.543,96
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		6.053.710,41	5.139.426,04
Reavaliação de Ativos		765.662,52	1.379.674,14
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		5.288.047,89	3.759.751,90
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	424.192,70
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201034 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RR
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	424.192,70
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		12.039.550,29	4.779.604,82
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		58.646,78	21.142,24
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		58.646,78	21.142,24
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		403.543,96	4.758.462,58
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		403.543,96	4.758.462,58
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		11.577.359,55	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		11.577.359,55	-



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	201034 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RR
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIACÖES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/01/2017	PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-

Despesas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
Transferências Financeiras Concedidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Despesas Extraorçamentárias			
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO

201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO

ÓRGÃO SUPERIOR

20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES			
Receitas Tributárias			
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições			
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-
Receita Patrimonial			
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receitas de Serviços			
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes			
Outras Receitas Correntes			
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito			
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens			
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos			
Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis	-		2015
Direitos de Uso de Imóveis	-		2016
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-		2015
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-		2016
Diferido	-		2015
TOTAL DO ATIVO	3.345.765.145,96	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.379.107.101,67

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	-	PASSIVO FINANCEIRO	2015
ATIVO PERMANENTE	3.345.765.145,96	PASSIVO PERMANENTE	-
		SALDO PATRIMONIAL	3.345.765.145,96

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habitação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO	EMISSAO 31/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		105.750.683,93	4.875.212,24
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		25.567.974,19	-
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		25.567.974,19	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		80.182.709,74	4.362.498,96
Reavaliação de Ativos		2.349.323,35	3.612.173,23
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		77.833.386,39	750.325,73
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	512.713,28
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	512.713,28
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	139.092.639,64	2.888.445,11
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	432.894,43	77.480,56
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	432.894,43	77.480,56
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	117.607.107,65	627.031,20
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	117.607.107,65	627.031,20
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	21.052.637,56	2.183.933,35
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	8.577.232,86	1.192.861,11
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	12.475.404,70	991.072,24



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIACÖES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/01/2017	PÁGINA 1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2016
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/AP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	201032 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AP
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/AP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
Diferido	-	-	-
TOTAL DO ATIVO		684.621.435,70	484.500.158,55
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		684.621.435,70	484.500.158,55

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	-	-	-
ATIVO PERMANENTE	684.621.435,70	484.500.158,55	-
SALDO PATRIMONIAL		684.621.435,70	484.500.158,55

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			
Recursos Vinculados			
TOTAL			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/01/2017	PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AP	EMISSÃO 31/01/2017	PÁGINA 3
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AP
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			11.856.316,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		118.725.170,64	2.800.000,00
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		118.725.170,64	2.800.000,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		123.771.313,87	8.856.316,60
Reavaliação de Ativos		7.912.724,21	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		115.858.589,66	8.856.316,60
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		42.375.207,36	18.377,83
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		85.571,94	18.377,83
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		85.571,94	18.377,83
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		6.017.271,26	-
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		6.017.271,26	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		36.272.364,16	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		36.272.364,16	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		-	-



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	201032 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AP
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIACÖES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200243 - PROG.DE MODER.E GEST.DO PATR.IMOB.DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015	2016
Receitas Orçamentárias Ordinárias Vinculadas (-) Deduções da Receita Orçamentária Transferências Financeiras Recebidas Resultantes da Execução Orçamentária Sub-repasso Recebido Independentes da Execução Orçamentária Transferências Recebidas para Pagamento de RP Aporte ao RPPS Aporte ao RGPS Recebimentos Extraorçamentários Inscrição dos Restos a Pagar Processados Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Outros Recebimentos Extraorçamentários Saldo do Exercício Anterior Caixa e Equivalentes de Caixa TOTAL	-	-	-	3.852.202,69
	-	-	-	96.468,98
	-	-	-	3.755.733,71
	-	-	-	3.755.733,71
	4.692.508,26	226.461,09	226.461,09	-
	3.852.202,69	187.422,61	187.422,61	-
	3.852.202,69	187.422,61	187.422,61	-
	840.305,57	39.038,48	39.038,48	-
	840.305,57	39.038,48	39.038,48	-
	-	-	-	-
-	2.832.221,38	968.381,80	968.381,80	852.749,80
	-	-	-	-
	2.832.221,38	968.381,80	968.381,80	852.749,80
	-	-	-	-
	-	-	-	-
	12.444,23	-	-	2.832.221,38
	12.444,23	-	-	2.832.221,38
	-	-	-	-
	-	-	-	-
	7.537.173,87	1.194.842,89	1.194.842,89	7.537.173,87
TOTAL		7.537.173,87	1.194.842,89	1.194.842,89



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200243 - PROG.DE MODER.E GEST.DO PATR.IMOB.DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200243 - PROG.DE MODER.E GEST.DO PATR.IMOB.DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	3.852.202,69	3.852.202,69
TOTAL	-	-	3.852.202,69	3.852.202,69
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
DESPESAS CORRENTES	-	930.051,58	930.051,58	600.464,77
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	930.051,58	930.051,58	600.464,77
Investimentos	-	2.922.151,11	2.922.151,11	419.516,54
Inversões Financeiras	-	2.922.151,11	2.922.151,11	419.516,54
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	3.852.202,69	3.852.202,69	1.019.981,31
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200243 - PROG.DE MODER.E GEST.DO PATR.IMOB DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	CANCELADOS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dividas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	3.852.202,69	1.019.981,31	1.019.981,31	-3.852.202,69
TOTAL	-	-	3.852.202,69	1.019.981,31	1.019.981,31	-3.852.202,69

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	320.885,80	205.253,80	205.253,80	115.632,00	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	320.885,80	205.253,80	205.253,80	115.632,00	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	647.496,00	647.496,00	647.496,00	-	-
Investimentos	-	647.496,00	647.496,00	647.496,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	968.381,80	852.749,80	852.749,80	115.632,00	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/01/2017	PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200243 - PROG.DE MODER.E GEST.DO PATR.IMOB.DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO CIRCULANTE		2.832.221,38	12.444,23	PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.832.221,38	12.444,23	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo			
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Estoques		-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes			
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	Provisões de Curto Prazo			
		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo			
ATIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo			
Investimentos		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Participações Permanentes		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Propriedades para Investimento		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Propriedades para Investimento		-	-	Provisões de Longo Prazo			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	Resultado Diferido			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS		-	-	ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Patrimônio Social e Capital Social			
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	Reservas de Capital			
Imobilizado				Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Bens Móveis				Reservas de Lucros			
Bens Móveis				Demais Reservas			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis				Resultados Acumulados		2.832.221,38	12.444,23
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis				Resultado do Exercício		2.819.777,15	12.444,23
Bens Imóveis				Resultados de Exercícios Anteriores		12.444,23	
Bens Imóveis				(-) Ações / Cotas em Tesouraria			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.832.221,38	12.444,23
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis							
Intangível							
Softwares							
Softwares							
(-) Amortização Acumulada de Softwares							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares							
Marcas, Direitos e Patentes Industriais							
Marcas, Direitos e Patentes Industriais							
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat							



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200243 - PROG.DE MODER.E GEST.DO PATR.IMOB.DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
Diferido	-	-	-
TOTAL DO ATIVO		2.832.221,38	12.444,23
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.832.221,38	12.444,23

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ATIVO FINANCEIRO		2.832.221,38	12.444,23
ATIVO PERMANENTE		-	-
SALDO PATRIMONIAL			955.937,57

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	461.472,00
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	461.472,00
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	461.472,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	-
TOTAL	-	-	461.472,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários		-	-
Recursos Vinculados		-	-
TOTAL		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200243 - PROG.DE MODER.E GEST.DO PATR.IMOB.DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	3.886.789,69	12.444,23
INGRESSOS	4.692.508,26	226.461,09
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	4.692.508,26	226.461,09
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	4.692.508,26	226.461,09
DESEMBOLSOS	-805.718,57	-214.016,86
Pessoal e Demais Despesas	-805.718,57	-136.328,50
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-805.718,57	-136.328,50
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200243 - PROG.DE MODER.E GEST.DO PATR.IMOB.DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-77.688,36
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-28.037,34
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-49.651,02
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.067.012,54	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.067.012,54	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.067.012,54	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.819.777,15	12.444,23
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	12.444,23	-



EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/01/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200243 - PROG.DE MODER.E GEST.DO PATR.IMOB.DA UNIAO
ORGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2016	2015
	2.832.221,38	12.444,23

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	200243 - PROG.DE MODER.E GEST.DO PATR.IMOB.DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			12.254.181,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	5.443.026,23
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	5.443.026,23
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		4.692.508,26	226.461,09
Transferências Intragovernamentais		4.692.508,26	226.461,09
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		-	6.584.693,99
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	6.584.693,99
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20243 - PROG.DE MODER.E GEST.DO PATR.IMOB.DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.872.731,11	12.241.737,08
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		805.718,57	136.328,50
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		805.718,57	136.328,50
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	12.105.408,58
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	107.097,35
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	11.998.311,23
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		-	-
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.067.012,54	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		1.067.012,54	-



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	200243 - PROG.DE MODER.E GEST.DO PATR.IMOB.DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

[illegible]



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170211 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AM
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias	-	-	-
Vinculadas	-	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170211 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AM
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170211 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AM
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170211 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AM
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170211 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AM
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170211 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/AM
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
Diferido	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	2.422.918.763,48	1.091.421.782,65	1.091.421.782,65

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2.422.918.763,48

1.091.421.782,65

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	-	-	-
ATIVO PERMANENTE	2.422.918.763,48	1.091.421.782,65	-
		2.422.918.763,48	1.091.421.782,65

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar
TOTAL	-	-	TOTAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários	-	-	-
Recursos Vinculados	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170211 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AM
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170211 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AM
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
SUBTITULO	170211 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AM	EMISSAO 31/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170211 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AM
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		1.396.783.926,55	265.030.948,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		7.751.248,16	240.622.907,19
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		7.751.248,16	240.622.907,19
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		1.389.032.678,39	24.408.041,01
Reavaliação de Ativos		519.948.655,59	128.091,60
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		869.084.022,80	24.279.949,41
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170211 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AM
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		65.286.945,72	5.694.140,89
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		3.180.846,92	822.353,07
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		3.180.846,92	822.353,07
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		59.101.908,02	4.671.786,44
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		59.101.908,02	4.671.786,44
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		3.004.190,78	200.001,38
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		1.387.067,62	1,38
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		1.617.123,16	200.000,00



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170211 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AM
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170199 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/GO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170199 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/GO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170199 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/GO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170199 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/GO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170199 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/GO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa				Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo			
Créditos a Curto Prazo				Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo				Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo				Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Estoques				Obrigações de Repartição a Outros Entes			
VPDs Pagas Antecipadamente				Provisões de Curto Prazo			
				Demais Obrigações a Curto Prazo			
ATIVO NÃO CIRCULANTE		259.874.574,32	219.359.758,66	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo				Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo			
Investimentos				Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Participações Permanentes				Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Propriedades para Investimento				Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Propriedades para Investimento				Provisões de Longo Prazo			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos				Demais Obrigações a Longo Prazo			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos				Resultado Diferido			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo				TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS							
Demais Investimentos Permanentes							
Demais Investimentos Permanentes							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.							
Imobilizado							
Bens Móveis		259.874.574,32	219.359.758,66				
Bens Móveis							
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis						2.676.942,99	2.676.942,99
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis						257.197.631,33	216.662.815,67
Bens Imóveis						40.514.815,66	43.393.253,57
Bens Imóveis		259.874.574,32	219.359.758,66			216.682.815,67	173.289.562,10
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		260.347.133,89	219.500.639,33				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-472.559,57	-140.880,67				
Intangível						259.874.574,32	219.359.758,66
Softwares							
Softwares							
(-) Amortização Acumulada de Softwares							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares							
Marcas, Direitos e Patentes Industriais							
Marcas, Direitos e Patentes Industriais							
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat							



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170199 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/GO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-		2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-		
Diferido	-	-	-		
TOTAL DO ATIVO		259.874.574,32	219.359.758,66	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	259.874.574,32 219.359.758,66

ATIVO		2016	2015	PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	-	-	-	PASSIVO FINANCEIRO	2015
ATIVO PERMANENTE	259.874.574,32	219.359.758,66		PASSIVO PERMANENTE	-
				SALDO PATRIMONIAL	259.874.574,32 219.359.758,66

Quadro de Compensações

ATIVO		2016	2015	PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos				ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	2.512,85			Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	2.512,85			Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-			Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	2.512,85			Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-			Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	2.512,85			TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/01/2017	PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170199 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/GO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170199 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/GO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
SUBTITULO	170199 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/GO	EMISSAO 31/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170199 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/GO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		48.686.674,68	47.204.978,73
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		2.127.082,56	3.247.536,01
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.127.082,56	3.247.536,01
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		46.559.592,12	43.954.052,28
Reavaliação de Ativos		41.378.027,95	14.596.363,06
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		5.181.564,17	29.357.689,22
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	3.390,44
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170199 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/GO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	3.390,44
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.171.859,02	3.811.725,16
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	331.678,90	51.358,02
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	331.678,90	51.358,02
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	6.234.044,30	3.754.076,21
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.234.044,30	3.754.076,21
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.606.135,82	6.290,93
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	127.835,47	5.771,96
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	1.478.300,35	518,97

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170199 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/GO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados Custo das Mercadorias Vendidas Custos dos Produtos Vendidos Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Premiações Resultado Negativo de Participações Operações da Autoridade Monetária Incentivos Subvenções Econômicas Participações e Contribuições Constituição de Provisões Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	40.514.815,66	43.393.253,57

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170193 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAOMT
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170193 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAOMT
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES			
Receitas Tributárias			
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições			
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial			
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receitas de Serviços			
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes			
Outras Receitas Correntes			
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito			
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens			
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos			
Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170193 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/MT
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170193 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/MT
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170193 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/MT
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO	
ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa e Equivalentes de Caixa		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-
Estoques		-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	Provisões de Curto Prazo	-
		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.719.752.021,83	10.689.198.333,55	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-
Investimentos		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-
Participações Permanentes		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-
Propriedades para Investimento		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-
Propriedades para Investimento		-	-	Provisões de Longo Prazo	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	Resultado Diferido	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS		-	-		
Demais Investimentos Permanentes		-	-		
Demais Investimentos Permanentes		-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-		
Imobilizado		11.719.752.021,83	10.689.198.333,55		
Bens Móveis		-	-		
Bens Móveis		-	-		
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-		
Bens Imóveis		11.719.752.021,83	10.689.198.333,55		
Bens Imóveis		11.720.077.636,71	10.689.273.765,05		
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-325.614,88	-75.431,50		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-		
Intangível		-	-		
Softwares		-	-		
Softwares		-	-		
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-		
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat		-	-		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170193 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/MT
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-		2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-		
Diferido	-	-	-		
TOTAL DO ATIVO		11.719.752.021,83	10.689.198.333,55	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.719.752.021,83 10.689.198.333,55

ATIVO		2016	2015	PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	-	-	-	PASSIVO FINANCEIRO	2015
ATIVO PERMANENTE	11.719.752.021,83	10.689.198.333,55		PASSIVO PERMANENTE	-
				SALDO PATRIMONIAL	11.719.752.021,83 10.689.198.333,55

Quadro de Compensações

ATIVO		2016	2015	PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos				ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	-	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170193 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/MT
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170193 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/MT
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
SUBTITULO	170193 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/MT	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170193 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/MT
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		1.042.822.461,79	9.792.816.650,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		2.853.568,60	1.749.057,42
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.853.568,60	1.749.057,42
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		1.039.968.893,19	9.778.822.247,01
Reavaliação de Ativos		12.317.023,90	79.958.434,89
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.027.651.869,29	9.698.863.812,12
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	12.245.346,29
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170193 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAOMT
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	12.245.346,29
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		12.268.773,51	91.968.654,13
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		250.183,38	37.640,74
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		250.183,38	37.640,74
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		10.694.901,25	75.322.642,39
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		10.694.901,25	75.322.642,39
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.323.688,88	16.608.371,00
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		390.004,87	2.871.503,42
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		933.684,01	13.736.867,58

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170193 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/MT
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados Custo das Mercadorias Vendidas Custos dos Produtos Vendidos Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Premiações Resultado Negativo de Participações Operações da Autoridade Monetária Incentivos Subvenções Econômicas Participações e Contribuições Constituição de Provisões Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.030.553.688,28	9.700.847.996,59

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170188 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RS
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO

170188 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RS

ÓRGÃO SUPERIOR

20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES			
Receitas Tributárias			
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições			
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial			
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receitas de Serviços			
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes			
Outras Receitas Correntes			
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito			
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens			
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos			
Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170188 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/R\$
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170188 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RS
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	404.466,93	404.466,93	PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	404.466,93	404.466,93	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo		-
	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.560.243.422,86	2.366.627.340,15	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo		-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido		-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			-
Demais Investimentos Permanentes	-	-			-
Demais Investimentos Permanentes	-	-			-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			-
Imobilizado	2.560.243.422,86	2.366.627.340,15			-
Bens Móveis	-	-	Patrimônio Social e Capital Social		-
Bens Móveis	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	Reservas de Capital		-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-
Bens Imóveis	-	-	Reservas de Lucros		-
Bens Imóveis	-	-	Demais Reservas	350.008,40	350.008,40
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-	Resultados Acumulados	2.560.297.881,39	2.366.681.798,68
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-	Resultado do Exercício	193.616.082,71	729.878.535,61
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	2.366.681.798,68	1.635.934.068,62
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	(-) Ações / Colas em Tesouraria	-	-
Intangível	-605.251,50	-129.948,16	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.560.647.889,79	2.367.031.807,08
Softwares	-	-			-
Softwares	-	-			-
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat	-	-			-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170188 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RS
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis	-		2015
Direitos de Uso de Imóveis	-		2016
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-		2015
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-		2016
Diferido	-		2015
TOTAL DO ATIVO	2.560.647.889,79	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.560.647.889,79
			2.367.031.807,08

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	-	PASSIVO FINANCEIRO	2015
ATIVO PERMANENTE	2.560.647.889,79	PASSIVO PERMANENTE	-
		SALDO PATRIMONIAL	2.560.647.889,79
			2.367.031.807,08

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170188 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RS
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170188 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/R\$
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	170188 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RS	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170188 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/R/S
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		239.010.274,92	760.942.099,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		49.945.685,35	11.731.049,06
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		49.945.685,35	11.731.049,06
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		189.064.589,57	747.791.050,34
Reavaliação de Ativos		5.520.408,00	287.649.341,59
Ganhos com Alienação		183.544.181,57	460.141.708,75
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	1.420.000,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170188 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RS
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	1.420.000,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		45.394.192,21	31.063.563,79
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		475.305,34	88.747,54
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		475.305,34	88.747,54
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		36.703.029,87	14.366.139,72
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		36.703.029,87	14.366.139,72
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		8.215.857,00	16.608.676,53
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		196.406,33	9.410.829,46
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		8.019.450,67	7.197.847,07



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170188 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/IRS
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIACÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170173 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2016
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170173 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170173 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170173 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170173 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa				Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo			
Créditos a Curto Prazo				Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo				Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo				Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Estoques				Obrigações de Repartição a Outros Entes			
VPDs Pagas Antecipadamente				Provisões de Curto Prazo			
				Demais Obrigações a Curto Prazo			
ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.746.246.287,70	6.904.716.274,22	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo				Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo			
Investimentos				Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Participações Permanentes				Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Propriedades para Investimento				Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Propriedades para Investimento				Provisões de Longo Prazo			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos				Demais Obrigações a Longo Prazo			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos				Resultado Diferido			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo				TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS							
Demais Investimentos Permanentes							
Demais Investimentos Permanentes							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.							
Imobilizado							
Bens Móveis		7.746.246.287,70	6.904.716.274,22				
Bens Móveis							
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis						5.911.591,72	5.911.591,72
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis						7.740.334.695,98	6.898.804.682,50
Bens Imóveis						841.530.013,48	1.291.432.490,99
Bens Imóveis		7.746.246.287,70	6.904.716.274,22			6.898.804.682,50	5.606.721.544,10
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		7.746.897.167,12	6.904.868.986,35				
		-650.879,42	-152.712,13				
Intangível						7.746.246.287,70	6.904.716.274,22
Softwares							
Softwares							
(-) Amortização Acumulada de Softwares							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares							
Marcas, Direitos e Patentes Industriais							
Marcas, Direitos e Patentes Industriais							
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat							



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170173 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis	-		2015
Direitos de Uso de Imóveis	-		2016
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-		2015
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-		2016
Diferido	-		2015
TOTAL DO ATIVO	7.746.246.287,70	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.904.716.274,22

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	-	PASSIVO FINANCEIRO	-
ATIVO PERMANENTE	7.746.246.287,70	PASSIVO PERMANENTE	-
		SALDO PATRIMONIAL	7.746.246.287,70
			6.904.716.274,22

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170173 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170173 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
SUBTITULO	170173 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SC	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170173 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		915.453.100,76	1.483.882.031,47
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		711.530,36	9.789.637,12
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		711.530,36	9.789.637,12
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		914.741.570,40	1.410.212.115,33
Reavaliação de Ativos		15.002.740,01	422.504.330,11
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		899.738.830,39	987.707.785,22
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	63.880.279,02
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170173 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SC
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	63.880.279,02
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		73.923.087,28	192.449.540,48
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		498.167,29	82.396,47
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		498.167,29	82.396,47
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		14.526.431,39	64.706.038,57
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		14.526.431,39	64.706.038,57
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		58.898.488,60	127.661.105,44
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		24.825.692,88	112.497.846,80
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		34.072.795,72	15.163.258,64

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170173 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SC
ORÇAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados Custo das Mercadorias Vendidas Custos dos Produtos Vendidos Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Premiações Resultado Negativo de Participações Operações da Autoridade Monetária Incentivos Subvenções Econômicas Participações e Contribuições Constituição de Provisões Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	841.530.013,48	1.291.432.490,99

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170164 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PR
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias	-	-	Despesas Orçamentárias Ordinárias
Vinculadas	-	-	Vinculadas
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária
Aporte ao RPPS	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS
	-	-	Aporte ao RGPS
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Despesas Extraorçamentárias
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários
Saldo do Exercício Anterior	-	839,64	Saldo para o Exercício Seguinte
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	839,64	Caixa e Equivalentes de Caixa
TOTAL	-	839,64	TOTAL
			839,64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170164 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PR
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170164 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PR
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170164 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PR
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170164 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PR
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170164 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PR
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
Diferido	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	3.194.065.151,43	2.767.131.480,13	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		3.194.065.151,43	2.767.131.480,13

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	-	-	-
ATIVO PERMANENTE	3.194.065.151,43	2.767.131.480,13	-
		3.194.065.151,43	2.767.131.480,13

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2016	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170164 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PR
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		2016	2015
INGRESSOS			-839,64
Receitas Derivadas e Originárias			
Receita Tributária			
Receita de Contribuições			
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receita de Serviços			
Remuneração das Disponibilidades			
Outras Receitas Derivadas e Originárias			
Transferências Correntes Recebidas			
Intergovernamentais			
Dos Estados e/ou Distrito Federal			
Dos Municípios			
Intragovernamentais			
Outras Transferências Correntes Recebidas			
Outros Ingressos das Operações			
Ingressos Extraorçamentários			
Transferências Financeiras Recebidas			
DESEMBOLSOS			-839,64
Pessoal e Demais Despesas			
Legislativo			
Judiciário			
Essencial à Justiça			
Administração			
Defesa Nacional			
Segurança Pública			
Relações Exteriores			
Assistência Social			
Previdência Social			
Saúde			
Trabalho			
Educação			
Cultura			
Direitos da Cidadania			
Urbanismo			
Habitação			
Saneamento			
Gestão Ambiental			
Ciência e Tecnologia			
Agricultura			
Organização Agrária			
Indústria			
Comércio e Serviços			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170164 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PR
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-839,64
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-839,64
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-839,64	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	839,64	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
SUBTITULO	170164 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PR	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170164 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PR
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		676.792.661,86	1.361.962.629,38
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		54.909.460,68	11.260.512,34
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		54.909.460,68	11.260.512,34
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		621.883.201,18	1.216.739.612,60
Reavaliação de Ativos		294.581.382,42	522.998.042,65
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		327.301.818,76	693.740.730,31
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	839,64
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	133.962.504,44
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170164 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PR
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	133.962.504,44
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	249.858.990,56	385.579.270,24
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	399.096,50	148.399,77
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	399.096,50	148.399,77
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	160.135.123,77	160.470.937,43
Transferências Intragovernamentais	-	839,64
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	160.135.123,77	160.470.097,79
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	89.324.770,29	224.959.933,04
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	44.012.746,60	7.243.481,82
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	45.312.023,69	217.716.451,22



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170164 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PR
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIACÖES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170127 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RJ
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2016
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170127 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RJ
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170127 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RJ
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170127 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RJ
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO		PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-
Créditos a Curto Prazo	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-
Estoques	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	Provisões de Curto Prazo	-
		Demais Obrigações a Curto Prazo	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	31.716.199,776,23	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-
Investimentos	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-
Participações Permanentes	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-
Propriedades para Investimento	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-
Propriedades para Investimento	-	Provisões de Longo Prazo	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	Resultado Diferido	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-		
Demais Investimentos Permanentes	-		
Demais Investimentos Permanentes	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-		
IMOBILIZADO	43.700.703.536,65		
Bens Móveis	-	Patrimônio Social e Capital Social	-
Bens Móveis	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	Reservas de Capital	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-
Bens Imóveis	31.716.199,776,23	Reservas de Lucros	-
Bens Imóveis	-	Demais Reservas	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	Resultados Acumulados	662.827.880,01
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	Resultado do Exercício	43.037.875.656,64
Bens Imóveis	31.716.199,776,23	Resultados de Exercícios Anteriores	11.984.503.760,42
Bens Imóveis	43.703.415.572,45	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	31.053.371.896,22
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.716.199.776,23
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-2712.035,80		
Intangível	-		
Softwares	-		
Softwares	-		
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-		
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat	-		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	170127 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RJ	EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis			
Direitos de Uso de Imóveis			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis			
Diferido			
TOTAL DO ATIVO	43.700.703.536,65	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.716.199.776,23

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
ATIVO PERMANENTE	43.700.703.536,65	PASSIVO PERMANENTE	
		SALDO PATRIMONIAL	43.700.703.536,65

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	
Execução dos Atos Potenciais Ativos		Execução dos Atos Potenciais Passivos	
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong		Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	
Direitos Contratuais a Executar		Obrigações Contratuais a Executar	
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	
TOTAL		TOTAL	

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			
Recursos Vinculados			
TOTAL			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170127 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RJ
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170127 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RJ
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	170127 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RJ	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170127 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RJ
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14.777.360.774,67	18.380.030.697,03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	17.885.345,40	18.311.288,26
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	17.885.345,40	18.311.288,26
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	14.759.475.429,27	18.212.545.632,37
Reavaliação de Ativos	190.467.536,30	1.233.050.911,99
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	14.569.007.892,97	16.979.494.720,38
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	149.173.776,40
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170127 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RJ
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	149.173.776,40
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		2.792.857.014,25	6.002.792.436,99
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		2.415.364,79	173.721,65
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		2.415.364,79	173.721,65
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		1.880.933.066,05	171.007.352,61
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.880.933.066,05	171.007.352,61
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		909.508.583,41	5.831.611.362,73
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		908.474.911,82	205.241.522,49
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		1.033.671,59	5.626.369.840,24



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170127 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RJ
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170112 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/MS
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias	-	-	-
Vinculadas	-	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170112 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAOMS
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170112 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAOMS
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170112 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAOMS
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170112 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/MS
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170112 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/MS
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis			
Direitos de Uso de Imóveis	-		2015
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-		
Diferido	-		
TOTAL DO ATIVO	222.551.486,67	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	222.551.486,67 216.947.075,69

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	-	PASSIVO FINANCEIRO	2015
ATIVO PERMANENTE	222.551.486,67	PASSIVO PERMANENTE	-
		SALDO PATRIMONIAL	222.551.486,67 216.947.075,69

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2015	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2015
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170112 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/MS
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		2016	2015
INGRESSOS			
Receitas Derivadas e Originárias			
Receita Tributária			
Receita de Contribuições			
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receita de Serviços			
Remuneração das Disponibilidades			
Outras Receitas Derivadas e Originárias			
Transferências Correntes Recebidas			
Intergovernamentais			
Dos Estados e/ou Distrito Federal			
Dos Municípios			
Intragovernamentais			
Outras Transferências Correntes Recebidas			
Outros Ingressos das Operações			
Ingressos Extraorçamentários			
Transferências Financeiras Recebidas			
DESEMBOLSOS			
Pessoal e Demais Despesas			
Legislativo			
Judiciário			
Essencial à Justiça			
Administração			
Defesa Nacional			
Segurança Pública			
Relações Exteriores			
Assistência Social			
Previdência Social			
Saúde			
Trabalho			
Educação			
Cultura			
Direitos da Cidadania			
Urbanismo			
Habitação			
Saneamento			
Gestão Ambiental			
Ciência e Tecnologia			
Agricultura			
Organização Agrária			
Indústria			
Comércio e Serviços			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170112 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/MS
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	170112 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/MS	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170112 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/MS
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		54.738.103,92	62.312.622,84
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		19.946.350,69	221.082,45
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		19.946.350,69	221.082,45
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		34.791.753,23	60.226.840,32
Reavaliação de Ativos		4.781.161,97	36.456.070,72
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		30.010.591,26	23.770.769,60
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	1.864.700,07
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170112 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAOMS
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	1.864.700,07
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		49.133.692,94	7.752.220,63
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		169.985,97	39.678,37
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		169.985,97	39.678,37
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		19.193.344,23	1.757.775,25
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		19.193.344,23	1.757.775,25
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		13.149.876,36	5.954.767,01
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		771.932,48	2.048.997,71
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		3.134.998,66	-
Desincorporação de Ativos		9.242.945,22	3.905.769,30



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170112 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAOMS
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
Premiações	16.620.486,38	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	16.620.486,38	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	5.604.410,98	54.560.402,21

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170151 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2016
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170151 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170151 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170151 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170151 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170151 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis	-		2015
Direitos de Uso de Imóveis	-		2016
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-		2015
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-		2016
Diferido	-		2015
TOTAL DO ATIVO	7.078.135.032,61	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.485.120.486,24

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	-	PASSIVO FINANCEIRO	-
ATIVO PERMANENTE	7.078.135.032,61	PASSIVO PERMANENTE	-
		SALDO PATRIMONIAL	7.078.135.032,61
			6.485.120.486,24

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170151 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170151 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	170151 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170151 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		1.892.794.413,42	556.731.596,19
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		769.035.691,83	20.061.240,20
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		769.035.691,83	20.061.240,20
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		1.123.758.721,59	478.627.784,65
Reavaliação de Ativos		282.855.370,25	167.159.798,15
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		840.903.351,34	311.467.986,50
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	58.042.571,34
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170151 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	58.042.571,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.299.779.867,05	137.480.347,05
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.471.176,62	812.070,23
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.471.176,62	812.070,23
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	949.373.618,53	44.901.144,76
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	949.373.618,53	44.901.144,76
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	346.935.071,90	91.767.132,06
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	343.624.153,47	90.674.823,42
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	3.310.918,43	1.092.308,64



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170151 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP
ORGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170104 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/ES
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias	-	-	-
Vinculadas	-	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170104 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/ES
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170104 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/ES
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170104 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/ES
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170104 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/ES
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		-	-
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques		-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	Provisões de Curto Prazo		-	-
		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.015.753.627,91	3.704.496.576,05	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Provisões de Longo Prazo		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	Resultado Diferido		-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS		-	-	ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	Reservas de Capital		-	-
Imobilizado		4.015.753.627,91	3.704.496.576,05	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Bens Móveis		-	-	Reservas de Lucros		-	-
Bens Móveis		-	-	Demais Reservas		3.657.483,98	3.657.483,98
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-	-	Resultados Acumulados		4.012.096.143,93	3.700.839.092,07
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	Resultado do Exercício		311.257.051,86	334.158.310,15
Bens Imóveis		4.015.753.627,91	3.704.496.576,05	Resultados de Exercícios Anteriores		3.700.839.092,07	3.366.650.621,03
Bens Imóveis		4.015.878.791,90	3.704.530.674,35	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-125.163,99	-34.098,30	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.015.753.627,91	3.704.496.576,05
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-			-	-
Intangível		-	-			-	-
Softwares		-	-			-	-
Softwares		-	-			-	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-			-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-			-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-			-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat		-	-			-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170104 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/ES
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis	-		2015
Direitos de Uso de Imóveis	-		2016
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-		2015
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-		2016
Diferido	-		2015
TOTAL DO ATIVO	4.015.753.627,91	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.704.496.576,05

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	-	PASSIVO FINANCEIRO	-
ATIVO PERMANENTE	4.015.753.627,91	PASSIVO PERMANENTE	-
		SALDO PATRIMONIAL	4.015.753.627,91
			3.704.496.576,05

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170104 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/ES
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170104 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/ES
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
SUBTITULO	170104 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/ES	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170104 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/ES
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		359.308.851,03	549.438.141,45
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		17.334.989,87	4.312.585,31
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		17.334.989,87	4.312.585,31
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		341.973.861,16	520.966.526,62
Reavaliação de Ativos		10.805.921,21	156.148.231,40
Ganhos com Alienação		331.167.939,95	364.818.295,22
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	24.159.025,52
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170104 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/ES
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	24.159.029,52
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		48.051.799,17	215.279.831,30
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		91.065,69	32.489,22
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		91.065,69	32.489,22
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		33.994.798,97	42.905.068,74
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		33.994.798,97	42.905.068,74
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		13.965.934,51	172.342.273,34
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		13.919.478,36	62.340.927,83
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		46.456,15	110.001.345,51



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170104 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/IES
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170098 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/MG
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170098 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAOMG
ORÇAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170098 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAOMG
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170098 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAOMG
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170098 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/MG
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170098 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/MG
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis	-		2015
Direitos de Uso de Imóveis	-		2016
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-		2015
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-		2016
Diferido	-		2015
TOTAL DO ATIVO	2.768.976.015,02	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.730.707.521,12

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	-	PASSIVO FINANCEIRO	2015
ATIVO PERMANENTE	2.768.976.015,02	PASSIVO PERMANENTE	-
		SALDO PATRIMONIAL	2.768.976.015,02

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170098 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/MG
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170098 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/MG
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	170098 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/MG	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170098 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/MG
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		268.040.128,06	161.457.022,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		13.505.688,60	16.101.688,49
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		13.505.688,60	16.101.688,49
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		254.534.439,46	135.343.052,55
Reavaliação de Ativos		211.734.915,95	84.397.006,56
Ganhos com Alienação		42.799.523,51	50.946.045,99
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	10.012.281,63
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170098 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAOMG
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	10.012.281,63
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		229.771.634,16	114.027.266,19
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		545.237,74	83.087,85
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		545.237,74	83.087,85
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		126.777.491,52	60.606.741,43
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		126.777.491,52	60.606.741,43
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		102.448.904,90	53.337.436,91
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		46.004.228,12	12.778.490,47
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		26.100.816,97	2.170.985,31
Desincorporação de Ativos		-	-
		30.343.859,81	38.387.961,13

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170098 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/MG
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados Custo das Mercadorias Vendidas Custos dos Produtos Vendidos Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Premiações Resultado Negativo de Participações Operações da Autoridade Monetária Incentivos Subvenções Econômicas Participações e Contribuições Constituição de Provisões Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	38.268.493,90	47.429.756,48

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170083 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/BA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2016
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170083 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/BA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170083 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/BA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170083 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/BA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE		-	PASSIVO CIRCULANTE		-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.659.549.172,74	3.046.406.797,06	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
IMOBILIZADO					
Bens Móveis	4.659.549.172,74	3.046.406.797,06	Patrimônio Social e Capital Social		
Bens Móveis	173.131,51		Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		
Bens Móveis	173.131,51		Reservas de Capital		
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			Reservas de Lucros		
Bens Imóveis			Demais Reservas	4.082.233,45	4.082.233,45
Bens Imóveis			Resultados Acumulados	4.655.466.939,29	3.042.324.563,61
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	4.659.376.041,23	3.046.406.797,06	Resultado do Exercício	1.613.142.375,68	1.715.619.171,18
Bens Imóveis	4.661.896.849,88	3.047.251.674,91	Resultados de Exercícios Anteriores	3.042.324.563,61	1.326.628.472,50
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-2.520.803,65	-844.877,85	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.659.549.172,74	3.046.406.797,06
Intangível					
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170083 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/BA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis	-		2015
Direitos de Uso de Imóveis	-		2016
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-		2015
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-		2016
Diferido	-		2015
TOTAL DO ATIVO	4.659.549.172,74	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.046.406.797,06
			3.046.406.797,06

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	-	PASSIVO FINANCEIRO	2015
ATIVO PERMANENTE	4.659.549.172,74	PASSIVO PERMANENTE	-
		SALDO PATRIMONIAL	4.659.549.172,74
			3.046.406.797,06

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170083 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/BA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170083 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/BA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
SUBTITULO	170083 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/BA	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170083 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/BA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		1.907.832.799,44	1.814.076.366,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		8.217.724,79	6.053.790,08
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		8.217.724,79	6.053.790,08
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		1.899.615.074,65	1.602.926.261,20
Reavaliação de Ativos		6.678.847,33	278.364.734,67
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.892.936.227,32	1.324.561.526,53
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	205.096.315,39
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170083 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/BA
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	205.096.315,39
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		294.690.423,76	98.457.195,49
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.675.930,80	289.876,58
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1.675.930,80	289.876,58
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		205.065.322,75	86.932.788,11
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		205.065.322,75	86.932.788,11
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		87.949.170,21	11.234.530,80
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		24.765.625,74	10.114.362,54
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		63.183.544,47	1.120.168,26



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170083 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/BA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados Custo das Mercadorias Vendidas Custos dos Produtos Vendidos Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Premiações Resultado Negativo de Participações Operações da Autoridade Monetária Incentivos Subvenções Econômicas Participações e Contribuições Constituição de Provisões Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.613.142.375,68	1.715.619.171,18

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170070 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170070 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES			
Receitas Tributárias			
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições			
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial			
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receitas de Serviços			
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes			
Outras Receitas Correntes			
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito			
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens			
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos			
Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170070 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170070 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170070 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/SE
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170070 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/SE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
Diferido	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	1.390.453.622,07	1.395.368.104,51	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		1.390.453.622,07	1.395.368.104,51

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	-	-	-
ATIVO PERMANENTE	1.390.453.622,07	1.395.368.104,51	PASSIVO FINANCEIRO
			PASSIVO PERMANENTE
		1.390.453.622,07	SALDO PATRIMONIAL
			1.395.368.104,51

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar
TOTAL	-	-	TOTAL
		-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			
Recursos Vinculados			
TOTAL			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170070 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170070 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
SUBTITULO	170070 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/SE	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170070 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/SE
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		163.672.903,00	131.239.857,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		2.575.828,02	-
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.575.828,02	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		161.097.074,98	129.420.117,95
Reavaliação de Ativos		-	2.033.204,69
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		161.097.074,98	127.386.913,26
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	1.819.739,73
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170070 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/SE
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	1.819.739,73
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		168.587.385,44	4.836.810,06
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		402.361,06	615.021,32
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		402.361,06	615.021,32
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		164.586.973,25	4.213.013,67
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		164.586.973,25	4.213.013,67
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		3.598.051,13	8.775,07
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	8.775,07
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		3.598.051,13	-

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170070 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/SE
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados Custo das Mercadorias Vendidas Custos dos Produtos Vendidos Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Premiações Resultado Negativo de Participações Operações da Autoridade Monetária Incentivos Subvenções Econômicas Participações e Contribuições Constituição de Provisões Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-4.914.482,44	126.403.047,62

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170067 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AL
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170067 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/AL
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170067 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AL
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170067 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AL
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170067 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AL
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa				Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo			
Créditos a Curto Prazo				Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo				Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo				Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Estoques				Obrigações de Repartição a Outros Entes			
VPDs Pagas Antecipadamente				Provisões de Curto Prazo			
				Demais Obrigações a Curto Prazo			
ATIVO NÃO CIRCULANTE		814.291.508,39	1.091.051.263,33	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo				Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo			
Investimentos				Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Participações Permanentes				Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Propriedades para Investimento				Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Propriedades para Investimento				Provisões de Longo Prazo			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos				Demais Obrigações a Longo Prazo			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos				Resultado Diferido			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo				TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS							
Demais Investimentos Permanentes							
Demais Investimentos Permanentes							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.							
Imobilizado		814.291.508,39	1.091.051.263,33				
Bens Móveis							
Bens Móveis							
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis						14.238.998,28	14.238.998,28
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis						800.052.510,11	1.076.812.265,05
Bens Imóveis						-276.759.754,94	421.771.753,77
Bens Imóveis						1.076.812.265,05	654.973.106,22
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		814.291.508,39	1.091.051.263,33				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		814.487.970,32	1.091.074.490,25				
		-196.461,93	-23.226,92				
Intangível						814.291.508,39	1.091.051.263,33
Softwares							
Softwares							
(-) Amortização Acumulada de Softwares							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares							
Marcas, Direitos e Patentes Industriais							
Marcas, Direitos e Patentes Industriais							
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat							



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170067 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AL
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis	-		2015
Direitos de Uso de Imóveis	-		2016
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-		2015
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-		2016
Diferido	-		2015
TOTAL DO ATIVO	814.291.508,39	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.091.051.263,33
			814.291.508,39
			1.091.051.263,33

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	-	PASSIVO FINANCEIRO	2015
ATIVO PERMANENTE	814.291.508,39	PASSIVO PERMANENTE	-
		SALDO PATRIMONIAL	-
			814.291.508,39
			1.091.051.263,33

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2016	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170067 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AL
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habitação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170067 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AL
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
SUBTITULO	170067 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AL	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170067 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/AL
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.625.710,07	512.129.573,94
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		2.296.824,69	44.447.722,56
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.296.824,69	44.447.722,56
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		5.328.885,38	467.618.493,23
Reavaliação de Ativos		11.713,73	47.804.664,64
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		5.317.171,65	419.813.828,59
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	63.358,15
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170067 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AL
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	63.358,15
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		284.385.465,01	90.357.820,17
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		173.235,01	11.540,86
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		173.235,01	11.540,86
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		49.837.523,59	43.736.102,77
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		49.837.523,59	43.736.102,77
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		234.374.706,41	46.610.176,54
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		1.065.607,75	41.399.623,18
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		229.242.406,78	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		4.066.691,88	5.210.553,36

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170067 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AL
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados Custo das Mercadorias Vendidas Custos dos Produtos Vendidos Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Premiações Resultado Negativo de Participações Operações da Autoridade Monetária Incentivos Subvenções Econômicas Participações e Contribuições Constituição de Provisões Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-276.759.754,94	421.771.753,77

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170062 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias	-	-	-
Vinculadas	-	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170062 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PE
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170062 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170062 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170062 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		-	-
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques		-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	Provisões de Curto Prazo		-	-
		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.385.782.065,70	3.947.171.985,77	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Provisões de Longo Prazo		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	Resultado Diferido		-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS		-	-	ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	Reservas de Capital		-	-
Imobilizado		4.385.782.065,70	3.947.171.985,77	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Bens Móveis		6.952,20	39.508,62	Reservas de Lucros		-	-
Bens Móveis		6.952,20	39.508,62	Demais Reservas		111.104,33	111.104,33
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-	-	Resultados Acumulados		4.385.670.961,37	3.947.060.881,44
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	Resultado do Exercício		438.610.079,93	374.188.761,59
Bens Imóveis		4.385.775.113,50	3.947.132.477,15	Resultados de Exercícios Anteriores		3.947.060.881,44	3.572.197.638,89
Bens Imóveis		4.386.517.422,61	3.947.293.525,03	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.385.782.065,70	3.947.171.985,77
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-742.309,11	-161.047,88			-	-
Intangível		-	-			-	-
Softwares		-	-			-	-
Softwares		-	-			-	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-			-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-			-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-			-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat		-	-			-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170062 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis	-		2015
Direitos de Uso de Imóveis	-		2016
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-		2015
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-		2016
Diferido	-		2015
TOTAL DO ATIVO	4.385.782.065,70	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.947.171.985,77
			4.385.782.065,70
			3.947.171.985,77

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	-	PASSIVO FINANCEIRO	2015
ATIVO PERMANENTE	4.385.782.065,70	PASSIVO PERMANENTE	-
		SALDO PATRIMONIAL	4.385.782.065,70
			3.947.171.985,77

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2016	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170062 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		2016	2015
INGRESSOS			
Receitas Derivadas e Originárias			
Receita Tributária			
Receita de Contribuições			
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receita de Serviços			
Remuneração das Disponibilidades			
Outras Receitas Derivadas e Originárias			
Transferências Correntes Recebidas			
Intergovernamentais			
Dos Estados e/ou Distrito Federal			
Dos Municípios			
Intragovernamentais			
Outras Transferências Correntes Recebidas			
Outros Ingressos das Operações			
Ingressos Extraorçamentários			
Transferências Financeiras Recebidas			
DESEMBOLSOS			
Pessoal e Demais Despesas			
Legislativo			
Judiciário			
Essencial à Justiça			
Administração			
Defesa Nacional			
Segurança Pública			
Relações Exteriores			
Assistência Social			
Previdência Social			
Saúde			
Trabalho			
Educação			
Cultura			
Direitos da Cidadania			
Urbanismo			
Habitação			
Saneamento			
Gestão Ambiental			
Ciência e Tecnologia			
Agricultura			
Organização Agrária			
Indústria			
Comércio e Serviços			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170062 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PE
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	170062 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PE	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170062 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		498.168.826,64	400.260.215,89
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		12.691.051,46	10.803.242,95
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		12.691.051,46	10.803.242,95
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		485.477.775,18	387.130.834,04
Reavaliação de Ativos		1.392.576,26	110.332.083,27
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		484.085.198,92	276.798.750,77
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	2.326.138,90
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170062 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	2.326.138,90
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	59.558.746,71	26.071.454,30
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	581.261,23	47.871,46
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	581.261,23	47.871,46
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	24.371.735,57	23.976.247,50
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	24.371.735,57	23.976.247,50
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	34.605.749,91	2.047.335,34
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	23.856.388,57	647.611,50
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	10.749.361,34	1.399.723,84



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170062 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PE
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIACÖES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170053 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/PB
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias	-	-	-
Vinculadas	-	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170128 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/PA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170053 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/PB
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170053 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PPB
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170053 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/PB
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170128 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/PA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170128 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/PA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170128 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/PA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170053 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/PB
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170053 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/PB
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis			
Direitos de Uso de Imóveis			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis			
Diferido			
TOTAL DO ATIVO	1.258.600.457,56	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.258.600.457,56

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
ATIVO PERMANENTE	1.258.600.457,56	PASSIVO PERMANENTE	
		SALDO PATRIMONIAL	1.258.600.457,56

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.200,00	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	
Execução dos Atos Potenciais Ativos	3.200,00	Execução dos Atos Potenciais Passivos	
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	3.200,00	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	3.200,00	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		
Recursos Vinculados		
TOTAL		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170128 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/PA
ORÇAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa e Equivalentes de Caixa				Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	
Créditos a Curto Prazo				Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo				Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo				Obrigações Fiscais a Curto Prazo	
Estoques				Obrigações de Repartição a Outros Entes	
VPDs Pagas Antecipadamente				Provisões de Curto Prazo	
				Demais Obrigações a Curto Prazo	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.699.913.445,07	4.704.034.612,58	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Ativo Realizável a Longo Prazo				Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	
Investimentos				Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	
Participações Permanentes				Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	
Propriedades para Investimento				Obrigações Fiscais a Longo Prazo	
Propriedades para Investimento				Provisões de Longo Prazo	
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos				Demais Obrigações a Longo Prazo	
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos				Resultado Diferido	
Investimentos do RPSS de Longo Prazo				TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	
Investimentos do RPSS de Longo Prazo					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS					
Demais Investimentos Permanentes					
Demais Investimentos Permanentes					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.					
Imobilizado		4.699.913.445,07	4.704.034.612,58		
Bens Móveis					
Bens Móveis					
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis					1.070.408,22
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis					4.698.843.036,85
Bens Imóveis					-27.064.553,80
Bens Imóveis					4.702.964.204,36
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		4.699.913.445,07	4.704.034.612,58		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		4.702.007.424,51	4.705.132.872,40		
		-2.093.979,44	-1.098.259,82		
Intangível				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.699.913.445,07
Softwares					4.704.034.612,58
Softwares					
(-) Amortização Acumulada de Softwares					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat					



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170128 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/PA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis	-		2015
Direitos de Uso de Imóveis	-		2016
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-		2015
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-		2016
Diferido	-		2015
TOTAL DO ATIVO	4.704.034.612,58	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.704.034.612,58

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	-	PASSIVO FINANCEIRO	2015
ATIVO PERMANENTE	4.699.913.445,07	PASSIVO PERMANENTE	-
		SALDO PATRIMONIAL	4.699.913.445,07
			4.704.034.612,58

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170053 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PB
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170053 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PB
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
SUBTITULO	170053 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/PB	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170128 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/PA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170128 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
SUBTITULO	170128 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/PA	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170053 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PB
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		219.917.660,64	55.934.230,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		-	406.190,36
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	406.190,36
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		219.917.660,64	55.528.040,32
Reavaliação de Ativos		151.376.062,47	247.521,19
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		68.541.598,17	55.280.519,13
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170053 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/PB
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		101.367.186,42	4.037.599,31
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		257.176,75	65.497,54
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		257.176,75	65.497,54
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		13.348.440,17	974.611,12
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		13.348.440,17	974.611,12
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		87.761.569,50	2.997.490,65
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		83.405.123,96	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		4.356.445,54	2.997.490,65

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170053 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/PB
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados Custo das Mercadorias Vendidas Custos dos Produtos Vendidos Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Premiações Resultado Negativo de Participações Operações da Autoridade Monetária Incentivos Subvenções Econômicas Participações e Contribuições Constituição de Provisões Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	118.550.474,22	51.896.631,37

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170128 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/PA
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		116.913.426,51	28.292.042,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		10.459.264,49	11.871.673,71
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		10.459.264,49	11.871.673,71
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		106.454.162,02	16.420.368,75
Reavaliação de Ativos		20.401.004,08	3.751.535,34
Ganhos com Alienação		86.053.157,94	12.668.833,41
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170128 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/PA
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		121.034.594,02	55.356.596,26
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		995.719,62	190.158,72
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		995.719,62	190.158,72
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		107.481.828,59	6.833.836,00
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		107.481.828,59	6.833.836,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		12.557.045,81	48.332.601,54
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	48.332.601,54
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		12.557.045,81	-



EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170128 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/PA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados Custo das Mercadorias Vendidas Custos dos Produtos Vendidos Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Premiações Resultado Negativo de Participações Operações da Autoridade Monetária Incentivos Subvenções Econômicas Participações e Contribuições Constituição de Provisões Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-4.121.167,51	-27.064.553,80

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170048 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RN
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2016
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170048 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/ORN
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170048 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RN
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170048 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RN
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170048 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RN
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170048 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RN
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis	-		2015
Direitos de Uso de Imóveis	-		2016
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-		2015
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-		2016
Diferido	-		2015
TOTAL DO ATIVO	1.837.386.708,12	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.837.386.708,12
			1.751.301.105,63

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	-	PASSIVO FINANCEIRO	2015
ATIVO PERMANENTE	1.837.386.708,12	PASSIVO PERMANENTE	-
		SALDO PATRIMONIAL	-
			1.837.386.708,12
			1.751.301.105,63

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2016	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170048 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RN
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habitação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170048 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RN
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	170048 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RN	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170048 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RN
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		93.619.194,04	381.266.770,02
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		3.058.834,52	559.121,17
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		3.058.834,52	559.121,17
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		90.560.359,52	380.649.519,39
Reavaliação de Ativos		55.269.315,53	279.804.731,09
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		35.291.043,99	100.844.788,30
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	58.129,46
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170048 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RN
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	58.129,46
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.533.591,55	18.472.564,84
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	198.929,45	71.942,06
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	198.929,45	71.942,06
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	97.597,56	352.838,00
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	97.597,56	352.838,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	7.237.064,54	12.714.896,43
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	19.479,37	5.272.318,65
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	7.217.585,17	7.442.577,78

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170048 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RN
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		5.332.888,35
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	5.332.888,35
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	86.085.602,49	362.794.205,18

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170043 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/CE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2016
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170043 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/CE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170043 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/CE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170043 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/CE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170043 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/CE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO	
ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa e Equivalentes de Caixa				Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	
Créditos a Curto Prazo				Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo				Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo				Obrigações Fiscais a Curto Prazo	
Estoques				Obrigações de Repartição a Outros Entes	
VPDs Pagas Antecipadamente				Provisões de Curto Prazo	
				Demais Obrigações a Curto Prazo	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.574.684.974,52	993.644.780,87	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Ativo Realizável a Longo Prazo				Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	
Investimentos				Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	
Participações Permanentes				Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	
Propriedades para Investimento				Obrigações Fiscais a Longo Prazo	
Propriedades para Investimento				Provisões de Longo Prazo	
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos				Demais Obrigações a Longo Prazo	
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos				Resultado Diferido	
Investimentos do RPSS de Longo Prazo				TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	
Investimentos do RPSS de Longo Prazo					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS					
Demais Investimentos Permanentes					
Demais Investimentos Permanentes					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.					
Imobilizado					
Bens Móveis					
Bens Móveis					
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis					
Bens Imóveis					
Bens Imóveis					
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis					
Intangível					
Softwares					
Softwares					
(-) Amortização Acumulada de Softwares					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat					



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170043 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/CE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
Diferido	-	-	-
TOTAL DO ATIVO		1.574.684.974,52	993.644.780,87
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.574.684.974,52	993.644.780,87

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	-	-	-
ATIVO PERMANENTE	1.574.684.974,52	993.644.780,87	-
SALDO PATRIMONIAL		1.574.684.974,52	993.644.780,87

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-

EXERCÍCIO

2016

PERÍODO

Anual

EMISSÃO

30/01/2017

PÁGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170043 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/CE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170043 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/CE
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
SUBTITULO	170043 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/CE	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170043 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/CE
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		605.804.278,82	107.776.504,79
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		5.392.161,56	44.236,80
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		5.392.161,56	44.236,80
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		600.412.117,26	107.732.267,99
Reavaliação de Ativos		249.738.559,71	3.133.654,62
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		350.673.557,55	104.598.613,37
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170043 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/CE
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		24.764.085,17	1.519.473,25
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		564.304,21	120.328,39
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		564.304,21	120.328,39
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		13.887.741,30	1.260.219,74
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		13.887.741,30	1.260.219,74
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		10.312.039,66	138.925,12
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		25.522,61	138.925,12
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		10.286.517,05	-



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170043 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/CE
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170036 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PI
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170036 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PI
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170036 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PI
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170036 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PI
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170036 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PI
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa				Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo			
Créditos a Curto Prazo				Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo				Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo				Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Estoques				Obrigações de Repartição a Outros Entes			
VPDs Pagas Antecipadamente				Provisões de Curto Prazo			
				Demais Obrigações a Curto Prazo			
ATIVO NÃO CIRCULANTE		285.864.810,74	268.810.465,13	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo				Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo			
Investimentos				Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Participações Permanentes				Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Propriedades para Investimento				Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Propriedades para Investimento				Provisões de Longo Prazo			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos				Demais Obrigações a Longo Prazo			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos				Resultado Diferido			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo				TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS							
Demais Investimentos Permanentes							
Demais Investimentos Permanentes							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.							
Imobilizado							
Bens Móveis		285.864.810,74	268.810.465,13			1.122.273,60	1.122.273,60
Bens Móveis						284.742.537,14	267.688.191,53
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis						17.054.345,61	111.503.890,67
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis						267.688.191,53	156.157.283,84
Bens Imóveis		285.864.810,74	268.810.465,13				
Bens Imóveis		286.097.966,62	268.914.100,27				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-233.155,88	-103.635,14				
Intangível						285.864.810,74	268.810.465,13
Softwares							
Softwares							
(-) Amortização Acumulada de Softwares							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares							
Marcas, Direitos e Patentes Industriais							
Marcas, Direitos e Patentes Industriais							
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat							



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170036 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PI
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
Diferido	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	285.864.810,74	268.810.465,13	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			285.864.810,74
			268.810.465,13

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	-	-	-
ATIVO PERMANENTE	285.864.810,74	268.810.465,13	-
			-
		285.864.810,74	268.810.465,13

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2016	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	TOTAL	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-
Recursos Vinculados		-
TOTAL		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170036 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PI
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habitação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170036 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PI
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	170036 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PI	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170036 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PI
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		32.636.242,60	115.050.474,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		7.452.030,60	676.179,79
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		7.452.030,60	676.179,79
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		25.184.212,00	113.550.808,06
Reavaliação de Ativos		10.581.962,51	18.401.231,82
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		14.602.249,49	95.149.576,24
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	823.487,12
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170036 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PI
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	823.487,12
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	15.581.896,99	3.546.584,30
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	129.520,74	18.505,89
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	129.520,74	18.505,89
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	15.193.454,19	550.332,24
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	15.193.454,19	550.332,24
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	258.922,06	2.977.746,17
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	2.830.648,79
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	258.922,06	147.097,38



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170036 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PI
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIACÖES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170021 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/DF
ORÇAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		2016	2015	DISPÊNDIOS		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Receitas Orçamentárias				Despesas Orçamentárias		2.836.856,67	2.763.432,71
Ordinárias			-	Ordinárias		-	-
Vinculadas			-	Vinculadas		2.836.856,67	2.763.432,71
(-) Deduções da Receita Orçamentária			-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		2.836.856,67	2.763.432,71
Transferências Financeiras Recebidas		432.895,75	-	Transferências Financeiras Concedidas		1.852.405,29	2.873.151,59
Resultantes da Execução Orçamentária		18.941,32	-	Resultantes da Execução Orçamentária		1.311.648,34	2.312.497,87
Sub-repasso Recebido		18.941,32	-	Repasso Concedido		1.304.880,34	2.312.497,87
Independentes da Execução Orçamentária		413.954,43	-	Sub-repasso Devolvido		6.768,00	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		402.584,51	-	Independentes da Execução Orçamentária		540.756,95	560.653,72
Movimentação de Saldos Patrimoniais		11.369,92	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		17.890,00	-
Aporte ao RPPS		-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais		522.866,95	560.653,72
Aporte ao RGPS		-	-	Aporte ao RPPS		-	-
			-	Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		6.039.505,43	6.143.758,35	Despesas Extraorçamentárias		519.456,58	62.714,81
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		-	2.700,00	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		-	599.093,24	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		519.456,58	62.714,81
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários		6.039.505,43	5.541.965,11	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Arrecadação de Outra Unidade		6.039.505,43	5.541.965,11			-	-
Saldo do Exercício Anterior		13.078.670,50	12.634.211,26	Saldo para o Exercício Seguinte		14.342.353,14	13.078.670,50
Caixa e Equivalentes de Caixa		13.078.670,50	12.634.211,26	Caixa e Equivalentes de Caixa		14.342.353,14	13.078.670,50
TOTAL		19.551.071,68	18.777.969,61	TOTAL		19.551.071,68	18.777.969,61



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170021 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/DF
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170021 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/DF
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	2.836.856,67	2.836.856,67
TOTAL	-	-	2.836.856,67	2.836.856,67
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
DESPESAS CORRENTES	-	2.836.856,67	2.836.856,67	2.836.856,67
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	2.836.856,67	2.836.856,67	2.836.856,67
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	2.836.856,67	2.836.856,67	2.836.856,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170021 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/DF
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	2.836.856,67	2.836.856,67	2.836.856,67	-2.836.856,67
TOTAL	-	-	2.836.856,67	2.836.856,67	2.836.856,67	-2.836.856,67

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	48.374,70	599.093,24	519.456,58	519.456,58	48.374,70	79.636,66
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	48.374,70	599.093,24	519.456,58	519.456,58	48.374,70	79.636,66
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	48.374,70	599.093,24	519.456,58	519.456,58	48.374,70	79.636,66

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.721,30	2.700,00	-	4.721,30	2.700,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.721,30	2.700,00	-	4.721,30	2.700,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	4.721,30	2.700,00	-	4.721,30	2.700,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170021 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/DF
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO CIRCULANTE		14.724.384,13	13.460.701,49	PASSIVO CIRCULANTE		2.700,00	14.189,30
Caixa e Equivalentes de Caixa		14.342.353,14	13.078.670,50	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		-	-
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		382.030,99	382.030,99	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		2.700,00	7.421,30
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques		-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	Provisões de Curto Prazo		-	-
		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		-	6.768,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.403.481.229,16	7.837.819.228,38	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Provisões de Longo Prazo		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	Resultado Diferido		-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		2.700,00	14.189,30
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS		-	-	ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	Reservas de Capital		-	-
Imobilizado		8.403.481.229,16	7.837.819.228,38	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Bens Móveis		-	-	Reservas de Lucros		-	-
Bens Móveis		-	-	Demais Reservas		208.764.848,66	208.764.848,66
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-	-	Resultados Acumulados		8.209.438.064,63	7.642.500.891,91
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	Resultado do Exercício		566.937.172,72	98.292.464,83
Bens Imóveis		8.403.481.229,16	7.837.819.228,38	Resultados de Exercícios Anteriores		7.642.500.891,91	7.542.092.959,34
Bens Imóveis		8.409.273.191,05	7.838.082.854,77	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-5.791.961,89	-263.626,39	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.418.202.913,29	7.851.265.740,57
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-			-	-
Intangível		-	-			-	-
Softwares		-	-			-	-
Softwares		-	-			-	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-			-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-			-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-			-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat		-	-			-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170021 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/DF
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
Diferido	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	8.418.205.613,29	7.851.279.929,87	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		8.418.205.613,29	7.851.279.929,87

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	14.342.353,14	13.078.670,50	661.657,24
ATIVO PERMANENTE	8.403.863.260,15	7.838.201.259,37	-
		8.418.123.276,63	7.850.618.272,63

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	-
TOTAL	-	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			14.260.016,48
Recursos Vinculados			14.260.016,48
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			14.260.016,48
TOTAL			14.260.016,48



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170021 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/DF
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.263.682,64	444.459,24
INGRESSOS	6.472.401,18	5.541.965,11
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	6.472.401,18	5.541.965,11
Ingressos Extraorçamentários	432.895,75	-
Transferências Financeiras Recebidas	6.039.505,43	5.541.965,11
Arrecadação de Outra Unidade	-5.208.718,54	-5.097.505,87
DESEMBOLSOS	-2.953.728,74	-2.224.354,28
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-2.953.728,74	-2.224.354,28
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170021 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/DF
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-402.584,51	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-402.584,51	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-1.852.405,29	-2.873.151,59
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-1.852.405,29	-2.873.151,59
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.263.682,64	444.459,24



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170021 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/DF
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	13.078.670,50	12.634.211,26
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	14.342.353,14	13.078.670,50

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170021 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAO/DF
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		1.481.671.728,01	1.308.225.041,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		6.014.186,17	5.519.312,23
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		6.014.186,17	5.519.312,23
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		655,01	716,35
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		655,01	716,35
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		5.776.061,75	69.207.675,51
Transferências Intragovernamentais		432.895,75	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		5.343.166,00	69.207.675,51
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		1.469.856.160,83	1.112.090.522,71
Reavaliação de Ativos		103.101.576,84	128.986.381,19
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.366.743.094,69	983.098.891,52
Ganhos com Desincorporação de Passivos		11.489,30	5.250,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		24.664,25	121.406.814,54
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170021 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/DF
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		24.664,25	121.406.814,54
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		914.734.555,29	1.209.932.576,51
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		8.717.921,72	2.400.928,12
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		3.189.586,22	2.184.673,08
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		5.528.335,50	216.255,04
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		135.996.371,04	74.592.252,96
Transferências Intragovernamentais		1.852.405,29	2.873.151,59
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		134.143.965,75	71.719.101,37
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		769.853.535,50	1.132.792.414,23
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		497.366.376,19	1.032.142.140,84
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	6.768,00
Desincorporação de Ativos		272.487.159,31	100.643.505,39

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170021 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/DF
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
	166.727,03	146.981,20
	166.727,03	146.981,20
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	566.937.172,72	98.292.464,83

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170029 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAOMA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2016	2015	2015
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias			
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
TOTAL	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170029 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAOMA
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES			
Receitas Tributárias			
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições			
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial			
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receitas de Serviços			
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes			
Outras Receitas Correntes			
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito			
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens			
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos			
Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170029 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170029 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/MA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170029 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAOMA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa				Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo			
Créditos a Curto Prazo				Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo				Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo				Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Estoques				Obrigações de Repartição a Outros Entes			
VPDs Pagas Antecipadamente				Provisões de Curto Prazo			
				Demais Obrigações a Curto Prazo			
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.375.061.621,44	980.310.136,21	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo				Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo			
Investimentos				Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Participações Permanentes				Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Propriedades para Investimento				Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Propriedades para Investimento				Provisões de Longo Prazo			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos				Demais Obrigações a Longo Prazo			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos				Resultado Diferido			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo				TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS				ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Demais Investimentos Permanentes				Patrimônio Social e Capital Social			
Demais Investimentos Permanentes				Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.				Reservas de Capital			
Imobilizado		1.375.061.621,44	980.310.136,21	Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Bens Móveis				Reservas de Lucros			
Bens Móveis				Demais Reservas			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis				Resultados Acumulados		1.375.061.621,44	980.310.136,21
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis				Resultado do Exercício		394.751.485,23	55.447.335,58
Bens Imóveis		1.375.061.621,44	980.310.136,21	Resultados de Exercícios Anteriores		980.310.136,21	924.862.800,63
Bens Imóveis		1.375.268.470,96	980.478.330,90	(-) Ações / Cotas em Tesouraria			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.375.061.621,44	980.310.136,21
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-206.849,52	-168.194,69				
Intangível							
Softwares							
Softwares							
(-) Amortização Acumulada de Softwares							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares							
Marcas, Direitos e Patentes Industriais							
Marcas, Direitos e Patentes Industriais							
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat							



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170029 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAOMA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
Diferido	-	-	-
TOTAL DO ATIVO		1.375.061.621,44	980.310.136,21
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.375.061.621,44	980.310.136,21

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	-	-	-
ATIVO PERMANENTE	1.375.061.621,44	980.310.136,21	-
SALDO PATRIMONIAL		1.375.061.621,44	980.310.136,21

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		2016	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	-
TOTAL	-	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários		-	-
Recursos Vinculados		-	-
TOTAL		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170029 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/MA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2016	2015
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Recebidas		
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habituação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170029 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/MA
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
SUBTITULO	170029 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/MA	EMISSAO 30/01/2017	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2016	2015
		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170029 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAOMA
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			59.226.218,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			-
Impostos			-
Taxas			-
Contribuições de Melhoria			-
Contribuições			-
Contribuições Sociais			-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico			-
Contribuição de Iluminação Pública			-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais			-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			-
Venda de Mercadorias			-
Vendas de Produtos			-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços			-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			-
Juros e Encargos de Mora			-
Variações Monetárias e Cambiais			-
Descontos Financeiros Obtidos			-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras			-
Aportes do Banco Central			-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras			-
Transferências e Delegações Recebidas			3.752.559,84
Transferências Intragovernamentais			-
Transferências Intergovernamentais			-
Transferências das Instituições Privadas			-
Transferências das Instituições Multigovernamentais			-
Transferências de Consórcios Públicos			-
Transferências do Exterior			-
Execução Orçamentária Delegada de Entes			-
Transferências de Pessoas Físicas			-
Outras Transferências e Delegações Recebidas			3.752.559,84
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		403.765.837,91	55.473.658,41
Reavaliação de Ativos		170.563.319,75	554.819,37
Ganhos com Alienação			-
Ganhos com Incorporação de Ativos		233.202.518,16	54.918.839,04
Ganhos com Desincorporação de Passivos			-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável			-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar			-
Resultado Positivo de Participações			-
Operações da Autoridade Monetária			-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170029 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAOMA
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		9.014.352,68	3.778.882,67
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		38.654,83	26.322,83
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		38.654,83	26.322,83
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		8.476.111,38	3.752.559,84
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		8.476.111,38	3.752.559,84
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		499.586,47	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		298.610,47	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		200.976,00	-



EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170029 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIAOMA
ORÇAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados Custo das Mercadorias Vendidas Custos dos Produtos Vendidos Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Premiações Resultado Negativo de Participações Operações da Autoridade Monetária Incentivos Subvenções Econômicas Participações e Contribuições Constituição de Provisões Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	394.751.485,23	55.447.335,58

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170011 - SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
ORÇAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

INGRESSOS		2016	2015	DISPÊNDIOS		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Receitas Orçamentárias				Despesas Orçamentárias		31.861.996,99	2.670.944,47
Ordinárias				Ordinárias		28.979.281,53	-
Vinculadas				Vinculadas		2.882.715,46	2.670.944,47
(-) Deduções da Receita Orçamentária				Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		2.882.715,46	2.670.944,47
Transferências Financeiras Recebidas				Transferências Financeiras Concedidas		18.159.223,53	22.591.821,47
Resultantes da Execução Orçamentária				Resultantes da Execução Orçamentária		17.449.314,04	18.335.545,90
Sub-repasso Recebido				Repasso Concedido		17.439.631,22	18.335.545,90
Independentes da Execução Orçamentária				Sub-repasso Devolvido		9.682,82	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP				Independentes da Execução Orçamentária		709.909,49	4.256.275,57
Demais Transferências Recebidas				Transferências Concedidas para Pagamento de RP		599.622,34	4.149.902,40
Movimentação de Saldos Patrimoniais				Movimento de Saldos Patrimoniais		110.287,15	106.373,17
Aporte ao RPPS				Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS				Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários				Despesas Extraorçamentárias		61.774,37	68.313,75
Inscrição dos Restos a Pagar Processados				Pagamento dos Restos a Pagar Processados		-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados				Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		61.774,37	68.313,75
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados				Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários				Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Arrecadação de Outra Unidade							
Saldo do Exercício Anterior				Saldo para o Exercício Seguinte		19.268.458,32	226.662,16
Caixa e Equivalentes de Caixa				Caixa e Equivalentes de Caixa		19.268.458,32	226.662,16
TOTAL				TOTAL		69.351.453,21	25.557.741,85



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170011 - SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170011 - SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	31.861.996,99	31.861.996,99
TOTAL	-	-	31.861.996,99	31.861.996,99
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
DESPESAS CORRENTES	-	-	3.337.996,99	2.859.013,18
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	3.337.996,99	2.859.013,18
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	28.524.000,00	-3.337.996,99
Investimentos	-	-	-	-28.524.000,00
Inversões Financeiras	-	-	28.524.000,00	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	31.861.996,99	2.859.013,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-31.861.996,99
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170011 - SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	31.861.996,99	2.859.013,18	2.859.013,18	-31.861.996,99
TOTAL	-	-	31.861.996,99	2.859.013,18	2.859.013,18	-31.861.996,99

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	772.280,48	205.765,54	61.774,37	61.774,37	772.280,48	143.991,17
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	772.280,48	205.765,54	61.774,37	61.774,37	772.280,48	143.991,17
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	772.280,48	205.765,54	61.774,37	61.774,37	772.280,48	143.991,17

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170011 - SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO CIRCULANTE		19.268.458,32	226.662,16	PASSIVO CIRCULANTE			21.668,14
Caixa e Equivalentes de Caixa		19.268.458,32	226.662,16	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		-	-
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques		-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	Provisões de Curto Prazo		-	-
		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		-	21.668,14
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.026.658.909,66	1.026.689.864,54	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			-
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Provisões de Longo Prazo		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	Resultado Diferido		-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			21.668,14
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS		-	-	ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	Reservas de Capital		-	-
Imobilizado		1.026.658.909,66	1.026.689.864,54	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Bens Móveis		8.000,00	-	Reservas de Lucros		-	-
Bens Móveis		8.000,00	-	Demais Reservas		-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-	-	Resultados Acumulados		1.045.927.367,98	1.026.894.858,56
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	Resultado do Exercício		19.032.509,42	20.795.184,37
Bens Imóveis		1.026.650.909,66	1.026.689.864,54	Resultados de Exercícios Anteriores		1.026.894.858,56	1.006.089.674,19
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		1.026.696.628,54	1.026.696.628,54	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-45.718,88	-6.764,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.045.927.367,98	1.026.894.858,56
Intangível		-	-				
Softwares		-	-				
Softwares		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat		-	-				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170011 - SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
Direitos de Uso de Imóveis			
Direitos de Uso de Imóveis	-		2015
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-		
Diferido	-		
TOTAL DO ATIVO	1.045.927.367,98	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.026.916.526,70

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	19.268.458,32	PASSIVO FINANCEIRO	29.146.974,98
ATIVO PERMANENTE	1.026.658.909,66	PASSIVO PERMANENTE	-
		SALDO PATRIMONIAL	1.016.780.393,00
			1.025.916.812,54

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	98.241,99	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.197.731,07
Execução dos Atos Potenciais Ativos	98.241,99	Execução dos Atos Potenciais Passivos	2.197.731,07
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	16.975,23	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	349.198,83
Direitos Contratuais a Executar	81.266,76	Obrigações Contratuais a Executar	1.848.532,24
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	98.241,99	TOTAL	2.197.731,07

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-28.124.160,25
Recursos Vinculados		18.245.643,59
Alienação de Bens e Direitos		17.977.385,95
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		268.257,64
TOTAL		-9.878.516,66

EXERCÍCIO

2016

PERÍODO

Anual

EMISSAO

30/01/2017

PAGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO

170011 - SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO

ORGAO SUPERIOR

20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	19.041.796,16	177.109,91
INGRESSOS	40.121.807,24	25.302.424,06
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	40.121.807,24	25.302.424,06
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	22.035.122,14	25.196.050,89
Arrecadação de Outra Unidade	18.086.685,10	106.373,17
DESEMBOLSOS	-21.080.011,08	-25.125.314,15
Pessoal e Demais Despesas	-2.920.787,55	-2.533.492,68
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-2.920.787,55	-2.533.492,68
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
30/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO

170011 - SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

ÓRGÃO SUPERIOR

20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-18.159.223,53	-22.591.821,47
Dispendios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-18.159.223,53	-22.591.821,47
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19.041.796,16	177.109,91



EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170011 - SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	226.662,16	49.552,25
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	19.268.458,32	226.662,16

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170011 - SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		40.392.872,52	50.812.881,35
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		22.273.856,46	45.947.419,62
Transferências Intragovernamentais		22.035.122,14	25.196.050,89
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		238.734,32	20.751.368,73
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		18.008.736,91	4.759.088,56
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		17.977.385,95	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		31.350,96	4.759.088,56
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		110.279,15	106.373,17
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170011 - SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		110.279,15	106.373,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		21.360.363,10	30.017.696,98
Pessoal e Encargos		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		2.947.377,31	2.535.581,40
Uso de Material de Consumo		30.955,97	27.883,29
Serviços		2.877.466,46	2.500.934,11
Depreciação, Amortização e Exaustão		38.954,88	6.764,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		980,00	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		980,00	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		18.389.957,85	25.839.507,16
Transferências Intragovernamentais		18.159.223,53	22.591.821,47
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		230.734,32	3.247.685,69
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		9.682,82	1.637.933,14
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		9.682,82	21.668,14
		-	1.616.265,00



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170011 - SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIACÖES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015